

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação

Sashanicol Rocha Havenith

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA: o primeiro projeto
de universidade na cidade educacional (Diamantina-MG, 1965-1974)**

Diamantina

2019

Sashanicol Rocha Havenith

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA: o primeiro projeto
de universidade na cidade educacional (Diamantina-MG, 1965-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEEd da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo dos Santos Neves.

Diamantina

2019

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

H386f

Havenith, Sashanicol Rocha

Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha: o primeiro projeto de universidade na cidade educacional (Diamantina-MG, 1965-1974) / Sashanicol Rocha Havenith, 2019.

313 p. : il.

Orientador: Leonardo dos Santos Neves

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Diamantina. 2. Ensino Superior. 3. Vale do Jequitinhonha. 4. Universidade. I. Neves, Leonardo dos Santos. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378

SASHANICOL ROCHA HAVENITH

**Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha: o Primeiro
Projeto de Universidade na Cidade Educacional (Diamantina-MG,
1965-1974)**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MESTRA
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof. Dr. Leonardo
Santos Neves

Data da aprovação : 27/06/2019


Prof.Dr. LEONARDO SANTOS NEVES - UFVJM


Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM


Prof.Dr. DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG

AGRADECIMENTOS

Todo fim é o início de uma nova trajetória, por isso inicialmente agradeço ao Professor Mário Gomes Ferreira, orientador do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Direito e o primeiro responsável pelas instigações de pesquisa no campo da história da educação. Além disso, a gratidão estende-se pela sua dedicação ao organizar o Memorial da FEVALE, sem o qual as pesquisas sobre a instituição não poderiam ter sido viabilizadas.

Agradeço à Professora Vera Lúcia Nogueira e ao Professor Flávio César Freitas Vieira, os críticos da minha primeira aventura pela história da educação.

Gratidão aos colegas de trabalho da UFVJM. Cada qual contribuiu, ainda que indiretamente, para que este projeto pudesse se concretizar. Em especial, agradeço ao Cláudio Eduardo Rodrigues, por compreender as tensões, as ansiedades e a minha vontade por concretizar este projeto! Em especial também à Daniela Alvares Nery, pelas diversas substituições e em todas elas, a competência de sempre!

Agradeço a Wander Conceição, pelas instigações históricas, documentos e momentos! À Márcia Dayrell, pelas conversas insaciáveis sobre a pesquisa e os diversos empréstimos de livros! À Verônica Motta, pela paciência nas pesquisas no AEAD. Aos entrevistados, agradeço a paciência pelas preciosas contribuições!

Agradeço à banca examinadora deste trabalho. À Professora Dayse Lúcida Silva Santos, agradeço pelo entusiasmo com o objeto de pesquisa e as observações precisas no campo da história. Ao Professor Flávio César Freitas Vieira, a gratidão por mais uma vez estar presente nesta importante etapa da minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Professor Leonardo dos Santos Neves, pela confiança no desenvolvimento deste projeto!

Agradeço às guerreiras do “Jiu-jitsu para Mulheres”, pelas risadas e aprendizados compartilhados! Momentos que me fizeram mais forte física e emocionalmente.

Agradeço ao Vinícius, pelas presenças e também pelas ausências!

Agradeço aos companheiros de longa data que compreenderam e compreendem minhas ausências nos longos estudos, leituras e escritas, e ainda continuam de braços abertos para as risadas de sempre e os desabafos necessários!

À minha irmã, Makali Andrezza, por compartilhar ideias, sonhos e projetos, mesmo que à distância! Por fim e mais importante, aos meus pais, Carmen e Leonardus, por todo o carinho, dedicação e paciência ao longo desta e das próximas jornadas que se iniciarão! Um passo, uma vitória!

O ESPÍRITO DIAMANTINENSE

Felizmente, todo diamantinense, desde cedo, se acostuma a subir ladeiras sem olhar para trás contemplando o caminho percorrido, mas, com os olhos voltados para cima onde termina o alto da subida. Cada diamantinense traz consigo a marca do espírito garimpeiro e a lembrança da fraternidade que a Acayaca simboliza na lenda de nossas gerações. De um lado, a inquietude insaciável do faiscador que desperta todas as manhãs com uma esperança renovada de fazer suas descobertas. De outro, o espírito de comunidade que nos faz encontrar amigos certos nas horas incertas, de lutar juntos pelo desenvolvimento deste idolatrado Tijuco. E o diamantinense transmite de pai para filho o hábito de sonhar acordado com melhores dias que despontam em cada aurora e em que as esperanças não se desfazem, ao crepúsculo, com as decepções inevitáveis (MEIRA, João Antônio. Razões da Faculdade de Filosofia em Diamantina. CODEVALE, 1969).

RESUMO

A pesquisa teve como foco investigar o processo histórico de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) sob o ponto de vista da sua relação com a comunidade local e com a legislação educacional para o ensino superior. A FUVJ foi entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina e representou o início do ensino superior direcionado à formação docente no Vale do Jequitinhonha. O recorte temporal inicia-se em dezembro de 1965, quando por intermédio da Lei Estadual nº. 4.059, a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha foi autorizada a se instituir e finaliza-se em setembro de 1974, com o Decreto Federal nº. 74.573, que concedeu o reconhecimento à faculdade e seus cursos. Adotou-se o método dialético a fim de compreender a pluridimensionalidade do objeto de estudo. Sob o aspecto epistemológico, realizou-se uma abordagem qualitativa. Utilizou-se da revisão de literatura a fim de relacionar a instituição com a política educacional para o ensino superior, na busca do conhecimento da realidade e suas conexões com a conjuntura política, econômica, social e cultural. Para compreender a instituição e suas interfaces com o contexto estadual, regional e local, foram utilizadas análises documentais (documentos oficiais, legislações e periódicos locais) e, ainda, entrevistas semiestruturadas, a fim de se problematizar a instituição estudada na sua relação com a comunidade envolvente. Em relação às conclusões da pesquisa, observa-se que as motivações para a criação da FUVJ estiveram relacionadas tanto ao contexto de interiorização do ensino superior promovido pelo poder público estadual, quanto ao anseio social em transformar a cidade educacional, em cidade universitária. Esta pesquisa também contribuiu para revelar cientificamente a importância local e regional da instituição. Por fim, considerando a natureza profissional do Mestrado em Educação no qual esta pesquisa se insere, apresenta-se como proposta de produto final a reestruturação/reorganização do Memorial da FEVALE, a fim de que este possa ser além de um espaço de conservação da memória institucional, um ambiente que possibilite refletir sobre a instituição, que possa demonstrar a sua importância histórica e esteja disponível a visitas, estimulando e promovendo conhecimento e futuras investigações científicas.

Palavras-chave: Diamantina. Ensino Superior. Vale do Jequitinhonha. Universidade.

ABSTRACT

The present research focused on the historical process of the Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) creation, from the point of view of its relationship with the local community and of the higher education legislation. The FUVJ was the maintaining entity of the Faculdade de Filosofia e Letras of Diamantina and represented the beginning of higher education aimed at teacher education in the Vale do Jequitinhonha. The time frame starts in December 1965, when through the act n. 4.059, the Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha was authorized to be instituted and ends in September 1974, with Federal Decree n. 74.573, which granted recognition to the Faculty and its courses. The dialectical method was adopted to understand the multidimensionality of the object of study. From the epistemological point of view, a qualitative approach was adopted. The literature review was used to relate the institution to the educational policy for higher education, to find a understanding of reality and its connections with the political, economic, social and cultural conjuncture. In order to understand the institution and its interfaces with the state, regional and local context, documentary analyses were used (official documents, legislations and local newspapers) and, also, semi-structured interviews, with the aim of problematize the institution studied in its relationship with the surrounding community. Regarding the research findings, it is observed that the motivations for the FUVJ creation were related both to the interiorization context of higher education promoted by the public power and to the social aspiration to transform the educational city into a university city. This research also contributed to reveal, scientifically, the local and regional importance of the institution. Finally, considering the professional nature of the Master in Education where this research is, it is proposed as a final product the restructuring/reorganization of the Memorial FEVALE, so that it can be beyond a space of conservation of the institutional memory, an space that allows to think over the institution, that can demonstrate its historical importance and be available to visitations, encouraging and promoting knowledge and future scientific investigations.

Key-words: Diamantina. Higher Education. Vale do Jequitinhonha. University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Pesquisas relacionadas a instituições educativas – Diamantina-MG.....	18
Quadro 2 - Categorias de análise.....	32
Quadro 3 - Reformas educacionais da primeira república	53
Quadro 4 - Instituição federais de ensino superior em Minas Gerais (1960).....	101
Quadro 5 - Instituições escolares do século XIX	168
Quadro 6 - Seriação de disciplinas do curso de Filosofia.....	207
Quadro 7 - Seriação de disciplinas do curso de Letras.....	208
Quadro 8 - Seriação de disciplinas do curso de Pedagogia	209
Quadro 9 - Seriação de disciplinas do curso de História.....	210
Quadro 10- Perfil Professores/Ano 1968	231
Quadro 11 - Perfil professores padres – ano 1968.....	233
Quadro 12 - Professores padres e disciplinas	256
Quadro 13 - Membros do Conselho fiscal (1966-1974).....	259
Figura 1- O singular da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha	35
Figura 2 - O cenário da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.....	35
Figura 3- Municípios que integravam área de atuação da CODEVALE.....	122
Mapa 1 - Localização geográfica das instituições de ensino superior em Minas Gerais (1824-1960).....	102
Mapa 2 - A interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960.....	113
Mapa 3 - Proveniência dos alunos (1968-1974).....	237
ANEXO 1 – Mapa 4 - Localização geográfica das instituições de ensino superior em Minas Gerais (1824-1960) - especificação das cidades.....	301
ANEXO 2 – Mapa 5 - A interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960 – especificação das cidades	303

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cursos de ensino superior em Minas Gerais	112
Tabela 2 - Estimativa da população por município (1965).....	123
Tabela 3 - Livros X Alunos - 1974	216
Tabela 4 - Balancete 1970	219
Tabela 5 - Receitas da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (1970-1974).....	220
Tabela 6 - Média de custeio por aluno.....	221
Tabela 7 - Balancete 1971	224
Tabela 8 - Porcentagem de bolsistas por ano.....	225
Tabela 9 - Comparativo percentual docentes X residência.....	227
Tabela 10 - Professores pertencentes à Igreja Católica	232
Tabela 11- Alunos matriculados por proveniência (1968-1974)	236
Tabela 12 - Alunos egressos na FAFI por proveniência (1971-1974)	238
Tabela 13 - Matriculados por curso e por ano	238
Tabela 14 - Matriculados por sexo	240
Tabela 15 - Matriculados por faixa etária	241

Optou-se por manter a grafia original dos textos citados.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Aspectos teórico-metodológicos	22
2. CAPÍTULO I: O PERÍODO REPUBLICANO E AS LEGISLAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	37
2.1 Elementos essenciais para o estudo da legislação	37
2.2 Ensino superior: breve retomada do período anterior à República	40
2.3 O ensino superior no período republicano: aspectos legais a partir das constituições ...	42
3. CAPÍTULO II: A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MINAS GERAIS	89
3.1 O ensino superior em Minas Gerais: o período republicano	89
3.2 A interiorização do ensino superior em Minas Gerais: os projetos de lei e as motivações para a expansão na década de 1960	104
3.3 O Vale do Jequitinhonha: as possibilidades para um projeto de universidade	114
4. CAPÍTULO III: DIAMANTINA: A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO	133
4.1 Diamantina: “o amor das tradições” e o “surto de progresso”	133
4.2 Diamantina: a “nova era de progresso”	147
4.3 Diamantina: a cidade educacional	163
5. CAPÍTULO IV: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA	191
5.1 O projeto de uma Universidade do Vale do Jequitinhonha... ..	191
5.2 Os meandros institucionais	203
5.2.1 <i>Estrutura Organizacional</i>	203
5.2.2 <i>Infraestrutura Institucional</i>	211
5.2.3 <i>Recursos e situação financeira institucional</i>	217
5.2.4 <i>Perfil dos professores</i>	226
5.2.5 <i>Perfil dos alunos</i>	234
5.2.6 <i>Cotidiano escolar</i>	242
5.3 Sujeitos e instituições envolvidas	247
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
7. FONTES E REFERÊNCIAS	275
7.1 Fontes documentais	275
7.2 Legislações	288
7.3 Bibliografia	292
8. ANEXOS	301
ANEXO 1 – Mapa 4 - Localização geográfica das instituições de ensino superior em Minas Gerais (1824-1960) - especificação das cidades	301
ANEXO 2 – Mapa 5 - A interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960 – especificação das cidades	303
ANEXO 3 – Roteiro da Entrevista	305
ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	307
ANEXO 5 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	309

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo de estudo da História da Educação, especificamente da História das Instituições Educativas, e tem como objetivo principal investigar o processo histórico de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) sob a perspectiva da legislação para o ensino superior e do contexto educacional de Diamantina entre 1965 e 1974. A FUVJ foi a entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA), entre os anos de 1965 e 1973.¹ A referida faculdade representou o início do ensino superior direcionado à formação docente em Diamantina, ofertando os cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia e História.²

A fim de se alcançar o objetivo geral, foram traçados quatro objetivos específicos. O primeiro deles consiste em analisar a legislação educacional para o ensino superior no Brasil e em Minas Gerais no período republicano. Destaca-se que, sempre que necessário, abordam-se os fatores de ordem social, política e econômica, a fim de possibilitar uma compreensão da pluridimensionalidade do objeto de estudo (OLIVEIRA e GATTI, 2002).

O segundo objetivo concentra-se em compreender o processo de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, inserido no movimento mais amplo de expansão da educação superior para o interior do Estado de Minas Gerais. O terceiro objetivo direciona-se para caracterizar o contexto educacional em Diamantina no período de instituição da FUVJ. Por fim, o quarto objetivo recai em identificar as principais instituições e sujeitos envolvidos, bem como suas contribuições para o processo de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

A problemática de pesquisa que culminou na elaboração dos objetivos acima elencados consistiu em investigar: quais foram os principais motivadores para a criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha em Diamantina entre 1960 e 1970? A fim de responder a tal indagação, foram traçadas as seguintes questões norteadoras de estudo: a) a FUVJ pode ser considerada uma resposta ao anseio social pela criação de uma universidade em Diamantina? b) a FUVJ foi consequência do movimento de expansão do ensino superior

¹ Em 1973, por meio da Lei Estadual nº. 6.270, de 19 de dezembro de 1973, alterou-se a denominação inicial de Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha para “Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha” – FEVALE.

² Cursos ofertados no 1º Concurso de Habilitação da Fafidia, realizado nos dias 17 e 18 de abril de 1968.

entre 1960 e 1970?³

Para delimitar o período de análise e alcançar o objetivo geral proposto nesta pesquisa, foi definido como marco temporal inicial o ano de 1965, pois foi em dezembro deste ano que a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha foi autorizada a se instituir por meio da Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965. O marco temporal final é o ano de 1974, momento em que a Faculdade e seus cursos foram finalmente reconhecidos pelo Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº. 74.573, de 19 de setembro de 1974. Apesar da periodização em foco, destaca-se que, para possibilitar a compreensão contextual, por vezes foi necessário recorrer a acontecimentos anteriores ou posteriores para citação ou análise.

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa fatores de ordem pessoal, profissional e científica. A minha trajetória profissional é delineada pelo contato constante com temas relacionados à história cultural local. Primeiramente, no ano de 2008, na oportunidade de estagiar na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina ao longo de minha formação superior de Bacharel em Turismo (2007-2011) e, posteriormente, como servidora pública municipal no mesmo órgão, no ano de 2009. Na sequência, por meio da elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo, na Universidade Federal de Minas Gerais, abordei temática relacionada também ao contexto cultural da cidade.⁴

Em 2012, ao ingressar no Curso de Bacharelado em Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Diamantina, fui instigada por temáticas relacionadas à história local, o que desencadeou, no ano de 2017, a elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Professor Mestre Mário Gomes Ferreira, com conteúdo relacionado à trajetória e às contribuições da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (FEVALE) para o acesso ao ensino superior em Diamantina. Ao investigar o tema, foram possíveis os primeiros contatos com o acervo do Memorial FEVALE, a partir do qual tive a oportunidade de iniciar meus estudos referente à história das instituições educativas.

Outro fator que justifica o interesse por investigar a trajetória histórica de uma instituição de ensino superior é a minha experiência profissional como servidora pública na

³ De acordo com Cacete (2014), este período foi marcado pela expansão do ensino superior, principalmente por iniciativa do setor privado, com a criação de inúmeras faculdades de filosofia, ciências e letras no interior do país.

⁴ Trabalho intitulado “A importância econômica da Vesperata para o desenvolvimento do turismo de base local em Diamantina”.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Ao assumir meu cargo público em 2010, diversos entraves sociais e educacionais se tornaram mais perceptíveis, incitando indagações a respeito das causas e consequências de toda a estrutura educacional de ensino superior no país. Assim, compreender o desenvolvimento histórico do ensino superior na cidade de Diamantina tem o intuito de responder tais indagações pessoais, bem como poder contribuir para a melhoria da educação no Brasil, em Minas Gerais e, principalmente, em Diamantina. Acredito que a história da educação é um campo de estudo que facilita tais análises e compreensões.

Nas últimas décadas ampliaram-se as abordagens relacionadas à História da Educação, o que fez aumentar o número de grupos de pesquisa, eventos e periódicos científicos dedicados ao tema. Por consequência, as abordagens direcionadas à História das Instituições Educativas também se destacaram, o que ocorreu, possivelmente, por três fatores distintos: por consequência da escassez de pesquisas específicas dedicadas aos processos de escolarização ocorridos nas diversas regiões e cidades do país; por resultado das influências perpetradas pela virada historiográfica⁵ que incentivou pesquisadores a estudar temas mais particulares; e, finalmente, por decorrência da formação acadêmica, nível doutorado, de pesquisadores que retornaram às suas regiões de origem, após se deslocarem aos centros mais consolidados de pesquisas na região centro-sul (GATTI JÚNIOR, 2007, p. 173).

Para Magalhães (2004), a abordagem historiográfica pode ser considerada uma das mais produtivas para se explicar a complexidade educacional, pois compreender as experiências do passado estimula a reflexão crítica das práticas adotadas no cotidiano, bem como contribui para melhor planejar novas iniciativas no campo educacional. Nesse sentido, a importância do estudo das instituições educativas encontra-se no que Magalhães (2004) denomina de possibilidade de triplo registro: conhecer o passado, problematizar o presente e perspectivar o futuro.

Em relação às instituições educativas localizadas em Diamantina, diversas pesquisas já envolveram, direta ou indiretamente, a compreensão histórica de grupos, escolas e colégios. A partir dos trabalhos localizados no banco de teses e dissertações da CAPES, bem como no levantamento realizado por Thomé (2017), podem ser citadas as produções científicas que retratam, historicamente, as seguintes instituições, conforme quadro a seguir:

⁵ Décio Gatti Júnior afirma que a virada historiográfica ocorreu nas últimas três décadas. Destaca-se que o artigo científico foi publicado em 2007.

Quadro 1 - Pesquisas relacionadas a instituições educativas – Diamantina-MG

INSTITUIÇÃO	PESQUISAS	AUTORIA	ORIGEM
Escola Normal Oficial de Diamantina	A disciplina de Língua Portuguesa no currículo da Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 1880 a 1889: Legislação, política e história.	Elizabeth Moreira Gomes	Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC/MG
	Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda: Fontes para a história da educação.	Gabriela Marques de Sousa e Flávio César Freitas Vieira	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
	As políticas de formação de professores em Minas Gerais, 1928 a 1938: O percurso da Escola Normal Oficial de Diamantina.	Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha	Faculdade de Educação – UFU
	Histórias de instituições educativas, Diamantina-MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951)	Layane Campos Soares e Flávio César Freitas Vieira	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza	A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Sousa e a formação de professores para o meio rural mineiro (1950-1970)	Helder de Moraes Pinto	Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC/MG
	Sentido novo da vida rural: A formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)	Leonardo Santos Neves	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMG
	Os diários manuscritos das alunas da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata, Diamantina (1950-1962)	Alessandra Geralda Soares	Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas – UFVJM
Colégio Nossa Senhora das Dores	O colégio Nossa Senhora das Dôres: vestígios de uma prática educacional confessional na segunda metade do século XIX	Beatriz Danúbia Dias e Ana Cristina Pereira Lage	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
	O Colégio Nossa Senhora das Dores e o Projeto Educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905-1925.	Meirelle Aiane Almeida Loredo	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFVJM
Grupo Escolar Mata Machado	Grupo Escola de Diamantina: implantação e recepção do novo modelo de educação na “Athenas do Norte” – 1907	Renan Eufrásio Assis de Almeida	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFVJM
	O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)	Luan Manoel Thomé	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFVJM
Grupo Escolar Professora Julia Kubitschek	Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961.	Claúdia Elizabeth Baracho	Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas – UFVJM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.	Caminhos do Desenvolvimento: síntese histórica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Antônio Carlos Fernandes e Wander Conceição	-

Fonte: elaborado pela autora a partir de Thomé (2017).

Embora a educação e as instituições destinadas a este fim fazerem parte da história de Diamantina, as produções científicas relacionadas à história institucional da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (FEVALE)⁶ são escassas, conforme se constatou ao longo dos contatos pessoais com estudiosos da história de Diamantina⁷ e nas buscas realizadas na base de teses e dissertações da CAPES, no sistema de Bibliotecas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais, na Biblioteca Deputado Camilo Prates, anexa à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Biblioteca Antônio Torres, localizada na cidade de Diamantina. Por esta perspectiva, evidencia-se a relevância de um estudo que seja capaz de delinear a trajetória inicial deste primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Assim, norteadas por aspectos históricos, esta pesquisa permitiu o levantamento do legado da FEVALE para a história local e regional, bem como suas contribuições para a educação superior na região a partir da década de 1960. Compreensão capaz de abrir caminhos para colaborar com as discussões locais no que tange à abordagem dos problemas sociais e educacionais na atualidade, fator que reforça a relevância da presente pesquisa e também justificou a escolha do tema abordado.

Outro aspecto que justificou o interesse pelo tema insere-se na perspectiva da importância das faculdades de filosofia para o processo de interiorização do ensino superior no país. Este processo alinhava-se ao entendimento de que “A educação levava ao desenvolvimento econômico, o provincialismo das cidades do interior encontrava na criação de uma escola superior a oportunidade de a cidade adquirir o prestígio pelo desenvolvimento das áreas metropolitanas” (FONSECA, 1992, *apud* CACETE, 2014, p.1073).

Por contribuição deste processo, entre as décadas de 1960 e 1970, o setor privado expandiu-se, principalmente, com a criação das “novas” Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras destinadas à formação de professores para a escola secundária. Cacete (2014) utiliza da denominação “novas” Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras para diferenciá-las das denominadas faculdades de filosofia criadas antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961. Se no período entre 1931 e 1961 exigia-se a presença de uma

⁶ Desde a sua criação, em 31 de dezembro de 1965, a denominação da mantenedora era Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. A Lei Estadual nº 6.270, de 19 de dezembro de 1973, alterou a denominação inicial de Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha para “Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha” – FEVALE.

⁷ Dentre eles lista-se os historiadores Erildo Antônio Nascimento de Jesus, Marcos Lobato Martins e Wander Conceição.

faculdade de filosofia para a constituição de uma universidade, após a LDB de 1961, retira-se essa obrigatoriedade. Mesmo assim as faculdades de filosofia continuam com o importante papel de ampliação do setor privado de ensino superior.

As instituições criadas entre as décadas de 1960 e 1970 organizavam-se na forma de escolas isoladas e, aproveitando o baixo investimento necessário, bem como a demanda social crescente por ensino superior, proliferaram-se especialmente no sudeste do país (CACETE, 2014). Em Minas Gerais também ocorreu a interiorização do ensino superior. Por iniciativa do Poder Executivo e Legislativo, diversas Fundações destinadas a este fim foram autorizadas no interior do estado.

Em relação à importância de se estudar uma instituição e sua relação com o contexto, cita-se Magalhães (2004, p. 62) ao afirmar que, se consideradas dentro de uma dimensão sistêmica, as Instituições educativas são “uma realidade dentro de uma outra realidade”. Desse modo, justifica-se estudar os antecedentes e contextos de uma Instituição a fim de possibilitar a compreensão do processo histórico, no qual se incluem os condicionantes sociais, que, por sua vez, influenciam sua regulação e manutenção normativa. Baseando-se no referido autor, percebe-se que uma instituição não existe de maneira destacada, isolada do seu contexto. Existe um necessário entrelaçamento entre a realidade institucional, o contexto social e o sistema normativo.

Desta forma, o enfoque sob a perspectiva da política educacional para o ensino superior justifica-se diante da necessidade de compreender de modo crítico as relações entre o arcabouço normativo que organizava o ensino superior e a organização da própria estrutura institucional da FEVALE, visto que a interação entre eles possibilita apontar os fatores condicionantes da educação superior à época (SAVIANI *apud* SAVIANI, 2008, p.XXI).

Relacionando as temáticas contexto local e educação, nas análises preliminares realizadas pela pesquisadora, foi possível constatar que a cultura e a educação encontram-se diretamente entrelaçadas à história da cidade de Diamantina. Ao longo do século XVIII, já despontavam produções artísticas e culturais no Arraial do Tijuco, influenciadas por poetas, escritores, pintores e artistas que se estabeleceram ali. Em 1804, chegaram ao Arraial as primeiras gramáticas portuguesas, francesas e latinas. Trazidas por intermédio do Doutor José Vieira Couto, foram oferecidas a pessoas de conhecimentos literários e científicos (PEREIRA, 2007). Em 1866, a cidade já possuía sua Biblioteca Municipal, localizada na Prefeitura e que contava com 1500 exemplares no ano de 1875 (PEREIRA, 2007). Também no século XIX, já existiam importantes instituições destinadas à educação, tais como o Colégio Nossa Senhora

das Dores e o Seminário Provincial Arquidiocesano de Diamantina.

Ao longo do século XX, a dedicação com o desenvolvimento da cidade proporcionou reflexos positivos também para a cultura e a educação locais. Destaca-se que, a partir do início da década de 1950, principalmente com o apoio do Governador do Estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira, à gestão municipal, o contexto político demonstrou-se propício ao desenvolvimento diamantinense, momento em que ocorreram a construção do terceiro grupo escolar denominado Júlia Kubitschek, as reformas no calçamento da cidade e a criação da primeira faculdade do Vale do Jequitinhonha, a Faculdade de Odontologia de Diamantina – FAOD (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005).

Também no século XX, foram criadas associações para a discussão de problemas sociais e culturais. Dentre elas, a Associação Renovadora de Ciências e Artes de Diamantina (ARCÁDIA) e a Sociedade Educacional Diamantinense.⁸ Tais entidades já defendiam a ideia de se fundar uma faculdade de filosofia na cidade. Especificamente na década de 1960, diante das discussões levantadas na 1ª Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha, foi decidido redigir uma moção, direcionada ao Governador do Estado, solicitando a criação de uma Universidade em Diamantina. A reivindicação justificava-se por considerar que tal instituição era “do mais alto interesse regional em favor do Ensino e da Cultura” (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005, p.63). Após a tramitação legal do Projeto de Lei nº. 2.617/65 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965, autorizou a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ), com o objetivo primordial de criar e manter a Universidade de Diamantina, estabelecimento de ensino superior voltado à pesquisa e formação profissional em todos os ramos do saber técnico-científico e da divulgação cultural.

Apesar das constatações acima e da relevância histórica, foi possível observar que o projeto de instituir uma Universidade no Vale do Jequitinhonha ainda não havia sido cientificamente explorado, o que instigou o interesse por investigá-lo. Desta forma, almejou-se com esta pesquisa ampliar as possibilidades de explicar e integrar o processo de criação da FUVJ à realidade presente no sistema educativo da época, pois “historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo” (OLIVEIRA e GATTI, 2002, p.74). Nessa perspectiva, esta pesquisa desenvolveu-

⁸ Cf. CADERNOS DA FAFIDIA. Ano II – Nº 2. Junho/julho. 1993. Diamantina: Centro de Extensão e Pesquisa da FAFIDIA, 1993. p.03.

se a partir da pluridimensionalidade, compreendida como um estudo multifocal, um processo de compreensão que trata o singular sem se desvincular do cenário no qual a instituição estudada está inserida.

1.1 Aspectos teórico-metodológicos

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi necessário delinear o percurso teórico-metodológico, indicando o método e procedimentos, bem como os materiais, instrumentos e perspectivas a partir dos quais se planejou desenvolver este estudo. Ao escolher o método, o pesquisador consegue decidir sobre o alcance da investigação, assim como delimitar as diretrizes para explicar os fatos. Sob tal perspectiva, “pode-se dizer que os métodos gerais têm como objetivo fundamental oferecer soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica” (GIL, 2002, p.28). Nesta pesquisa, para compreender o objeto de estudo foi adotado o método dialético.

Conforme preleciona Gil (2002), a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Assim, adotou-se uma linha metodológica que “descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 356). Para isso, foi necessário compreender os aspectos e conexões da instituição objeto de análise com a conjuntura e temporalidade específicos, a fim de se demonstrar o fenômeno por uma visão holística.

Sob o aspecto epistemológico, realizou-se uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se, em uma etapa prévia, como exploratória, quando foram coletadas informações sobre o objeto de estudo a fim de buscar seu esclarecimento e delimitação, o que exigiu a revisão de literatura e o levantamento documental. Em um segundo momento, buscou-se realizar a etapa explicativa da pesquisa para compreender o objeto de estudo e suas interfaces com o contexto mais amplo do estado de Minas Gerais e da cidade de Diamantina e, ao mesmo tempo, relacionando-a com a política educacional do período, na tentativa de buscar assim o conhecimento mais profundo da realidade e suas explicações (GIL, 2002).

Quanto à natureza das fontes, a pesquisa classifica-se, principalmente, como bibliográfica e documental. A pesquisa é bibliográfica, pois foram exploradas as seguintes fontes: livros, revistas científicas, teses, dissertações, relatórios de pesquisas, artigos científicos e outras obras que já discutiram os eixos temáticos essenciais para a análise do

objeto de estudo, dentre eles estão: a História das Instituições Educativas, o Ensino Superior no Brasil e em Minas Gerais, assim como suas legislações relacionadas e, por fim, as Faculdades de Filosofia e o processo de interiorização do ensino superior brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970.

Após a localização e coleta, foi necessária a leitura do material de maneira seletiva, visando elaborar fichamentos que continham os principais aspectos e elementos das temáticas abordadas na pesquisa. Na sequência, foi preciso ordenar, categorizar e analisar as leituras a fim de se estabelecer conclusões significativas que contribuíssem para responder aos objetivos da investigação (GIL, 2002).

No que se refere à metodologia destinada ao estudo da legislação, a fim de se compreender de modo crítico as relações entre o arcabouço normativo que organizava o ensino superior e a própria estrutura institucional da FEVALE, foram considerados os ensinamentos de Demerval Saviani:

A organização escolar não é obra da legislação. Ambas interagem no seio da sociedade que produz uma e outra. O estudo da legislação se revela um instrumento privilegiado para a análise crítica da organização escolar porque, enquanto mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, reflete as contradições objetivas que, uma vez captadas, nos permitem detectar os fatores condicionantes da nossa ação educativa (SAVIANI, *apud* SAVIANI, 2008, p.XXI).

Constatando que o sistema educacional se estabelece por meio das normas produzidas pelos dirigentes, afirma Romanelli (1995, p.188) que “a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder”. Por isso, a interpretação do arcabouço normativo demanda compreender o contexto a partir do qual as decisões sobre as políticas educacionais são estabelecidas (SAVIANI *apud* VIEIRA, 2007, p.293). Assim, sob a perspectiva dos autores citados acima, a partir da revisão de literatura e após coletar materiais que demonstram a configuração nacional das políticas públicas destinadas ao ensino superior no período pretendido, tornou-se imprescindível sistematizar a estrutura legal do ensino superior no Brasil por meio do levantamento das bases da educação delineadas nas constituições republicanas, demarcando-se a divisão de competências entre os entes federados a fim de compreender qual a responsabilidade da União e dos estados quanto ao ensino superior. Na sequência, foi preciso compreender a legislação infraconstitucional elaborada a partir das constituições republicanas, estabelecendo os marcos políticos, econômicos, culturais e sociais que impactaram o contexto educacional.

Posterior à discussão na esfera legislativa nacional, realizou-se levantamento e análise do arcabouço normativo no âmbito do Estado de Minas Gerais no período republicano, contribuindo para traçar o percurso institucional desde a autorização de funcionamento da FUVJ por meio da Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965, até o reconhecimento de seus cursos por meio do Decreto Federal nº 74.573 de 19 de setembro de 1974. A partir do levantamento realizado na Biblioteca Deputado Camilo Prates, anexa à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi possível constatar que, entre 1961 e 1969, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais autorizou quarenta e três instituições de ensino superior a se instalarem. Evidenciando-se este contexto, importante se faz compreender o processo de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, inserido neste movimento mais amplo de expansão da educação superior para o interior do Estado de Minas Gerais. Justifica-se, portanto, a propositura do segundo objetivo específico desta pesquisa.

Ressalta-se que nas buscas realizadas nos sistemas de bibliotecas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e da Universidade Federal de Minas Gerais, no banco de teses e dissertações da CAPES e na Biblioteca Deputado Camilo Prates, não foram encontradas pesquisas científicas que se concentrem em estudar causas e consequências dessa expansão, o que pode ser considerada uma lacuna no campo de estudo da história da educação em Minas Gerais. Além disso, para compreender o panorama educacional em Minas Gerais, concentraram-se esforços na busca de pesquisas científicas que permearam a história do ensino superior no estado e poucos foram os estudos encontrados. Muitos deles se direcionam a estudar uma instituição educacional, como é o caso das pesquisas abaixo listadas: a) “A criação da Universidade do Estado de Minas Gerais pela IV Assembleia Constituinte Mineira de 1988/89”, dissertação elaborada em 1998, por Alexandre Borges Miranda; b) “Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: sementes do espírito universitário”, livro publicado em 2015, por Maria de Lourdes Amaral Haddad a partir de sua dissertação de mestrado defendida em 1988; c) “História da Universidade do Estado de Minas Gerais”, obra publicada em 1971, por Eduardo R. Affonso de Moraes; d) “Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais”, de autoria de Elza Maria Miranda Afonso e Misabel de Abreu Machado, em 1976-1977. Outros estudos foram encontrados no sistema de bibliotecas da UFMG que abordam a criação das demais faculdades que vieram a formar a referida instituição.

Em contrapartida, para outros estados da federação foi possível encontrar obras

que retratam especificamente o ensino superior e seu desenvolvimento no contexto estadual, como é o caso das seguintes obras: a) “Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960”, tese de doutorado defendida nos anos 2000, por Maria Rosemary Coimbra Sheen; b) “Terceiro Setor na educação superior brasileira”, livro de Ludimar Pegoraro, publicado em 2013 e que desenvolve a interiorização do ensino superior em Santa Catarina na década de 1960; c) “O ensino superior em São Paulo: aspectos quantitativos de sua expansão”, obra elaborada por José Pastore e Jair de Moraes Neves, em 1969. Deste modo, a partir da lacuna científica constatada no campo da história do ensino superior em Minas Gerais, percebeu-se a importância das abordagens que possam contribuir para elucidar o desenvolvimento do ensino superior mineiro, como é o caso do presente estudo.

Em relação à etapa da pesquisa documental, foram exploradas diversas fontes, dentre elas: atas, livros de registros, ofícios, correspondências, periódicos, legislações, projetos de lei, mensagens governamentais, decretos, resoluções e pareceres. Discorrendo sobre a importância da utilização de documentos em pesquisas na área da educação, Lucke e André (2013, p. 45) afirmam que eles são “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”, além disso, por serem produzidos em um determinado contexto, são fontes de informação circunstanciada, ao mesmo tempo em que fornecem conhecimento sobre a conjuntura em que foram produzidos.

Nesta perspectiva, a partir do novo olhar historiográfico que considera a importância do seio social e especialmente suas singularidades e particularidades para a compreensão de uma instituição educativa (OLIVEIRA e GATTI, 2002), foram essenciais para a pesquisa os acervos das bibliotecas e arquivos presentes na cidade, bem como demais entidades que possuem registros relacionados à educação local no período histórico analisado, dentre elas: Biblioteca Antônio Torres, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, Memorial da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha e Arquivo da Associação do Pão de Santo Antônio. Imprescindível também foi o levantamento de registros históricos tais como documentos oficiais da própria instituição, livros de atas, livros de matrículas e colação de grau, documentos oficiais de outras instituições que se relacionaram com a FEVALE e produzidos à época que puderam esclarecer o momento em que Diamantina começou a discutir a necessidade de uma instituição de ensino superior destinada à formação docente, bem como as associações e entidades envolvidas nessa aspiração.

Em continuidade às etapas da pesquisa, indispensável foi coletar informações em periódicos locais da época. Foram selecionados os jornais “Estrela Polar” e “Voz de Diamantina” para retratar o contexto educacional da cidade de Diamantina, entre as décadas de 1960 e 1970, levantando informações e verificando a existência de debates e reivindicações sobre o ensino na cidade e seu interesse social. Também foi necessário levantar informações sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais que refletiram no contexto educacional, bem como quais as escolas, instituições e demais entidades educativas existiam no período e quais as suas condições. Assim, destaca-se que os jornais foram instrumentos importantes para esta pesquisa, pois contribuíram sobremaneira para uma leitura do contexto da cidade de Diamantina à época, principalmente porque ainda são escassas as obras que retratam a cidade e suas características no período de recorte temporal deste estudo, quais sejam, as décadas de 1960 e 1970.

O jornal pode ser considerado como documento, isto é, como “registro humano das vivências de certos grupos em certos lugares num certo tempo” (GOODWIN JÚNIOR, 2007, p.76). A partir desse ponto de vista, os textos jornalísticos são considerados registros de determinados grupos sociais a partir de seus valores e interesses, devendo ser analisados como “resultado de um processo de recortes, de escolhas e de possibilidades” (GOODWIN JÚNIOR, 2007, p.76). Ao discorrer sobre o processo de produção de um jornal e a veracidade veiculada em seus textos, Goodwin Júnior cita Capelato (1986) para afirmar que “a ideologia veiculada pelos jornais tem o seu lado de verdade; a verdade da imprensa é seletiva, particular, produzida por muitos, e sempre de acordo com interesses que se inserem na lógica do capital” (CAPELATO *apud* GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 77). Sob tal perspectiva, além de extrair informações dos periódicos a serem estudados, foi necessário levar em consideração: por quem e para quem a imprensa em Diamantina era produzida.

A partir dos próprios periódicos podem ser extraídas informações que revelam as principais características da imprensa diamantinense. O “Estrela Polar” era o periódico oficial da Arquidiocese de Diamantina. Fundado por Dom Joaquim Silvério de Souza, em 1903, seria um dos “mais velhos jornais católicos de Minas” e, sempre “fiel ao seu lema que é de mostrar o caminho seguro, tem lutado com denodo pela causa de Deus e de sua Igreja” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 67, n. 14, 31 dezembro 1972, p. 01).

O “Voz de Diamantina” foi criado também no início do século XX, porém possuía o nome de Pão de Santo Antônio. Em 06 de outubro de 1906, divulgou-se a primeira edição do mensário, entretanto sua produção interrompeu-se em maio de 1913. O jornal retornou dois

anos depois, mas foi novamente suspenso no final de 1935. Em sua última edição antes da interrupção nota-se o viés religioso do mensário: “Após quase seis lustros de laboriosa existência, termina, hoje, sua espinhosa tarefa jornalística, na arena da imprensa católica, êste modesto e obscuro semanário diamantinense” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n.01, 07 outubro 1956, p. 01). Em 1936, quando retornou à publicação reaparece o nome de Voz de Diamantina.

Nas décadas de 1960 e 1970 os jornais eram publicados semanalmente e comemoravam todo dia 15 de agosto o Dia da Boa Imprensa. Abaixo um trecho da edição de 09 de agosto de 1970 revela o que caracterizavam como a boa e a má imprensa:

O dia 15 de agosto é o "Dia da Boa Imprensa". Ninguém pode subestimar a importância da Boa imprensa, da Imprensa Católica. Ela é o veículo da verdade. Infelizmente, nem sempre pode cumprir a contento a sua finalidade, em vista dos poucos recursos de que dispõe. E por isso mesmo não pode competir com a má imprensa, muitas vezes melhor aparelhada. Manter um jornal católico, no interior, é qualquer coisa de heroico. É preciso que os católicos se convençam de que precisam dar maior apoio a imprensa católica. Auxilia-la é um dos deveres do bom cristão. E especialmente, para nós, um dos melhores meios de auxílio, é pagar em dia as suas assinaturas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 41, 09 agosto 1970, p. 01).

Este trecho consolida por quem e para quem a imprensa local continuava a ser produzida: por católicos e para católicos. Portanto, adotou-se como cuidado metodológico analisar os jornais como a verdade produzida por jornais ideologicamente alinhados à Igreja Católica, direcionados a divulgar uma realidade seletiva, a partir do filtro do catolicismo, com o objetivo de alcançar um público também católico.

Utilizando-se dos documentos acima descritos, realizou-se o levantamento de instituições e sujeitos envolvidos no processo de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha para posteriormente verificar suas contribuições para esse processo. Sob a perspectiva da pluridimensionalidade, afirmando a importância de se incluir o contexto local ao historiar uma Instituição educativa, Oliveira e Gatti (2002) afirmam que para considerá-la no processo de desenvolvimento da comunidade ou região é preciso abordar sua história interligada às mudanças que acontecem no âmbito local, sem, ao mesmo tempo, esquecer a singularidade da instituição, bem como as perspectivas contextuais maiores.

Neste sentido, a fim de corroborar com o arcabouço documental – fonte principal desse estudo – e ainda, considerada a importância de se problematizar as instituições educativas na sua relação com a comunidade envolvente (OLIVEIRA e GATTI, 2002, p. 73), utilizou-se, complementarmente, da técnica de coleta de dados denominada entrevista, tendo

como participantes pessoas que estudaram na instituição no período do recorte temporal da pesquisa. Assim, em obediência aos preceitos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, as etapas relacionadas à preparação das entrevistas foram realizadas, conforme descrição a seguir.

Em relação ao plano de seleção dos sujeitos, inicialmente, foi analisado o Livro de Matrículas entre 1968 e 1974, com o objetivo de identificar ex-alunos que estudaram na instituição à época e ainda residam na cidade de Diamantina. Na sequência, selecionou-se quatro ex-alunos da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha que, após concluírem o curso superior, continuaram atuando em instituições educativas da cidade de Diamantina. Alinhando-se aos objetivos da pesquisa, almejou-se com as entrevistas que os ex-alunos discorressem sobre o contexto educacional de Diamantina à época e relatassem suas percepções sobre a instituição: local, estrutura, organização, colegas, biblioteca, aulas, relação com os professores e demais alunos. Foi abordada também a percepção dos ex-alunos no que diz respeito à expectativa da criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha em Diamantina.

De antemão, o passo inicial foi elaborar um roteiro (ANEXO 1) com tópicos que pudessem contribuir para compreender a relação dos discentes com a instituição objeto do estudo, no período compreendido na análise. Neste sentido, o roteiro foi elaborado seguindo “uma sequência lógica entre os assuntos, dos mais simples aos mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento” (LUDKE e ANDRÉ, 2013, p. 42). Da mesma maneira, foi essencial atender a exigências psicológicas do processo, abordando temas de maneira a permitir um aprofundamento gradual no assunto, evitando “saltos bruscos entre as questões (...) e impedindo que questões complexas e de maior envolvimento pessoal, colocadas prematuramente, acabem por bloquear as respostas às questões seguintes” (LUDKE e ANDRÉ, 2013, p. 42).

Depois da elaboração do roteiro e a definição pormenorizada da metodologia de trabalho, houve a aprovação no Conselho de Ética em Pesquisa da UFVJM, o que possibilitou procurar os possíveis entrevistados para que manifestassem o interesse e o consentimento em conceder a entrevista. Nesta etapa, eles foram procurados pessoalmente e informados dos objetivos e justificativas da pesquisa e da entrevista, esclarecendo que todas as informações fornecidas em uma possível entrevista seriam utilizadas somente para fins de pesquisa, resguardado o sigilo necessário e a privacidade de cada um dos sujeitos envolvidos (LUDKE e ANDRÉ, 2013).

Não obstante, em obediência aos procedimentos éticos previstos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, bem como na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, o processo de consentimento livre e esclarecido foi iniciado com a etapa de explicar ao convidado a respeito da pesquisa. Em função disso, buscou-se o momento, a condição e o local mais adequados para a primeira abordagem, levando em consideração as peculiaridades e a privacidade do participante. Os esclarecimentos foram realizados em linguagem clara e acessível, levando em consideração as seguintes características do sujeito de pesquisa: aspectos culturais, faixa etária, condição econômica e autonomia.

Outro cuidado no contato inicial consistiu no dever de proporcionar tempo suficiente ao convidado para que ele pudesse decidir se participaria ou não da pesquisa, podendo consultar outras pessoas para que tomasse a decisão de maneira livre e esclarecida. Após a aceitação, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser lido e também prestados os esclarecimentos adicionais, se necessários. Destaca-se que o TCLE foi previamente aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, contendo os requisitos apresentados no item IV.3 da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, aos quais a pesquisadora obrigatoriamente obedeceu no momento das entrevistas.

Conforme anexo, o termo supracitado contém todos os requisitos obrigatórios previstos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde: justificativa, objetivos, procedimentos, detalhamento dos métodos, explicitação de possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, benefícios esperados da participação e ainda os esclarecimentos necessários referentes: à garantia de liberdade de retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa, à manutenção do sigilo e da privacidade do participante, ao recebimento de uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ainda, à garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Também em relação ao TCLE, cumprindo a obrigatoriedade descrita na Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS, de 21 de março de 2011, todas as folhas foram rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, sendo a última página assinada também por ambos.

A fim de garantir a privacidade dos sujeitos, as entrevistas foram realizadas no

local escolhido pelo participante. No que diz respeito ao horário, dia e tempo de duração de cada uma das entrevistas, foi acordado com cada um deles tais fatores, de acordo com a disponibilidade e predisposição de cada um. Após a concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nos moldes da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, no momento da entrevista, os dados foram registrados por gravação direta e anotações da pesquisadora, de acordo com o consentimento do participante da pesquisa.

Sempre respeitando as singularidades e as características pessoais de cada participante, a pesquisadora conduziu o depoimento considerando as possíveis limitações estruturais, tais como dificuldades em abordar determinados temas, idade, origem social, bem como respeitou as possíveis limitações conjunturais, tais como enfermidades, indisposições, dificuldades de mobilidade, compromissos profissionais, dentre outras (DELGADO, 2010). A pesquisadora também teve o cuidado de se manter neutra e flexível em suas abordagens, estabelecendo um diálogo sincero e consistente com o entrevistado. Outros cuidados no decorrer da entrevista foram observados, dentre eles: possibilitar fluidez à entrevista, evitando questionamentos que interrompam a narrativa; respeitar os momentos de silêncio e possíveis esquecimentos; conduzir a entrevista no ritmo de cada participante, concedendo os intervalos ou interrupções necessários para cada um deles; evitar perguntas longas e/ou indiretas. Assim, a partir de tais cuidados, procurou-se estabelecer o que Delgado (2010) denomina de uma relação de confiança mútua que pudesse contribuir para o sucesso da entrevista.

Na sequência, após finalizar as entrevistas e em continuidade às etapas subsequentes, foi fundamental o processamento e a análise, o que envolveu três etapas. A primeira delas consistiu na transcrição das entrevistas, na qual foram reproduzidos os depoimentos para a versão escrita, sempre com fidelidade ao que foi relatado, sem cortes, nem acréscimos (DELGADO, 2010). A segunda etapa baseou-se em conferir a fidelidade do que foi transcrito por meio da leitura do depoimento escrito e, ao mesmo tempo, a escuta da entrevista novamente a fim de corrigir possíveis erros, falhas, omissões ou acréscimos que possam prejudicar o conteúdo da narrativa (DELGADO, 2010). Nesta etapa, o participante também foi provocado para conferir as informações prestadas, verificar possíveis equívocos e confirmar seu depoimento.

Ao final, a terceira etapa compreendeu em analisar as entrevistas, o que ocorreu em consonância com todo o material coletado nas etapas anteriores – pesquisa documental e pesquisa bibliográfica –, com o fito de contribuir para alcançar os objetivos propostos na

pesquisa. Para a análise dos dados foi fundamental adotar uma linha metodológica que possibilitasse descrever “o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 356). Para isso, os documentos coletados e as entrevistas realizadas foram estudados a partir da análise de conteúdo, com a finalidade de superar incertezas e enriquecer a leitura ao realizar o reconhecimento das unidades de sentidos presentes nos textos (BADIN, 2011).

Por meio de um conjunto de técnicas complementares, a análise de conteúdo, relacionada aos objetivos propostos nesta pesquisa, contribuiu para explicar e sistematizar o conteúdo das mensagens coletadas, bem como o significado desse conteúdo, utilizando-se para isso deduções lógicas e justificadas, e estabelecendo como referência a origem e o contexto da mensagem produzida (OLIVEIRA *et al*, 2003). A partir dos ensinamentos de Bardin (2011), a análise de conteúdo compõe-se de três etapas. A primeira, descritiva, consiste em tratar a mensagem de maneira a enunciar suas características. A inferência que, como procedimento intermediário, visa realizar deduções lógicas para descobrir as causas e antecedentes da mensagem, bem como suas consequências ou efeitos possivelmente provocáveis. E, a etapa final é a interpretação, isto é, atribuir significados às mensagens a partir da caracterização e dedução elaboradas nas fases anteriores (BARDIN, 2011).

Para analisar os dados desta pesquisa, a primeira fase consistiu em organizar e sistematizar toda a documentação que deveria ser submetida à posterior análise. Após a coleta documental e a transcrição das entrevistas, foi necessário em um primeiro momento reunir o material e proceder à leitura para se familiarizar com as temáticas abordadas. Tal etapa consistiu em um “trabalho gradual de apropriação do texto, estabelecendo idas e vindas entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que comecem a emergir os contornos de suas primeiras unidades de sentido” (OLIVEIRA *et al.*, 2003, p.5-6). Tais unidades de sentidos orientaram a pesquisadora, controlando a subjetividade em busca de resultados de pesquisa mais precisos, objetivos e sistematizados.

A segunda fase consubstanciou-se na definição das unidades de registro que, na análise de conteúdo pretendida nesta pesquisa, fundamentou-se nos objetivos delimitados e nos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos estudos preliminares a respeito das categorias temáticas indispensáveis à compreensão do objeto, quais sejam: história das instituições educativas, políticas públicas para a educação superior e expansão e interiorização do ensino superior. Destaca-se que, por se tratar de uma abordagem qualitativa, o estudo levou

em consideração a presença ou a ausência de determinadas características ou conjunto de características do conteúdo para fins de categorização e análise (BARDIN, 2011).

A terceira etapa delimitou-se em definir categorias de análises, isto é, reunir unidades de registros por meio de critérios determinados a partir “da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação teórica” (OLIVEIRA, 2003, p.9). Importante salientar que, por se inserir no campo da História da Educação, para a análise do material coletado, foi preciso o suporte teórico por meio das perspectivas de autores que se dedicam especificamente à história das instituições educativas, tais como Magalhães (2004), Saviani (2005) e Gatti Júnior (2002).

Desta forma, no estudo sobre o processo histórico de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, apesar do enfoque específico delineado no objetivo geral, foi necessário compreendê-la como uma “entidade orgânica, comunicativa, relacional que se constrói numa zona de tensão, marcada por anseios, incertezas, sonhos e práticas em busca de um projeto comum” (OLIVEIRA e GATTI, 2002, p.74). Por este motivo, imprescindível foi considerar os sujeitos envolvidos neste processo, bem como as interfaces com as outras instituições existentes em Diamantina à época.

Por fim, com a finalidade de alcançar os objetivos expostos no presente projeto e, ao mesmo tempo obedecer à cronologia apresentada, delimitou-se as seguintes categorias de análise a partir das fontes documentais previamente coletadas:

Quadro 2 - Categorias de análise

CATEGORIA	DOCUMENTOS
Estrutura organizacional	Pareceres do CEE, estatutos, regimentos.
Infraestrutura institucional	Entrevistas, pareceres do CEE.
Recursos e situação financeira institucional	Balancetes de receitas e despesas entre 1968 e 1973; aporte dos auxílios financeiros; taxas pagas pelos alunos; atas da Congregação da Fafidia.
Perfil professores	Entrevistas, pareceres do CEE.
Perfil dos alunos	Livro de matrículas; livro de registro de diplomas entre 1971 e 1974, série histórica do quantitativo de alunos do período entre 1968 e 1974, livro de atas do Diretório Acadêmico do ano de 1972, entrevistas.
Cotidiano escolar	Entrevistas, livro de atas do Diretório Acadêmico do ano de 1972.

Fonte: elaborado pela autora.

Justifica-se a definição das categorias acima consolidadas a partir das fontes documentais disponíveis no acervo do Memorial da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, local em que a pesquisadora debruçou-se para separar, organizar e selecionar o arquivo que lamentavelmente não se encontrava completo.

Por fim, os resultados desta pesquisa foram apresentados subdividindo-a em quatro capítulos. No primeiro deles, intitulado: “O período republicano e as legislações para o ensino superior no Brasil”, realizou-se uma retomada histórica, analisando a legislação educacional do período republicano. Nesse capítulo foram apresentados elementos essenciais para o estudo da legislação, a partir dos quais foram feitos apontamentos sobre temas recorrentes no estudo do direito constitucional, tais como “constitucionalismo”, “constituição” e “legislação infraconstitucional”. Em continuidade realizou-se uma breve retomada do período anterior à República delineando as características do ensino naquele período. Por fim, foi contextualizado e apresentado o ensino superior a partir de cada constituição republicana. Sempre que necessário, abordaram-se os fatores de ordem social, política e econômica, a fim de possibilitar uma compreensão da pluridimensionalidade da instituição estudada.

No segundo capítulo abordou-se “A interiorização do ensino superior em Minas Gerais”. Inicialmente demonstrou-se a legislação aplicável e as instituições criadas no estado desde a República até fins da década de 1950. Na sequência, apresentou-se o contexto de expansão e interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960, apresentando as fundações educacionais e faculdades criadas neste período, suas características, localização e objetivos, a fim de compreender a inserção da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (Projeto de lei nº 2.617/1965) neste processo de interiorização. Na última parte deste capítulo traçou-se um panorama sociopolítico e econômico do Vale do Jequitinhonha a fim de compreender sua diversidade e as possibilidades para um projeto de universidade.

No terceiro capítulo, com base nos periódicos locais, pesquisas científicas e legislações, apresentou-se a contextualização da cidade de Diamantina a partir do período republicano, inscrevendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como suas relações com a conjuntura educacional local. Em prosseguimento, apresentou-se especificamente o panorama das décadas de 1960 e 1970, abordando o que avançou e o que retrocedeu sob o ponto de vista político, econômico, social e cultural. Para finalizar o capítulo, destacou-se a conjuntura educacional no período específico da presente pesquisa,

apontando os investimentos públicos, as instituições existentes e a ampliação das possibilidades na cidade educacional.

No quarto capítulo destacou-se a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Abordou-se o projeto de Universidade com foco nas estratégias e iniciativas direcionadas a expandir a instituição. Na sequência, foram estudadas as categorias de análises inicialmente propostas e as especificidades encontradas na instituição entre a autorização legal de funcionamento e o reconhecimento de seus cursos. Finalmente, apresentaram-se os sujeitos e instituição que se envolveram com a Universidade do Vale do Jequitinhonha, destacando as suas contribuições tanto para a Fundação quanto para a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina.

As figuras a seguir sintetizam o que se desenvolveu nesta pesquisa. A primeira delas diz respeito aos aspectos singulares, abarcando os meandros institucionais estudados, bem como os sujeitos e as instituições que fizeram parte deste projeto. A segunda figura demonstra os aspectos conjunturais, representados pelos contextos nacional, estadual, regional e local, bem como o sistema normativo, permeando todos eles.

Figura 1- O singular da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 2 - O cenário da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha



Fonte: elaborado pela autora.

Assim, a partir dos objetivos delineados e da metodologia apresentada, os levantamentos de dados, as entrevistas, as análises e os resultados desta pesquisa visaram contribuir para compreender qual foi a importância histórica do primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha. Colaborou ainda para a reflexão do processo de desenvolvimento do ensino superior na cidade de Diamantina e seus possíveis reflexos para o contexto educacional na atualidade. A pesquisa também corroborou para entender de que maneira a sociedade diamantinense dedicou-se a esse projeto e quais foram os principais sujeitos envolvidos e suas contribuições. Por fim, as investigações colaboraram para a sistematização da história institucional da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (FEVALE), bem como com a produção científica relacionada especificamente ao tema abordado, promovendo subsídios para outros pesquisadores interessados na temática.

2. CAPÍTULO I: O PERÍODO REPUBLICANO E AS LEGISLAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo analisam-se as disposições legais para o ensino superior vigentes no Brasil ao longo do período republicano. A partir da revisão de literatura, investiga-se como se organizou o ensino superior sob o aspecto legal tendo como ponto de partida as constituições republicanas, apresenta-se também o arcabouço legislativo que subsidiou a trajetória do ensino superior no país, inserido no contexto das reformas educacionais ocorridas ao longo do período. Complementando a análise, a partir de autores da história da educação, apresentam-se as influências e reflexos do contexto político, econômico, cultural e social nas produções legislativas.

2.1 Elementos essenciais para o estudo da legislação

Compreendendo as contribuições deste estudo para o campo do direito educacional, desenvolve-se uma abordagem interdisciplinar interligando as áreas da educação, do direito e da história. Pautando no estudo do direito constitucional, apresentam-se nesta primeira subseção elementos essenciais para se compreender a maneira como se organiza a legislação a partir do constitucionalismo moderno.

A partir dos séculos XVII e XVIII, o movimento do constitucionalismo,⁹ intimamente ligado às revoluções francesa e americana, propulsionou o desenvolvimento da denominada ordem constitucional formal. Nessa nova ordem, a Constituição passou a ser definida como um documento escrito que ordena/constitui uma determinada sociedade, fixando os limites do poder político e declarando direitos e liberdades fundamentais (SOARES *apud* FERNANDES, 2012, p.32). Nesse documento formal, escrito, pactuado entre os membros da comunidade, se estabelecem normas às quais todos devem obediência, independentemente da posição social, econômica ou política que ocupa na comunidade. Determina-se assim, a ideia de governo das leis e não dos homens (FERNANDES, 2012, p.33).

No campo do direito, a Constituição também pode ser denominada de Carta Magna, Código Supremo ou simplesmente Carta (CURY, 2014). Representa a soberania de um Estado e inclui os princípios e normas mais relevantes do ordenamento jurídico nacional.

⁹ Anteriormente a este movimento, a Constituição, denominada de Constituição material ou real, poderia ser entendida como um modo de ser de determinada comunidade, sociedade ou Estado (FERNANDES, 2012).

Tais diretrizes devem orientar toda e qualquer produção legislativa, isto quer dizer que as normas infraconstitucionais devem estar sempre em consonância com a Constituição vigente.

Em momentos de ruptura, para que seja possível a elaboração de uma ordem constitucional, necessário se faz um poder que possa desconstituir o ordenamento jurídico anterior e, ao mesmo tempo, elaborar nova Carta Constitucional. Este se denomina de Poder Constituinte Originário. Nas palavras de Miranda (1998):

O poder constituinte originário é inicial porque, do ponto de vista jurídico, não se deriva nem se fundamenta de nenhum outro poder já constituído. Assim, a Constituição funda uma nova ordem constitucional e inicia um novo ordenamento jurídico, revogando a Constituição anterior e retirando a eficácia da legislação infraconstitucional incompatível. (...) pode-se afirmar, segundo aponta a doutrina, que o poder constituinte originário é incondicional, pois não se submete a nenhuma forma ou condição pré-estabelecida, sendo livre para manifestar-se de acordo com a conjuntura política (MIRANDA, 1998, p.100-101).

A partir do fragmento acima, percebe-se as principais características do Poder Constituinte Originário: inicial e incondicional. Neste sentido, legitimam o poder político instituído por consequência dos movimentos de ruptura presentes na história brasileira. Já no que diz respeito às legislações produzidas em período anterior à nova ordem constitucional, essas podem ou não serem compatíveis com o conteúdo presente na nova Constituição. Nos casos em que a norma anterior contradiz a nova Constituição, essa não será recepcionada pela nova ordem constitucional, ocorrendo a revogação ou a não recepção. Em contrapartida, nos casos em que a norma anterior alinha-se às diretrizes constitucionais, ocorre o fenômeno da recepção e a norma continua válida e eficaz (FERNANDES, 2012).

A forma de Estado também é característica importante a partir da qual pode se compreender a estrutura política de um ente soberano. Com exceção da Constituição do Império de 1824 que adotou a forma de Estado Unitário, as demais constituições brasileiras adotaram a forma de Estado Federado. De acordo com Fernandes (2012, p. 289), uma Federação caracteriza-se pela “união indissolúvel de organizações políticas dotadas de autonomia, com o fim de criação e manutenção do Estado Federal”. A autonomia atribuída aos entes federados permite que ocorra o processo de descentralização política, a partir do qual é possível transferir competências do centro – no caso do Brasil, a União – para os demais pontos que compõem o Estado Federal. Por consequência, cada Estado-membro tem a legitimidade de estruturar sua própria Constituição, bem como produzir suas próprias leis, sempre observando os princípios e diretrizes constitucionais da União (MIRANDA, 1998).

A legitimidade para elaborar a Constituição estadual denomina-se de Poder Constituinte Decorrente e, ao longo do período republicano brasileiro, este poder apresentou algumas diferenças a partir de cada ordem constitucional promulgada no plano nacional. As Constituições federais de 1891, 1934 e 1946 concederam aos Estados-membros a autonomia derivada da forma de Estado Federado. De maneira diversa foi consagrado o princípio federativo nas Constituições de 1937 e 1967, principalmente em decorrência das características do poder político presente no país em cada um desses períodos. Especificamente em relação à Constituição de 1937, ficou estabelecido que a Constituição Estadual deveria ser documento outorgado pelo Governo Estadual, o que no caso de Minas Gerais, nem mesmo ocorreu. No que tange à Constituição de 1967, estabeleceu-se que cada Estado-membro deveria proceder a simples reforma à Constituição estadual, adaptando-a ao texto da Constituição Federal. Em seguida, a Emenda Constitucional nº 01/1969 dispensou a necessidade de alteração nas constituições estaduais (HORTA, 1988 *apud* MIRANDA, 1998).

Sob a perspectiva acima delineada e considerando o objetivo deste capítulo, as Constituições brasileiras apresentam-se como o primeiro documento a partir do qual é possível extrair indícios da forma como se organizou o ensino superior ao longo do período republicano pois, ao fixar os limites do poder político, as Constituições tornam-se os principais instrumentos para delimitar a organização formal do Estado em cada nova ordem constitucional instituída ao longo do período republicano. Compreender tal organização é de suma importância para interpretar as influências do poder político, bem como entender a divisão de competências entre os estes federados no que tange à produção legislativa educacional.

Outra justificativa para a importância das Constituições na compreensão da estrutura legal do ensino superior gira em torno da constatação de que os direitos e liberdades mais fundamentais de uma sociedade são necessariamente declarados nesses documentos. Assim, ao analisar as Constituições brasileiras, é possível detectar se a educação foi consagrada entre os direitos fundamentais de cada nova ordem estabelecida ao longo do período republicano. No campo da educação, as Constituições se revelam como um dos temas preferenciais de pesquisa para a análise da política educacional traçada no Brasil (VIEIRA, 2007). Entretanto, para compreender os dispositivos legais introduzidos em uma Constituição, bem como os atos normativos produzidos a partir de cada nova ordem constitucional, torna-se importante apreender o contexto a partir do qual eles foram definidos e isso inclui considerar

que existem fatores que ultrapassam os limites meramente legais, mas que mesmo assim interferem nas políticas educacionais, dentre eles estão os fatores de ordem social, política, econômica e cultural (PEGORARO, 2013).

Destaca-se que tais fatores interferem tanto no contexto de produção legislativa, ou seja, no momento anterior à aprovação da lei, como também a posteriori, definindo os contornos e o modo como a realidade educacional se adaptará às modificações legais. Esse entendimento encontra respaldo também em Vieira (2007, p.293) ao defender que nos contextos em que são produzidas as legislações podem ser encontradas explicações para “as mudanças (ou permanências) macroestruturais que determinam boa parte das circunstâncias do fazer educativo”.

2.2 Ensino superior: breve retomada do período anterior à República

De acordo com Romanelli (1995), as características da educação propagada pela Companhia de Jesus no período colonial brasileiro permaneceram mesmo após a expulsão dos Jesuítas em 1759, influenciando a organização do ensino no período imperial e até depois da independência nacional. Em relação ao nível superior, Saviani (2010) destaca que os colégios jesuítas mantinham cursos de filosofia e teologia, como parte de um sistema de ensino de níveis sucessivos e propedêuticos. E, no período colonial, infrutíferas foram as tentativas para equiparar os cursos ministrados nos colégios da Bahia com aqueles presentes em Évora ou na Universidade de Coimbra. Aos habitantes de Minas Gerais também foi negado o pedido de se criar um curso de medicina na província (ABREU, 2006). As justificativas para negar os pedidos evidenciam que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar em Portugal” (CUNHA, 1993 *apud* ABREU, 2006).

Ressalta-se que os cursos de filosofia e teologia disponíveis na colônia destinavam-se apenas aos homens que se preparavam para a classe sacerdotal. Por conseguinte, a pequena parcela da população escolar que alcançava a educação média, poderia seguir a carreira eclesiástica ou deveria se encaminhar à Europa para a continuidade dos estudos superiores, principalmente na Universidade de Coimbra (ROMANELLI, 1995).

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, ocorreu a criação dos primeiros cursos superiores desvinculados dos colégios jesuítas. Tais cursos eram organizados em aulas avulsas, direcionados à formação profissional prática e foram instituídos de maneira isolada na colônia (SAVIANI, 2010). De acordo com Romanelli

(1995), a educação superior disponível este período foi organizada exclusivamente para proporcionar acesso à elite aristocrática e à nobreza que se instalou na colônia. Dentre as escolas superiores existentes no país, Romanelli (1995) cita a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), responsáveis por formar engenheiros civis e pelo preparo da carreira das armas; e ainda, os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro (1808). Complementando, Saviani (2010) menciona também outros cursos existentes na cidade do Rio de Janeiro: Economia (1808), Agricultura (1812), Química (1817) e Desenho Técnico (1818).

A partir da independência política,¹⁰ a monarquia foi a forma de governo estabelecida no Brasil. Neste período, marcado por um poder centralizador e preocupado com a manutenção da unidade nacional, foi outorgada a primeira Constituição brasileira (FERNANDES, 2012). Nesse contexto, apesar de a educação não ter obtido atenção especial na Carta de 1824, a estrutura estatal precisava de pessoas que pudessem ser minimamente qualificadas para assumir os cargos administrativos e políticos necessários à gestão do novo país. Por este motivo, as novas Faculdades de Direito criadas no país em 1827, na cidade de São Paulo e Olinda, foram importantes instituições viabilizadoras da formação de pessoal qualificado para assumir as novas funções estatais (ROMANELLI, 1995). Saviani (2010) afirma que os cursos criados no período imperial se assemelhavam nos seguintes aspectos: foram organizados de maneira isolada, destinavam-se à formação da elite e direcionavam-se à formação profissional.

Ainda no período imperial, vigorou o Ato Adicional de 1834. Esse dispositivo legal delegou às Províncias o direito de legislar e promover a instrução pública e seus estabelecimentos, com exceção das instituições de ensino de nível superior e a legislação referente à educação no Município Neutro (ROMANELLI, 1995). Sampaio (1991) afirma que, caracterizando-se como exclusivamente público e privativo do Poder Central, o controle estatal estabelecia-se por meio da escolha das instituições a serem criadas, bem como pela regulamentação dos currículos e programas. Nesses termos, a concentração do ensino superior no poder central perdurou de 1834 até 1878 e quaisquer possibilidades de ampliação e diversificação dependiam da capacidade de investimentos e da vontade política do governo central (SAMPAIO, 1991).

¹⁰ Para Sampaio (1991), o processo de emancipação foi mera transferência formal de poder, pois a sociedade brasileira continuou marcada por características do período colonial, tais como: sociedade escravocrata, economia de exportação e escassos núcleos urbanos.

No final do Império, por meio do Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, houve reforma específica no âmbito da educação. Conhecida como Leôncio de Carvalho, a reforma teve influência tanto dos ideais positivistas que defendiam a desoficialização do ensino, quanto das ideias propagadas pelos liberais em prol da liberdade do ensino (SAVIANI, 2010). Assim, consagrou o “ensino livre” e, dentre outros objetivos, visou estabelecer disposições de observância obrigatória ao ensino superior ofertado em todo o Império, devendo os estatutos das faculdades de direito, medicina e da Escola Politécnica se adequarem à nova regulamentação (BRASIL, 1879).

Ao explorar o período entre 1808 e 1889, Sampaio (1991) afirma que o ensino de nível superior acompanhou as transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira, direcionando-se a assegurar um diploma profissional que poderia proporcionar a ocupação de “posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social” (SAMPAIO, 1991, p. 05). Assim, a partir da síntese acima, observa-se que as principais características do ensino superior podem ser resumidas em quatro aspectos: tendência desoficializante, direcionado à formação profissional, organizado de maneira isolada e destinado à educação da elite. Conforme se observará na próxima subseção, as características supramencionadas marcaram também a organização do ensino superior na Primeira República (1891 a 1930), demarcando um período de muitas reformas, porém poucas transformações.

2.3 O ensino superior no período republicano: aspectos legais a partir das constituições

Ao resgatar o contexto econômico do Brasil no final do Império, Fausto (1995) afirma que o país permanecia essencialmente agrícola. Os dados apresentados pelo autor referentes ao ano de 1872, revelam que 80% da população economicamente ativa se concentrava nas atividades produtivas do setor agrícola. Além disso, o latifúndio e a monocultura eram características predominantes do processo produtivo que, de acordo com Romanelli (1995), pouco contribuíram para a modernização dos fatores de produção. Nesse contexto, no qual ainda predominavam técnicas arcaicas de cultivo, a educação escolarizada era, para a maioria da população, desnecessária, fazendo com que houvesse pouca demanda social nesse sentido.

O panorama acima começou a se transformar com a prosperidade econômica resultante do cultivo do café¹¹ que possibilitou, a partir do capital acumulado, iniciar o desenvolvimento da produção manufatureira. A princípio, a produção industrial desenvolvia-se para atender à demanda interna, substituindo artigos anteriormente importados, tais como: tecidos, alimentos, calçados e móveis. A partir daí, diversificaram-se e cresceram as classes trabalhadoras, expandindo, por consequência, o mercado consumidor brasileiro (CUNHA, 2007). De acordo com Romanelli (1995), essa transição do modelo exclusivamente agrário-exportador para o modelo parcialmente urbano-industrial fez crescer a demanda social por escolarização. Ao mesmo tempo, ampliaram-se e diversificaram-se as profissões que requisitavam qualificação nos diversos setores da economia. Além das transformações sociais e econômicas, outro fator apontado por Cunha (2007) como preponderante para a proclamação da República foram as constantes insatisfações de grupos liberais, positivistas e monarquistas ressentidos¹² com o regime. Apesar de ideologias diversas, tais grupos reuniram-se a fim de defender os ideais republicanos.

No período de transição entre o Império e a República, foi estabelecido um governo provisório que nomeou comissão responsável por elaborar o primeiro projeto da nova ordem constitucional que vigoraria a partir dali (FERNANDES, 2012). Assim, para compreender a legislação, necessário saber que, apesar do abandono à monarquia e estruturando-se sob bases republicanas descentralizadoras, o período da Primeira República (1891-1930) foi marcado por contradições, principalmente porque a nova ordem política foi “proclamada pelo Exército, tendo a frente um monarquista” (VIEIRA, 2007, p.294) e desencadeou conflitos entre as próprias forças militares que assumiram o poder. É preciso considerar, portanto, que a nova Constituição apresentou pouca efetividade, “entre o país constitucional – liberal e democrático – e o país real – autoritário e oligárquico, manteve-se um intransponível abismo” (FERNANDES, 2012, p.254).

Em 1891, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, como resultado de “conflitos e composições de liberais e positivistas” (CUNHA, 2007, p. 138). Tais ideologias influenciaram também as disposições constitucionais e as legislações para o campo educacional. A Carta de 1891 adotou a forma de governo republicana e o

¹¹ Apesar da predominância da produção cafeeira, Fausto (1995) cita outros produtos agrícolas destinados à exportação, são eles: açúcar, algodão, borracha.

¹² Dentre os monarquistas ressentidos, Cunha (2007) aponta os militares e cita o Marechal Deodoro Hermes da Fonseca.

Estado foi organizado na forma federativa. A partir das antigas províncias¹³ foram constituídos os Estados e o Município Neutro, denominado de Distrito Federal. Com o fim da figura do Monarca, excluiu-se o Poder Moderador, subdividindo-se então o poder político em três esferas: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Para Vieira (2007), os princípios federalistas buscaram propiciar maior autonomia às antigas províncias. Enquanto o poder central conservou sua hegemonia política, os Estados deveriam exercer o controle sobre a estrutura administrativa. O federalismo permitiu também aos Estados a estruturação de ordens internas, por meio da possibilidade de cada um definir sua própria Constituição e suas próprias leis, respeitados os fundamentos constitucionais da União (FERNANDES, 2012).

Além disso, o Estado brasileiro tornou-se laico, o que refletiu para assegurar, dentre os direitos fundamentais, a liberdade religiosa, consagrada entre outras, pela garantia do ensino leigo ministrado nos estabelecimentos públicos (BRASIL, 1891, art. 72, §6º) e ainda a impossibilidade de privação de direitos civis e políticos por motivo de crença ou função religiosa (BRASIL, 1891, art. 72, §28º). No que tange à educação escolar, ao longo das discussões para elaborar a nova Constituição, parlamentares, adeptos aos ideais positivistas, questionavam a procedência do ensino oficial¹⁴ predominante até então no Brasil. Os positivistas defendiam a desoficialização do ensino, principalmente o secundário e superior, pois acreditavam que “o ensino oficial como ensino outorgado pelo Estado corre o risco de se constituir em uma religião oficial” (CURY, 2009, p. 718).

Todavia, os debates positivistas na Constituinte de 1890-1891 não obtiveram pleno êxito naquele momento histórico. A solução apresentada pela Constituição de 1891 foi manter o ensino oficial, sem desconsiderar a possibilidade de sua oferta pela iniciativa privada, equiparando-se aos oficiais os certificados e diplomas expedidos pelas instituições não-oficiais desde que obedecidas as condições legais (CURY, 2009). Em relação ao nível superior, no âmbito da União, ao Congresso Nacional foi determinada a competência privativa de legislar sobre educação superior e outros serviços reservados ao Governo na capital (BRASIL, 1891, art. 34). Porém, para criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, a competência do Legislativo era não privativa (BRASIL, 1891, art. 35), permitindo, ao mesmo tempo, a criação de estabelecimentos pelo Congresso Nacional ou pelas assembleias legislativas estaduais (CUNHA, 2007).

¹³ A Constituição de 1824 dividia o Brasil em províncias.

¹⁴ Segundo Cury (2009, p. 718), ensino oficial era aquele “criado e mantido pelos poderes públicos, aos quais também pertence a titularidade privativa da chancela dos certificados e diplomas”.

Ao atribuir competências à União na esfera do ensino superior e secundário, reservou aos Estados a competência para legislar e impulsionar a educação primária. Na realidade prática, segundo Romanelli (1995), os Estados responsabilizaram-se pela estrutura do ensino primário e do ensino profissional – estruturado nas escolas normais e escolas técnicas –, enquanto a União restringiu-se à criação e regulamentação da instrução superior estruturada em todo o território nacional, além das atribuições relacionadas ao ensino secundário acadêmico e outros níveis existentes no Distrito Federal. Essa estrutura, possibilitada a partir do sistema federativo de governo, desencadeou a descentralização do ensino e, mais precisamente, significou

a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira (ROMANELLI, 1995, p. 41).

Percebe-se no fragmento acima uma crítica aos dispositivos constitucionais relativos à divisão de competências entre União e estados no campo educacional. Consta-se que a Constituição, apesar de republicana, nada mais fez do que legitimar a segregação social, dividindo aquilo que era a educação do povo da educação dirigida à elite, nos mesmos moldes do que ocorria no período imperial.

No que tange à estrutura oficial do Poder Executivo, no período de transição entre o Império e a República, foi criado o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafo (Decreto nº 346 de 19 de abril de 1890). Essa instituição teve curta duração e, aglomerando incumbências bastante diversas, demonstrou a ínfima preocupação estatal em promover a educação para o povo (ROMANELLI, 1995). Em relação à sequência de reformas educacionais engajadas entre 1889 e 1930, é possível constatar que as modificações legais realizadas neste período demonstram poucos avanços concretos para o ensino superior em relação ao período imperial, predominando as constantes oscilações entre a defesa do ensino oficial e a defesa do ensino privado. Além disso, em nada contribuíram para modificar o ensino superior direcionado à formação profissional, organizado de maneira isolada e destinado à educação da elite.

A primeira das cinco reformas educacionais levadas a efeito no período de vigência da Carta de 1891 ficou conhecida como Reforma Benjamin Constant. À época, Benjamin Constant de Botelho Magalhães, adepto às ideias republicanas e positivistas,

regulamentou uma série de medidas que haviam sido anteriormente aprovadas para modificar a Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal (Decreto nº 981/90) e do Ginásio Nacional (Decreto nº 1.075/90), além de criar o Conselho de Instrução Superior (Decreto nº 1.232-G/91). A regulamentação foi ampla e representava a tentativa de proporcionar maior organicidade à estrutura educacional, além disso, garantiu a predominância do ensino oficial sobre o ensino livre (CURY, 2009).

A primeira reforma ampliou as possibilidades de acesso ao ensino superior ao criar o exame de madureza, a partir do qual os estudantes da última série do Ginásio Nacional, bem como aqueles dos colégios administrados pelos governos estaduais seriam submetidos e, se aprovados, poderiam se matricular em qualquer curso superior disponível no país. Ao discorrer sobre o tema, Cunha (2007) retoma o período colonial para afirmar que, desde 1808, havia um exame semelhante, denominado de preparatório, para o ingresso nos estabelecimentos superiores. Portanto, a verdadeira inovação da Reforma Benjamin Constant foi a possibilidade de ampliar tal privilégio aos estudantes dos colégios estaduais, desde que os currículos se assemelhassem ao adotado no Ginásio Nacional.

Apesar de predominar o ensino oficial sobre o livre, ao recém-criado Conselho de Instrução Superior foram delegadas competências que contribuíram para que as escolas particulares pudessem “conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais” (CUNHA, 2007, p. 155). As competências foram: propor regulamentos relativos à inspeção dos cursos particulares e das faculdades livres, propor a criação de novos estabelecidos de ensino e ainda, propor as regulamentações a respeito de exames, colações de grau, administração e disciplinas escolares (BRASIL, 1891, art. 6º).

Diante de sua importância para o nível superior de ensino, cita-se ainda o Decreto nº 1.232-H que, além de estabelecer novo regulamento às faculdades de direito localizadas em São Paulo e Pernambuco, autorizou aos particulares e aos governos estaduais instituírem escolas de direito, desde que obedecessem aos requisitos impostos na legislação (CUNHA, 2007). Apesar de sua ampla regulamentação, a reforma consolidou pouca eficácia prática, pois faltavam dois fatores essenciais: a infraestrutura institucional necessária para assegurar a sua implantação e, ainda, a imprescindível contribuição política das elites que estavam ainda bastante conectadas à “velha mentalidade aristocrática-rural” (ROMANELLI, 1995, p. 42).

Na sequência, a segunda reforma do ensino, instituída pelo Decreto nº. 3.890 de 01 de janeiro de 1901 e conhecida como Reforma “Epitácio Pessoa”, foi a tentativa de possibilitar a concretização da reforma anterior (ROMANELLI, 1995). O decreto estabeleceu

o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O decreto dispôs expressamente que o novo Código deveria reger as Faculdades de Direito e Medicina, bem como a Escola Politécnica, a Escola de Minas¹⁵ e o Ginásio Nacional (BRASIL, 1901, art. 1º). Dando continuidade à regulamentação anterior, no período de vigência da Reforma Eptácio Pessoa houve a criação de diversas instituições por iniciativa particular, bem como por iniciativa dos governos estaduais. A partir de dados apresentados por Cunha (2007), constata-se que, entre 1891 e 1910, criaram-se vinte e sete estabelecimentos, entre eles oito faculdades de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia; oito escolas de direito; quatro de engenharia; três de economia e, ainda, três de agronomia. Destaca-se, em Minas Gerais, a criação da Faculdade Livre de Direito (1892), localizada em Ouro Preto, então capital estadual.

A terceira reforma, consolidada pela Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República – Decreto nº. 8.659, de 05 de abril de 1911, foi elaborada no Governo do Marechal Hermes da Fonseca e, revogando a legislação anterior, assumiu forte influência dos ideais positivistas, sendo o primeiro decreto a apropriar-se explicitamente da desoficialização do ensino público (CURY, 2009). A Reforma foi organizada pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o jurista Rivadávia Cunha Corrêa. Com a reforma consolidou-se a defesa da organização liberal do ensino e, para argumentar sua coerência com a Constituição vigente, sustentou-se, segundo Cury (2009), nos dispositivos constitucionais que asseguravam o livre exercício profissional, a livre manifestação de pensamento e a liberdade de associação e de reunião (BRASIL, 1891, art. 72).

Ao regulamentar o ensino superior, a Lei Orgânica estabeleceu para os institutos federais autonomia didática, administrativa e financeira. Assim, adquiriram personalidade jurídica para administrarem seus patrimônios, bem como para receberem doações, legados e outros bens. Além disso, não haveria mais quaisquer privilégios aos estabelecimentos federais e a garantia de matrícula aos estudantes do Colégio Pedro II foi abolida (CUNHA, 2007). Ao analisar trechos do livro que consolida a Lei Orgânica, Cury afirma que se tratava “de aliviar os cofres públicos desse ônus e implicar os institutos na busca de recursos próprios, sobretudo doações” (CURY, 2009, p.726).

A Lei Orgânica de 1911 eliminou ainda a obrigatoriedade de qualquer fiscalização por parte do governo federal. Assim, as escolas superiores poderiam ser livremente criadas

¹⁵ Localizada em Ouro Preto, então capital do Estado de Minas Gerais.

por particulares ou governos estaduais, assim como seus próprios docentes poderiam organizar os currículos, independentemente de acompanhar as diretrizes oficiais (CUNHA, 2007). Outra medida importante relacionada à educação superior foi a criação do Conselho Superior do Ensino, o qual assumiu a função fiscal do Estado. Assim, nos termos do artigo 5º da Lei Orgânica de 1911, o conselho ficaria responsável por acompanhar a transição entre a oficialização vigente à época e a total independência entre a União e os estabelecimentos de ensino. Nesses termos, o objetivo era extinguir o ensino oficial, considerado “ruim e incompetente” (CURY, 2009, p.727). A partir das características supramencionadas, constata-se a ampla liberdade concedida às instituições, bem como a deliberada intenção de suprimir o ensino oficial, desresponsabilizando-se o Estado em relação ao ensino superior.

Pelo exposto, é possível concordar com Romanelli (1995) ao afirmar que a reforma significou um retrocesso na trajetória do sistema educacional, causando resultados desastrosos. O trecho abaixo de Almeida Júnior corrobora com este entendimento:

(...) êsse breve período bastou para evidenciar que, em lugar de curar os males denunciados pelo Presidente da República, a audaciosa inovação do seu Ministro da Justiça os agravava. (...) Improvisaram-se Universidades; brotaram escolas superiores como cogumelos; proliferou o ensino universitário por correspondência; fez-se dos títulos acadêmicos (...) objeto do mais vergonhoso comércio (ALMEIDA JÚNIOR *apud* CURY, 2009, p. 732).

Apesar de a Reforma Rivadávia Correa ter tido curta duração, percebe-se que houve retrocesso no que tange à organização do ensino superior, pois até mesmo a incumbência de fiscalizar foi relegada pelo governo central. Por consequência, neste período houve a proliferação de escolas privadas, assim como a privatização das faculdades oficiais existentes (CURY, 2009). Também por decorrência da retração do Governo Federal em relação ao ensino superior, diversos estados perceberam a oportunidade de organizar suas universidades (CURY, 2009).

Diante da total desorganização em que se transformou o ensino superior, aponta-se que, mesmo antes da reforma subsequente, o Congresso autorizou o Presidente Wenceslau Brás (1914-1918) a reconsiderar o Decreto nº. 8.659, de 05 de abril de 1911. Na sequência, a próxima tentativa de organizar a educação no país viria para que o Estado retomasse seu poder de controle sobre o ensino, reinstaurando a oficialização e o instituto da equiparação no ensino superior (CURY, 2009). Nesses termos, a quarta tentativa de reformar o ensino foi concretizada por Carlos Maximiliano, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 1915. Por meio do Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, Maximiliano reorganizou o ensino secundário e o superior, apresentando como característica principal a reoficialização

do ensino no país, o que representou uma oposição às demais reformas realizadas anteriormente (ROMANELLI, 1995). A nova legislação regulamentou o ingresso nas escolas superiores, que passou a ter como exigência tanto o vestibular, como um certificado de aprovação no ensino secundário. Além disso, as instituições mantidas pela União voltaram a incluir o adjetivo “oficial” em suas denominações. O Estado retomou o registro de diplomas, bem como a inspeção federal e a necessidade de concessão e equiparação para as instituições da iniciativa privada (CURY, 2009).

O Conselho Superior do Ensino, criado pela reforma anterior, transformou-se em órgão consultivo e fiscalizador do Governo em relação aos institutos oficiais e aos equiparados (BRASIL, 1915, art. 28). Também sob a vigência dessa legislação, foi constituída a primeira universidade do país por iniciativa do Governo Federal.¹⁶ Por meio do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro.¹⁷ De acordo com Saviani (2010), para a sua formação reuniram-se diversas faculdades já existentes: a Faculdade de Medicina – originalmente denominada Academia de Medicina e Cirurgia –, a Escola Politécnica e a Faculdade Nacional de Direito. Outras faculdades foram também incorporadas à nova instituição: a Faculdade Nacional de Belas Artes e a Faculdade Nacional de Filosofia.

Apesar da inovação do poder público criando a primeira estrutura de nível superior com a denominação de Universidade, Durham (2003) menciona que estudiosos da educação à época criticaram a iniciativa, pois consistia em simplesmente reunir escolas superiores já existentes, permaneceu a estrutura do período imperial de escolas organizadas de forma isolada e direcionando-se à mera formação profissional. Para além da crítica, reivindicavam a completa reforma de todo o sistema de ensino superior, a partir da qual deveria ser organizada a universidade moderna, ampliando seu papel assumido até então de mera profissionalização e incluindo em seus espaços as ciências básicas e a pesquisa. Nas palavras de Nagle (1974, *apud* Sampaio, 1991, p. 11), a proposta era construir uma instituição “orgânica e viva”, direcionada a servir à formação e desenvolvimento da cultura nacional, preocupando-se, ao mesmo tempo, com o ensino e a propagação da ciência. Deveria assim, agregar: faculdades profissionais, institutos técnicos especializados e institutos de altos estudos – incluindo-se neste último as faculdades de filosofia e letras (SAMPAIO, 1991).

¹⁶ Por iniciativa do governo estadual, foi constituída a Universidade do Paraná, em 1912 (SAMPAIO, 1991).

¹⁷ Em 1937 ela passou a denominação de Universidade do Brasil e, em 1965, recebeu o nome atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro (Saviani, 2010, p.7).

Destaca-se neste período duas entidades importantes nas quais difundiram-se os projetos relacionados à reestruturação da universidade no Brasil, são elas: a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC). Tais organizações contribuíram para renovar e sistematizar um projeto nacional de completa reforma no sistema educacional brasileiro, incluindo a educação básica e a superior (ROMANELLI, 1995). A difusão desse novo pensamento refletiu nas propostas governamentais da década seguinte (1930) – tema aprofundado neste trabalho na abordagem relacionada à ordem constitucional de 1934.

A última reforma do período ocorreu em 1925, no Governo Arthur Bernardes (1922-1926) e ficou conhecida como Reforma “Rocha Vaz”.¹⁸ O Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 regulamentou o ensino secundário e superior, com o objetivo de reforçar o controle e a fiscalização sobre as instituições educacionais (CUNHA, 2007). Para alcançar tais objetivos, o decreto criou o Departamento Nacional de Ensino e buscou reformar o ensino secundário e superior (BRASIL, 1925). A educação continuou a ser incumbência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao qual estava subordinado o Departamento, responsável pelos assuntos relacionados à educação, bem como aos estudos e à aplicação de meios para difundir as ciências, as letras e as artes no país (BRASIL, 1925, art. 2º).

Substituindo o Conselho Superior do Ensino, o decreto criou o Conselho Nacional do Ensino com a competência de discutir, propor e emitir pareceres sobre questões relacionadas à educação pública. Esse conselho foi subdividido em três seções: Conselho do Ensino Secundário e Superior, Conselho do Ensino Artístico e Conselho do Ensino Primário e Profissional (BRASIL, 1925, art. 12 e 13). Ao Conselho do Ensino Secundário e Superior foram delegadas competências, dentre as mais importantes: emitir parecer sobre equiparação entre os institutos dos Estados e particulares aos oficiais; examinar e emitir parecer sobre os relatórios de fiscais do ensino; propor as reformas e melhoramentos necessários ao ensino e emitir parecer sobre as dúvidas levantadas na interpretação e aplicação das leis relativas à instrução (BRASIL, 1925, art. 22).

Cunha (2007) destaca o mero papel de assessoria delegado ao recém-criado Conselho Nacional do Ensino. Ao contrário do extinto Conselho Superior, ao qual competia fiscalizar e equiparar as instituições superiores não-oficiais, o conselho criado com a Reforma Rocha Vaz apenas emitia pareceres, competindo ao Departamento Nacional do Ensino a

¹⁸ Ao contrário das reformas anteriores, não ficou conhecida pelo nome do então ministro do Interior, o senhor João Luís Alves, mas pelo de Juvenil da Rocha Vaz, catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seu principal redator (CUNHA, 2007, p. 170).

palavra final em decisões relacionadas às equiparações. Ressalta-se ainda que este órgão tinha como diretor-geral pessoa nomeada diretamente pelo Presidente da República, sem qualquer critério de seleção, o que, para Cunha (2007, p.171) poderia permitir a centralização do poder. Entretanto, o mesmo autor reconhece que “o controle sobre o processo de equiparação das faculdades livres às oficiais ficou bem mais rígido”. Em relação aos requisitos aos quais as instituições deveriam obedecer para que pudessem ser reconhecidas, citam-se: patrimônio superior a mil contos de réis, funcionamento mínimo de três anos no momento do pedido de autorização; e, idêntica organização didática e administrativa presente nas faculdades oficiais.

O decreto reservou ainda capítulo específico para estabelecer quais deveriam ser os cursos oficiais que poderiam compor o ensino superior. Eram eles os cursos de: direito, engenharia, medicina, farmácia e odontologia. A regulamentação foi mais além e estabeleceu quais os institutos oficiais deveriam ministrar cada um dos cursos listados. Assim, o ensino de direito deveria ser ministrado nas faculdades de Direito de Recife, São Paulo e na Universidade do Rio de Janeiro. O ensino de engenharia deveria ser ministrado pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. A medicina, farmácia e odontologia deveriam ser ministrados nas suas respectivas faculdades da Bahia e ainda na Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1925, art. 33 a 37). À Universidade do Rio de Janeiro, sob manutenção do Governo Federal, foram incorporadas as Faculdades de Farmácia e Odontologia. Nos termos do decreto, os Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul também poderiam criar outras universidades, desde que obedecidos os critérios dispostos em lei.

A partir dessa regulamentação, percebe-se que este período foi marcado pela escassa diversificação dos cursos de caráter oficial, restringindo-se a cinco modalidades, ofertadas em quatro instituições. Constata-se também a centralização dos cursos oficiais em apenas seis unidades da federação. Além dos quatro estados que já possuíam o ensino superior oficial, outras duas foram autorizadas pelo Governo Federal a criar universidades em sua área de jurisdição, entre elas: Minas Gerais. Outra medida que impactou o ensino superior refere-se à obrigação de cada diretor de faculdade estabelecer o número de vagas disponíveis a cada ano. Pela primeira vez, somente os estudantes aprovados e classificados dentro do número de vagas teriam o direito à matrícula. Conforme argumentos da exposição de motivos da reforma apresentados por Cunha (2007), esta medida visava “dar maior eficiência ao ensino” na

medida em que poderia diminuir o quantitativo de estudantes em alguns cursos e, ao mesmo tempo, direcionar estudantes aos cursos menos procurados.

Finalmente, na análise das reformas que regulamentaram o ensino superior na Primeira República, destaca-se aquilo que Cunha (2007) denominou de “movimento contenedor”, isto é, as reformas deste período contribuíram para que o fluxo de estudantes do ensino secundário para o superior sofresse contenção. Esse movimento iniciou-se com a inserção dos exames de admissão, na Reforma Rivadavia Côrrea; intensificou-se com a obrigatoriedade de certificação de conclusão do ensino secundário para o ingresso no ensino superior, regulamentada pela Reforma Carlos Maximiliano; e, finalmente, realçou-se com a obrigatoriedade de limitação de vagas nas instituições e a adoção de critério classificatório.

O quadro a seguir sintetiza os dados apresentados até aqui em relação às reformas empreendidas no período:

Quadro 3 - Reformas educacionais da primeira república

REFORMA	OBJETIVOS	CONSEQUÊNCIAS
Reforma Benjamin Constant (1891)	<ul style="list-style-type: none"> - proporcionar maior organicidade à estrutura educacional; - ampla regulamentação; - regulamentar Decreto nº 981/90 (Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal), Decreto nº 1.075/90 (Ginásio Nacional); - criar o Conselho de Instrução Superior (Decreto nº 1.232-G/91). 	<ul style="list-style-type: none"> - garantiu a predominância do ensino oficial sobre o ensino livre; - ampliou as possibilidades de acesso ao ensino superior ao criar o exame de madureza; - consolidou pouca eficácia prática, pois faltavam dois fatores essenciais: a infraestrutura institucional necessária para assegurar a sua implantação e a imprescindível contribuição política das elites; - ao Conselho de Instrução Superior foram delegadas competências que contribuíram para que as escolas particulares pudessem conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais.
Reforma Epitácio Pessoa (1901)	<ul style="list-style-type: none"> - possibilitar a concretização da reforma anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - criação de diversas instituições por iniciativa particular, bem como de iniciativa dos governos estaduais.
Reforma Rivadávia Correa (1911)	<ul style="list-style-type: none"> - consolidar a organização liberal do ensino; - estabelecer para os institutos federais autonomia didática, administrativa e financeira; - extinguir o ensino oficial, desresponsabilizando-se o Estado em relação ao ensino superior. 	<ul style="list-style-type: none"> - revogando a legislação anterior, sendo o primeiro decreto a apropriar-se explicitamente da desoficialização do ensino público; - inseriu o exame de admissão; - eliminou a obrigatoriedade de fiscalização; - escolas superiores poderiam ser livremente criadas por particulares ou governos estaduais.
Reforma Carlos Maximiliano (1915)	<ul style="list-style-type: none"> - reoficializar do ensino no país (oposição às demais reformas realizadas anteriormente); - regulamentar o ingresso nas escolas superiores. 	<ul style="list-style-type: none"> - passou a ter como exigência o vestibular e o certificado de aprovação no ensino secundário.
Reforma Rocha Vaz (1925)	<ul style="list-style-type: none"> - regulamentar o ensino secundário e superior; - reforçar o controle e a fiscalização sobre as instituições educacionais; - criar o Departamento Nacional de Ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> - controle mais rígido sobre o processo de equiparação das faculdades livres às oficiais; - escassa diversificação dos cursos de caráter oficial; - limitação de vagas; - adoção do critério classificatório.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Cunha (2007); Cury, (2009); Romanelli, (1995).

A partir da exposição dos principais dispositivos e características das reformas sistematizadas na vigência da Constituição de 1891, foi possível perceber que as alterações na organização do ensino transferiram para os dispositivos legais “o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação” (ROMANELLI, 1995, p. 43).

Assim, reforça-se a ideia de que a partir da Constituição de 1891 foram muitas reformas, porém poucas transformações. O ensino superior apresentou pouca diversificação em sua oferta de cursos, limitando-se àqueles de caráter profissionalizante. Quanto à organização, apesar de terem sido criadas universidades, os cursos permaneceram isolados,

conforme apontaram críticas dos estudiosos à época. Em relação à desoficialização, esta foi uma tendência ao longo da Primeira República, mesmo quando o Estado reassumiu a função fiscalizadora. Finalmente, ao consagrar um sistema dual de ensino, no qual as competências de legislar sobre ensino foram subdivididas entre estados e União, continuou a permitir que o ensino superior fosse direcionado às elites.

O lapso entre 1930 e a nova ordem promulgada em 1934, marca um período de transição, pois excepcionalmente não há uma Constituição com efetividade. Apesar de permanecer em vigor a Carta de 1891, o Governo Provisório de 1930 estabeleceu que a própria Constituição estaria sujeita a modificações e restrições estabelecidas por atos normativos posteriores, o que efetivamente ocorreu. Ao discorrer sobre o período de transição, Romanelli (1995) retrocede à década de 1920 para afirmar que a complexidade que marca o contexto político foi reflexo do início da formação da cultura brasileira. Iniciando-se nos anos vinte, esse processo de formação alcançou a década de 1950 e não se limitou apenas aos reflexos na esfera política, transformaram-se também o contexto econômico e social. Enquanto uma via de mão dupla, os acontecimentos de ordem política refletiram e, ao mesmo tempo, sofreram interferências das transformações de caráter econômico e social pelas quais atravessou o país.

Nesses termos, os rompimentos representaram “manifestações de ruptura político-econômica que marcam o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial” (ROMANELLI, 1995, p. 54). No contexto econômico, a complexidade se expressava na insustentabilidade da proteção aos preços do café no mercado internacional, ocasionando a crise econômica. O mercado estava saturado do produto, o que ocasionou a queda das exportações. Ao mesmo tempo, a crise econômica no cenário mundial, iniciada a partir de 1929,¹⁹ fez reduzir a entrada de investimentos internacionais no país. Para compreender este momento histórico, necessário destacar também as características do contexto social brasileiro. Com a abolição da escravidão e o início da República emergiam agrupamentos sociais com interesses diversos, provocando reivindicações daqueles não representados no poder. Deste modo, ao longo dos trinta e nove anos de vigência da Constituição de 1891 a sociedade brasileira tornou-se mais complexa. Romanelli (1995) descreve com riqueza de detalhes a complexidade da composição da sociedade brasileira na República:

¹⁹ Para superar a crise mundial de 1929, os países economicamente mais fortalecidos tentaram transferir os efeitos econômicos negativos para os países economicamente mais fracos, ficando o Brasil prejudicado neste sentido (ROMANELLI, 1995, p. 48).

O povo já não abrangia apenas a massa homogênea dos agregados das fazendas e dos pequenos artífices e comerciantes da zona urbana: transparecia a heterogeneidade da composição social popular, pela divergência de interesses, origens e posições. Existia já uma pequena burguesia, em si mesma heterogênea, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial, ensaiando seus primeiros passos, e todo um contingente de imigrantes que, na zona urbana, se ocupavam de profissões que definiam classes médias e, na zona rural, se ocupavam da lavoura (ROMANELLI, 1995, p. 41).

Ao lado da transformação social, chocavam-se os interesses das classes representadas no poder. Os produtores de café, predominantemente controladores dos rumos políticos do país ao longo da Primeira República (1891-1930) não conseguiram manter sua política de compromissos e a estrutura de poder foi se desestabilizando. Com isso, alguns seguimentos tradicionalmente conservadores aliaram-se a progressistas em busca de derrubar a “velha oligarquia do café” (ROMANELLI, 1995, p.188). Em outubro de 1930, após o período eleitoral conturbado, despontou um movimento sob a liderança dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que se convencionou chamar de “Revolução de 1930”. Getúlio Vargas, derrotado nas eleições precedentes, assumiu o poder e editou o Decreto nº. 19.398, de 11 de novembro de 1930, para regulamentar o Governo Provisório da República Federativa do Brasil (FERNANDES, 2012). O Governo Provisório assumiu poderes excepcionais para exercer as funções tanto de Poder Executivo, como de Poder Legislativo. Assim, o Decreto determinou a dissolução do Congresso Nacional, bem como de todos os órgãos representativos do Poder Legislativo nos Estados e Municípios. Para governar os estados federados foram nomeados interventores federais (BRASIL, 1930, art. 1º e 11).

Fernandes (2012), ao retratar as principais características deste período menciona que as políticas governamentais tiveram como foco a perspectiva social e intervencionista. Sarmento (2010) descreve as medidas que foram tomadas por Getúlio Vargas:

Durante o Governo provisório, diversas medidas relevantes foram adotadas. Foi editado um Código Eleitoral, criando a Justiça Eleitoral e o voto secreto, estendendo o direito de voto as mulheres, instituindo a representação classista e adotado o sistema proporcional nas eleições em substituição do sistema distrital que antes vigorava. Foram criados os Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, que desenhavam um perfil, mais social e interventor do Estado Brasil. (SARMENTO, 2010 *apud* FERNANDES, 2012, p.254).

O mencionado perfil social e interventor do Estado brasileiro materializou-se, portanto, pelo total abandono da política liberal que, por consequência, favoreceu a retomada do protagonismo do Estado também no campo da educação. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, foram editados diversos decretos federais a fim de

concretizar a reforma da política estatal para o ensino (SAVIANI, 2010). Registra-se também, neste período, a influência do movimento denominado de Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, considerado referência no pensamento liberal difundido no país a partir do século XX (VIEIRA, 2007). O movimento percebia a educação como um problema social e defendia a necessidade de reconstruir o ensino em âmbito nacional, em oposição às diversas tentativas de reformas parciais ocorridas anteriormente. Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o Manifesto apoiou as reformas desencadeadas a partir de 1930, reivindicando a atuação objetiva do Estado no campo educacional para assegurar a todos o acesso à escola, rejeitando a ideia de educação reservada a determinadas classes sociais. Especificamente em relação à educação superior, o Manifesto defendia que esse deveria se organizar a fim de atender aos “modernos objetivos” de uma instituição universitária, quais sejam: o ensino, a pesquisa e a extensão. Além da tríplice função, o movimento defendia, para proporcionar organização e unidade de ação ao sistema educacional, a necessidade de se possibilitar a unidade de formação de professores. Essa unidade deveria materializar-se de maneira que os docentes de todos os níveis de ensino pudessem ter formação universitária (ROMANELLI, 1995).

Assim, o início da preocupação mais objetiva do Estado no plano educacional se estabeleceu por meio da Reforma Francisco Campos,²⁰ pois, até então, a estrutura do ensino compreendia apenas “os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central, alheios, portanto, a uma política nacional de educação” (ROMANELLI, 1995, p.131). A partir dessa perspectiva, a Reforma foi um marco importante para a educação brasileira, pois atingiu todos os níveis de ensino e foi a primeira delas a abranger todo o território nacional. De acordo com Boaventura (1996), a legislação educacional cresceu a partir de 1930, principalmente com um corpo de decretos que refletiram as idealizações daqueles que assumiam o poder após a Revolução de 1930. Dentre os instrumentos legais relevantes para este estudo, destacam-se: o Decreto nº. 19.850/1931, criando o Conselho Nacional de Educação; o Decreto nº 19.851/1931, organizando o ensino superior no Brasil e adotando o regime universitário; e ainda, o Decreto nº. 19.852/1931, organizando a Universidade do Rio de Janeiro.

Ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Decreto nº 19.850/1931 determinou que este deveria ser o órgão consultivo máximo do Ministro do Estado da Educação e Saúde Pública, devendo assessorá-lo na administração e direção da educação nacional (ROMANELLI, 1995). Dentre as competências do Conselho, destacam-se: estudar e

²⁰ A reforma ficou assim conhecida pois foi instituída por Francisco Campos, o primeiro ministro do Ministério da Educação e Saúde, criado no governo provisório de Getúlio Vargas.

emitir parecer sobre assuntos de ordem administrativa e didática; sugerir providências para ampliar os recursos financeiros concedidos pela União, Estados e municípios à organização e ao desenvolvimento do ensino em todos os seus ramos; e, firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior, atendendo, acima de tudo os interesses da civilização e da cultura do país (BRASIL, 1931, art. 5º).

Especificamente em relação à educação superior, o Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, tratou da organização desse ramo do ensino. O normativo determinava como preferência o sistema universitário, considerando o ensino ministrado em institutos isolados, a exceção. Neste período, iniciava-se a ordenação do ensino superior no país, a Reforma era uma tentativa de “dar organicidade e um caráter de universalidade ao incipiente ensino superior brasileiro” (CACETE, 2014, p.1064). Corroborando com esse entendimento, Sampaio (1991) afirma que somente a partir da década de 1930 o ensino superior no Brasil adquire cunho universitário. Destaca-se também que, diferentemente de outros países da América do Sul, tais como México e Peru que criaram suas primeiras universidades ainda no período colonial, o Brasil permaneceu com um modelo de ensino superior direcionado apenas à formação de profissionais liberais – cursos de medicina, direito e engenharias – desde a criação das primeiras escolas superiores, em 1808, até o ano de 1934. O primeiro dispositivo legal do Estatuto das Universidades Brasileiras traçou as finalidades do ensino universitário nos seguintes termos:

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931, art. 1º).

Tais objetivos, vastos e, ao mesmo tempo, pretensiosos, evidenciaram “uma visão distorcida, tanto da realidade educacional brasileira de então, quanto dos limites que comporta toda e qualquer instituição, sobretudo a instituição escolar” (ROMANELLI, 1995, p. 133). Apesar da ausência de objetividade e ponderação, os objetivos delineados no Estatuto deveriam guiar o ensino superior para novos rumos, contribuindo na tentativa de superar aquelas características herdadas do período imperial, especialmente no que se refere ao ensino organizado de maneira isolada, destinado exclusivamente às elites e direcionado à formação profissional.

Caracterizando-se por forte tendência centralizadora, a Reforma atingiu tanto o ensino público, quanto o ensino ofertado pela iniciativa privada, pois previa a regulamentação de toda a educação superior (SAMPAIO, 2000 *apud* PEGORARO, 2013, p.64). De acordo com o artigo 6º do Decreto nº. 19.851/1931, as universidades poderiam ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou por particulares. Eram denominadas de oficiais, quando mantidas pelo Governo Federal ou Estadual. Quando criadas e mantidas por particulares, denominavam-se de livres e deveriam assumir a forma de fundação ou associação. Portanto, em relação à organização do sistema, o decreto estabeleceu a possibilidade da oferta de ensino superior em duas modalidades: no sistema universitário – oficial ou livre – e ainda, no instituto isolado (SAMPAIO, 1991).

O Estatuto das Universidades Brasileiras determinou ainda as exigências que deveriam ser obrigatoriamente atendidas para se constituir uma instituição universitária. Destaca-se aqui a determinação disposta no inciso I do artigo 5º: “I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;” (BRASIL, 1931, art. 5º). A partir dessa disposição legal, “consagrava-se a falta de diversificação de nosso ensino superior, ao mesmo tempo em que se reforçava a velha concepção aristocrática de ensino” (ROMANELLI, 1995, p.134). Esta concepção aristocrática seria um dos resquícios do império observados neste período: a educação superior direcionada à demanda das classes sociais mais favorecidas.

Em relação às faculdades de educação, ciências e letras, esclareça-se que na concepção original, concebiam uma formação integral, englobando “o conjunto das ciências e as humanidades, centro de pesquisa científica e dos altos estudos” (SUCUPIRA, 1969). Dessa forma, tais unidades foram projetadas para proporcionar formação básica preliminar à formação profissional, bem como qualificar para a atuação docente, por meio da inclusão de escolas voltadas à educação (DURHAM, 2003). Entretanto, diante da tradição brasileira de ensino superior organizado de maneira isolada e voltado à profissionalização, as faculdades de educação, ciências e letras também acabaram por seguir este rumo. Tal configuração foi resultado “de uma tradição cultural e de uma mentalidade acadêmica que impediu que as faculdades de filosofia operassem como centro básico de ensino universitário comum” (FERNANDES, 1962, *apud* CACETE, 2014, p.1066).

Apesar de regulamentar o ensino superior, o Decreto nº. 19.851/1931 foi importante também para o ensino secundário, pois, anteriormente à reforma, as Escolas

Normais eram as responsáveis pela formação de professores para o nível secundário e, a partir de 1931, foi elevada à categoria de nível superior (PENIN, 2001). Portanto, não obstante a Reforma ter superado a estrutura tradicional de ensino superior presente no país até então, não alcançou o projeto de universidade idealizado por intelectuais e educadores ao longo da década de 1920, pois, apesar de adicionar uma nova estrutura às universidades – a Faculdade de Educação, Ciências e Letras – cada uma das faculdades permaneceu com sua autonomia. Assim, as universidades, na realidade, se apresentaram como uma “aglutinação de escolas isoladas”, continuando à destinação de preparar para as profissões liberais (SAMPAIO, 1991, p.12).

Para Romanelli (1995, p. 141), a reforma de 1930 refletiu a transformação social e política pelas quais passava o país e, a atenção dada aos problemas educacionais decorreram da necessidade de retomar a “ordem na vida geral da nação”. Percebe-se, portanto, que as políticas públicas definidas neste período podem ser consideradas inovadoras para o sistema escolar, pois tentaram propiciar organicidade, traçando novas diretrizes para cada um dos ramos do ensino. Por outro lado, a Reforma também contribuiu para que a estrutura legal do ensino se mantivesse ultrapassada, pois preservou a concepção do ensino direcionado à formação das carreiras liberais.

Apesar de ser possível reconhecer a importância das reformas sociais do Governo Provisório, dentre elas as efetivadas no âmbito da educação, o período de transição foi marcado por manifesta insatisfação no que tange à ausência de uma Constituição para estabelecer a ordem interna do país. Nessa perspectiva, a Revolução Constitucionalista de 1932, impulsionada pelo estado de São Paulo, assumiu como objetivo principal restaurar o regime democrático, reivindicando uma nova Constituição. De acordo com Fernandes (2012), não obstante a revolução ter sido silenciada pelo Governo Federal, a situação não permaneceria por muito tempo como estava. Já no ano seguinte, foi instaurada uma nova Assembleia Constituinte a fim de discutir e elaborar a próxima Constituição do Brasil.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, apesar de ter mantido a forma federativa de Estado, o sistema de governo presidencialista e a forma de governo republicana, introduziu no país o denominado federalismo cooperativo ou de integração,²¹ a partir do qual aos entes federados – União e estados – foram atribuídas competências concorrentes, isto é, algumas matérias

²¹ De acordo com Fernandes (2012), o federalismo cooperativo ou de integração foi introduzido aos moldes da Constituição de Weimar, na Alemanha, de 1919.

constitucionais deveriam demandar a ação conjunta tanto do poder central, quanto dos Estados a fim de se alcançarem objetivos comuns à República (FERNANDES, 2012). Destaca-se que, entre as competências concorrentes, estava o dever de “difundir a instrução pública em todos os seus graus” (BRASIL, 1934, art. 10, VI).

Apesar de vigorar por curto período de tempo – entre julho de 1934 e novembro de 1937 – a Carta de 1934 apresentou-se inovadora no que diz respeito à introdução de temas relacionados aos direitos sociais, abandonando o viés liberal das constituições anteriores. Exemplo disso foi a disposição de capítulos específicos da Carta para tratar da ordem econômica e social, das relações de trabalho, da família e ainda, da educação e cultura. No que tange ao campo do ensino, a Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer diversos artigos específicos para tratar da temática (VIEIRA, 2007). Dentre as competências relevantes para este estudo, destaca-se que à União foi reservada a atribuição privativa de estabelecer diretrizes da educação nacional (BRASIL, 1934, art. 5º, XIV), bem como fixar, coordenar e fiscalizar, em todo o território nacional, o plano nacional de educação, englobando todos os graus e ramos do ensino (BRASIL, 1934, art. 150, a).

Em relação aos Estados federados e ao Distrito Federal, foram atribuídas as competências de organizar e manter seus sistemas educativos, observando as diretrizes gerais definidas pela União (BRASIL, 1934, art. 151). De acordo com Romanelli (1995), percebe-se aqui a vitória da luta pela descentralização do ensino. A Carta de 1934 estabeleceu ao Conselho Nacional de Educação duas competências relevantes: a) elaborar o plano nacional de educação para posterior aprovação do Poder Legislativo; e b) sugerir ao Governo as medidas necessárias para solucionar problemas educativos e distribuir adequadamente os fundos especiais (BRASIL, 1934, art. 152).

Em simetria com o sistema federal, cada estado federado deveria também estabelecer seus próprios Conselhos de Educação para o exercício de funções similares às descritas para o Conselho Nacional de Educação. Deveriam também criar seus departamentos autônomos de administração do ensino (BRASIL, 1934, art. 152, parágrafo único). Outra disposição legal relevante e inovadora diz respeito ao financiamento da educação. Foi a primeira vez que uma Constituição brasileira vinculou receitas para manter e desenvolver o sistema educativo (VIEIRA, 2007). Nos termos do artigo 156, deveria a União e os municípios aplicar pelo menos dez por cento de suas receitas decorrentes de impostos para a manutenção e desenvolvimento do sistema educativo, já aos Estados e ao Distrito Federal, caberia a aplicação de pelo menos vinte por cento de suas receitas para a educação. A fixação

de recursos para a educação foi uma tentativa de solucionar o problema da autonomia da função educativa, reivindicação presente no movimento renovador (ROMANELLI, 1995).

Ao analisar as disposições relacionadas à educação na Constituição de 1934, Romanelli (1995) afirma que grande parte dos dispositivos²² introduzidos na Carta representou a vitória do movimento renovador, pois foram fortemente influenciados pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, considerado referência no pensamento liberal difundido no país a partir da década de 1930. Exemplificando, Romanelli (1995) cita o artigo 148, o qual se estabeleceu a educação como direito de todos, sendo dever dos poderes públicos proporcioná-la, juntamente com a família.

Especificamente em relação ao ensino superior, a promulgação da Carta de 1934 não trouxe alterações em sua regulamentação, pois ainda se mantinha em vigor o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº. 19.851/1931). Na prática, o que ocorreu neste período foram iniciativas governamentais para criar instituições de ensino superior, exemplo disso foi a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, mantida pelo Governo do Estado e ainda, a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, mantida pelo Governo da cidade do Rio de Janeiro (SAVIANI, 2010). Romanelli (1995) cita ainda a Universidade de Porto Alegre, criada em 1935.

Considerando que foi a partir de 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, que o país estruturou legalmente suas primeiras universidades, Sampaio (1991) afirma que o resultado desse processo pode ser caracterizado pela sobreposição de modelos. Assim sendo, a previsão legal não significou a substituição do modelo anterior de universidade que predominava antes da década de 1930, qual seja, a estrutura de ensino superior direcionada para a formação de profissionais liberais. Corroborando com o entendimento da ausência de efetividade da estrutura legal estabelecida pelo Decreto nº. 19.851/1931, Romanelli (1995) cita a herança cultural brasileira de características academicista e aristocrática, para argumentar que a expansão do ensino médio e superior não ocorreu de maneira adequada e suficiente. Finalmente, é possível ressaltar também apontamentos positivos da estrutura legal delineada a partir da década de 1930. As instituições universitárias refletiram a democratização do ensino superior, mesmo que de maneira parcial, pois foram relevantes para ampliar o acesso, principalmente ao determinar

²² Para Romanelli (1995), somente o artigo 153 foi a exceção da influência do movimento renovador, pois instituiu o ensino religioso facultativo, favorecendo aos interesses da Igreja Católica.

que a formação de professores fosse efetivada nas Universidades, por meio das Faculdades de Educação, Ciências e Letras.

A ruptura da ordem constitucional de 1934 ocorreu com a outorga da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Esta foi a resposta de Getúlio Vargas, então Presidente da República, às supostas ameaças que pairavam o país. Em meados de 1937, a população aguardava as eleições presidenciais do ano subsequente. Entretanto, sob o argumento de possíveis planos comunistas que visavam infiltrar-se na política, Getúlio Vargas rompeu com a Constituição de 1934 e declarou a necessidade de se estabelecer uma nova ordem, o que teve como resultado a outorga da Carta de 1937 (FERNANDES, 2012).

Nesse contexto, o Estado Novo – período compreendido entre 1937 e 1945 – foi caracterizado pelo autoritarismo e a centralização do poder político na União. No plano econômico, o governo adotou política intervencionista, investindo principalmente na industrialização do país. Por consequência, a educação foi “cada vez mais sentida como fator importante para o desenvolvimento, mas isso de forma ainda inconsistente” (ROMANELLI, 1995, p.128). A nova ordem constitucional manteve a forma de governo republicana e a forma de estado federativa, todavia, tais características permaneceram somente no texto constitucional, sem efetividade prática. Deste modo, a divisão de competências entre os entes federados definidas na Constituição foi impedida de se concretizar, “prevalecendo um Estado, na prática, unitário, sobretudo mediante a nomeação dos interventores pelo Presidente da República” (FERNANDES, 2012, p.259). Cabe aqui destacar que, nos termos do artigo 176, os interventores deveriam ser nomeados naqueles estados em que o Presidente da República não tivesse confirmado o mandato dos então Governadores. Nos demais casos, a partir da confirmação do Presidente da República, deveriam ser interventores os próprios Governadores (BRASIL, 1937, art. 176). Percebe-se aqui o controle do Poder Executivo central nas esferas estaduais, elidindo qualquer possibilidade de federalismo.

Em relação ao Poder Legislativo, este também foi objeto de controle do Poder Executivo Federal. A Constituição de 1937 determinou o fechamento do Congresso Nacional, bem como a dissolução das Assembleias Legislativas nos estados e das Câmaras Municipais (BRASIL, 1937, art. 178). Assim, a competência para legislar foi transferida para o Presidente da República, podendo ele expedir decretos-lei para regulamentar as matérias de competência legislativa da União (BRASIL, 1937, art. 180). No que tange às atribuições da União no âmbito educacional, destaca-se a competência privativa para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física,

intelectual e moral da infância e da juventude” (BRASIL, 1934, art. 15, inciso IX). Em comparação com a Carta de 1934 que simplesmente determinava como competência privativa da União fixar as diretrizes da educação nacional, Vieira (2007), afirma que a Constituição de 1937 ampliou as competências educacionais destinadas ao poder central. Não obstante a ampliação de competências concentradas na União, de modo geral, comparando-a com a Carta de 1934, as premissas relacionadas à educação foram delineadas de modo mais restritivo no Código de 1937. Consta-se, portanto, que a “Constituição de 1937 estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do Estado como educador” (ROMANELLI, 1995, p.152).

Analisando o capítulo específico destinado à educação e à cultura, Vieira (2007) afirma que a relevância recaiu sobre a livre iniciativa, porquanto foi estabelecida a liberdade em relação às artes, às ciências e ao ensino para a iniciativa individual e as associações ou pessoas coletivas públicas e particulares (BRASIL, 1937, art. 128). Enquanto “o dever do Estado para com a educação é colocado em segundo plano, sendo-lhe atribuída uma função compensatória” (VEIRA, 2007, p. 298). Corroborando com tal entendimento, afirma Romanelli (1995, p. 153) a predominância do viés conservador nas disposições constitucionais para as políticas educacionais. Assim, a educação passou de um dever do Estado – Constituição de 1934 – a uma “ação meramente supletiva” na Constituição de 1937.

A educação pré-vocacional profissional foi o ramo tratado com prioridade na Carta de 1937. Interessante enfatizar a literalidade da Constituição no que diz respeito ao ensino profissional que deveria ser “em matéria de educação o primeiro dever de Estado”, sendo destinado às “classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937, art. 129). Tal disposição constitucional, “denunciava bem a ideologia do Governo, em sua política educacional, favorável a um sistema educacional de discriminação social” (ROMANELLI, 1995, p.152). Observa-se, portanto, a evidente omissão na Constituição com relação às demais modalidades de ensino, inclusive no que se refere ao ensino superior. Em contrapartida, o destaque dado na Carta de 1937 orientou políticas que ampliaram e modernizaram o ensino profissional. Tais políticas delinearam-se a fim de atender às camadas urbanas emergentes estruturadas a partir dos intensos fluxos migratórios campo-cidade (HADDAH, 2015).

Para dar continuidade aos trabalhos de Francisco Campos, Gustavo Capanema encontrava-se no comando do Ministério da Educação e Saúde desde 1934. Segundo Haddad (2015), desde o momento que assumiu o Ministério, Capanema tinha o objetivo de estabelecer

uma política nacional de educação ampla e reguladora a fim de centralizar, padronizar e racionalizar o sistema educacional em todos os níveis. Para isso, buscou estruturar seu ministério com condições materiais e humanas, bem como propôs ao Congresso Nacional um Plano Nacional de Educação. Porém, a partir do golpe de estado de 1937, o Congresso Nacional foi fechado e Capanema não conseguiu que o projeto fosse votado pelo Legislativo. Estabeleceu-se a partir daí um regime de exceção no país. Sem o Legislativo, o próprio Poder Executivo concentrou a competência para legislar. Desde modo, foram publicados diversos decretos-lei para alcançar o objetivo do governo federal de reestruturar o sistema educacional brasileiro em todos os seus níveis e, ao mesmo tempo, padronizá-lo em todo o território nacional (HADDAD, 2015).

Em relação a tais decretos, vale ressaltar o que Romanelli (1995) denomina de “falta de flexibilidade” no que diz respeito à interligação entre os ramos do ensino médio e o ensino superior. Observa-se que o ensino secundário, caracterizado pelo currículo pouco diversificado, tinha o principal objetivo de preparar os jovens e adolescentes para o ensino superior. Em contrapartida, aos estudantes do ensino técnico profissional – ensino industrial, comercial e agrícola – restava a possibilidade de acesso ao grau superior²³ apenas quanto aos cursos relacionados com o ramo profissional escolhido no ensino médio (ROMANELLI, 1995). Ao analisar a legislação, percebe-se que o ensino normal também tinha articulação restrita com o ensino superior. Demonstração disso é a disposição legal que assegurava aos normalistas, após a conclusão do segundo ciclo, o direito de ingresso apenas em cursos das Faculdades de Filosofia (BRASIL, 1946, art. 6º).

Outro problema do ensino secundário dizia respeito à preparação dos professores. Haddad (2015) afirma que havia carência de formação adequada docente de nível superior. Por este motivo, antes de reformular o ensino secundário, o governo federal reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, devendo esta ser modelo para as demais instituições de ensino superior do país. Buscou-se padronizar o ensino, assim, a partir daquele momento, todas as instituições de ensino superior deveriam se readequar para obedecer ao novo regramento. Segundo Haddad (2015), seria uma espécie de regime universitário único e refletia a centralização administrativa do governo federal. Padronizar e centralizar consistiam em estratégias na busca de racionalidade e eficiência, em consonância com os objetivos modernizantes do Estado Novo.

²³ Segundo Romanelli (1995, p. 156), essa disposição legal era tradicional no ensino brasileiro, tendo sido até acentuada com a Reforma Francisco Campos.

Ao publicar a Lei nº. 452, de 5 de julho de 1937, reorganizou-se a Universidade do Rio de Janeiro e passou à denominação de Universidade do Brasil, modelo para as demais instituições do país. De acordo com Cunha (2007), a instituição não era mais pequena e simples, composta pela agregação de três faculdades (engenharia, direito e medicina). Encontrava-se em expansão e, em 1937, a legislação previu que a Universidade deveria ser constituída por quinze escolas superiores e quatorze institutos. Além disso, haveria um Hospital das Clínicas, um Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário complementar, e ainda, a Escola Ana Néri, destinada ao ensino de enfermagem e serviço social. As finalidades essenciais da instituição foram assim descritas: a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística; b) a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país; c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores (BRASIL, 1937, art. 2º).

Percebe-se que a formação de nível superior se alterou sensivelmente em seus objetivos. Se a legislação de 1931 destinava ao ensino universitário as funções de “elevar o nível da cultura geral”, “estimular a investigação científica” e “habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior”, a legislação de 1937 apresentou-se mais minuciosa, preocupou-se em pormenorizar as vertentes culturais e citar expressamente a formação superior para o magistério como uma das funções essenciais da instituição.

A ênfase na formação superior de professores refletiu também na organização dada na lei para a Universidade. O primeiro dos estabelecimentos de ensino que deveria obrigatoriamente compor a instituição seria a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, que assumiu a partir daí, entre outras atribuições, a formação do magistério secundário e normal. Ao analisar a exposição de motivos da lei, Haddad (2015) menciona que, para justificar a importância das Faculdades de Filosofia, Gustavo Capanema enalteceu a contribuição de tais institutos para ampliar e aprofundar a cultura nacional, tanto em termos filosóficos, quanto em termos científicos e literários. Constata-se assim que, além da preparação de professores, tais faculdades também assumem o compromisso com a difusão cultural.

Cunha (2007) aponta que diversos foram os dispositivos da lei que permitiram ao Estado maior controle sobre as atividades universitárias, dentre eles: reitor e diretores

passaram a ser escolhidos diretamente pelo Presidente da República, ficou proibida qualquer manifestação de caráter político-partidário dentro da universidade e, com o intuito de diminuir possíveis resistências, distribuíam-se bolsas de estudos. Observa-se que um dos requisitos para fazer jus ao benefício era a “conduta irrepreensível” (BRASIL, 1937, art. 36, §1º) e perderia o direito à bolsa aquele que fosse reprovado ou considerado “culpado por qualquer ação indigna” pelo Conselho Universitário (BRASIL, 1937, art. 36, §5º).

A organização da Faculdade Nacional de Filosofia foi prevista em normativo próprio. O Decreto-lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939 promenorizou as seções da instituição, bem como os cursos a serem ofertados por cada uma delas. Estabeleceu ainda a sequência de disciplinas de cada um dos cursos. Os cursos ordinários que ficariam sob responsabilidade da Faculdade Nacional de Filosofia eram: pedagogia, didática, letras anglo-germânicas, letras neolatinas, letras clássicas, ciências sociais, geografia e história, história natural, química, física, matemática e filosofia. Interessante mencionar que geografia e história mesclavam-se em um único curso (BRASIL, 1939, art.14).

Um dos capítulos do normativo intitulava-se “Das regalias conferidas pelos diplomas” e estabeleceu exigências para o exercício do cargo de magistério que passariam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1943: para preencher cargos ou funções do magistério secundário e normal seria obrigatório o diploma de licenciado correspondente ao curso no qual estava incluída a disciplina a ser lecionada (BRASIL, 1939, art. 51, alínea a). Flexibilizando a obrigatoriedade acima descrita, o decreto mencionou que as exigências poderiam não vigorar nos casos em que ficasse demonstrada a inexistência de candidatos legalmente habilitados (BRASIL, 1939, art. 51, §2º). Se o decreto precisou estabelecer as exigências acima, provavelmente prevalecia no ensino médio nacional a ausência de formação de nível superior entre os professores que ali atuavam.

Apesar de organizar a Universidade do Brasil, a estrutura geral do ensino superior continuou a ser estabelecida pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e a reforma educacional consolidada a partir de 1942, priorizou novas diretrizes para o ensino primário e médio. Os diversos decretos-lei produzidos na Era Vargas foram complementados por outros dispositivos legais decretados pelo Presidente da República subsequente, José Linhares e seu Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha. O conjunto de tais documentos ficou conhecido como Leis Orgânicas do Ensino. O momento exigir uma reforma integral, entretanto o Governo optou por priorizar a reorganização da educação primária e de todos os ramos do ensino médio, dentre eles: ensino industrial, ensino secundário, ensino comercial, ensino

normal e o ensino agrícola. Infere-se que a legislação produzida neste período deu continuidade à tradição de tratar cada nível de ensino separadamente, sem a preocupação em estabelecer diretrizes gerais e comuns a todos os ramos e níveis do ensino (ROMANELLI, 1995).

Por fim, em relação ao ensino superior, dois aspectos merecem atenção neste período. Constata-se que, apesar de não ter ocorrido modificações estruturais, o controle político-ideológico do Estado sobre as instituições aumentou, principalmente pela excessiva centralização, padronização e racionalização das atividades. Outro aspecto diz respeito à ação supletiva, ainda que o controle estatal tenha se ampliado, não havia a pretensão de que a oferta do ensino superior fosse absorvida pelo Estado, predominou o ensino livre à iniciativa particular. Cunha (2007) cita como exemplo a criação das Faculdades Católicas, no Rio de Janeiro, em 1941.

As fragilidades do regime antidemocrático brasileiro que vigorou a partir de 1937 foram acentuadas principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), fato que desencadeou, internacionalmente, o movimento pela redemocratização e valorização dos direitos humanos (FERNANDES, 2012). Nesse contexto foram criados organismos internacionais que, de acordo com Xavier (2003), tiveram influência sobre o cenário político, econômico e cultural do Brasil a partir da segunda metade da década de 1940. Cabe destacar a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, cujos objetivos eram “manter a paz e a segurança mundiais e promover a cooperação internacional em problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários” (XAVIER, 2003, p. 487). No âmbito da ONU foi estabelecido órgão específico para “ampliar as bases da educação no mundo e levar os benefícios da ciência a todos os países” (XAVIER, 2003, p. 487), denominado de Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Entre 1943 e 1963, a Unesco promoveu anualmente Conferências Internacionais de Instrução Pública, a partir das quais foram emitidas diversas recomendações aos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, visando contribuir para modernizar o sistema de ensino, na tentativa de assegurar “a integridade e a estabilidade social – condições indispensáveis para a manutenção da paz mundial” (XAVIER, 2003, p.494).

Constata-se, portanto, o vínculo entre paz mundial, estabilidade social e promoção dos direitos humanos. Dessa forma, com o objetivo de eliminar novas possibilidades de conflitos, o primeiro passo seria promover o respeito aos direitos inerentes a cada pessoa –

noção de direitos humanos –, o que visava garantir o equilíbrio de oportunidades sociais no âmbito interno de cada uma das nações, permitindo, assim, a manutenção da paz mundial. Nessa conjuntura, fomentar educação, ciência e cultura seria um dos pilares essenciais para se promover os direitos humanos, contribuindo para assegurar estabilidade social e, por via de consequência, garantir a paz mundial. No caso específico do ensino superior, percebe-se a discussão de dois importantes temas: facilitar o acesso ao nível superior, bem como promover diversas alternativas para a formação de professores. Dentre as recomendações importantes para este estudo, destacam-se: a) promover a extensão da gratuidade ao ensino secundário a fim de facilitar o acesso ao ensino superior; e, b) a orientação referente à formação de professores, com os seguintes pormenores:

Recomendava-se um amplo programa de formação de professores que incluía o aperfeiçoamento continuado com a montagem de escolas experimentais; a divulgação de periódicos, a organização de bibliotecas e de centros de documentação que permitissem aos docentes acompanhar a evolução dos estudos na área e, por fim, o intercâmbio nacional e internacional entre docentes, prevendo-se a concessão de bolsas de estudos a fim de facilitar a troca de experiências e a elevação do nível profissional da categoria (XAVIER, 2003, p. 494-495).

O cenário acima refletiu na organização do arcabouço constitucional e legal que se estabeleceu no Brasil a partir de 1946 e, por consequência, proporcionou reflexos para a organização do ensino. Ao analisar o contexto político, Fausto (1995, p.388) constata que, após a deposição de Getúlio Vargas, a transição entre o período ditatorial e a nova ordem foi o “resultado de um jogo político complexo”, pois o fim da Era Vargas não significou o afastamento do ex-presidente da política nacional. Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República eleito em 1946, foi apoiado por Getúlio Vargas e manteve, em certa medida, a ordem getulista (VIEIRA, 2007). Da mesma forma, o fim da ditadura não refletiu a completa ruptura com o passado autoritário, exemplo disso foi, no ano seguinte às eleições, a intervenção em sindicatos e ainda a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (VIEIRA, 2007).

No plano econômico, inicialmente Dutra defendeu a não intervenção estatal, adotando uma política liberal, sem qualquer controle sobre as importações. No entanto, a livre movimentação do mercado provocou inflação e prejuízos na balança de pagamentos, pois as importações sobrepunham-se às exportações. Por consequência, o Governo passou a interferir na economia, principalmente adotando um sistema de licenças para importação que favoreceu o desenvolvimento da indústria, pois conseguiu diminuir a importação de bens de consumo (FAUSTO, 1995).

Em 1951, Getúlio Vargas retornou à presidência com o apoio do operariado urbano que impulsionava o crescimento dos partidos de tendências populistas. Em relação à economia, mesclou-se a permissão da entrada do capital internacional com o estímulo à industrialização nacional (GALLINDO e ANDREOLLI, 2012). Após o suicídio do Presidente da República, houve um breve período de transição no qual se sucederam o Vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados e o Vice-presidente do Senado Federal. Este período foi marcado por divergências no que diz respeito à política econômica que deveria adotar o país: os nacionalistas defendiam o estímulo e a proteção ao mercado interno, em contrapartida, os desenvolvimentistas desejavam priorizar a abertura ao capital internacional (ROMANELLI, 1995). Em meio às incertezas, Juscelino Kubitschek foi eleito em 1955 para assumir a Presidência da República.

Na vertente econômica, em síntese, inaugurou-se o nacional-desenvolvimentismo como alternativa possível para que o Brasil acompanhasse os rumos do desenvolvimento mundial a partir do pós-guerra (GALLINDO e ANDREOLLI, 2012). Conceituando o termo nacional-desenvolvimentismo, Bóris Fausto esclarece que a expressão resume “uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização” (FAUSTO, 1995, p. 427). A partir da orientação econômica supracitada, Juscelino Kubitschek à frente da Presidência da República ampliou a abertura ao capital internacional, principalmente por meio de empréstimos e investimentos direcionados a possibilitar o financiamento da infraestrutura nacional que comportaria o desenvolvimento a partir de então. Ao mesmo tempo, continuou o projeto iniciado na Era Vargas, caracterizado pela intervenção estatal nas diretrizes econômicas, principalmente, para promover a industrialização (GALLINDO e ANDREOLLI, 2012).

Especificamente em relação a nova ordem constitucional, é possível inferir a influência do movimento internacional pela redemocratização e valorização dos direitos humanos na Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946 ao retomar os princípios democráticos, o estado de direito e a autonomia federativa delineados anteriormente na Carta de 1934 (VIEIRA, 2007). Ademais, reestabeleceu-se a divisão de poder entre Legislativo, Executivo e Judiciário. A forma de governo permaneceu a republicana e a forma de estado, a federativa. Todavia, o federalismo não foi apenas nominal, como ocorreu no período do Estado Novo (1937-1945), houve a efetiva divisão de

competências entre os entes federados e cada qual buscou efetivar suas atribuições (FERNANDES, 2012).

Os direitos fundamentais também foram assegurados na Carta de 1946 que os subdividiu entre direitos de nacionalidade e cidadania, e ainda, direitos e garantias individuais. O viés social da Constituição consubstanciou-se nas disposições referentes a ordem econômica e social, bem como nos capítulos específicos para tratar da família, da educação e cultura (FERNANDES, 2012). Romanelli (1995) destaca ainda a importância assumida pelo Estado na efetivação dos direitos assegurados na Constituição e a mudança de paradigma introduzida a partir de então, pois

(...) ao aliar garantias, direitos e liberdades individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direitos e liberdade a todos, a Constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 1995, p.171).

Percebe-se que a Carta de 1946 introduziu modificações relevantes que passaram a refletir nos rumos políticos, econômicos e sociais do país. Por consequência, também contribuíram para promover mudanças nas diretrizes legais para o ensino. A educação foi alicerçada como direito fundamental de todos (BRASIL, 1946, art. 166). Foi consagrada a livre iniciativa em todos os níveis do ensino, garantindo a possibilidade dos Poderes Públicos e dos particulares os ministrarem, desde que respeitada a legislação pertinente (BRASIL, 1946, art. 167).

Ao estabelecer a divisão de competências entre os entes federados, a Carta de 1946 definiu como incumbência da União “legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1946, art. 5º, XV, alínea d). De acordo com a própria Constituição, as atribuições da União poderiam ser complementadas por legislações estaduais referentes à matéria (BRASIL, 1946, art. 6º). Cabe citar que, Romanelli (1995), ao analisar os dispositivos constitucionais relacionados à educação, destaca a influência dos princípios ideológicos defendidos pelos Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova na década de 1930, dentre elas: a forma como foi proposta a descentralização administrativa e pedagógica do sistema educacional e ainda a exigência de concurso de provas e títulos para preencher vagas do cargo de magistério.

Outra diretriz relevante diz respeito à inovação trazida para organizar o ensino. Pela primeira vez apresentou-se a expressão “sistema de ensino” em uma Constituição brasileira. Este sistema subdividiu-se em duas modalidades: sistema federal de ensino,

organizado pela União e sistemas estaduais de ensino, cada qual organizado em um estado da Federação (BRASIL, 1946, art. 170 e 171). Percebe-se que a estrutura do ensino delineada a partir de 1946 contribuiu para descentralizar de maneira equilibrada as atribuições estatais inerentes à educação entre os entes federados (ROMANELLI, 1995). No entanto, cabe destacar que os sistemas estaduais, em regra, abarcavam as escolas de educação básica, públicas e particulares. O sistema federal incorporava, em regra, as escolas superiores públicas e particulares, estando, portanto, subordinadas às diretrizes estabelecidas pela União (SAVIANI, 2008).

No que tange aos recursos destinados à educação, a Carta de 1946 preocupou-se em estabelecer percentuais mínimos destinados a assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A União deveria destinar, ao ano, pelo menos dez²⁴ por cento da renda dos impostos para a educação. Para os estados, Distrito Federal e municípios, este percentual deveria ser de vinte por cento (BRASIL, 1946, art. 169). Para Romanelli (1995), apesar dos percentuais mínimos não serem suficientes para garantir o direito à educação em sua plenitude, a previsão constitucional revelou “um certo grau de preocupação em estabelecer condições mínimas para que fosse assegurado aquele direito” (ROMANELLI, 1995, p. 171).

A partir da nova ordem estabelecida em 1946, marcou-se o retorno das lutas ideológicas em prol do projeto para traçar as diretrizes nacionais para a educação (ROMANELLI, 1995), pois ainda vigoravam as disposições centralizadoras das Leis Orgânicas do Ensino, elaboradas a partir da Reforma Capanema. Neste momento democrático assumiu posição de evidência a “necessidade histórica de estruturação do sistema nacional de educação” (VIEIRA, 2007, p. 300). A fim de cumprir a determinação constitucional de competência da União, por iniciativa do Ministro de Estado da Educação, Clemente Mariani, constituiu-se comissão para planejar e propor o primeiro projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2008). Destaca-se que a comissão foi composta por educadores de diferentes tendências e o processo de tramitação nas casas do Congresso Nacional foi caracterizado por Romanelli (1995, p. 171) como “um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação”.

Ao analisar o contexto ideológico entre as décadas de 1950 e 1960, Osmar Fávero (2014) discorre que coexistiam duas concepções distintas de educação. A primeira delas

²⁴ A partir de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, este percentual passa a ser de, no mínimo, doze por cento (BRASIL, 1961, art. 92).

concebia a educação como “formadora da consciência nacional e instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas”. Essa concepção permeou apenas momentaneamente o discurso oficial, entre 1962 e 1963. Após abril de 1964, foram relegadas as principais experiências de educação popular²⁵ que representaram tal movimento. A segunda concepção compreendia a educação como “preparadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços”. Tal ideia predominou no discurso oficial a partir de meados da década de 1950, direcionando as diretrizes e os investimentos do poder público no âmbito educacional (FÁVERO, 2014).

Discorrendo sobre a concepção predominante, Xavier (2003) ressalta que o Estado percebeu a necessidade de formar técnicos a fim de atender tanto a própria estrutura estatal, quanto às novas ocupações que surgiam a partir da expansão industrial do país. Para isso, acreditava-se que o sistema de ensino deveria se alinhar às demandas do desenvolvimento industrial e do setor de serviços, possibilitando “ampliar a oferta de mão de obra qualificada e formar quadros técnicos competentes” (XAVIER, 2003, p. 489). No mesmo sentido, Gallindo e Andreolli (2012) afirmam que o processo de desenvolvimento impulsionado pela industrialização, ao demandar a qualificação profissional, propiciou a aproximação entre o sistema educacional e os governos que se sucederam no poder a partir de 1950. Somado a isso, havia a pressão social pela expansão das oportunidades de escolarização, justamente pela busca da população urbana de se inserir no novo mercado de trabalho impulsionado pela industrialização. Decorre deste cenário a necessidade de se estabelecer um projeto nacional de educação.

Ao esclarecer o transcurso do projeto de lei no Congresso Nacional, Saviani (2008, p. 36) afirma que a proposta original “esbarrou na correlação de forças representadas pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional”. Assim, entre 1947 e 1961 foram amplos debates, alterações e propostas, até que o texto foi convertido em lei. A nova legislação do ensino reformulou o órgão consultivo do Ministério da Educação. A nomenclatura de Conselho Nacional de Educação estabelecida pela Constituição de 1934 foi substituída por Conselho Federal de Educação (CFE). Fazendo parte da administração do ensino, era o principal órgão de controle que atuava junto ao Ministério da Educação. Nos

²⁵ Fávero (2014, p. 243), cita como as maiores experiências de educação popular as realizadas pelo MCP – Movimento de Cultura Popular, em Pernambuco; MEB – Movimento de Educação de Base, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Prefeitura de Natal; CEPLAR – Campanha de Educação Popular, da Paraíba e Plano Nacional de Alfabetização, a partir do Sistema Paulo Freire.

termos da lei, deveriam estar representados no Conselho: os diversos graus do ensino, as diversas regiões do país e ainda, o magistério oficial e particular (BRASIL, 1961, art. 8º, §1º).

Em relação ao ensino superior, as competências do CFE eram amplas, exemplificando, citam-se: fixar currículos; autorizar a criação de novos cursos e instituições; decidir sobre o reconhecimento das universidades e estabelecer duração e currículo mínimo para os cursos (BRASIL, 1961, art. 9º). Ao analisar tais competências, Romanelli (1995, p.182) afirma que o Conselho não se configurou como mero órgão de assessoramento, podendo ser equiparado a um “superministério”, pois, a partir da LDB/1961, detinha competências mais relevantes do que as do próprio Ministro de Estado da Educação. Salienta-se que, em se tratando de estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior, a LDB delegou a competência de autorizar e fiscalizar aos respectivos conselhos estaduais de educação, respeitada a legislação específica de cada Estado, quando houvesse (BRASIL, 1961, art. 9º, §2º).

No mesmo ano de instalação do Conselho Federal de Educação, em 1962, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até 1970. A proposta foi uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, tendo sido aprovada pelo Conselho Federal. Em síntese, consolidou-se em metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas até 1970. Ressalta-se que o Plano foi revisto no ano de 1965, incluindo normas descentralizadoras, a fim de estimular a elaboração de planos estaduais de educação (BRASIL, 2001, p. 03). No que tange às metas para o ensino superior, destaca-se a finalidade de expandir a matrícula até a inclusão, pelo menos, da metade dos que terminassem o curso colegial (ROMANELLI, 1995). De acordo com as estatísticas do Ministério da Educação analisadas por Romanelli (1995), somente as metas estabelecidas para o ensino superior foram alcançadas, sendo que 62,24% daqueles que concluíam o ciclo colegial conseguiam ingressar em cursos superiores.

Especificamente em relação às instituições de educação superior, a LDB excluiu a preferência pela estrutura universitária como havia determinado o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e estabeleceu que o ensino poderia ser ofertado em estabelecidos agrupados ou não em universidades (BRASIL, 1961, art. 67). A modificação foi um marco relevante para a expansão da educação superior no país. Além disso, novos cursos poderiam ser criados pelas próprias universidades já estabelecidas ou ainda por aprovação do Conselho Federal de Educação ou dos conselhos estaduais de educação (PEGORARO, 2013).

Ressalvadas as exceções, as Universidades deveriam se constituir a partir da reunião de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, podendo incluir também institutos de pesquisa, de aplicação e treinamento profissional (BRASIL, 1961, art.79). Além disso, a LDB estabeleceu a forma legal que poderiam adotar as universidades, quais sejam: fundações, autarquias ou associações, sendo necessária autorização, por decreto federal ou estadual, antes da inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas (BRASIL, 1961, art. 81). Em relação aos estabelecimentos isolados de ensino superior, esses também poderiam adotar a forma de: fundações, autarquias e associações.

No interesse deste estudo, destacam-se especificamente as fundações. Para elas, a lei estabeleceu a obrigatoriedade de se constituir um conselho de curadores com as seguintes funções: “aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento” (BRASIL, 1961, art. 86). Estava em vigência, à época, o Código Civil Brasileiro de 1916, no qual se previa que as fundações poderiam se formar pela união de bens, com um fim determinado, ao qual a lei atribuía personalidade jurídica. As fundações poderiam ser criadas por iniciativa particular ou estatal, com as seguintes finalidades: filantrópica, educacional, assistencial, cultural, científica ou tecnológica (MIRANDA, 1998).

Outro ponto relevante para este estudo diz respeito às faculdades de filosofia, ciências e letras. De acordo com a legislação vigente à época, a formação de professores para o ensino médio deveria, em regra, ser feita no âmbito das faculdades de filosofia, ciências e letras (BRASIL, 1961, art. 59). Destaca-se também que a LDB estabeleceu regra de transição em relação à obrigatoriedade da formação superior para o magistério de nível médio, dispondo que nos casos de ausência ou insuficiência de professores licenciados em faculdades de filosofia, a habilitação para exercer o magistério poderia ser feita por meio de exame de suficiência (BRASIL, 1961, art. 117). Junto às faculdades de filosofia também poderiam ser criados cursos especiais para a formação de orientadores de educação do ensino médio (BRASIL, 1961, art. 63). Para o funcionamento inicial, essas faculdades deveriam contar com pelo menos quatro de seus cursos de bacharelado, abrangendo obrigatoriamente as seções de ciências e letras (BRASIL, 1961, art. 77).

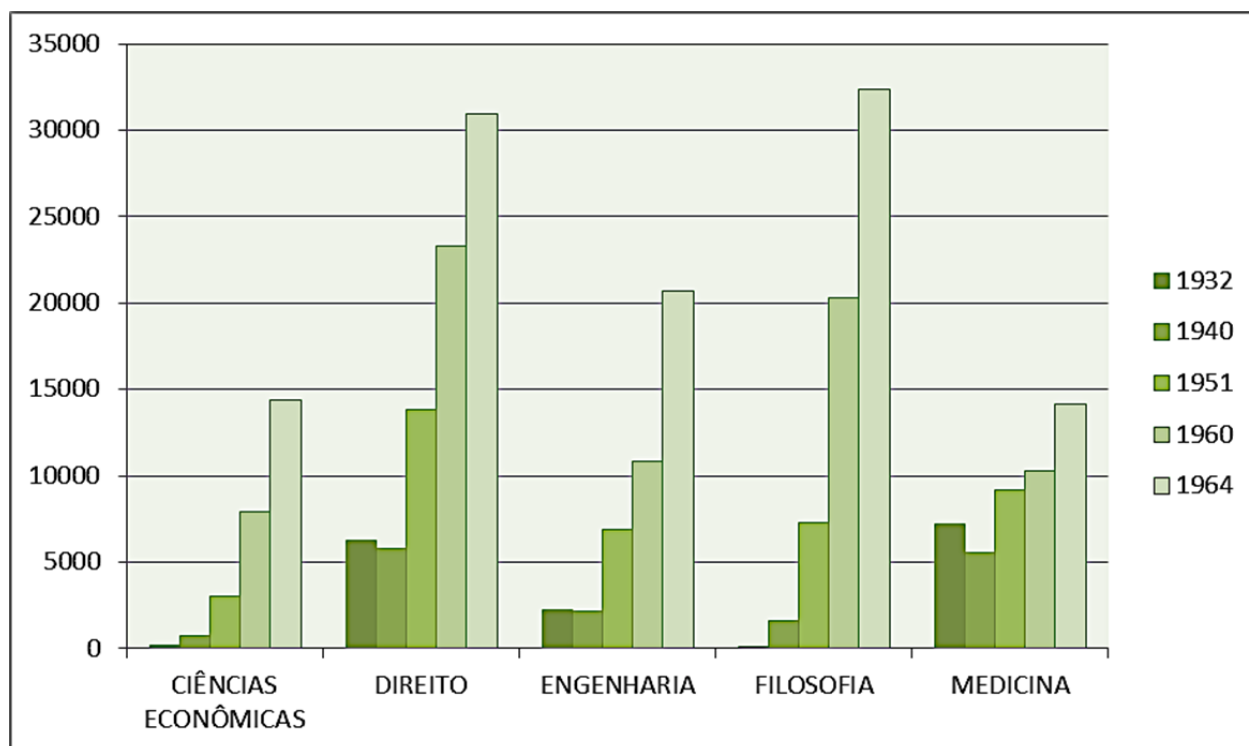
Na prática, a oferta de cursos direcionados à formação de professores e oferecidos pelas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras predominou sobre os cursos voltados à formação de profissionais liberais. Tais faculdades, principalmente instaladas no interior dos estados, expandiram-se com predominância a partir do final da década de 1950

(PEGORARO, 2013). Destaca-se que essas faculdades contribuíram para o processo de interiorização do ensino superior no país. Tal processo alinhava-se ao entendimento de que “A educação levava ao desenvolvimento econômico, o provincialismo das cidades do interior encontrava na criação de uma escola superior a oportunidade de a cidade adquirir o prestígio pelo desenvolvimento das áreas metropolitanas.” (FONSECA, 1992, *apud* CACETE, 2014, p.1073).

Entre as décadas de 1960 e 1970, intensificou-se o processo de interiorização e o setor privado expandiu-se, principalmente, com a criação das “novas” Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, destinadas à formação de professores para a escola secundária. Cacete (2014) utiliza esta denominação para diferenciá-las das denominadas faculdades de filosofia criadas antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1961. Se no período entre 1931 e 1961 exigia-se a presença de uma faculdade de filosofia para a constituição de uma universidade, após a LDB de 1961, retira-se essa obrigatoriedade. Mesmo assim as faculdades de filosofia continuam com o importante papel de ampliação do setor privado de ensino superior.

As instituições criadas neste período organizavam-se na forma de escolas isoladas e, aproveitando o baixo investimento necessário, bem como a demanda social crescente por ensino superior, proliferaram-se especialmente no sudeste do país (CACETE, 2014). Além da expansão das instituições, a ampliação das matrículas nos cursos predominantemente acadêmicos também ocorreu, conforme consolida o gráfico a seguir.

Gráfico 1- Evolução da matrícula nos cinco principais ramos do ensino superior entre 1932 e 1964



Fonte: elaborado a partir de Romanelli (1995).

O gráfico evidencia o que Romanelli (1995, p. 122) denomina de “distorções da expansão” pois, apesar de ser tradicionalmente profissionalizante, o ensino superior no Brasil concentrou sua evolução em cursos predominantemente acadêmicos, representados pelas Faculdades de Direito e Filosofia. Especificamente em relação à expansão das Faculdades de Filosofia, Romanelli (1995, p. 121) caracteriza-a como um “crescimento anormal e desordenado” que se configurou desde a criação dos primeiros cursos, na década de 1930. Percebe-se que três fatores conjugaram-se para a expansão distorcida dos cursos acadêmicos: a) a crescente demanda social por ensino superior; b) o baixo investimento necessário à criação de tais cursos; c) a exclusão da preferência pela estrutura universitária. Assim, a iniciativa privada aproveitou-se de tais fatores para impulsionar os investimentos no setor.

Apesar das mudanças introduzidas na estrutura do ensino, combinada com a ampliação das matrículas e das instituições destinadas a este fim, as insatisfações por parte daqueles que almejavam cursar o nível superior continuaram. A oferta não conseguiu acompanhar a crescente demanda por ensino superior,²⁶ principalmente aquela impulsionada pela transformação do mercado de trabalho que pleiteava profissionais técnicos com

²⁶ Aparece a figura dos “excedentes”, jovens que mesmo obtendo nota mínima para aprovação nos exames vestibulares, não conseguiam ingressar nos cursos superiores por falta de vagas (DURHAM, 2003, p. 10-11).

qualificações que poderiam ser adquiridas nas instituições de ensino superior. Essa dinâmica decorreu principalmente do processo de desenvolvimento pelo qual passava a sociedade brasileira em direção à organização urbano-industrial (SAVIANI, 2010; SAMPAIO, 1991).

A insatisfação desencadeou, ao longo da década de 1960, mobilizações sociais, principalmente lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em busca de reformas na estrutura universitária (SAVIANI, 2010). Tais reivindicações contribuíram para que fosse estabelecida, a partir de 31 de março de 1964, o que Saviani (2008, p.08) denomina de “democracia excludente”. De acordo com o autor, o termo compreende “um regime que deliberada e sistematicamente exclui da participação política amplos setores da sociedade civil”. Neste período, houve diversas alterações legais visando adequar o ordenamento jurídico às pretensões daqueles que assumiam o poder político: os militares. As modificações foram formalizadas por meio de Atos Institucionais decretados pelo Poder Executivo, marcando um período de transição que perdurou até 1967, no qual a Carta de 1946 não teve efetividade prática, sendo “tábua rasa nas mãos do autoritarismo que se instalou no Brasil” (FERNANDES, 2012, p. 265).

Destaca-se que as transformações socioeconômicas da década anterior influenciaram sobremaneira a transição política pela qual atravessava o país. Desde meados da década de 1950, o Brasil direcionava-se ao padrão urbano-industrial mesclando: política de massas, intervenção estatal na economia e abertura do mercado aos investimentos internacionais. Nesse processo, apesar de conseguir manter certo equilíbrio entre os rumos econômicos e a política nacional, à medida que progredia a entrada de capital estrangeiro, as contradições desse modelo evidenciavam-se, impactando negativamente a economia brasileira (ROMANELLI, 1995).

No que tange à ordem jurídica, além dos Atos Institucionais, o governo militar utilizou-se de diversas emendas constitucionais que modificaram de maneira substancial a Constituição de 1946. Somente em 1966, o Presidente Marechal Castello Branco decidiu pela elaboração de um documento único a fim de incluir todas as modificações realizadas desde 1964 e assim, institucionalizar os “ideais e princípios da Revolução” (Mensagem do Presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional, encaminhando o Projeto de Constituição, em 12 de dezembro de 1966. Anais, 6. Vol., p.V *apud* HORTA, 2014).

Por intermédio do Ato Institucional nº 4 foram expostas as justificativas²⁷ para a

²⁷ De acordo com Horta (2014, p. 203-204), “os considerados do Ato Institucional são claros: a Constituição

nova promulgação, bem como foi convocado o Congresso para discutir, votar e promulgar o projeto constitucional, estabelecendo os limites, prazos e as interferências possíveis no processo de tramitação. Encontrando-se o Brasil no regime de “democracia excludente”, ressalta-se os “estreitos limites do Legislativo” nesse processo de elaboração da nova Constituição. O Congresso já havia passado por diversas interferências do Poder Executivo desde 1964, dentre as quais se destacam: a cassação de mandatos e a extinção dos partidos políticos. Esta última interferência foi levada a efeito pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, por meio do qual também foram criados os dois únicos partidos existentes no período militar: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de situação, e, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida (HORTA, 2014).

Outra consideração importante sobre o processo de elaboração da Constituição de 1967 diz respeito às modificações executadas no projeto original. Horta (2014) afirma que, apesar de o procedimento inicial não ter se diferenciado muito das tramitações anteriores – o Executivo constituiu comissão de juristas a fim de elaborar o anteprojeto para, posteriormente, este ser encaminhado às discussões, emendas e aprovação definitiva do Legislativo –, o texto elaborado pela comissão de juristas foi maciçamente alterado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça antes dos encaminhamentos necessários ao Congresso, demonstrando assim, mais uma vez, o excessivo controle exercido pelo Executivo sobre o Legislativo.

Em 24 de janeiro de 1967 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. A leitura e análise dos dispositivos constitucionais a seguir apresentados deve ser precedida do entendimento de que as restrições de liberdades e direitos neste período foram ocorrendo de maneira gradativa, sendo que em 1967 “ainda não atingira seu estágio mais agudo” (VIEIRA, 2007, p. 302). Por este motivo, percebe-se que vários dos dispositivos constitucionais relacionados à educação não modificaram substancialmente o conteúdo já apresentado em constituições anteriores. Destaca-se também que, logo no ano seguinte à outorga, a Constituição de 1967 foi modificada pelo Ato Adicional nº. 05/68, que instituiu medidas ainda mais restritivas de direitos, permitindo novas interferências na estrutura legal do ensino superior.

A Carta manteve a separação de poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário. No que diz respeito ao Poder Executivo, estabeleceu-se eleições indiretas para a escolha. Nos

vigente já não atendia às exigências nacionais; era imperiosa a necessidade de uma nova Constituição que representasse a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

termos da Constituição, o Presidente seria eleito por meio de sufrágio do Colégio Eleitoral, em sessão pública e voto nominal. Compunham o Colégio Eleitoral: os membros do Congresso Nacional e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas estaduais (BRASIL, 1967, art. 76 e seguintes).

Em relação ao Poder Legislativo, ressalta-se que as atribuições estabelecidas pela Carta de 1967 assemelham-se formalmente às competências da Constituição de 1946. Contudo, isso ocorreu principalmente pela “pretensão do regime pós-1964 de se autoproclamar ‘democrático’” (SAVIANI, 2008, p. 13). Assim, na prática, o Congresso exerceu funções diferentes daquelas expostas no texto constitucional. Como a própria nomenclatura destaca, foi mantida a forma de governo republicana e a forma de estado federativa. Infere-se que, mesmo preservando a forma federativa, a Constituição refletiu o caráter centralizador do regime por meio da concentração de diversas competências sob a incumbência da União. Aos Estados foram delegadas competências remanescentes e concorrentes (FERNANDES, 2012).

As competências remanescentes dizem respeito àquelas que não foram delegadas expressamente nem para a União, nem para os municípios, disposição presente no artigo 13, §1º da Constituição de 1967. Em relação às competências concorrentes, seriam elas as taxativamente enumeradas no artigo 8º, §2º do mesmo instrumento legal. Entre as últimas encontram-se as competências relativas ao ensino. Assim, à semelhança da Constituição de 1946, legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional continuou sendo atribuição da União, sem excluir a possibilidade de os Estados legislares supletivamente, sempre em respeito à legislação federal (BRASIL, 1967, art. 8, XVII, alínea q). Adicionou-se também de maneira expressa a competência da União para elaborar os planos nacionais de educação (BRASIL, 1967, art. 8º, XIV).

No título destinado especificamente à família, educação e cultura, a Constituição de 1967 continuou consagrando a educação como direito de todos (BRASIL, 1967, art. 168). Além disso, continuou permitindo o ensino livre à iniciativa particular. Porém, introduziu uma inovação ao incluir o merecimento de amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive de bolsas de estudo (BRASIL, 1967, art. 168, §2º). Ademais, com os Poderes Públicos permaneceu a incumbência de ministrar o ensino em seus diferentes graus (BRASIL, 1967, art. 168, §1º). Entretanto, alertando para o paradoxo, Horta (2014) afirma que a inclusão expressa do dever do Estado para com a educação ocorreu somente com a Emenda

Constitucional de 1969.

Semelhante às constituições anteriores, a gratuidade também permaneceu como diretriz a ser observada no ensino primário. Aos níveis posteriores, seria gratuito desde que provados dois requisitos: efetivo aproveitamento e falta ou insuficiência de recursos. Em alternativa à gratuidade, foi expressamente definida a concessão de bolsas de estudos. Nos casos de bolsas concedidas no ensino superior, os valores deveriam ser reembolsos aos poderes públicos (BRASIL, 1967, art. 168, §3º, III). A introdução da bolsa de estudos, segundo Horta (2014), tinha o objetivo de alinhar a Constituição às demandas dos tecnocratas e privatistas, pois por meio desse mecanismo assegurava-se o amparo financeiro do Estado às iniciativas privadas no setor do ensino.

No que toca à vinculação de receitas, destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, havia estabelecido a obrigatoriedade de a União aplicar o percentual mínimo de doze por cento da receita de impostos na educação. Porém, a Constituição de 1967 retrocedeu, permanecendo silente nesse aspecto²⁸. Diante da omissão constitucional e considerando a relevância do assunto, o Conselho Federal de Educação questionou se a LDB não se enquadraria na condição de lei complementar e, sendo assim, permaneceria em vigor a sua parte referente à vinculação de recursos, nos termos da autorização dada pelo artigo 65, §3º da Constituição de 1967. Em resposta ao questionamento, o Consultor Geral da República expressou o entendimento de que o artigo 92 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – referente à vinculação – havia sido revogado pela Constituição de 1967 (HORTA, 2014).

Além das normas constitucionais, este período foi marcado por uma ampla legislação infraconstitucional para regulamentar o ensino superior, a seguir contextualizada e analisada. Antes disso, vale ressaltar que no decorrer da década de 1960, alguns fatores interferiram substancialmente nos rumos da demanda e da política educacional, tais como a internacionalização econômica, o processo de urbanização e o crescimento populacional brasileiro (VIEIRA, 2007). Tudo isso desencadeou a busca por qualificação profissional, contribuindo para o crescimento da demanda por ensino. Nesse contexto, destacam-se dois fatores que contribuíram para este processo, são eles: a) aumento e diversificação do mercado de trabalho, estimulado pela implantação da indústria da base; b) alterações nos mecanismos

²⁸ Referindo-se à discussão desse aspecto na Constituinte de 1967, Horta (2014, p. 219), afirma “o projeto do Executivo, ao mesmo tempo que ignora totalmente a questão do financiamento da educação, proíbe, na parte relativa ao orçamento, qualquer vinculação entre receita de impostos e despesa, sob a justificação, oriunda do Ministério do Planejamento, que tal vinculação era incompatível com a sistemática orçamentária introduzida pela nova Constituição.”

tradicionais de ascensão social da classe média (ROMANELLI, 1995). Em síntese, o primeiro fator decorreu da intensificação do processo de industrialização que desencadeou a ampliação do setor de serviços e da estrutura burocrática, ampliando e diversificando as ocupações. Já no que diz respeito ao segundo fator, se antes a classe média buscava sua renda e lucratividade em pequenos investimentos, negócios e atividades profissionais autônomas, com os novos rumos econômicos cresceram as oportunidades de ocupação e investimento nas próprias estruturas empresariais hierarquizadas, que se multiplicaram e ampliaram (CUNHA *apud* ROMANELLI, 1995).

Assim, a qualificação profissional, proporcionada pela educação escolarizada, seria a estratégia viável para atender à demanda da população impulsionada pelas oportunidades ocupacionais existentes e, ao mesmo tempo, responder à própria necessidade do mercado de trabalho (ROMANELLI, 1995). Todavia, a oferta disponível no setor educacional não acompanhou especificamente os mesmos rumos da demanda educacional, ocorrendo aquilo que Romanelli (1995, p. 210) descreve como “distorções da expansão”: houve a ampliação de cursos acadêmicos, enquanto a demanda direcionava-se cada vez mais para cursos profissionalizantes. Tal distorção foi um dos fatores que desencadeou a crise do sistema, principalmente a partir da década de 1960.

Ao analisar as transformações no campo educacional no período da democracia excludente, Romanelli (1995) destaca um primeiro momento, entre 1964 e 1968, quando se intensificou a crise do sistema, período em que foram firmados acordos e designadas comissões na busca de repensar o problema. E, um segundo momento, em que essa conjuntura impulsionou a implantação de medidas legais em busca de uma nova estruturação para o sistema de ensino, com significativos impactos para o ensino superior. Assim, a conjuntura de crise serviu de justificativa para o Ministério da Educação e Cultura assinar diversos convênios internacionais com a *Agency for International Development* (AID), na busca de assistência técnica e cooperação financeira para reestruturar o sistema educacional brasileiro.

Para além de resolver a problemática educacional, ressalta-se que os acordos tiveram “o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964” (ROMANELLI, 1995, p. 197). A partir de tais informações, percebe-se que as interferências internacionais não permaneceram adstritas ao campo econômico, constata-se uma estrutura geral de controle na qual a educação nacional também se incluía, predominando a interferência principalmente dos Estados Unidos da América. Tais convênios

ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID e foram firmados entre 1964 e 1968. Apesar de projetados para orientar de maneira provisória as diretrizes do ensino, os acordos acabaram servindo de subsídio para direcionar os trabalhos das comissões designadas para estudar os problemas no campo do ensino e proporem as modificações legais para o sistema (ROMANELLI, 1995). Portanto, as orientações traçadas por tais convênios serviram de base de sustentação para reestruturar o sistema, predominando de maneira permanente no Brasil.

Na sequência, entrou em cena a Comissão Meira Matos, designada pelo governo federal com as funções de intervir nos movimentos estudantis universitários, bem como propor medidas para a crise educacional. As conclusões da comissão foram consolidadas em relatório que sugeriu providências a serem tomadas com o intuito de controlar a crise. Ao analisar o relatório, Romanelli (1995) descreve-o como um mero reforço das propostas delineadas pelos Acordos MEC-USAID. Em seguida, o governo designou um grupo de trabalho com a missão de “estudar a forma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (ROMANELLI, 1995, p. 222). Concordando com a autora, é possível perceber a “linguagem desenvolvimentista”, isto é, existia a necessidade de adequar o sistema de ensino à política socioeconômica, racionalizando a estrutura universitária e correspondendo, assim, aos anseios do desenvolvimento nacional.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foi designado pelo Decreto nº. 62.937, de 02 de julho de 1968 e, ao final, apresentou o que se tornaria o anteprojeto da Reforma Universitária, posteriormente consolidado na Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Apesar de algumas divergências em relação às medidas propostas pela Comissão Meira Matos, este grupo também nada mais fez do que reafirmar as proposições contidas nos Acordos MEC-USAID (ROMANELLI, 1995).

O segundo momento inicia-se com a tomada de decisão do governo em adotar medidas práticas a fim de suplantar a crise. A partir das orientações delineadas pelos Acordos MEC-USAID, o governo percebeu que outra não seria a alternativa do que adequar o sistema educacional às diretrizes do desenvolvimento econômico que perpassava o país. Inicialmente a crise foi enfrentada com medidas de curto prazo que pontualmente modificavam o sistema. Em seguida, estabeleceu-se a mudança de rumos para reformar substancialmente todo o sistema educacional brasileiro (ROMANELLI, 1995). Em relação às medidas adotadas no âmbito do ensino superior, diversas legislações visaram atacar pontualmente a crise, enfrentando a expansão desordenada e outros problemas sistêmicos. Entretanto, o ápice das

modificações foi a reforma universitária aprovada pela lei nº. 5.540, de 21 de novembro de 1968. Para facilitar a compreensão de como ocorreu a regulamentação legal do ensino superior, os normativos foram cronologicamente abordados a seguir, destacando os seus principais aspectos.

Por meio do Decreto-lei nº. 53, de 18 de novembro de 1966, novas normas e princípios de organização universitária foram delineados para as instituições federais. O intuito da medida era tornar o ensino superior menos oneroso e mais produtivo. Para alcançar tais objetivos, a medida propôs elidir o desperdício de recursos, que ocorria por consequência, principalmente, de uma estrutura que permitia a existência de múltiplos setores, disciplinas e instrumentos de trabalho com finalidades semelhantes dentro da mesma instituição de ensino. Romanelli (1995) destaca a existência da cátedra como principal causa do desperdício de recursos:

A existência da cátedra havia criado um sistema de pulverização de recursos, já que estavam ligados diretamente ao professor catedrático material e recursos humanos (auxiliares, assistentes), o que acabou gerando um sistema de “feudos” do saber e do ensino em torno de pessoas que geralmente disputavam entre si prestígio, status, “dignidades”. Graças a esse sistema, os recursos financeiros eram, às vezes, aplicados na satisfação exclusiva da vaidade desses “feudatários”. Era muito comum, portanto, existirem, na mesma instituição, várias bibliotecas, assim como vários laboratórios, usados para fins idênticos, embora pertencentes a seções ou a escolas diferentes da mesma Universidade. Até na mesma escola ocorria a duplicação de meios por causa da competição e da vaidade existente entre professores (ROMANELLI, 1995, p.216).

Percebe-se que a estrutura existia em prol do catedrático e daquilo que ele demandava. Assim, predominava o controle do professor tanto sobre os recursos estruturais disponíveis na instituição, quanto sobre os recursos humanos, tudo e todos giravam em torno do professor catedrático. Nesse contexto, o Decreto-lei nº. 53 introduziu a ideia de plena utilização dos recursos materiais e humanos, vedando expressamente a “duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (BRASIL, 1966, art. 1º). Ao criar um órgão central que deveria concentrar atribuições deliberativas no que tange ao ensino e à pesquisa na Universidade, este normativo contribuiu também para alterar a antiga estrutura universitária que simplesmente agregava escolas, faculdades ou institutos independentes (ROMANELLI, 1995).

Outro normativo que visou reorganizar o ensino e economizar recursos financeiros foi o Decreto-Lei nº. 252, de 28 de fevereiro de 1967. Este decreto deu sequência à reestruturação do ensino superior com a introdução do sistema de departamentos. Foi

estabelecida por meio desse dispositivo a obrigatoriedade de cada unidade estruturar núcleos menores a serem denominados de departamentos nos quais seriam reunidas as disciplinas afins, na tentativa de eliminar disciplinas idênticas ofertadas pela mesma instituição. Para Romanelli (1995), com esta regulamentação, iniciava-se a modernização do ensino superior e, ao mesmo tempo, alinhava-se às propostas de Rudolph Atcon, relacionadas aos acordos MEC-USAID.

A expansão do ensino superior também foi objeto de regulamentação neste período. O Decreto-Lei nº. 63.341, de 01 de outubro de 1968, estabeleceu critérios mais racionais para a expansão, os quais deveriam ser observados no processo de autorização e reconhecimento de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como nos pedidos de financiamentos de programas e projetos. Para Romanelli (1995), a tentativa era orientar a demanda educacional equilibrando o controle da expansão nas áreas mais saturadas e incentivando a ampliação das áreas ainda deficitárias. Assim, o referido decreto estabelecia que nas áreas mais saturadas deveriam ser evitadas a expansão de vagas e de instituições, podendo estas se modificarem para atender áreas nas quais havia déficit de profissionais (BRASIL, 1968, art. 1º). Para o financiamento também havia regras específicas e, a fim de assegurar suas condições, criou-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE). O fundo tinha a finalidade de captar recursos para aplicação e financiamento de projetos desenvolvidos nos três níveis de ensino e foi criado pela Lei nº. 5.537, de 21 de novembro de 1968 e complementado pelo Decreto-Lei nº. 872, de 15 de setembro de 1969.

Finalmente, em 28 de outubro de 1968, foi aprovada a Lei nº. 5.540, fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, bem como sua articulação com a escola média. Ao mesmo tempo, foi revogada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional²⁹ no que se referia aos títulos destinados ao ensino superior. A Lei nº. 5.540 e sua legislação complementar, introduzida pelo Decreto-lei nº. 464, de 11 de fevereiro de 1969, consolidaram os princípios estabelecidos pelas legislações anteriores e reafirmaram a estrutura legal que já estava sendo objeto de implantação no nível superior. Utilizando-se da análise de Helena Sampaio (1991), listam-se as principais diretrizes consolidadas pela Reforma: a) abolição da cátedra e criação de unidades mínimas de ensino e pesquisa,

²⁹ No que se refere ao ensino de primeiro e segunda graus, a LDB também foi alterada pela Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Assim, os dispositivos da LDB correspondentes à estrutura do ensino primário, médio e superior foram revogados e substituídos pelas duas novas leis, permanecendo em vigor apenas os primeiros títulos da LDB de 1961, quais sejam: Dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade do ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino (SAVIANI, 2010).

denominadas de departamentos; b) implantação do sistema de institutos básicos; c) organização do currículo em suas etapas: ciclo básico e formação profissional; d) flexibilização curricular com a adoção do sistema de créditos e de semestralidade; e) adoção de um duplo sistema de organização. O primeiro vertical, incluindo departamentos, unidades e reitoria. O segundo horizontal, estabelecendo colegiados de curso para reunir docentes interligados a um currículo, mesmo que de diferentes unidades ou departamentos (SAMPAIO, 1991).

Complementando as modificações citadas por Sampaio (1991), outros são os aspectos apresentados por Romanelli (1995) que consolidam as mudanças estruturais da Reforma Universitária: a) organização: preferência pela estrutura universitária, excepcionalmente poderia o ensino superior ser ofertado em estabelecimentos isolados; b) administração: composta pelo Reitor, que ao lado dos representantes do Ministério da Educação e Cultural e membros da comunidade, responsabilizavam-se pela fiscalização econômico-financeira da Universidade; c) cursos: as unidades de cada universidade deveriam agregar cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização (ROMANELLI, 1995, p. 228).

Além das alterações estruturais, a Lei nº. 5.540/68 apresentou providências práticas, as quais se exemplificam: unificação do vestibular por universidade e por região (BRASIL, 1968, art. 21) e frequência obrigatória de professores e alunos, bem como execução integral dos programas de ensino (BRASIL, 1968, art. 29). Ao explorar tais dispositivos legais, Saviani (2008) destaca três elementos que estariam inclusos na estratégia do “autoritarismo desmobilizador”, quais sejam: a departamentalização, a matrícula por disciplinas e o regime de créditos. Após citá-los, o mesmo autor menciona que apesar de parecerem meros dispositivos administrativos e pedagógicos, por detrás existia um significado político, pois tais alterações teriam a capacidade de desmobilizar os alunos:

(...) não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência e relevância dos conteúdos ministrados (SAVIANI, 2008, p. 86).

É possível inferir que as novas diretrizes traçadas para o ensino superior estavam intimamente conjugadas e alinhadas com o excessivo controle político exercido pelos militares, característica do “autoritarismo desmobilizador”. Mas as regulamentações sobre o ensino superior não se findaram com a publicação da Lei nº. 5.540/68, a partir da autorização

concedida ao Presidente da República pelo Ato Institucional nº. 5, o Executivo passou a publicar diversos decretos complementares para o ensino superior.

O Ato Institucional nº. 5 recrudesceu as medidas autoritárias. Diante da autorização concedida ao Presidente da República para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, foi concedido ao Chefe do Executivo plenos poderes para exercer além de suas funções, as funções legislativas (BRASIL, 1968, art. 2º). Outra autorização dada pelo AI5 foi a possibilidade de suspensão de direitos políticos, determinando ainda a possibilidade de serem estabelecidas restrições e proibições ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados (BRASIL, 1968, art. 5º, §1º).

Com fundamento nas atribuições do Presidente da República que diante do recesso parlamentar, já incluíam as funções legislativas, o Executivo publicou o Decreto-lei nº. 405, de 31 de dezembro de 1968 com o objetivo de prover sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior para o ano de 1969. De acordo com o decreto supracitado, o número de vagas fixado nos editais de concursos vestibulares poderia ser aumentado por simples definição dos órgãos deliberativos das instituições, observando as “condições do estabelecimento e a completa utilização de sua capacidade” (BRASIL, 1968, art. 1º).

Para incentivar o aumento do número de vagas no primeiro ano de cada curso, o decreto autorizou ao Governo Federal proporcionar auxílio financeiro aos estabelecimentos de ensino superior relacionados às áreas da saúde, tecnologia e formação de professores de ensino médio, quando necessários (BRASIL, 1968, art. 3º). Também a partir da autorização presente no AI5, expediu-se o Decreto-Lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969, a partir do qual foram estabelecidas restrições específicas aos direitos de docentes, discentes e servidores administrativos. O ato definiu as infrações disciplinares e as suas respectivas punições. Proibiu-se qualquer manifestação de caráter político ou qualquer tipo de protesto no âmbito dos estabelecimentos de ensino público ou privado (ROMANELLI, 1995).

Publicou-se ainda o Decreto-lei nº. 574, de 08 de maio de 1969, regulamentando o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, proibindo as instituições de reduzir o número de matrículas da primeira série de seus cursos. Segundo Romanelli (1995), o decreto concedeu ainda, às instituições, o direito de promover a redistribuição de vagas entre seus cursos, sem prejuízo do total de vagas existentes.

Por fim, cita-se o Decreto nº. 68.908, de 13 de julho de 1971 que dispôs

especificamente sobre concurso vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Estabeleceu que os candidatos deveriam ter escolarização completa de nível colegial ou equivalente para poder concorrer ao vestibular. Foi adotado também o processo classificatório para o vestibular, aproveitando-se os candidatos até o “limite das vagas fixadas no edital” (BRASIL, 1971, art. 2º). Além dessas, regulamentou também: elementos necessários aos editais; inscrição e seus documentos obrigatórios; data única para a realização do vestibular nas instituições oficiais; conteúdo das provas vestibulares; e, ainda, critérios para elaboração, aplicação e julgamento das referidas provas.

Assim, a partir de todas as legislações apresentadas, é possível inferir que não foram poucas as tentativas de controlar a crise por meio da contenção do movimento estudantil, a mais severa delas foi a restrição de manifestações políticas e protestos por parte de estudantes, docentes e servidores administrativos no âmbito das instituições, consubstanciada no Decreto-lei nº. 477/1969. Outra alternativa para controlar a crise foi a inclusão de medidas para racionalizar a estrutura universitária, a fim de reestruturar o sistema para conter gastos e de forma que pudesse atender um contingente maior de candidatos: estabeleceu a estrutura departamental, regulamentou o incremento de matrículas, controlou e orientou a expansão e regimentou o concurso vestibular.

Em relação à realidade educacional, necessário citar o tema da expansão do ensino superior, uma das principais reivindicações levantadas pelo movimento estudantil e regulamentadas pelo governo federal. Se o movimento reivindicava vagas nas instituições públicas, nas quais almejavam obter ensino de qualidade, foi possível observar que na prática a expansão se direcionou de forma mais abrangente por meio da abertura de escolas isoladas privadas, a partir de autorizações do Conselho Federal de Educação. Assim, Saviani (2010) afirma que contrariando o disposto no artigo 2º da Lei nº. 5.540/68, a organização universitária converteu-se em exceção e, o ensino ministrado em estabelecimentos isolados, transformou-se na regra.

3. CAPÍTULO II: A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MINAS GERAIS

No segundo capítulo contextualiza-se o desenvolvimento do ensino superior em Minas Gerais, abordando a legislação aplicável, bem como as instituições educacionais criadas ao longo do período republicano. Na sequência, analisa-se a expansão e interiorização do ensino superior em Minas Gerais entre as décadas de 1960 e 1970, apresentando as fundações educacionais criadas neste período, suas características, localização e objetivos. Finalmente, apresenta-se o Vale do Jequitinhonha, região na qual a cidade de Diamantina se localiza, a fim de apontar as possibilidades para o desenvolvimento do ensino superior na região.

3.1 O ensino superior em Minas Gerais: o período republicano

A partir das buscas realizadas no sistema de bibliotecas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais, no banco de teses e dissertações da CAPES e na Biblioteca Deputado Camilo Prates, anexa à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi possível perceber que vários estudiosos se dedicam à historiografia do ensino em Minas Gerais, porém a maioria das pesquisas concentra-se na abordagem do ensino primário e médio. Em relação ao desenvolvimento histórico do ensino superior mineiro, a literatura ainda é bastante escassa.

Dentre as pesquisas direcionadas a abordar a temática do ensino superior em Minas Gerais cita-se a obra intitulada “O ensino em Minas Gerais no tempo da República” (1962), de Paulo Kruger Corrêa Mourão, na qual o autor traz o histórico das instituições criadas até 1930. Além dessa, dois trabalhos acadêmicos foram essenciais para esta pesquisa: a tese de doutorado de Ilva Ruas de Abreu, intitulada “A influência das lideranças políticas no processo de criação das instituições federais de ensino superior em Minas Gerais” (2006), dedicada a abordar as relações entre as lideranças políticas e o Governo Federal no processo de criação das inúmeras instituições de ensino superior em Minas Gerais; assim como a dissertação de mestrado de Alexandre Borges de Miranda, denominada “A criação da Universidade do Estado de Minas Gerais pela IV Assembleia Constituinte Mineira de 1988/89” (1998), na qual o autor analisa o ensino superior no estado sob a perspectiva legal e

histórica, com ênfase nas instituições que originaram a UEMG. Outros trabalhos³⁰ encontrados dedicam-se a estudar de maneira específica a história de instituições educativas, dos quais foi possível extrair datas, legislações e acontecimentos importantes relacionados ao ensino superior.

Diante da escassa literatura sobre o tema, utilizou-se de autores que estudam a historiografia da educação mineira, bem como do arcabouço legal para o ensino superior, a fim de se alcançar o objetivo de analisar a legislação aplicável no Estado de Minas Gerais sobre o tema ao longo do período republicano. A partir da revisão bibliográfica, delineiam-se também as iniciativas que culminaram com a criação de instituições destinadas a esse nível de ensino entre 1891 e a década de 1950.

No plano legal, a República no Brasil inaugurou-se com a Constituição de 1891. A primeira Constituição republicana consagrou a organização do Estado brasileiro de maneira federada, proporcionando autonomia aos membros federativos para estabelecer sua administração e controle próprios. O federalismo possibilitou a cada Estado a legitimidade de estruturar sua própria Constituição, bem como produzir suas próprias leis, sempre observando os princípios e diretrizes constitucionais da União.

Em Minas Gerais, no âmbito da Assembleia Estadual Constituinte, os grupos políticos dividiam-se em basicamente três: os progressistas que se alinhavam ao ideal republicano; os liberais que defendiam uma “modernização conservadora”, em prol da manutenção do *status quo*; e os conservadores que tradicionalmente arraigados no ideal monárquico, conformavam-se com a república (ALMG, 1989). Apesar da existência de grupos políticos em defesa do republicanismo, as resistências marcaram a lógica dos debates desenvolvidos para a consolidação da primeira constituição estadual. Diante dessa conjuntura, refletindo o tradicionalismo dos grupos dominantes em Minas, a Constituição Estadual de 15 de junho de 1891 foi marcada pela prevalência de um sentido conservador e pouco inovou no cenário político (ALMG, 1989).

Especificamente em relação ao campo educacional, a primeira Constituição de Minas Gerais não destinou capítulo ou seção exclusiva para a temática. Apesar disso, havia seis dispositivos dispersos no texto que se relacionavam ao tema, dentre eles, três artigos

³⁰ Destacam-se as obras: “Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: sementes do espírito universitário”, livro publicado em 2015, por Maria de Lourdes Amaral Haddad a partir de sua dissertação de mestrado defendida em 1988; “História da Universidade do Estado de Minas Gerais”, publicada em 1971, por Eduardo R. Affonso de Moraes; “Dados para uma história da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais”, de autoria de Elza Maria Miranda Afonso e Misabel de Abreu Machado, em 1976-1977. Outros estudos foram encontrados no sistema de bibliotecas da UFMG que abordam a criação das demais faculdades que vieram a formar a UFMG.

foram destinados ao nível primário³¹. Nenhum dispositivo tratou exclusivamente do ensino superior, porém, ao pontuar as competências privativas do Congresso Estadual, estabeleceu a responsabilidade de este legislar sobre o ensino secundário e superior (MINAS GERAIS, 1891, art. 30).

À época da proclamação da República, Minas Gerais era o estado mais povoado do Brasil e, assim como o restante do país, apresentava alto índice de analfabetismo. Nessa conjuntura, no campo educacional predominavam legislações relacionadas a impulsionar o ensino primário, nível destinado à alfabetização. Dessa forma, ao analisar a trajetória das reformas educacionais promovidas em Minas Gerais entre 1906 e 1928, Carvalho (2013) afirma que essas tiveram por finalidade difundir a escola primária no Estado.³²

Não foi somente em Minas Gerais que ocorreram reformas educacionais. A partir de 1920 diversos estados da federação aprovaram regulamentações relacionadas ao ensino. Nos limites da competência delegada expressamente aos estados pela Constituição Federal de 1891, estes deveriam regulamentar o ensino primário e/ou o ensino profissional. De acordo com Vieira (2007), os estados pioneiros foram: São Paulo (1920), Ceará (1922/23), Rio Grande do Norte (1925/28), Distrito Federal (1922/26 e 1928), Pernambuco (1928), Paraná (1927/28), Minas Gerais (1927/28) e Bahia (1928). Romanelli (1995) afirma que, caracterizando-se como reformas regionais, não foram planejadas a partir de uma política nacional de educação. Por consequência, sujeitavam-se às instabilidades do poder público local e foram transitórias. Apesar disso, foram importantes para “colocar na ordem do dia das polêmicas, em torno dos problemas sociais, os problemas relacionados com a educação” (ROMANELLI, 1995, p. 130).

No que tange à criação de escolas de nível superior, tanto o Congresso Nacional, quanto as assembleias legislativas estaduais estavam autorizados a instituí-las, visto que a Carta de 1891 estabeleceu a competência não privativa do Legislativo Federal neste quesito. Além da competência das assembleias legislativas para criar instituições de ensino superior, ao estabelecer a liberdade de iniciativa em todos os graus de ensino (MINAS GERAIS, 1891,

³¹ O primeiro deles assegurou a gratuidade nos estabelecimentos oficiais e a liberdade à iniciativa privada (MINAS GERAIS, 1981, art. 3º). Outro se destinava a estabelecer a competência do Congresso para legislar sobre instrução primária (MINAS GERAIS, 1981, art. 31). O terceiro previa lei especial para organizar os municípios que deveria respeitar as bases da instrução primária e profissional (MINAS GERAIS, 1981, art. 75).

³² Carvalho (2013) destaca as seguintes reformas estabelecidas neste período: João Pinheiro (Lei nº 439 de 1906), Wenceslau Brás (Decreto nº 2.836 de 1910), Bueno Brandão (Lei nº 533 de 1910), Delfim Moreira (Lei nº 657 de 1915), Artur Bernardes (Lei nº 800 de 1920), Olegário Maciel (Lei nº 864 de 1924), Fernando Melo Viana (Decreto nº 6831 de 1925) e Francisco Campos (1926/1927/1928, respectivamente leis números 926, 7.970-A e 1.036, que aprovam os regulamentos dos ensinos primário e normal).

art. 30), a Constituição mineira possibilitou que diversos projetos privados pudessem dar origem a faculdades, escolas e institutos de ensino superior no estado. O primeiro deles foi a Faculdade de Direito fundada em 1892, na cidade de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais (MOURÃO, 1962).³³

Destaca-se que, apesar de a Faculdade de Direito ter sido a primeira fundada no período republicano, Minas Gerais herdou do Império duas instituições de ensino superior: a Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada por intermédio da Lei nº. 140, de 04 de abril de 1839; e a Escola de Minas de Ouro Preto, instituída pelo Decreto Federal nº. 6.026 de 06 de novembro de 1875 (MOURÃO, 1962). Sob responsabilidade do governo federal, permaneceram em funcionamento ao longo do período republicano e foram o pontapé inicial da atual Universidade Federal de Ouro Preto.

Também no ano de 1892 instituiu-se o ensino agrícola e zootécnico no Estado. Por meio da Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892 previu-se a criação de dois institutos agrônômicos, que se localizariam nas cidades de Itabira e Leopoldina e dois institutos zootécnicos, previstos para as cidades de Uberaba³⁴ e Campanha. Com a regulamentação dada pelo Decreto nº 737, de 13 de julho de 1894, os institutos de Minas Gerais tinham competência para conferir diplomas de engenheiros agrônomos sendo, portanto, destinados também ao nível superior de ensino (MOURÃO, 1962). Apesar da atenção dispensada às práticas agrícolas no estado e das diversas referências relacionadas à necessidade de escolas destinadas a este fim, constata-se que

(...) pouco se fez de prático para efetivar o ensino agrícola em Minas, muitas leis foram sancionadas, mas poucas tiveram aplicação. Dentre elas, somente funcionou uma no Vale do Piracicaba, em Itabira, na Fazenda Palestina, dedicada ao ensino prático (...). As demais iniciativas não saíram do papel ou do domínio das intenções (ABREU, 2006, p. 86).

Percebe-se que a previsão legal de se criar uma instituição nem sempre corresponde a sua plena efetividade prática, existem fatores de ordem social, econômica, política e até mesmo cultural que interferem positiva ou negativamente nesses projetos. Este também foi o caso do ensino superior em Juiz de Fora que “desenvolveu-se na cidade no rastro da modernização econômica iniciada no final do século XIX” (ABREU, 2006, p. 162). Inicialmente se instalaram os cursos de Odontologia e Farmácia, em 1904, por iniciativa de

³³ Em 1898, ao ocorrer a mudança da capital do Estado, a faculdade foi transferida definitivamente para Belo Horizonte, passando a integrar, posteriormente, a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927.

³⁴ Em relação ao Instituto Zootécnico de Uberaba, este funcionou até 1898, quando suas atividades foram suspensas pelo governo estadual.

missionários metodistas. Outros cursos foram projetados na intenção de preparar a elite para as profissões liberais e se instituir uma universidade: Direito, Medicina, Veterinária e Agricultura. Entretanto, nos anos subsequentes, fatores de ordem interna e externa – política governamental, falta de recursos financeiros e disputa de poder interno – fizeram com que gradativamente os cursos criados neste período encerrassem suas atividades (ABREU, 2006). Apesar de frustrado o projeto inicial de universidade, houve outras iniciativas no intuito de se criar faculdades laicas, principalmente de intelectuais locais. Um exemplo citado por Abreu (2006), foi a criação da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, por um grupo liderado por Clorindo Burnier Pessoa de Mello, professor do Curso Politécnico da Academia de Comércio.

Na capital do Estado, em 1907, foi criada a Escola Livre de Odontologia, por iniciativa do cirurgião-dentista Manuel Teixeira de Magalhães Penido (MOURÃO, 1962). Na cidade de Lavras, sul de Minas, foi fundada a Escola Agrícola de Lavras³⁵ no ano de 1908, por missionários presbiterianos norte-americanos (RODRIGUES, 2013). As instituições foram criadas sob a vigência da reforma Epiácio Pessoa que, assim como a Constituição Mineira de 1891, autorizava a iniciativa particular em prol do ensino.

Dando continuidade à política de autorização para criar escolas livres, no período de vigência da Reforma Rivadávia Corrêa (1911-1914), foram criadas outras instituições privadas destinadas ao ensino superior em Minas Gerais, quais sejam: Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1911), Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte (1911), Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Fino (1911), Instituto Eletrotécnico de Itajubá (1913), Escola de Engenharia de Juiz de Fora (1914), Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (1914). Constata-se que, já na Primeira República, houve a criação de instituições destinadas ao ensino superior e localizadas no interior do estado de Minas Gerais. Conforme se observa da listagem acima, foram beneficiadas as cidades de Ouro Fino, Itajubá, Juiz de Fora e Alfenas, nas quais as populações puderam ter acesso ao nível superior sem a necessidade de se deslocarem para a capital. Importante ressaltar que tais cidades localizam-se no Sul e na Zona da Mata, regiões historicamente mais desenvolvidas de Minas Gerais sob o ponto de vista econômico.

Refletindo sobre as iniciativas de particulares no campo do ensino neste período, Mourão (1962, p. 534) afirma que “conquanto a Lei Rivadávia tenha produzido grandes malefícios ao ensino no Brasil, possibilitou também a formação de estabelecimentos sérios

³⁵ Em 1938 alterou-se a sua denominação para Escola Superior de Agronomia de Lavras (RODRIGUES, 2013).

que se firmaram pelo prestígio da sua congregação e idoneidade da administração”. Constatase que, apesar da proliferação de instituições em todo o país sem qualquer fiscalização ou controle estatal, o que poderia ser considerado um ponto negativo da reforma, as instituições criadas em Minas Gerais caracterizavam-se pela seriedade e comprometimento do corpo docente e administrativo, o que garantiu o reconhecimento e a continuidade dessas instituições ao longo das reformas educacionais posteriores a 1914.

Outra instituição autorizada a se instalar na Zona da Mata foi a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, por meio da Lei nº. 761, de 06 de setembro de 1920. No ano seguinte, pelo Decreto nº. 5.623, determinou-se crédito financeiro para a instalação da escola. Na sequência, em 1922, o Decreto nº. 6.053 criou a instituição e determinou a sua localização em Viçosa (MOURÃO, 1962). Na década de 1940 a instituição se transformaria na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – Lei nº. 272, de 13 de novembro de 1948 – a segunda universidade³⁶ localizada em Minas Gerais (ABREU, 2006).

Já a criação da primeira universidade localizada no estado ocorreu por intermédio da Lei nº. 895, de 10 de setembro de 1925, que concedeu autorização ao Governo do Estado para instituí-la. Dois anos depois, por meio da Lei nº. 95, de 07 de setembro de 1927, criou-se a Universidade de Minas Gerais que deveria agregar instituições que já se dedicavam ao ensino superior na capital, quais sejam: a Escola de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte, a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina (MOURÃO, 1962).

A partir da exposição das iniciativas até aqui delineadas, cabe destacar uma característica predominante entre elas: as verbas públicas foram determinantes para o sucesso ou o fracasso dos projetos. Exemplos disso são apresentados por Abreu (2006) e demonstram que as instituições recebiam com frequência recursos financeiros do poder público. A Faculdade Livre de Direito, pela boa repercussão, recebia auxílios de câmaras municipais e ainda uma subvenção anual por parte do governo estadual. A Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora também contou com subvenções que foram primordiais para que a instituição pudesse se manter e concretizar projetos tais como a construção de sua sede própria. As subvenções recebidas pela Escola de Agronomia de Lavras serviram para custear estudos de vários alunos. Em 1924, do total de dezoito matrículas, dez eram subvencionadas pelo governo estadual. Outras instituições subvencionadas foram: o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá e a Escola de Engenharia da Capital.

³⁶ Foi federalizada em 15 de julho de 1969, tornando-se a Universidade Federal de Viçosa.

Nos anos 30 o ensino superior se expandia na capital. Foi criada a Escola de Arquitetura, a primeira escola da América do Sul a nascer desvinculada das escolas politécnicas de Belas Artes e Filosofia.³⁷ Em 07 de julho de 1933, por meio do Decreto Estadual nº. 10.952, foi criada a Escola de Enfermagem, a primeira escola de enfermagem situada fora do Rio de Janeiro e também a primeira estadual destinada a este ramo.³⁸

Em 1934 inaugurou-se nova fase republicana a partir da promulgação de outra Carta constitucional no país. Ao introduzir o denominado federalismo cooperativo ou de integração, atribuiu aos entes federados – estados e União – competências concorrentes, isto é, algumas matérias constitucionais demandariam a ação conjunta tanto do poder central quanto dos estados, a fim de se alcançarem objetivos comuns à República. Dentre as competências concorrentes, estava o dever de “difundir a instrução pública em todos os seus graus” (BRASIL, 1934, art. 10, VI). Desse modo, houve a descentralização das obrigações para com o ensino. Regra geral, a União responsabilizou-se por estabelecer diretrizes gerais às quais se submetiam os demais entes, ao passo que estados e Distrito Federal deveriam organizar e manter seus sistemas educativos (BRASIL, 1934, art. 151). Cabe destacar que a Constituição de 1934 recepcionou decretos destinados à organização do ensino superior que serviram de diretrizes gerais para este nível do ensino. Citam-se: Decreto nº. 19.850/1931 (criou o Conselho Nacional de Educação); Decreto nº 19.851/1931 (organizou o ensino superior); e Decreto nº. 19.852/1931 (organizou a Universidade do Rio de Janeiro).

Em Minas Gerais, o período foi marcado por diversas continuidades na política que refletiram na elaboração da Carta estadual. Na composição da Assembleia Constituinte concentraram-se adeptos dos principais partidos mineiros: Partido Republicano Mineiro e Partido Progressista – base política da tradicional elite oligárquica mineira (ALMG, 1989). Além disso, os constituintes pertenciam a “famílias governamentais”³⁹ de Minas Gerais. Este termo, utilizado por Cid Rebelo Horta refere-se à existência de parentesco entre constituintes mineiros e outros políticos ou lideranças. Assim, representando os interesses e valores da elite econômica mineira, os debates constituintes refletiram a composição social dos seus membros e não houve “nenhuma divergência ideológica mais profunda” (ALMG, 1989, p. 160).

³⁷ Informação disponível em: < <http://www.arq.ufmg.br/site/v2/index.php/sobre-a-ea/>>. Acesso em 25 nov. 2018.

³⁸ Informações disponíveis em: < <http://www.enf.ufmg.br/index.php/2016-06-27-17-09-21/nossa-historia>>. Acesso em 25 nov. 2018.

³⁹ “Cid Rebele Horta resume em cerca de trinta parentelas principais o núcleo do sistema de poder em Minas desde o Império. Diversos desses troncos se originaram de povoadores paulistas, sendo outros de origem portuguesa. Na Constituinte de 1935, cerca de metade dos deputados, (...), eram vinculados diretamente a esse secular núcleo político.” (ALMG, 1989).

Em relação ao ensino, ao contrário da legislação anterior, a Constituição estadual de 1935 dedicou título específico para abordar os temas cultura e educação, consubstanciados em quatro artigos. Apesar de nenhum deles mencionar especificamente o ensino superior, Miranda (1998) afirma que, indiretamente, a educação superior foi incluída nas normas constitucionais quando a Carta de 1935 estabeleceu a responsabilidade estatal em organizar e manter seu próprio sistema educativo, abarcando “todos os seus graus e ramos, comuns e especializados” (MINAS GERAIS, 1935, art. 89). Os demais dispositivos trataram do ensino religioso, primário e do prazo de renovação da lei orgânica do sistema educativo do Estado. Em relação ao provimento para o magistério, estabeleceu-se a obrigatoriedade de obediência às diretrizes estabelecidas pela Constituição da República de 1934 (MINAS GERAIS, 1935, art. 92).

Em relação às iniciativas de criar instituições de educação superior no período entre 1935 e 1937, não se constatou a criação de nenhuma escola, faculdade ou universidade destinada a este fim em Minas Gerais. A Constituição Estadual de 1935 teve curta duração, tendo sido interrompida diante da decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. A partir daí ocorreu o fechamento do Congresso Nacional e das Casas Legislativas dos estados e municípios. Neste panorama de excessiva centralização e controle do Poder Executivo central sobre as esferas estaduais impossibilitou o federalismo experimentado pela ordem constitucional anterior. Assim, apesar da previsão constitucional de que deveriam os Governadores ou interventores outorgar as Constituições Estaduais, em Minas Gerais isso não aconteceu.

As regulamentações do Governo Federal regeram as instituições criadas no estado. Foram encontradas três instituições de ensino superior criadas em Minas Gerais entre 1937 e 1947: a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Maria. A Faculdade de Filosofia de Minas Gerais foi fundada em 1939 e incorporada à Universidade de Minas Gerais em outubro de 1948. Maria de Lourdes Amaral Haddad (2015) dedicou sua dissertação ao estudo histórico desta instituição. A autora afirma que, à época, o ensino superior existente em Belo Horizonte concentrava-se em uma estrutura tradicional de escolas profissionais. Existiam as seguintes instituições: Conservatório Mineiro de Música,⁴⁰ as escolas isoladas de Arquitetura, Veterinária e Enfermagem e, ainda, a Universidade de Minas Gerais – com a mesma

⁴⁰ Foi inaugurado em 05 de setembro de 1926. Transformou-se em estabelecimento de ensino superior e foi federalizado em 04 de dezembro de 1950. Em 1962, integrou-se à Universidade Federal de Minas Gerais.

composição inicial: Escola de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Escola de Odontologia e Farmácia.

A partir de informações retiradas do Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (1939-1953), Haddad (2015) elaborou anexo com a relação dos catedráticos e dos fundadores da instituição. Destaca-se que, entre os catedráticos encontrava-se o Professor Aires da Mata Machado Filho, responsável pela cátedra de Filologia Românica (cátedra 38). Natural de Diamantina, o Professor Aires se tornou o primeiro Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, a primeira unidade vinculada à Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, permanecendo no cargo entre maio de 1968 e dezembro de 1971.

Em dezembro de 1941 foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas. No ano seguinte, fundou-se também em Belo Horizonte a Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Finanças. Semelhantes em seus objetivos, as instituições se fundiram para formar a Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, em março de 1945. Seus cursos foram reconhecidos em 1947. Em setembro de 1948, a instituição foi incorporada à Universidade de Minas Gerais (MOURÃO 1962).

Assim como em outros estados da federação, o projeto de criação e expansão das faculdades e universidades católicas também permeou o ensino superior mineiro. Em 1941 foi criada a Faculdade de Ciências e Letras de Santa Maria. O funcionamento de seus cursos foi autorizado em janeiro de 1943 e, em 1945, foi reconhecida pelo Governo Federal. Esta instituição foi o embrião da Universidade Católica de Minas Gerais, instituída em 1958 (HADDAD, 2015).

O ano de 1945 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial e dos regimes autoritários pelo mundo. No Brasil, encerrou-se o Estado Novo e no ano seguinte entrou em vigor uma nova Constituição Federal. Permeada pelos novos ares democráticos, a educação teve papel de destaque no novo texto constitucional. Aos estados federados e ao Distrito Federal foi delegada a competência de organizar seus sistemas de ensino que, em regra, envolviam as escolas de educação básica, públicas e particulares. À União caberia organizar, em regra, as escolas superiores, públicas e particulares (SAVIANI, 2008). Refletindo as disposições constitucionais em vigor no âmbito nacional, a Constituição de Minas Gerais de 1947 incluiu temas novos e relevantes em sua estrutura, tais como a ordem econômica e social (FARIA e DULCI, 2005).

No âmbito da ordem social, em título específico direcionado à educação e cultura,

determinou-se o dever do Estado em organizar e manter seu próprio sistema de ensino, direcionado a todos os graus e ramos, comuns e especializados (MINAS GERAIS, 1947, art. 124). Ao mencionar “todos os graus e ramos” do ensino, houve autorização constitucional para a organização e manutenção de “uma rede de ensino superior estadual, abrindo-se inclusive a possibilidade de criação de universidades” (MIRANDA, 1998, p. 138).

Além disso, foram delineados princípios gerais, de observância compulsória. Um deles delimitou a obrigatoriedade do ensino primário às crianças em idade escolar, sendo gratuito quando ofertado pelo Estado. Em relação aos demais níveis posteriores ao primário, o ensino oficial seria gratuito àqueles que provassem a falta ou insuficiência de recursos, se abstendo de mencionar a sua obrigatoriedade (MINAS GERAIS, 1947, art. 124, I e II). Portanto, concordando com Alexandre Borges de Miranda (1998), é possível inferir que em relação ao ensino superior oficial, este seria, em regra, pago.

Nenhum dispositivo tratou especificamente da educação superior, entretanto, interpretando as normas constitucionais, Miranda (1998) afirma que o ensino superior mineiro poderia ser oficial ou livre, isto é, havia a possibilidade de sua oferta pelo Estado ou pela iniciativa privada. Além disso, era obrigatório o provimento das cátedras por meio de concursos de provas e títulos, tanto nos estabelecimentos oficiais, quanto nos livres (MINAS GERAIS, 1947, art. 124, VI e VIII).

Sob a égide da Constituição mineira de 1947 concretizaram-se dois projetos no ensino superior. Em Uberaba, por iniciativa da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro foi criada a Faculdade de Medicina, em 1953. O então governador à época, Juscelino Kubitschek, apoiou a aprovação do projeto na Assembleia Legislativa e doou ao patrimônio inicial da instituição o prédio da Penitenciária do Estado e ainda 20 milhões de cruzeiros em títulos da dívida do estado, cujos juros deveriam servir para mantê-la. Em Diamantina, uma das reivindicações levadas ao governador, foi implantar uma instituição de ensino superior. No âmbito das discussões da Associação Comercial da cidade foi aventada a proposta de uma Escola de Odontologia e Farmácia. Parte da proposta se concretizou por intermédio da Lei Estadual nº. 990, de 30 de setembro de 1953, quando foi criada a Faculdade de Odontologia de Diamantina (ABREU, 2006).

Nas décadas subsequentes à promulgação da Constituição mineira de 1947, percebe-se a estratégia em estabelecer uma nova estrutura administrativa para o Estado o que refletiu também na administração do ensino. Nesse contexto, por meio do Decreto nº. 6.002, de 29 de novembro de 1960, o Legislativo aprovou o regulamento da Secretaria de Estado dos

Negócios de Educação.⁴¹ Na estrutura geral da Secretaria, observa-se que os assuntos do ensino médio e superior se concentravam em um único órgão, enquanto ao ensino primário destinou-se departamento próprio e independente (MINAS GERAIS, 1960, art. 6º). Da mesma forma, no Departamento de Pessoal, havia seção específica para o Magistério Primário, enquanto o Magistério Normal, Secundário e Superior concentravam-se em uma única seção (MINAS GERAIS, 1960, art. 12). Além disso, a partir de 1961, diante da necessidade de planejamento das atividades educacionais, houve a tentativa de adaptar a estrutura governamental às novas incumbências direcionadas aos órgãos estaduais de ensino, conforme estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MAGALHÃES PINTO, 1962).

A respeito da educação superior, apesar da expressa autorização da Constituição de 1946 (BRASIL, 1946, art. 6º),⁴² não havia leis específicas para complementar as diretrizes estabelecidas pela União, portanto essa se organizaria pelas disposições estabelecidas na legislação federal. Portanto, as diretrizes gerais em vigor para as instituições de ensino superior no âmbito do estado de Minas Gerais seriam aquelas estabelecidas na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961 e vigente no plano federal.

Em março de 1964, estabelecida a “democracia excludente”, o governo federal adotou política autoritária e centralizadora, a partir da qual os estados federados ficaram subordinados às decisões tomadas pelo poder central (VIEIRA, 2007). Entre 1964 e 1967, os Atos Institucionais possibilitaram ao governo militar legislar, alterando as disposições contidas na Constituição de 1964. Neste período, apesar de o Congresso Nacional permanecer aberto, a maioria das Assembleias Legislativas foram fechadas pelo governo federal. Em Minas Gerais a casa legislativa não foi suprimida, porém, predominava um clima de exceção. Diversos deputados tiveram seus mandatos cassados – Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta, Wilson Modesto Ribeiro, Raul Matosinhos de Castro Pinto, Antônio Pereira de Almeida, Raul Belém, Aníbal Teixeira de Souza, Sebastião Fabiano Dias e Sílvio Menicucci. Além disso, destituído o bipartidarismo, as possibilidades de autonomia e liberdade ficaram excessivamente restritas (ALMG, 1998). Foi neste contexto de

⁴¹ Altera-se a denominação para Secretaria do Estado da Educação, por meio da Lei estadual nº 2877, de 04 de outubro de 1963.

⁴² A Constituição de 1946 previa em seu art. 5º, inciso XV, alínea “d”, a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Adicionalmente, o art. 6º, *caput*, previa a faculdade de a legislação estadual suplementar ou complementar a competência federal.

centralização e repressão que, em 1967, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais iniciou os trabalhos para elaborar a nova Constituição estadual.

Destaca-se que a Constituição Federal de 1967, apesar de manter o estado federativo, centralizou diversas competências constitucionais na União, delegando-se aos estados competências remanescentes e concorrentes. Esta norma refletiu na elaboração da Constituição estadual. Entre as competências remanescentes destaca-se a atribuição de “difundir o ensino, a educação e a assistência social” (MINAS GERAIS, 1967, art. 8º, VIII). Entre as competências concorrentes, destaca-se a atribuição de legislar sobre o ensino (MINAS GERAIS, 1967, art. 8º, XIII). A Constituição estadual também destinou título específico para a educação e cultura, prevendo a educação como direito de todos e assegurando a igualdade de oportunidades (MINAS GERAIS, 1967, art. 225). Absteve-se de mencionar o dever do Estado para com o ensino. Estabeleceu a responsabilidade do Conselho Estadual de Educação em planejar e supervisionar a organização e o funcionamento do sistema estadual de ensino em seus diferentes graus e ramos (MINAS GERAIS, 1967, art. 226).

À semelhança da Constituição federal, entre os princípios e normas da legislação do ensino mineiro estava a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário oficial aos cidadãos entre sete e quatorze anos de idade. Após o ensino primário, a gratuidade seria assegurada àqueles que pudessem provar insuficiência de recursos e, ainda, efetivo aproveitamento. A gratuidade deveria ser substituída por bolsas de estudos, sempre que possível. No nível superior, os valores deveriam ser reembolsados posteriormente (MINAS GERAIS, 1967, art. 227, III). O ensino superior apareceu também no título destinado às disposições gerais e transitórias. Por expressa previsão constitucional, o Estado determinou que o fomento e amparo à pesquisa científica ocorreria por intermédio das fundações educacionais (MINAS GERAIS, 1967, art. 259). Tais fundações estariam subordinadas, pedagogicamente, ao Conselho Estadual de Educação e, administrativamente, aos respectivos Conselhos de Curadores. Os membros destes conselhos deveriam ser nomeados pelo Governador do Estado, na forma e prazo determinados em lei (MINAS GERAIS, 1967, art. 258).

Com o objetivo de promover pesquisas de interesse governamental e manter cursos de nível superior, a Constituição de 1967 criou a Fundação dos Três Poderes que deveria ser posteriormente regulamentada por lei (MINAS GERAIS, 1967, art. 260). Porém, em consulta à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nenhuma legislação posterior foi

encontrada neste sentido. Percebe-se que a Carta mineira de 1967 projetou diversos e importantes dispositivos no campo do direito à educação e do ensino superior, entretanto, é preciso levar em consideração que o país encontrava-se em um período de “democracia excludente”, no qual os direitos e garantias poderiam ser revogados, modificados ou desrespeitados, a critério de um Poder Executivo autoritário e centralizador.

Portanto, a partir da contextualização histórica delineada nesta parte, conclui-se que, por consequência da divisão de competências entre os entes federados – principalmente União e Estados-membros – a produção legislativa para o ensino superior concentrou-se, ao longo do período republicano, como atribuição do Poder Legislativo Federal. Deste modo, as produções legislativas para o ensino em Minas Gerais direcionavam-se ao nível primário e secundário, ficando a cargo da União a legislação para o ensino superior. Foi possível perceber também que predominou o ensino livre à iniciativa privada, entretanto as subvenções estatais foram essenciais para proporcionar a continuidade desses projetos.

Para além dos subsídios estaduais, algumas instituições criadas por iniciativa privada passaram pelo processo de federalização, o que proporcionou a Minas Gerais totalizar nove instituições federais de ensino superior ainda na década de 1960. O quadro abaixo resume as instituições federalizadas, o ato normativo correspondente e as possíveis alterações nominativas:

Quadro 4 - Instituição federais de ensino superior em Minas Gerais (1960)

INSTITUIÇÃO/ INSTITUIÇÕES	ATO NORMATIVO DE FEDERALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO
Universidade de Minas Gerais	Lei nº. 971, de 16 de dezembro de 1949	Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá	Lei nº. 2.721, de 30 de janeiro de 1956	Instituto Eletrotécnico de Itajubá
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Lei nº. 3.856, de 18 de dezembro de 1960	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	Lei nº. 3.854, de 21 de dezembro de 1960	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
Faculdade de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Ciências Econômicas	Lei nº 3.858, de 23 de janeiro de 1960	Universidade Federal de Juiz de Fora

Faculdade de Odontologia de Diamantina	Lei nº. 3.846, de 17 de dezembro de 1960	Faculdade de Odontologia de Diamantina ⁴³
Escola Superior de Agronomia de Lavras	Lei nº. 4.307, de 23 de dezembro de 1963	Universidade Federal de Lavras
Universidade Rural do Estado de Minas Gerais	Decreto nº. 64.825, de julho de 1969	Universidade Federal de Viçosa
Escola de Farmácia e Escola de Minas	Decreto-Lei nº. 778, de 21 de agosto de 1969	Universidade Federal de Ouro Preto

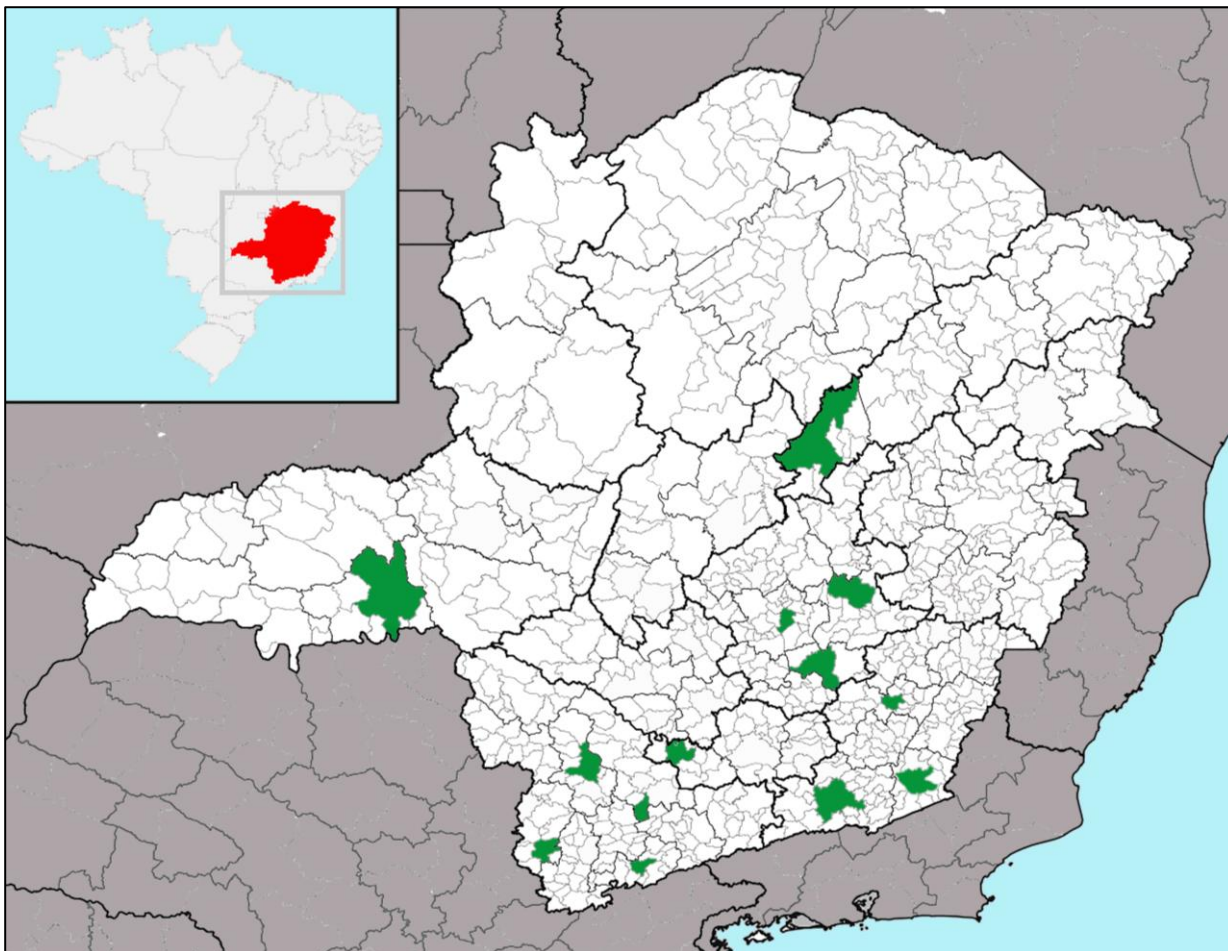
Fonte: elaborado pela autora a partir de Abreu (2006).

Em síntese, entre 1889 e final da década de 1950, os projetos mineiros destinados ao ensino superior restringiram-se a seis regiões mineiras. O mapa a seguir contribui para visualizar a localização geográfica das instituições de ensino superior criadas até final da década de 1950.

Mapa 1 - Localização geográfica das instituições de ensino superior em Minas Gerais (1824-1960)⁴⁴

⁴³ “Somente no ano de 1972, pelo Decreto 70.686, de 07 de junho, a Faculdade foi transformada em autarquia, tornando-se entidade estatal autônoma, passando a denominar-se Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFEOD” (ABREU, 2006, p. 160).

⁴⁴ Para verificar as cidades identificadas no mapa, ver Anexo 1.



Fonte: mapa geográfico extraído de www.wikipedia.org. As informações contidas no mapa foram elaboradas a partir de ABREU (2006); HADDAD (2015); MIRANDA (1998); MOURÃO (1962) e RODRIGUES (2013).

Percebe-se que, com exceção das regiões Jequitinhonha e Oeste do estado, contempladas com uma única instituição, respectivamente: a Faculdade de Odontologia de Diamantina e a Escola Agrícola de Lavras, as demais regiões – Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e Sul de Minas – tiveram duas ou mais iniciativas direcionadas à promoção do ensino superior. No Triângulo Mineiro⁴⁵ foram dois projetos: a cidade de Uberaba foi beneficiada com um Instituto Zootécnico e ainda, com a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Na região Metropolitana de Belo Horizonte, além das instituições localizadas na capital do Estado, bem como as herdadas do Império – localizadas em Ouro Preto – a cidade de Itabira abriu um dos primeiros institutos agrônômicos mineiros. Na Zona da Mata foram criadas três instituições: um instituto agrônômico, em Leopoldina, a Escola de Engenharia de Juiz de Fora, Escola Superior de

⁴⁵ A Universidade Federal de Uberlândia não foi incluída neste contexto porque derivou de faculdades criadas na década de 1960 e o recorte temporal deste subitem se estabeleceu até as instituições criadas na década de 1950.

Agricultura e Veterinária de Viçosa. A região Sul do Estado comportou quatro instituições: a Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Fino, o Instituto Eletrotécnico de Itajubá, o Instituto Zootécnico de Campanha e a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas.

Portanto, constata-se que em Minas Gerais o ensino superior desenvolveu-se de maneira desigual, desequilibrada e até excludente, visto que ficaram à margem desse processo as regiões e as populações do Norte, Noroeste, Vale do Mucuri, Central Mineira, Vale do Rio Doce e Campo das Vertentes.⁴⁶ Desamparadas nesse nível de ensino, as pessoas que desejavam concluir o nível superior deveriam recorrer à capital ou às outras cidades mineiras que já possuíam faculdades, institutos ou escolas superiores.

Entre as décadas de 1960 e 1970 o panorama acima começou a se modificar. Ocorreu a criação de fundações e faculdades destinadas ao ensino superior em outras regiões mineiras. No mesmo sentido da expansão nacional, proliferaram-se instituições de ensino superior principalmente no interior do Estado. Foi neste contexto de expansão e interiorização que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais autorizou a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (Projeto de lei nº 2617/1965). Assim, a fim de estudar a conjuntura e compreender os meandros deste processo, apresenta-se o próximo subitem.

3.2 A interiorização do ensino superior em Minas Gerais: os projetos de lei e as motivações para a expansão na década de 1960

Com o objetivo de abordar o processo de interiorização do ensino superior em Minas Gerais, analisam-se neste tópico os projetos de lei propostos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na década de 1960, que autorizaram faculdades isoladas e fundações educacionais, destacando suas semelhanças e especificidades. A partir do levantamento realizado no acervo digital e físico da Biblioteca Deputado Camilo Prates, anexa à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi possível constatar quarenta e três projetos de lei para instituir faculdades e fundações destinadas ao ensino superior mineiro entre 1961 e 1969, apenas uma delas na capital, as demais se destinavam a cidades do interior.

A análise dos projetos de lei apresentados à Assembleia Legislativa revelou diversas semelhanças entre eles. A primeira delas refere-se à natureza meramente autorizativa das proposituras, isto é, a lei, quando aprovada pelo Legislativo, não tinha o caráter cogente

⁴⁶ Para a divisão do Estado de Minas Gerais em regiões, considerou-se a divisão em mesorregiões mineiras estabelecida pelo IBGE.

para o Poder Executivo, este poderia instalar os estabelecimentos de ensino superior em qualquer momento que lhe conviesse. Com esta característica, constatou-se que os projetos de lei, mesmo quando aprovados, significavam para a população mera expectativa de que a instituição seria instalada em determinada localidade, pois dependeria, ainda, da conveniência administrativa para a concretização.

Outra característica semelhante diz respeito à participação do Estado na estrutura e controle de tais fundações. Por expressa previsão legal, as entidades seriam autônomas, podendo elaborar seus próprios estatutos e demais disposições que as regeriam. Todavia, suas normas regulamentadoras deveriam ser aprovadas por decreto do Poder Executivo para que pudessem ser registradas e, por consequência, adquirir personalidade jurídica. Além disso, haveria um representante do Estado para os atos constitutivos da Fundação. Este seria designado pelo Governador e teria a atribuição de participar da integração dos bens e direitos destinados a compor o patrimônio fundacional.

Os projetos previam ainda que os membros para administrar as fundações deveriam ser escolhidos entre pessoas com ilibada reputação e notória competência, para o mandato de quatro anos. Neste ponto também se percebe a ingerência estatal, pois expressamente previsto que a administração da entidade seria composta por membros de livre escolha do Governador do Estado. Financeiramente, o Estado também tinha participação. O Governo contribuiria com títulos da dívida pública estadual que deveriam ser emitidos e doados à entidade instituída para compor seu patrimônio. Destaca-se que o valor de cada doação difere de uma lei para outra, sem que o motivo dessa diferença seja explicitado nas justificativas dos projetos de lei.

Outra semelhança diz respeito à disposição legal que autoriza as instituições a integrar: institutos centrais de ensino e pesquisa, bem como escolas e faculdades destinadas à formação profissional. Os Institutos Centrais tinham como objetivos: a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes; b) formar pesquisadores e especialistas; c) ministrar cursos de pós-graduação e realizar estudos e pesquisas nas respectivas especialidades. Em relação às escolas e faculdades, essas poderiam ministrar cursos de graduação para a formação profissional e técnica; e ainda, ministrar cursos de especialização e de pós-graduação. Além disso, as instituições criadas poderiam encampar outros institutos de ensino superior existentes na região onde seriam instaladas.

Em contraponto às semelhanças apresentadas, foi possível perceber que diversas

foram as justificativas apresentadas para instituí-las e tais motivações estavam diretamente relacionadas às faculdades, escolas ou institutos previstos em lei para serem instalados em primeiro lugar, ou seja, à prioridade inicial de cada uma das instituições. A partir dessa constatação, optou-se por dividi-las em quatro grupos de acordo com as semelhanças apresentadas nas justificativas dos projetos de lei, a fim de compreender as principais motivações da expansão e interiorização do ensino superior no contexto mineiro da década de 1960, além de contribuir para contextualizar a autorização legal da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha nesse processo.

O primeiro grupo caracteriza-se pela ausência de previsão legal quanto a sua destinação inicial, ou seja, as justificativas dos projetos de lei deixaram silente qual seria a faculdade/escola/instituto a ser instalado em primeiro lugar, apenas mencionando que as unidades a serem instaladas obedeceriam a critérios de prioridade elaborados pelo Conselho Curador, em consonância com as conveniências da comunidade e ouvido o Conselho Estadual de Educação. Apenas cinco instituições se encaixam neste grupo: Fundação Universitária Tiradentes, Fundação Universitária de Patos de Minas, Fundação Universitária de Patrocínio, Fundação Universidade do Vale do Manhuaçu e Fundação Universidade de Mucuri. Todas elas foram projetos de lei submetidos pelo próprio Governador do Estado à Assembleia Legislativa. Observa-se que a ausência de previsão legal específica para estabelecer as unidades de ensino pode ser considerada vantajosa para a população residente onde as instituições seriam criadas, pois seria possível a análise da adequabilidade entre os interesses da comunidade e os cursos superiores a serem instalados.

No segundo grupo, composto por oito instituições: Fundação Universidade do Nordeste Mineiro (Teófilo Otoni), Fundação Universidade Norte Mineira (Montes Claros), Fundação Universidade do Vale do Rio Doce (Manhuaçu), Fundação Universidade de Uberaba, Fundação Universidade do Oeste de Minas (Formiga), Fundação Universidade do Triângulo Mineiro (Ituiutaba), Fundação Universitária da Mantiqueira (Barbacena) e Fundação Universidade do Vale do Sapucaí (Pouso Alegre), destaca-se a característica de prever como prioridade inicial cursos voltados às áreas técnico-profissionais, tais como: Agronomia, Agricultura, Veterinária, Enfermagem, Odontologia, Geologia e até um Instituto Superior de Laticínios.

As justificativas dos projetos descrevem ainda que as Fundações significavam o preenchimento de uma lacuna relacionada à profissionalização dos residentes que possibilitaria o “combate ao subdesenvolvimento” (ALMG, 1961) e “o aproveitamento de

tantas vocações que se perdem anualmente” (ALMG, 1961). Observa-se ainda que os projetos de lei foram propostos entre 1961 e 1963, encontrando-se três delas como as pioneiras de todo o processo de expansão da década de 1960, quais sejam: Fundação Universidade do Nordeste Mineiro (Teófilo Otoni), Fundação Universidade Norte Mineira (Montes Claros) e Fundação Universidade do Vale do Rio Doce (Manhuaçu).

O terceiro grupo analisado diz respeito às Fundações que combinavam formação técnico-profissional e formação de professores, esta última consubstanciada em Faculdades de: Filosofia, Ciências e Letras; Filosofia e Letras ou, apenas, Faculdade de Filosofia. Neste grupo encaixam-se nove instituições: Fundação Universidade do Sul de Minas (Varginha), Fundação Universidade de Caratinga, Fundação Universidade de Itajubá, Fundação Universidade de Poços de Caldas, Fundação Universidade Aliança (Belo Horizonte), Fundação Universitária de Oliveira, Fundação Universitária de Alfenas, Fundação Universidade de Itaúna e Fundação Educacional de João Monlevade. Em relação ao período em que foram autorizadas, a maioria se concentrou entre 1963 e 1965. Apenas a Fundação Educacional de João Monlevade foi autorizada em 1968.

No que diz respeito às justificativas apresentadas nos projetos de lei, foi possível observar que apenas dois projetos de lei citam ou justificam a presença de uma unidade destinada à formação de professores. De acordo com um dos projetos, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras poderiam propiciar “ao novo núcleo educacional a base de estudos humanísticos”, bem como contribuir para o “processo de elevação cultural de nossas populações interioranas” (ALMG, 1968). Os demais se concentraram exclusivamente em demonstrar a importância dos cursos técnico-profissionalizantes, visto o acelerado processo de expansão das atividades econômicas e/ou industriais em transcurso nas regiões onde seriam instaladas as futuras Fundações.

No quarto e último grupo concentram-se a maior parte das instituições estudadas e, neste caso, algumas se constituíram como faculdades isoladas, outras como fundações. São vinte e uma instituições que tiveram como prioridade inicial apenas unidades destinadas à formação de professores. Encaixa-se neste grupo a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Vinte delas foram propostas no ano de 1965, apenas uma no ano de 1967. Esta última foi aventada pelo próprio Governador do Estado, Israel Pinheiro da Silva, na cidade de Viçosa, no intuito de complementar o núcleo universitário existente e, que até aquele

momento, apenas aglomerava unidades de ensino superior dedicadas à formação técnica e profissional especializada. Entre os vinte projetos de lei apresentados no ano de 1965, dezesseis foram subscritos pelo mesmo deputado, Hilo Andrade. Os quatro restantes foram enviados à Assembleia Legislativa pelo Governador José de Magalhães Pinto.

Os dezesseis projetos propostos pelo Deputado Estadual Hilo Andrade assemelham-se no que diz respeito às motivações apresentadas. Não obstante os projetos relacionarem o processo de desenvolvimento econômico à necessidade de uma instituição de ensino superior, as justificativas concentravam-se, principalmente, em apresentar o próprio contexto educacional da cidade ou região para demonstrar que a localidade já contava com diversas instituições escolares destinadas ao ensino primário e médio, havendo a necessidade de se ampliar o corpo docente qualificado para atender aos demais níveis de ensino. Exemplificando essa constatação, cita-se trecho de uma das justificativas, na qual o Deputado Estadual Hilo Andrade afirma:

Dada a falta de uma instituição local de nível universitário, verifica-se uma crescente imigração dos estudantes, o que acarreta consequências negativas no processo educacional do município e da região, pois ficam reduzidos os seus quadros de pessoal habilitado para o magistério secundário. (...) Uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se instalasse em Carangola contribuiria eficazmente para aumentar o número de professores de nível médio, incentivando a mocidade para novos estudos e novas profissões (ALMG, 1965).

Especificamente em relação aos quatro projetos de lei enviados à Assembleia Legislativa pelo Governador José de Magalhães Pinto, encontra-se o projeto nº. 2617/65 que tinha o objetivo de autorizar a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Os outros três projetos foram destinados às seguintes instituições: Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis, Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Bom Despacho, Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Lavras e Fundação Universidade de Campanha.

Duas relevantes semelhanças puderam ser verificadas nas justificativas expostas em tais proposições. A primeira delas diz respeito à inclusão dos projetos dentro dos propósitos administrativos do Estado para a área do ensino público, isto é, tais instituições de ensino superior seriam parte de uma política estratégica mais ampla destinada ao setor da educação no Estado. A própria justificativa apresentada na Mensagem nº. 801, de 04 de outubro de 1965, que submeteu à Assembleia Legislativa o projeto de lei para autorizar a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, pode exemplificar tal política ao declarar:

A medida preconizada no presente Projeto inclui-se no plano administrativo ora em execução no setor educacional, que se desdobra no amparo simultâneo ao ensino dos

níveis primário, secundário e superior, de modo a propiciar a solução do problema da educação em nosso Estado dentro de uma visão global (PINTO, 1965).

Percebe-se que o governo tentava amparar, concomitantemente, três frentes: a educação primária, secundária e superior. A superior, concretizada pelos projetos destinados às faculdades de filosofia, objetivava formar aqueles profissionais que atuariam junto ao ensino primário e secundário, contribuindo para impulsionar todo o sistema de ensino estadual, pois ampliariam as possibilidades daqueles que já atuavam nas escolas do interior de cursar o nível superior, o que antes ocorria apenas se houvesse a oportunidade de deslocarem-se à capital do estado, Belo Horizonte.

O segundo trecho semelhante explícito nas justificativas diz respeito à busca pelo “aprimorando cultural das populações interioranas”. Além de se caracterizar uma estratégia educacional, a promoção do ensino superior para outras cidades do interior de Minas Gerais destinava-se a acelerar a elevação do índice cultural das pessoas. Tal assertiva pode ser comprovada por meio do fragmento abaixo contido na Mensagem nº. 541, de 07 de abril de 1965, propondo a Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis:

Como é do conhecimento dos nobres representantes do povo mineiro nessa Casa, vem o Governo do Estado desenvolvendo amplo programa no setor da educação, visando não só à incrementação do combate ao analfabetismo, como também à elevação do índice cultural das populações interioranas (ALMG, 1965).

Nota-se também que complementando o objetivo do “aprimoramento cultural das populações interioranas”, as justificativas citam a contribuição das Fundações para que a juventude se fixasse nas próprias regiões de origem, conforme fragmento da Mensagem nº. 801:

No que tange ao ensino superior, a localização de novos institutos nas várias zonas do interior, através da criação de Fundações especializadas, tem objetivado não só o aprimorando cultural das populações, como ainda o adestramento profissional da juventude, com vistas à sua fixação nas próprias regiões de origem (MAGALHÃES, 1965).

Em suma, sugere-se que as ações do Estado foram estrategicamente planejadas para atender objetivos tanto educacionais, quanto socioeconômicos, pois, ao instituir fundações educacionais no interior, proporcionando a cultura escolarizada, com a finalidade de que as pessoas se estabelecessem definitivamente em suas regiões de origem, o Estado conseguiria conter o intenso fluxo migratório iniciado na década de 1940, uma vez que os deslocamentos em direção aos grandes centros eram, muitas vezes, motivados pela busca de

melhores oportunidades especialmente de emprego e escolarização.

A partir dessa explanação é possível constatar que os projetos de lei apresentados para a criação das faculdades e fundações educacionais autorizadas em Minas Gerais revelam que a forma jurídica majoritariamente adotada foi a fundação, o que visava proporcionar autonomia às instituições, ao mesmo tempo em que garantiria a possibilidade de angariar recursos tanto públicos como privados para a sua manutenção. Não obstante a expressa previsão legal de que a forma fundacional tinha por objetivo garantir a autonomia necessária às instituições, ao analisar o projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa para a criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, à semelhança de outros, foi possível perceber a ingerência do governo estadual na estrutura, controle e recursos financeiros da entidade, pois diversos trâmites dependiam da aprovação do Governador do Estado.

Observa-se ainda que o quantitativo de projetos de lei concentrados em uma única década teve como pano de fundo a política pública de incrementar a oferta de ensino superior a fim de atender à crescente demanda por escolarização em Minas Gerais. Neste processo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio dos deputados estaduais, teve papel preponderante para incentivar a interiorização do ensino superior no estado. Já ao Poder Executivo foi estabelecida a responsabilidade de efetivar as autorizações, o que veio a ocorrer ao longo dos anos subsequentes às aprovações parlamentares.

Especificamente em relação às fundações educacionais criadas como mantenedoras das faculdades de filosofia e às faculdades de filosofia isoladas, para além do objetivo principal de atender à necessidade de formação de professores, conforme expressamente exposto nas justificativas analisadas, ao longo do estudo tornaram-se perceptíveis motivos externos à política educacional que permearam o processo de interiorização do ensino superior em Minas Gerais. Foi possível perceber que as justificativas dos projetos de lei revelam finalidades conexas ao interesse meramente educacional que não podem deixar de ser consideradas, dentre elas: o aprimoramento cultural da população do interior e, por consequência, a fixação da juventude nas regiões de origem.

A fim de possibilitar uma compreensão holística do processo, as finalidades acima mencionadas precisam ser analisadas à luz do processo de desenvolvimento econômico entre as décadas de 1930 e 1960 que, estruturando-se no investimento da industrialização nacional, desencadeou um crescente fluxo migratório dirigido de maneira predominante para as cidades e regiões mais urbanizadas do país. As mudanças populacionais ocorridas por consequência da industrialização foram resumidas por Patarra (2003):

Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão de obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural (PATARRA, 2003, p. 18).

Relacionando-se o contexto acima com a conjuntura educacional, destacam-se dois fatores principais que, segundo Romanelli (1995), desencadearam o aumento da demanda efetiva por educação escolarizada: o crescimento vegetativo e os deslocamentos populacionais direcionados às cidades. Considerando ainda que tais fatores proporcionaram modificações na estrutura social que, antes concentrada na zona rural, passou a concentrar-se majoritariamente na zona urbana, o estado deveria buscar responder a tais fatores, evitando que se tornassem obstáculos ao desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, percebe-se que as fundações educacionais podem ter sido estratégicas para que as populações do interior pudessem se contentar com a expectativa de novas oportunidades nas suas próprias regiões de origem, o que, por consequência, contribuiria para conter o contingente que buscava as grandes cidades para obter acesso à educação superior.

Outra constatação que confirma a estratégia de manter a população em suas regiões de origem é o fato de que Minas Gerais perpassava um processo de modernização que demandava sobremaneira profissionais de áreas técnicas, tais como engenheiros, agrônomos, químicos, e profissionais liberais, tais como médicos, dentistas, farmacêuticos. Porém, contraditoriamente, a maior parte das instituições criadas no período tiveram como prioridade inicial unidades destinadas à formação de professores que abarcavam cursos predominantemente das áreas de ciências humanas. Tais cursos demandavam baixos investimentos e pouca infraestrutura e por isso seriam facilmente instalados e iniciados. Este processo mineiro coincide com o processo de expansão das instituições de ensino superior em todo o país, que se caracterizavam por uma estrutura isolada, dependente de poucos investimentos e que contribuíram para a expansão de ensino superior direcionado às humanidades.

A sintonia de Minas com o processo nacional foi constatada também no estudo “Ensino e Desenvolvimento em Minas Gerais”, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1965. Um dos dados levantados se refere ao quantitativo de cursos superiores em Minas e suas modalidades, conforme a quadro a seguir:

Tabela 1- Cursos de ensino superior em Minas Gerais

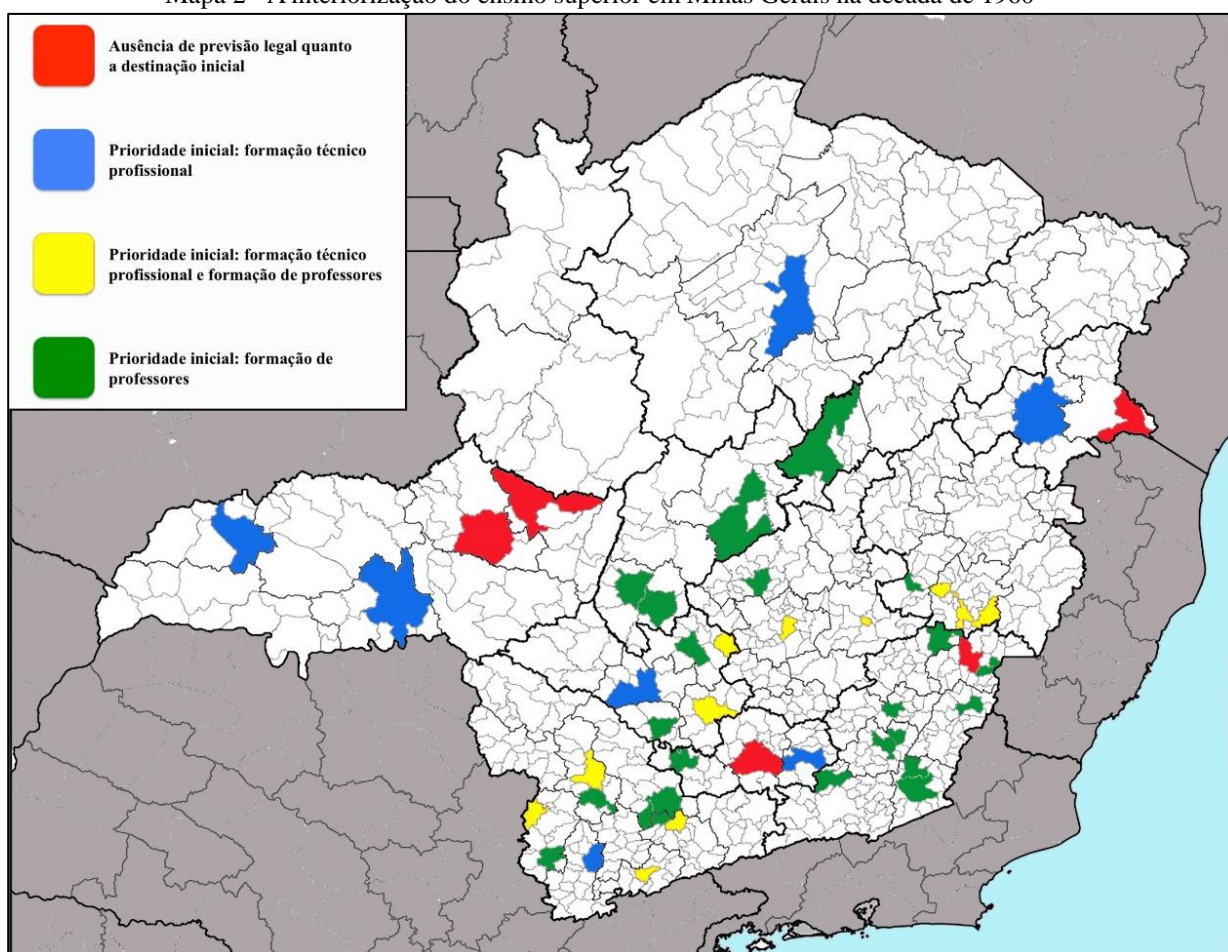
CURSO	QUANTIDADE
Veterinária	1
Agricultura	3
Medicina	4
Economia	5
Odontologia	5
Engenharia	13
Filosofia	75

Fonte: elaborado pela autora a partir de BDMG (1965).

A tabela acima auxilia para demonstrar a desproporção entre o quantitativo de cursos de Filosofia e os demais, confirmando que em Minas Gerais também ocorreu as “distorções da expansão” do ensino superior observada por Romanelli (1995) no plano nacional. Percebe-se que, comparando o total de cursos de Filosofia (75), com o somatório dos demais cursos existentes em Minas Gerais naquele período (31), estes não alcançam metade do número de cursos de Filosofia. Entretanto, a análise do BDMG pode ser considerada parcial e imprecisa, visto que desconsiderou a existência de cursos superiores relacionados a outras áreas, mas que já existiam em território mineiro, tais como Direito, Farmácia e Enfermagem.

Por fim, o mapa a seguir consolida os grupos de instituições estudados nesta subseção.

Mapa 2 - A interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960⁴⁷



Fonte: mapa geográfico extraído e adaptado de www.wikipedia.org. As adaptações realizadas no mapa foram extraídas de informações contidas nos projetos de lei disponibilizados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, todos eles referenciados ao final desta pesquisa.

O mapa demonstra as instituições de ensino superior criadas na década de 1960 a partir do processo de interiorização desencadeado com as autorizações legais da Assembleia Legislativa, demonstrando que, apesar de ter havido a pulverização do ensino superior a outras regiões mineiras, tais como Norte, Vale do Mucuri e Jequitinhonha, a grande maioria ainda permaneceu concentrada em três regiões predominantes: Central, Zona da Mata e Sul de Minas. Portanto, proporcionalmente, tais regiões continuaram educacionalmente privilegiadas em relação ao ensino superior mineiro.

A partir do exposto, constata-se que o primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha com o objetivo primordial de proporcionar educação de nível superior aos professores do ensino primário e secundário na cidade de Diamantina e região não se

⁴⁷ Para verificar as cidades identificadas no mapa, ver Anexo 2.

configurou como uma ação isolada, estando conectado a uma política pública de interiorização do ensino superior promovida em Minas Gerais, por meio de projetos de lei propostos por parlamentares e governadores no período.

3.3 O Vale do Jequitinhonha: as possibilidades para um projeto de universidade

O termo “Vale do Jequitinhonha” carrega vários estigmas: “bolsão de pobreza”, “região problema”, “vale da miséria”, “ferida de subdesenvolvimento”. Se esta é a imagem difundida na imprensa, estudos científicos demonstram a dificuldade de se reconhecer a homogeneidade dessa região mineira. Assim, partindo-se especialmente da tese de doutorado “O Vale do Jequitinhonha entre a ‘divisão’ pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional”, defendida por Mateus de Moraes Servilha na Universidade Federal Fluminense, bem como dos diagnósticos produzidos pela Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), o objetivo desta subseção é compreender o Vale, procurando demonstrar a sua diversidade e com ela, a possibilidade de um projeto de Universidade na região.

Inicialmente, importante destacar a distinção entre dois entendimentos do termo “Vale do Jequitinhonha” extraídos da tese de Mateus de Moraes Servilha.⁴⁸ O primeiro deles é a compreensão de “Vale do Jequitinhonha” como a designação de uma região natural: o vale da Bacia do Rio Jequitinhonha. O segundo, a institucionalização de uma região estatal a partir da criação da CODEVALE, na década de 1960. Em seu estudo, Servilha (2012) argumenta a favor da desnaturalização do entendimento de que o Vale do Jequitinhonha sempre existiu como região,⁴⁹ ou seja, desmistifica a existência a priori de uma região denominada “Vale do Jequitinhonha”. Para o autor, o que é atualmente entendido como Vale do Jequitinhonha foi resultado de um construto político, alicerçado na necessidade de justificar a intervenção estatal na região. A sustentação de sua análise contribui para enfatizar que, historicamente, predominou a pluralidade de realidades dentro do que sempre se enxergou como uma mesma

⁴⁸ Considerando a complexidade que envolve a região do Vale do Jequitinhonha, destaca-se que adotar as compreensões deste autor foi uma escolha metodológica, sem desconsiderar que existem outras abordagens e vertentes de estudo.

⁴⁹ Em perspectivas geográficas, “região” refere-se a uma área que se diferencia de um determinado espaço geográfico. O conceito de “região” adotado por Servilha (2012) vai além da percepção geográfica. Adotando a concepção de Pierre Bourdieu, Servilha compreende “região” como uma “di-visão”, isto é, um “produto de representações e processos sociais que a instituíram/instituem enquanto um recorte da realidade”. Portanto, para compreender a formação de uma região é preciso considerá-la como um “processo socioespacial produzido a partir de diferentes sujeitos sociais, articulados em torno de diferentes, por vezes convergentes, objetivos e práticas” (SERVILHA, 2012, p. 15).

região. Constatase, assim, que independentemente se considerada a região natural (vale da Bacia do Rio Jequitinhonha) ou a região de intervenção estatal, o Vale do Jequitinhonha constituiu-se/constituiu-se por diferentes realidades: políticas, econômicas, culturais, sociais e, por consequência, educacionais de cada uma dos espaços que o compõem.

A respeito da primeira designação, vale da Bacia do Rio Jequitinhonha, Servilha (2012) aponta que inexistiu unidade/homogeneidade ao longo do processo histórico de ocupação da bacia que possa identificá-la enquanto uma região, isto é, a diversidade foi fator mais preponderante do que a uniformidade entre os espaços que compõem o Vale. Construindo sua argumentação, o autor afirma que, desde as primeiras ocupações indígenas, a bacia se subdividia em territórios habitados por diferentes povos, com costumes, valores e práticas sociais diversificadas. Estava ausente, portanto, uma identidade regional que pudesse defini-la como uma região socialmente homogênea. Na sequência, ao longo da ocupação portuguesa a fragmentação territorial intensificou-se, principalmente por consequência do caráter exploratório do povoamento. A riqueza mineral descoberta em determinadas localidades impulsionou o isolamento de alguns territórios, como foi o caso das regiões das atuais cidades de Diamantina, Serro e Minas Novas. Como exemplo, cita-se que, após o achado dos diamantes, a área do Arraial do Tijuco foi isolada e transformada em Distrito Diamantino, assim, “se particulariza em relação à parte significativa da bacia, tendo em vista o isolamento produzido pela coroa ao delimitar, controlar e fiscalizar suas fronteiras” (SERVILHA, 2012, p. 44).

A partir da demarcação, a vigilância sobre o território tornou-se mais intensa. Assim, adquiriu o Distrito Diamantino particularidades em relação às demais frações da região da bacia hidrográfica. Salienta-se que a exploração mineral não foi privilégio apenas do território diamantino, outras novas vilas e povoamentos também surgiram e se diferenciaram em decorrência da mineração ao longo do século XVIII: Vila do Príncipe (Serro), Minas Novas, Grão Mogol, Turmalina e Itamarandiba, foram algumas delas. No entanto, a exploração do diamante não foi predominante em toda a extensão da bacia, Santos e Pales (2014) citam a agricultura de subsistência e a pecuária como atividades que prevaleciam em outros espaços. Em síntese, naquele século existiam na bacia espaços ocupados pelos povos indígenas (predomínio da agricultura e pecuária) e espaços sob o controle do Estado português (predomínio da exploração mineral). Isso ocorreu principalmente porque a ocupação portuguesa iniciou-se no espaço em que se denomina atualmente como Alto

Jequitinhonha, enquanto a ocupação do Médio e Baixo Jequitinhonha foi mais tardia, ocorrendo ao longo do século XIX e início do século XX (SANTIAGO, 2010). A diferença temporal refletiu no estilo arquitetônico de casarões e igrejas construídos no século XVIII, legados que permeiam a arquitetura das cidades em que foram encontradas pedras preciosas nas Minas Gerais.

Economicamente, a mineração no século XVIII e, a exploração do algodão, ao longo do XIX e XX, privilegiaram o Alto Jequitinhonha por meio da intensificação do intercâmbio comercial com outras regiões. Todavia, o declínio dessas atividades e das formas de exploração posteriores dificultou a continuidade desse fluxo mercantil, emergindo a ideia de isolamento e estagnação de toda a bacia. Para Servilha (2012), essa ideia faz sentido a partir da percepção dos grandes centros econômicos do país e do exterior, pois, por consequência da alteração das atividades econômicas, principalmente a partir do século XX, houve a diminuição do fluxo comercial com tais regiões, dando a aparência de seu “isolamento e estagnação”. Todavia, as trocas continuaram e até se intensificaram com os centros de comércio das regiões vizinhas de Minas e também para as cidades baianas próximas (RIBEIRO, 2008, *apud* SERVILHA, 2012). Esse olhar permite uma nova compreensão desse processo: uma alteração de fluxos comerciais e não necessariamente o isolamento e estagnação percebidos a partir dos grandes centros econômicos. Portanto, constando-se a histórica heterogeneidade social e econômica da Bacia do Rio Jequitinhonha, percebe-se a possibilidade de se desconstruir a ideia da existência de uma região denominada “Vale do Jequitinhonha”.

Lado outro, para demonstrar a segunda concepção do termo: a região estatal de intervenção denominada “Vale do Jequitinhonha”, necessário primeiramente inseri-la na dinâmica econômica mineira do século XX, impulsionada a partir do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro e alicerçada na “integração-urbanização-industrialização-modernização” que predominou principalmente após a segunda Guerra Mundial. De início, destaca-se que esse processo de desenvolvimento não ocorreu de maneira uniforme em todo o território mineiro. O modo de intervenção estatal e sua intensidade influenciaram sobremaneira no papel que ocupou de cada uma das regiões mineiras nesse processo.

No início do século XX, a economia de Minas Gerais encontrava-se em declínio desde a crise impulsionada pela baixa da exportação do café na década de 1930. Outros produtos comerciais não conseguiram substituir de imediato as contribuições do café para a economia e a produção industrial ainda era bastante insignificante se comparada com a

produção ligada aos produtos agrícolas. Esse arranjo econômico contribuiu para a permanência de uma estrutura social aglomerada nas zonas rurais do estado. Até a década de 1940, a maioria da população concentrava-se na área rural. Minas Gerais, possuindo um total de 6,8 milhões de habitantes, entre eles somente 1,7 milhões pertenciam à zona urbana e espalhavam-se especialmente em povoados, vilas e pequenas cidades. O comércio dos produtos agropecuários prevalecia no desenvolvimento econômico das pequenas cidades e a infraestrutura, quando disponível, ainda era bastante precária. Predominavam meios de comunicação, energia elétrica e meios de transporte deficientes (ALMG, 1989).

A esperança para a superação da crise era o investimento na produção industrial. O Estado assumiu o papel de principal promotor desse desenvolvimento econômico. Este foi o início de uma “ideologia desenvolvimentista” que, atrelada ao impulso nacional, teve como foco transformar Minas Gerais em um grande centro industrial por meio da exploração de seus recursos minerais e expansão da siderurgia (DINIZ, 1981 *apud* ALMG, 1989). Assim, as transformações econômicas acentuaram-se a partir da década de 1940 e o Estado assumiu papel preponderante ao impulsionar o desenvolvimento do setor industrial. Neste período, exemplos da introdução do modelo do nacional-desenvolvimentismo em solo mineiro são: a criação da Cidade Industrial de Contagem, a aprovação do “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”⁵⁰ e o binômio “Energia e Transporte”. Em decorrência deste novo modelo econômico, a partir da década de 1940, o “atraso mineiro” em relação aos grandes centros industriais, como São Paulo e Rio de Janeiro, começou a ser superado e Minas despontou economicamente por meio do crescimento pautado no capitalismo industrial (ALMG, 1989).

Estimular a integração territorial era uma das estratégias do modelo nacional-desenvolvimentista a fim de alcançar a modernização do Brasil. Em Minas Gerais não foi diferente, o estado transformou-se significativamente em decorrência da busca pela unidade territorial e, por consequência, sua modernização. A coesão territorial e a identidade coletiva eram dois processos centrais e indissociáveis para alcançar a unidade sócio espacial. Todavia, conforme exposto, a ruptura com o passado rural não ocorreu de maneira homogênea em todo o território mineiro. Nessa transição privilegiaram-se regiões, tais como o centro, o sul e o

⁵⁰ De acordo com Neves (2015, p. 221), este plano “...ambicionava associar uma política de desenvolvimento econômico e tecnológico a uma política social de modernização rural. Além da questão social, por meio da modernização da escola rural, o plano de recuperação se completaria com elementos de saúde e de higienização da população do campo. O documento expressava a inquietação nacional e mineira com o inchaço das cidades, determinada pela busca das populações rurais de emprego e melhores condições de vida”.

Triângulo Mineiro. A localização privilegiada de fronteira com o eixo Rio-São Paulo, a localização da capital do Estado na região central e ainda, a instalação de complexos industriais com incentivos governamentais foram alguns dos fatores que favoreceram o desenvolvimento das regiões central e sul. O Triângulo Mineiro⁵¹ dinamizou-se principalmente pela proximidade geográfica com a nova capital nacional, o que impulsionou investimentos em infraestrutura, transportes, energia e comunicações (SANTOS e PALES, 2014).

Em contrapartida, outras regiões consideradas economicamente menos dinâmicas precisariam da atuação mais intensa do Estado, como foi o caso da porção norte e nordeste de Minas. Entre as décadas de 1950 e 1960 foram criadas agências de desenvolvimento – Sudene, Codevasf, Codevale – que, acentuando a intervenção estatal, visavam impulsionar o desenvolvimento econômico e social de suas populações. A criação de tais agências estava inserida no macro contexto estratégico de estímulo ao desenvolvimento brasileiro. Servilha (2012) desenvolve este raciocínio ao afirmar que

Entre o período da criação da Sudene (1960) e a criação da Codevale (1964), o país sofre transformações políticas consideráveis. A Codevale é criada em momento ímpar da vida política brasileira. De 1962 a 1964, anos de governo Jango, o Brasil vive, diferente do Plano de Metas juscelinista, os anos das Reformas de Base. Os paradigmas da integração nacional e do desenvolvimento regional se vêem imersos, a partir desse momento histórico, na compreensão de que reformas estruturais profundas eram necessárias para que o país encontrasse o caminho para o futuro desenvolvimento (SERVILHA, 2012, p. 71).

Neste momento ímpar da vida política brasileira convergem-se novos olhares para o Vale do Jequitinhonha,⁵² impulsionando diversas transformações sócio espaciais na região. Estabeleceram-se empreendimentos regionais, com incentivos estatais e emanciparam-se vinte e um municípios no ano de 1962. Somados aos vinte e sete anteriormente existentes, o Vale passou a constituir-se de quarenta e oito municipalidades (NUNES, 2001 *apud* SERVILHA, 2012, p. 84).

O asfaltamento da rodovia BR-116 (Rio-Bahia), interligando os estados de Minas

⁵¹ SANTOS e PALES (2014, p. 174), afirmam que “Mesmo com os incentivos por parte do governo, somente a partir de 1950 a região começou a colher, de fato, os frutos positivos da industrialização. Isso porque até a década de 1940 havia diversos empecilhos para o desenvolvimento industrial regional, dentre eles a precária eletrificação e a falta de transportes adequados.

⁵² O projeto de uma “Minas moderna” precisava de um contraponto, algo que pudesse representar o “indesejável”, a contraposição daquilo representava o “novo”, o “moderno”, o “futuro”. Percebe-se que o Vale do Jequitinhonha representava/representa este contraponto. Nas palavras de Servilha: “Para que um novo futuro se vislumbre, é preciso (re)delimitar/(re)inventar o passado, ou melhor, um presente associado, diretamente, ao passado. Para que determinados espaços, grupos e perspectivas sociais se tornem a representação do positivo, é necessário, em contraposição, a produção de referenciais negativos basilares (SERVILHA, 2012, p. 123-24).

Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, foi também uma transformação significativa, pois o fluxo comercial e de pessoas intensificaram-se com o aumento dos automóveis, ônibus de linha e caminhões, beneficiando a integração das cidades às margens das principais rotas, como Itaobim e Medina. A rodovia BR-367, planejada por Juscelino Kubitschek na segunda metade da década de 1960 para interligar Diamantina-MG a Santa Cruz Cabralia-BA, foi outra iniciativa estatal que tinha por finalidade proporcionar coesão regional na bacia do Vale do Jequitinhonha (SERVILHA, 2012, p. 84).

Em entrevista para Servilha (2012, p. 111), Frei Chico⁵³ afirma que, “até a década de 1970 no Vale do Jequitinhonha praticamente inexisteriam eletricidade, água potável, estradas asfaltadas, bancos, hospitais e telefone.”. Entre fins da década de 1960 e início da década seguinte, chegou à região diversos órgãos governamentais e entidades sociais como: a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), o Banco do Brasil, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e sindicatos (MAIA, 2004, *apud* SERVILHA, 2012). Para o entrevistado de Servilha (2012), toda essa transformação na dinâmica social e econômica contribuiu para uma “nova mentalidade” na região, foram introduzidas práticas como a da carteira assinada, aperfeiçoaram-se os serviços de saúde e houve melhoras na segurança do trabalho. Assim, foi neste contexto de intensificação de processos para modernizar, urbanizar e industrializar na tentativa de integração do território mineiro e nacional, que o Vale do Jequitinhonha se institucionalizou enquanto região de intervenção estatal. A partir da década de 1960 o termo Vale do Jequitinhonha “passa a ganhar uma conotação política antes desconhecida” (SERVILHA, 2012, p. 75) e, posteriormente intensificada pela criação da sua própria agência de desenvolvimento.

Murilo Badaró, então deputado estadual, foi o responsável por propor emenda à Constituição estadual com o objetivo de se criar a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A influência fundamental de tal propositura foi o diagnóstico da região enfatizando-se seus problemas ambientais, sociais e, sobretudo, econômicos presente no “Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha”, elaborado por um grupo de trabalho

⁵³ Mateus Servilha (2012) descreve que “Francisco Van Der Poel, (apelidado de Frei Chico) é frei, filósofo e o mais importante pesquisador da cultura e das manifestações artísticas e religiosas do Vale do Jequitinhonha. Mais informações sobre sua biografia e obra disponíveis no site <www.religiosidadepopular.uaivip.com.br>.”

para analisar a região após uma crise bovina ocorrida no começo da década de 1950 (SILVA, 2007 *apud* SERVILHA, 2012).

Em 1964, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, autarquia com autonomia administrativa, econômica e financeira, subordinada ao governo estadual com a finalidade de “contribuir para a formação de uma mentalidade empresarial na sua área de abrangência, promovendo lideranças econômicas” (SANTOS, 1971 *apud* PESSOA, 2012, p. 05). Conforme a Emenda Constitucional nº. 9, de 27 de fevereiro de 1964, a Codevale deveria abarcar todos os municípios da bacia do Rio Jequitinhonha, destinando-se a “elaborar e executar, pelo prazo de vinte anos, o plano de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha mineiro” (SERVILHA, 2012, p. 67). O acontecimento repercutiu na imprensa diamantinense, para a qual seria o “começo da redenção do fecundo e rico Vale do Jequitinhonha” que, além do empenho das autoridades políticas, contava também com as contribuições da Igreja Católica, por intermédio de Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo Metropolitano de Diamantina (AEAD, Estrela Polar, LXIII Ano, nº 51, 26 de dezembro de 1965, p. 01).

Ao analisar a proposta do deputado Murilo Badaró para a criação da Codevale, Servilha (2012) demonstra a construção de um discurso de coesão e homogeneização do Vale do Jequitinhonha, apontando as características do subdesenvolvimento, da pobreza e do sofrimento da população como justificativas para a criação de uma agência de desenvolvimento regional. Um dos trechos da justificativa de Badaró evidencia e reforça o estigma da miséria. Merece a transcrição:

Esta será a única forma viável de se salvar o Vale do Jequitinhonha e sua população da miséria e do abandono em que vive. Fora deste rumo, não acreditamos ser possível nada mais fazer. Daí, uma tentativa até certo ponto difícil do ponto de vista da tramitação legislativa, mas que virá, caso encontre eco na sensibilidade dos ilustres deputados desta casa, salvar uma população de mais de meio milhão de almas (BADARÓ, 1964 *apud* SERVILHA, 2012, p. 70)

Percebe-se, ao mesmo tempo, a intenção de se criar uma agência de desenvolvimento em prol de uma área geográfica e, com ela, o reforço de diversos estigmas que servem de motivação para a intervenção estatal. Assim, concomitantemente, cria-se um discurso de homogeneização deste espaço geográfico como se todo ele fosse permeado pelas mesmas características sociais, políticas, econômicas e culturais. Para Servilha (2012, p. 93), os diversos estudos produzidos e publicados revelam uma “linha tênue”: há a necessidade de “subsidiar projetos de desenvolvimento” e, ao mesmo tempo, “negritar pobreza e problemas

para fins de legitimar sua própria existência”.

Assim, corroborando com a ideia de pluralidade de realidades dentro do mesmo espaço geográfico que se convencionou a nomear de Vale do Jequitinhonha, os diagnósticos produzidos pela Codevale, revelam a diversidade da região na década de 1960. Neste cenário, o município de Diamantina, em certas circunstâncias, se diferenciava do panorama geral apresentado como o retrato do Vale. O que a seguir se passa a detalhar são informações retiradas de diagnósticos produzidos neste período e encontrados na biblioteca virtual da Fundação João Pinheiro, os principais foram: Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha – sem data de publicação – e Levantamento Socioeconômico do município de Diamantina, publicado em 1967.

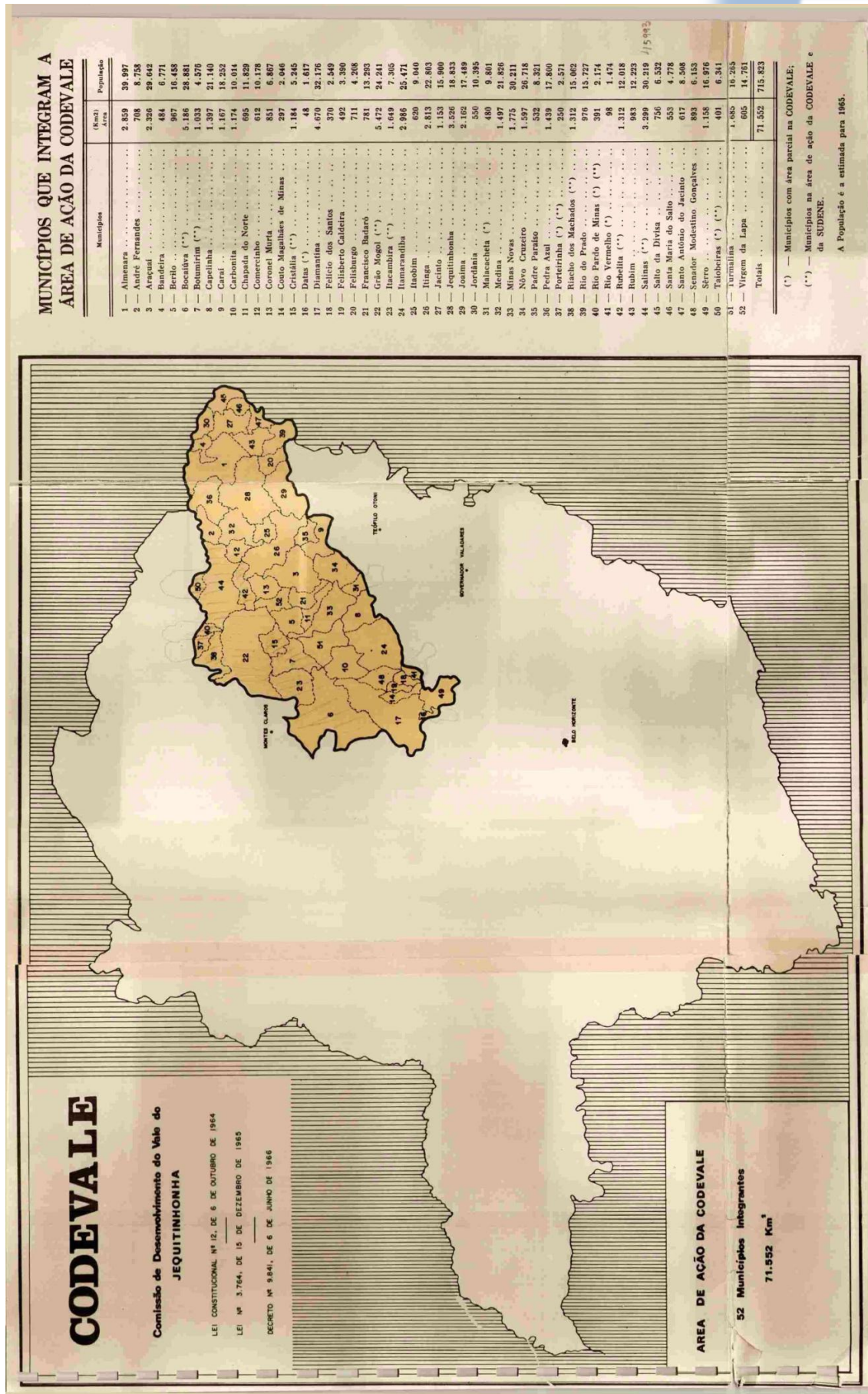
A região de atuação da Codevale correspondia a um total de 52 (cinquenta e dois) municípios, seis deles parcialmente⁵⁴ localizados na área de ação da Codevale e onze municípios com área comum⁵⁵ Codevale/Sudene. A população total correspondia a 715.823 (setecentos e quinze mil e oitocentos e vinte e três) habitantes em uma área de 71.552 m² (setenta e um mil e quinhentos e cinquenta e dois metros quadrados).

O mapa a seguir mostra os municípios que integravam a área de atuação da Codevale e sua correspondência em relação ao estado de Minas Gerais, quantificando a área de abrangência parcial e total e também a população de cada município e da região.

⁵⁴ Datas, Malacacheta, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho e Taiobeiras.

⁵⁵ Bocaiúva, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Taiobeiras.

Figura 3- Municípios que integravam área de atuação da CODEVALE.



Fonte: COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha : o espaço físico e a realidade infra-estrutural. Belo Horizonte: CODEVALE, [19--]. 2 v.

Conforme demonstram as informações do mapa, no ano de 1965, somente doze eram os municípios com mais de 20 mil habitantes, concentrando um total de 46% da população total do Jequitinhonha. E, apenas quatro deles tinham população que ultrapassava 30 mil habitantes, quais sejam: Almenara, Diamantina, Minas Novas e Salinas. Além disso, a partir dos dados do mapa e do diagnóstico da Codevale para o ano de 1965, foi possível extrair a tabela a seguir, na qual destacam-se os municípios com mais de 20 mil habitantes.

Tabela 2 - Estimativa da população por município (1965)

Município	População	Sede
Almenara	39.997	11.294
Araçuaí	29.642	7.733
Bocaiúva	28.881	7.192
Capelinha	21.140	3.767
Diamantina	32.176	16.460
Itamarandiba	25.471	2.622
Itinga	22.803	2.067
Medina	21.826	4.869
Minas Novas	30.211	1.955
Novo Cruzeiro	26.718	3.039
Salinas	30.219	6.018
Total	333.325	-

Fonte: CODEVALE. Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, a partir da “Estimativa da população do Estado de Minas Gerais segundo os municípios” do Departamento Estadual de Estatística.

A partir dos dados, demonstra-se que, mesmo nos municípios com população superior a vinte mil habitantes, a grande maioria dos munícipes concentrava-se na zona rural, Diamantina era o único no qual mais da metade da população já se concentrava na sede. Ou seja, analisando-se os dados populacionais, enquanto os municípios do Vale permaneciam predominantemente rurais, Diamantina caminhava para se caracterizar como uma zona predominantemente urbana.

O impulso do processo de urbanização foi reflexo também do seu privilégio em relação à rede viária. A fim de retratar a interligação do Vale com as demais regiões do país, o Pré-diagnóstico da Codevale trouxe informações sobre as estradas e ferrovias existentes, destacando a sua precariedade e escassez. A rodovia federal que interligava o Vale à região sul-norte era/é a BR-116 (Rio-Bahia). Segundo o diagnóstico, a BR-116 abrangia a zona de maior expressão econômica da região, devendo ser considerada a sua principal estrada. Em relação às rodovias estaduais, eram todas sem pavimentação asfáltica, sendo a de maior importância para a região a MG-2 que, acompanhando o curso do Rio Jequitinhonha, perpassava as cidades de Serro, Datas, Diamantina, Couto, Virgem da Lapa, Araçuaí, Itaobim,

Jequitinhonha, Almenara, Jacinto e Salto da Divisa. Em relação às ferrovias, eram “praticamente inexistentes” no Vale. Havia dois trechos ferroviários que compreendiam 150 Km de extensão: Belo Horizonte – Bocaiúva – Montes Claros e Belo Horizonte – Diamantina. Os dois correspondiam a fragmentos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Percebe-se que, neste contexto de rede viária precária e escassa, Diamantina era servida tanto por rodovias, quanto pela ferrovia existente na região. O Levantamento Socioeconômico do Município (1967) descreve detalhes da rede viária que abrangia Diamantina, caracterizando a cidade e praticamente todo o município como bem servidos de transportes. A rodovia estadual MG-2 interligava Diamantina a Salto da Divisa. Já existiam também outras estradas estaduais, com tráfego permanente, que interligava Diamantina a Serro, a Conselheiro Mata e a Datas. Havia ainda uma estrada federal interligando Diamantina a Curvelo, sendo que aproximadamente cinquenta quilômetros já haviam sido asfaltados, restando oitenta e cinco quilômetros prontos para receberem pavimentação. Em relação a ferrovias, a cidade possuía uma estação de embarque e desembarque da Estrada de Ferro Central do Brasil.⁵⁶ A cidade contava ainda com aeroporto e seis empresas de transporte rodoviário serviam a população.

O quantitativo de veículos registrados nos municípios também fornecem indícios das possibilidades do intercâmbio com outras cidades/regiões do país. Em relação aos veículos registrados no município, Diamantina tinha quase dez vezes mais veículos do que o município de Itamarandiba. Enquanto Itamarandiba,⁵⁷ cidade que se equiparava com Diamantina no número de habitantes, tinha cerca de 46 (quarenta e seis) veículos registrados, Diamantina tinha um total de 418 (quatrocentos e dezoito), entre caminhões, ônibus, automóveis, jeeps, rurais, utilitários e outros (CODEVALE, 1967). Sugere-se, assim, que o fluxo de mercadorias e pessoas poderia ser mais intenso a partir do território diamantinense do que no itamarandibano.

No que concerne ao sistema de comunicações do Vale, o diagnóstico foi preciso ao descrevê-lo como “extremamente deficiente”. Em relação aos telefones interurbanos, a região poderia ser considerada “como uma ilha”, pois apenas duas cidades, Bocaiúva e Diamantina, possuíam rede de telefone interurbano. As agências postais também eram outro meio de comunicação da região, sendo que dos 52 (cinquenta e dois) municípios, apenas 22

⁵⁶ Entretanto, neste período, diante da precariedade dos serviços prestados, as locomotivas eram utilizadas predominantemente para transporte de cargas.

⁵⁷ Os dados referentes a Itamarandiba foram utilizados nas comparações visto que foi o único diagnóstico municipal da Codevale encontrado, além daquele referente à cidade de Diamantina.

(vinte e dois) contavam com agência postal telegráfica, 21 (vinte e um) contavam com agência postal fônica, cinco tinham agência postal simples e quatro não dispunham de qualquer meio de comunicação.

Neste cenário de extrema deficiência, Diamantina se destacava positivamente, tanto porque possuía serviço telefônico urbano e interurbano que se ligava a Belo Horizonte por meio de linha física da Companhia Telefônica de Minas Gerais, quanto por ser sede de uma Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, fatores que, conforme o Levantamento Socioeconômico do Município (CODEVALE, 1967, p. 31), “dispensa maiores comentários quanto ao problema de comunicações daquela cidade”.

Em relação à estrutura ocupacional, na área sob influência da Codevale predominava a atividade agropecuária com um total de 234.452 (duzentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e duas) pessoas ocupadas no ano de 1960. Os demais setores como indústria (1.414), comércio (3.421) e serviços (1.913) representava menos de 5% do total de pessoas ocupadas na agropecuária.⁵⁸ Em relação ao setor industrial, o Levantamento Socioeconômico do Município de Itamarandiba (CODEVALE, 1967, p. 34) foi enfático ao constatar que “como nas demais cidades do alto Jequitinhonha, exceção feita a Diamantina, praticamente inexistente indústria no sentido econômico do termo”.

Inexistente a aptidão para o setor agropecuário, a Codevale mencionou que as atividades econômicas que mais se destacavam em Diamantina eram as indústrias de transformação (tecidos de algodão, óleo de mamona, joia e bebidas) e extrativas minerais (diamante, ouro e cristal). Além disso, citou-se para o município uma produção anual de NCr\$ 2.375.875,00, em 1965. Os setores da indústria e serviços se destacavam no emprego de mão de obra. O setor industrial empregava cerca de 600 (seiscentas) pessoas no município, principalmente por intermédio da Fábrica de Tecidos Antonina Duarte. Aproximadamente 80% da produção industrial do município no ano de 1965 decorreram da atividade dessa indústria em específico. O diagnóstico menciona que as demais unidades industriais eram pequenas e se dedicavam, principalmente, à produção para consumo local.

Todavia, o diagnóstico revela que tanto a produção, quanto a quantidade de fábricas estavam em decadência naquele período. A produção era pouco significativa comparada a períodos anteriores, já o quadro de indústrias do ano de 1965 era praticamente o

⁵⁸ Dados extraídos do Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha e elaborados a partir do VII Recenseamento Geral do Brasil – Censos: Demográfico (Sinopses Preliminares), Agrícola, Industrial e dos Serviços – Série regional (MG) IBGE.

mesmo de 1960, nenhum novo empreendimento havia se instalado neste período. Outros problemas para o desenvolvimento baseado na produção industrial foram apontados pelo diagnóstico, entre eles: a região não seria um mercado suficiente para produtos industrializados; não existiam matérias primas que justificassem os empreendimentos industriais; e ainda havia a grande distância entre a cidade e os possíveis centros consumidores.

Ainda em relação à estrutura ocupacional, os serviços públicos se destacavam como predominantes no município, entre os organismos públicos com sede em Diamantina, citam-se: CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), Posto Agropecuário da Secretaria de Agricultura, Horto Florestal do Ministério da Agricultura, Estação de Enologia do Ministério da Agricultura, FAG (Fundação de Assistência do Garimpeiro), DNERu (Departamento Nacional de Endemias Rurais), além de órgãos de arrecadação e fiscalização, tais como a Coletoria Federal, a Coletoria Estadual e uma Delegacia Fiscal da Secretaria da Fazenda. Vale destacar que o diagnóstico cita as condições de funcionamento dos estabelecimentos, na maioria das vezes mencionando o funcionamento precário e as más condições e meios para cumprir suas finalidades. Como exemplo, no caso da Fundação de Assistência do Garimpeiro, o diagnóstico menciona que este seria um órgão meramente decorativo e sua única finalidade seria “dar alguns empregos na cidade” (CODEVALE, 1967, p. 28). Apesar das características citadas, a instalação desses órgãos especificamente na cidade contribui para revelar a importância regional de Diamantina, pois eram organismos de abrangência estadual e/ou federal.

Os estabelecimentos bancários também representavam uma parcela importante do setor de serviços na cidade. O Levantamento Socioeconômico do Município de Diamantina menciona a existência de oito agências bancárias, quais sejam: o Banco Nacional de Minas Gerais, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Estadual, a Caixa Econômica Federal, o Banco Mercantil de Minas Gerais, o Banco da Lavoura de Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. O quantitativo de agências mostra-se significativo em comparação com os dados disponíveis para a cidade de Itamarandiba, por exemplo, que neste período contava apenas com um único estabelecimento bancário, a Caixa Econômica Estadual (CODEVALE, 1967, p. 37).

Diamantina também se sobressaía nos aspectos dos serviços de saúde e educação em relação aos dados gerais fornecidos pela Codevale para o Vale do Jequitinhonha. Os

números⁵⁹ de 1965 revelam que o Jequitinhonha contava com 56 (cinquenta e seis) médicos desigualmente distribuídos entre os municípios. Na realidade, 27 (vinte e sete) municípios não contavam com nenhum médico, ao passo que Diamantina contava com 10 (dez) deles. A relação médico/habitante para a área de atuação da Codevale foi estimada em 1/12.786, isto é, um médico para doze mil, setecentos e oitenta e seis habitantes. Mensurando esta relação para a cidade de Diamantina, chega-se ao resultado de 1/3.200, isto é, um médico para cada três mil e duzentos habitantes, valores aproximados aos encontrados para o estado de Minas Gerais no mesmo período (1/3.177).

Outro dado relativo à saúde apresentado nos diagnósticos é o número de leitos disponível na região. A situação se apresentava crítica, entre os 52 (cinquenta e dois) municípios do Vale, 57% deles, representando uma população de 317.504 (trezentos e dezessete mil, quinhentos e quatro), não possuíam nenhum leito hospitalar. Enquanto Diamantina contava com 320 (trezentos e vinte) leitos. Assim, regra geral, para toda a região do Vale, estimou-se uma relação de leitos/habitantes de 1/752. Já Diamantina tinha uma relação de 1/100, ou seja, um leito para cada cem habitantes. Estes dados são melhores até do que os dados apresentados para o estado de Minas Gerais para o mesmo período, qual seja, 1/302.

O quantitativo de hospitais também constituiu em um dado crítico mencionado nos diagnósticos. Para o total de municípios da área de atuação, a população contava apenas com 14 (quatorze) hospitais. Dentre eles, cinco funcionavam com assistência médico-cirúrgica para o município-sede, bem como para áreas vizinhas. Os demais hospitais apresentavam condições precárias de instalação e equipamentos. As cidades que possuíam hospitais foram mencionadas pelo diagnóstico: Diamantina, Salinas, Almenara, Araçuaí e Bocaiúva. Apenas Diamantina contava com dois hospitais: o Nossa Senhora da Saúde e a Santa Casa de Caridade de Diamantina. Os dois consistiam em entidades particulares de fins filantrópicos. O primeiro era dirigido pela Irmandade Nossa Senhora da Saúde, o segundo, por uma diretoria administrativa particular. O diagnóstico destaca ainda que os hospitais atendiam praticamente um terço da população da região do Alto Jequitinhonha.

Portanto, a partir dos dados dos serviços de saúde apresentados, constata-se que a cidade de Diamantina constituiu-se, desde a década de 1960, em um centro/polo de atendimento em serviços de saúde, pois se os hospitais atendiam parcela da população dos

⁵⁹ Dados retirados do Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha elaborados a partir da seguinte fonte: SEP – CODEVALE e Anuário Estatístico – 1967.

demais municípios do Alto Jequitinhonha, os leitos e médicos existentes deveriam atender também a essa população que demandava os serviços oferecidos em Diamantina. A cidade tornava-se referência regional em serviços de saúde.

A educação também foi abordada nos diagnósticos produzidos pela agência de desenvolvimento regional. A partir da coleta, tabulação e análise dos dados produzidos pela Codevale, o relatório conclui “ser dos mais sombrios o panorama da educação no Vale do Jequitinhonha” (CODEVALE, sem data, p. 80).

Para o ensino primário, a Codevale constatou que entre as 180.000 (cento e oitenta mil) crianças em idade escolar, apenas 51% estavam matriculadas em escolas do curso primário no ano de 1964.⁶⁰ O diagnóstico apontou diversas causas responsáveis pelos dados alarmantes de evasão escolar, entre elas: má distribuição geográfica das unidades escolares; a coincidência do calendário escolar com períodos de plantio e colheita nos quais as crianças deixavam de comparecer às aulas para complementar a mão de obra das lavouras; o currículo escolar em dissonância com as peculiaridades regionais; a ausência do fornecimento de merenda escolar na maioria das escolas; os prédios escolares em péssimas condições; as instalações precárias nas unidades escolares; a dispersão demográfica que obrigava as crianças a longas caminhadas da residência até a escola mais próxima; e a falta de tradição.

Neste cenário vale detalhar duas das causas emblemáticas da situação escolar na região: instalações e falta de tradição. Além da realidade de instalações precárias, o relatório refere-se ainda a algumas escolas nas quais constatava-se a completa ausência de infraestrutura adequada às aulas e assim pormenoriza:

Em muitos municípios, existem escolas que não possuem condições de funcionamento, pela falta completa de instalações. Observam-se alunos assistindo às aulas sentados em caixotes ou simples tábuas, sem o menor conforto.

Faltam carteiras, estantes, mesas etc, indispensáveis para que a escola tenha o mínimo de condições de funcionamento.

Quanto ao material escolar, verifica-se também muita deficiência em sua distribuição. É comum a professora destinar parte de seus vencimentos à aquisição de cadernos e lápis para seus alunos, única solução encontrada para que as aulas tenham alguma produtividade (CODEVALE, 1967, p. 82).

Em relação à falta de tradição, o relatório considera que para as “populações mais atrasadas do meio rural” não seria tradicionalmente relevante a atividade rotineira de levar as crianças às aulas. Este seria um fator de evasão tendo em vista que os pais não tinham

⁶⁰ O diagnóstico trouxe também os dados relativos ao Brasil e a Minas Gerais: “Segundo dados do Censo Escolar de 1964, válidos para o Brasil, 34% de crianças pertencentes à faixa etária de 7 a 11 anos estavam fora das escolas. Na zona urbana a percentagem era de 19% e na rural atingia a 49%. Em MG, o número relativo de crianças que não frequentam escolas ainda é maior que a média do Brasil, ou seja, 35,1%.”

“consciência da necessidade de educar os seus filhos, uma vez que eles próprios, e os seus ascendentes viveram e criaram suas famílias sem se darem ao incômodo de frequentar uma escola.” (CODEVALE, 1967, p. 83). E constata ainda que este seria um problema estrutural que não seria resolvido a curto prazo.

Nesse contexto educacional caracterizado pelo relatório como “sombrio”, percebe-se que pouca ou nenhuma tinha sido até então a atenção dispensada ao ensino na região, criavam-se escolas que atendiam metade das crianças em idade escolar e, aquelas atendidas se deparavam com as dificuldades acima elencadas que não contribuíam para estimulá-las a apostar nas oportunidades educacionais.

No caso específico do primário, diante da ausência de dados relativos a quantidade de unidades escolares, professores e matrículas de cada um dos municípios do Vale, tornou-se inviável uma análise pormenorizada relativa a este nível de ensino. Todavia, mencionou-se os dados específicos para a cidade de Diamantina referentes ao ano de 1966. A cidade contava com 7 (sete) unidades escolares na sede e o total de 40 (quarenta) unidades no município. Em relação ao número de matrículas, haviam 2.835 (duas mil oitocentas e trinta e cinco) na sede e 5.512 (cinco mil quinhentos e doze) matrículas no município. O número de professores na sede era de 153 (cento e cinquenta e três) e o total de 237 (duzentos e trinta e sete) professores no município.

No que tange ao ensino médio, os dados dos diagnósticos foram mais detalhados. Havia 57 (cinquenta e sete) unidades de ensino médio que atendiam 7.705 (sete mil setecentos e cinco) alunos. Todavia, a distribuição de escolas não era homogênea em toda a região, pois do total de 52 (cinquenta e dois) municípios da área de atuação da Codevale, apenas 31 (trinta e um) possuíam escolas de ensino médio. Entre elas mencionam-se: 23 (vinte e três) municípios tinham apenas 01 unidade escolar; Almenara, Bocaiúva e Jequitinhonha tinham 02 escolas; Serro contava com 03 unidades escolares; Porteirinha e Salinas tinham, cada uma, 04 escolas; e, em Diamantina, encontrava-se em funcionamento 11 unidades de ensino médio. Observando-se os dados, percebe-se que, apesar de os detalhes dos dados quantitativos do ensino primário e médio indicarem o desenvolvimento educacional da cidade, não foram mencionados aspectos qualitativos que possam concluir se o contexto educacional local diferenciava-se ou não do contexto educacional “sombrio” que caracterizava a região.

O último tópico retratado no relatório relativo à educação foi o ensino superior. O Pré-diagnóstico menciona que os dois únicos estabelecimentos de nível superior existentes no

Vale estavam localizados em Diamantina. Seriam eles a Faculdade de Odontologia e a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Em relação à primeira, o diagnóstico menciona que se apresentava como uma instituição federal de ensino e que havia iniciado suas atividades em 1957. Desde 1959, quando formou a sua primeira turma, vinha preparando cirurgiões-dentistas do mais alto gabarito profissional. Em relação especificamente à segunda instituição, nada citou o diagnóstico. Por fim, foi mencionado que qualquer análise mais detalhada do ensino superior faria mais sentido após se alcançar a fase de solução dos problemas relativos ao ensino primário e secundário da região. Além disso, em relação à possibilidade de instalação de outras instituições de ensino superior em cidades do Vale, a Codevale considerou que, no momento em que a região pudesse responder mais “aos estímulos desenvolvimentistas” e quando a “infraestrutura social estiver em condições de permitir o funcionamento de universidades”, haveria a possibilidade de incluir entre as suas metas para a educação a criação de universidades em sua área de abrangência.

A partir de todo o exposto, percebe-se que, enquanto em toda a região predominava o rural sobre o urbano, Diamantina havia iniciado seu processo de urbanização, com mais da metade de sua população se concentrando na sede do município. Em um sistema viário escasso e precário, a Diamantina serviam rodovias e por ela passava a única linha férrea da região. No tempo em que o sistema de comunicações regional caracterizava-se como “extremamente deficiente”, os diamantinenses contavam com serviço telefônico urbano e interurbano e, ainda, com uma Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos. Enquanto predominavam as atividades agropecuárias e pouco significativos eram os setores industrial, comercial e de serviços, em Diamantina eram relevantes o setor industrial e de serviços, com a concentração de diversos organismos públicos estaduais e federais. Além disso, Diamantina destacava-se por sua estrutura em serviços de saúde. Médicos, leitos e hospitais atendiam a população não somente do município, mas também de outras cidades do Vale, caracterizando-a como referência regional em serviços de saúde. Por fim, no campo educacional, enquanto vinte e um municípios do Vale não possuíam sequer uma instituição de ensino médio, Diamantina concentrava onze unidades e ainda, era sede das duas únicas instituições de ensino superior da região: a Faculdade de Odontologia de Diamantina, criada em 1953 e federalizada em dezembro de 1960; e a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, projeto embrionário da década de 1960, concretizado a partir de 1968, com a autorização de funcionamento de sua primeira unidade, a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina.

Portanto, foi neste Vale do Jequitinhonha, caracterizado pela diversidade historicamente constatada e construído pelo discurso de coesão e homogeneização do “Vale da Miséria”, que emergiu o primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha. Conforme demonstrado, mesmo inserida no estigma da “região problema”, naquele período Diamantina já apresentava algumas especificidades em relação às outras cidades da região que contribuíram para impulsionar a concretização de mais este projeto educacional.

4. CAPÍTULO III: DIAMANTINA: A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO

No terceiro capítulo apresenta-se, inicialmente, o contexto diamantinense a partir do período republicano, delineando seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos, assim como as interfaces com a conjuntura educacional. Na sequência, detalha-se o cenário específico entre as décadas de 1960 e 1970, demonstrando avanços e retrocessos políticos, econômicos, sociais e culturais que permearam as mudanças no período. Por fim, aborda-se o panorama educacional, discorrendo sobre os investimentos públicos, as iniciativas católicas e as instituições educativas, demonstrando a ampliação das possibilidades na cidade educacional. A argumentação desenvolvida baseia-se nos periódicos locais da época, no arcabouço normativo educacional e ainda, nas publicações científicas relacionadas à história da educação diamantinense.

4.1 Diamantina: “o amor das tradições” e o “surto de progresso”

Constatando-se a necessidade de levar em consideração as singularidades e particularidades locais para se estudar uma instituição educativa, neste subitem, por intermédio das obras literárias e científicas que se dedicam à história local, bem como nas edições dos jornais locais da década de 1950, apresenta-se a contextualização histórica diamantinense, a fim de corroborar com a afirmação de Aires da Mata Machado Filho sobre a cidade: “em Diamantina, o amor das tradições coexiste com o surto de progresso” (MACHADO FILHO, 1980, p. 280).

Reconhecendo o apogeu econômico, político, social e cultural do antigo Arraial do Tijuco e da Vila Diamantina – como era conhecida a cidade no período colonial e imperial, respectivamente –, o centro histórico de Diamantina foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, cem anos após a sua elevação a cidade pela Lei Provincial nº. 93, de 06 de março de 1838.⁶¹ Assim como em toda Minas Gerais, até a década de 1940 observa-se um cenário pouco dinâmico em Diamantina se comparado aos grandes centros predominantes naquele período, como São Paulo e Rio de Janeiro. No norte/nordeste mineiro prevalecia a produção para o autoconsumo, os meios de comunicações eram escassos e a maioria da população vivia em fazendas e sítios. Ao apresentar tais

⁶¹ Aires da Mata Machado Filho, na obra Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina (1980), apresenta as principais datas históricas da cidade até o início do século XX.

características, Martins e Martins (1993) afirmam que as modificações nas estruturas sociais e culturais da região ocorreram em um ritmo bastante lento no período entre 1867 e 1940, o que permitiu a continuidade de padrões sociais tradicionais e a prevalência da força ideológica da igreja católica pairando o comportamento da sociedade local.

Destaca-se que a influência católica em Diamantina remonta desde o século XVIII por meio das irmandades e confrarias instaladas no antigo Arraial do Tijuco. Entretanto, por influência do movimento ultramontano,⁶² em meados do século XIX alterou-se a estratégia clerical e, a partir do desmembrado do Bispado de Mariana, foi criado o Bispado de Diamantina. Assim, a partir de 1854, a cidade passou a se constituir em uma sede de diocese com a finalidade de ordenar e instituir a autoridade da igreja ao longo do norte/nordeste mineiro. Ao apresentar o contexto acima, Santos (2015) menciona que tais mudanças se relacionaram aos preceitos de uma Igreja reformista que, a partir de 1844, alinhou-se ao pensamento romano ou ultramontano europeu. Este movimento ficou conhecido como romanização da Igreja e alicerçou-se em alinhar as ações, diretrizes e objetivos de toda a Igreja Católica e seus representantes a Roma, primando para uniformizar seus ritos e procedimentos.

O bispado de Diamantina foi estrategicamente constituído para seguir as tendências desse novo movimento,⁶³ com o objetivo de transformar a cidade em uma “metrópole eclesiástica”. Distanciando-se da lógica de centralidade do período monárquico, a metrópole eclesiástica ou também denominada por Celso de Carvalho (*apud* Santos, 2015) como “cidade episcopal”, possuía autonomia local e teria a capacidade de regionalizar serviços urbanos, encontros, festas e comemorações. Este era o caso da cidade de Diamantina. Por meio de seus arcebispos, bispos, padres e suas influências na vida social da localidade, propagaram-se preceitos católicos para todo o norte/nordeste mineiro, com a finalidade de fortalecer as estruturas da Igreja neste novo tempo. Sobre este contexto, Santos (2015) resume:

Os padres e seminaristas foram figuras que marcaram a cidade episcopal, tanto pela quantidade quanto pela importância que a sociedade rendeu a esses indivíduos. (...) Os padres tiveram grande influência na vida social da cidade episcopal. Envolveram-se em atividades educativas e na orientação religiosa dos indivíduos na

⁶² O movimento ultramontano, romanização da igreja católica ou ainda, movimento reformista católico, estava vinculado à necessidade e à crença “na afirmação da autoridade papal, sua infalibilidade e representação de uma igreja única, católica e apostólica, sob seus desígnios em Roma.” (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 21).

⁶³ Para detalhes da periodização da ação romanizadora, ver Santos (2015).

sociedade. Esses padres foram pessoas que guiaram a sociedade, segundo as orientações fornecidas a eles pelos Bispos (SANTOS, 2015, p. 168-172).

Como guias da sociedade, percebe-se a ingerência clerical também no contexto educacional diamantinense. Dentre as influências do primeiro bispo da diocese, Dom João Antônio dos Santos (1863 a 1905), ressalta-se a criação de dois educandários: o Seminário Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Nossa Senhora das Dores, ambos instituídos sob a administração católica. Além do campo educacional, Dom João destacou-se pela criação da fábrica do Biribiri e o estímulo à abolição da escravatura e à criação de uma moeda própria circulante na região (SANTOS, 2015).

O ritmo lento das mudanças sociais e culturais, bem como a influência ideológica católica não significam que Diamantina permaneceu a mesma desde o fim do período imperial. José Augusto Neves (1899 *apud* Martins e Martins, 1993) descreveu os melhoramentos que a cidade contava tais como iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamentos nas ruas centrais, três hospitais, teatro, biblioteca pública municipal, polícia militar, correios e telégrafo. Além disso, movimentava-se economicamente com a existência de estabelecimentos comerciais variados, como fábricas de tecidos, bebidas e cigarros. Por fim, a imprensa local compunha-se de três periódicos e três tipografias diferentes. Essa conjuntura permitiu que Diamantina se tornasse uma das cidades mais influentes do comércio e da indústria do estado a partir de 1890.⁶⁴

Com o advento da República, outros melhoramentos urbanos ocorreram. Destaca-se a inauguração de trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil (1914). Nas palavras de Soter Couto (1954, p. 152),⁶⁵ a ferrovia significou o anúncio de “um novo surto de progresso e nova era de prosperidade”, a partir da qual Diamantina poderia se conectar mais rapidamente com a capital do Estado, facilitando a chegada de correspondências, dinamizando o comércio e os intercâmbios culturais. Além dela, melhoraram-se antigas vias e novas foram arquitetadas. Couto (1954) cita o início da estrada interligando Diamantina a Teófilo Otoni,

⁶⁴ Apesar de não ser o foco desta pesquisa, registra-se que a influência diamantinense do final do Império não ofusca sua importância como centro regional ao longo do período colonial, conforme lembra Martins e Martins (1993, p. 13).

⁶⁵ Em relação à obra de Soter Ramos Couto, Marcos Lobato Martins (2018, p. 233-235) faz alguns apontamentos que se revelam verdadeiros cuidados metodológicos aos pesquisadores que tomam a obra como referência histórica. A obra *Vultos e Fatos de Diamantina* (1954), “oferece importante levantamento factual sobre a trajetória político-institucional de Diamantina, sobretudo para o período posterior a 1860, ainda hoje pouco pesquisado e conhecido. Entretanto, Martins alerta, “a história é, para Soter Couto, a marcha linear do progresso e da liberdade, conduzida pela ação destemida e esclarecida de homens de ação, elevado espírito público e alta qualidade moral”.

em 1925, e ainda, a existência de duas outras interligando Diamantina a Capelinha e Diamantina a Serro.

Sendo conhecida como o centro político-administrativo e comercial do norte mineiro, as cidades vizinhas comercializavam em solo diamantinense seus produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que adquiriam manufaturados e artigos de luxo vindos de outros lugares do país, como o Rio de Janeiro. Além disso, concentravam-se ali importantes órgãos públicos que não existiam nas demais cidades da região, como a Polícia Militar de Minas Gerais⁶⁶ e uma Sub-administração dos Correios subordinada à administração de Ouro Preto.⁶⁷ Outro destaque da importância regional de Diamantina está no fato de que possuía, no início do século XX, um Hospital de Alienados, a Santa Casa de Caridade de Santa Isabel e o Hospital de Nossa Senhora da Saúde, instituições que recebiam enfermos provenientes do norte e nordeste de Minas (ALCÂNTARA e SILVEIRA, 2018).

No campo cultural, Diamantina contava com saraus, salão de boliche, cinemas, parques, orquestras e grupos literários que movimentavam a cidade. A tradição musical remonta aos tempos de Arraial do Tijuco, quando os acontecimentos sociais eram marcados pela presença da musicalidade e as irmandades amparavam os músicos locais. Diversas são as explicações para essa tradição, dentre elas, Fernandes e Conceição (2007), citam: a referência musical portuguesa e dos africanos, bem como o clima nostálgico proveniente da localização da cidade no interior do país. O costume musical viria a ultrapassar os tempos para se fazer presente nos rituais sociais também dos séculos XIX e XX.

Já existiam também instituições que se dedicavam à literatura e a arte, como foi o caso da Arcádia Diamantinense. Jornais⁶⁸ do início do século XX relatam que a finalidade da sociedade era realizar palestras literárias quinzenais, bem como organizar concertos musicais e comemorações de datas nacionais. Percebe-se que os encontros foram permeados pela participação de outras associações ligadas à música e revelam a presença da banda de música do Batalhão da Polícia Militar, de uma orquestra dirigida por Sylvio e Antônio Ephigenio de Souza e ainda a orquestra “Flor de Maio”. Destaca-se ainda que uma das primeiras palestras foi dedicada ao tema “educação” e proferida pelo sócio Jarbas Ramos.

“Atenas do Norte”, “Princeza do Norte” ou “Empório do Norte” foram os apelidos dados a Diamantina para projetar sua excepcional dinâmica social, econômica e

⁶⁶ A história da política militar em Diamantina é tema abordado por Fernandes e Conceição (2007) em parte do capítulo II da obra *La Messa Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata*.

⁶⁷ Sobre as comunicações em Diamantina desde o tempo colonial, consultar Soter Couto (1954).

⁶⁸ Informações retiradas de um levantamento realizado por Wander Conceição em relação à Arcádia a partir de edições dos jornais *A Diamantina*, *A Ideia Nova* e *Pão de Santo Antônio*, todos do ano de 1910.

cultural em comparação às demais cidades do norte/nordeste mineiro no decorrer do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Entretanto, a realidade local perpassou seus momentos de crise, principalmente no final da primeira república. Marcos Lobato Martins descreve este momento:

(...) ao terminar a Primeira República, as elites diamantinas renderam-se à evidência empírica. O vasto município de Diamantina atravessava momento de crise e perdia importância. A aposta na industrialização estava perdida, porque não progrediram nem as indústrias têxteis nem as lapidações de diamante. Também havia fracassado o sonho de fazer da cidade o ‘grande empório do Norte’, isto é, o polo atacadista que abasteceria parte de Minas Gerais e da Bahia. Montes Claros, Curvelo e Teófilo Otoni tomaram o lugar de Diamantina como centros urbanos mais dinâmicos e populosos, aglutinando sob sua influência a maior parte das urbes do Norte e Nordeste de Minas Gerais (MARTINS, 2012, p. 44).

Nesta conjuntura, importantes figuras diamantinas apresentaram projetos alternativos à crise com finalidade de impulsionar novamente o progresso local. Martins (2012) levantou a existência de três propostas para a prosperidade econômica, social e cultural diamantina. Discussões e debates realizaram-se nas mais diversas instâncias públicas locais e, mesmo apresentando estratégias diferentes, todas elas partiam de uma concordância: “cabia educar a população, especialmente as elites e as camadas médias, para viver sob os preceitos da ordem e do progresso, acertando o passo da bicentenária povoação com os tempos da modernidade” (MARTINS, 2012, p. 45). Portanto, pairava a necessidade de investir no campo educacional para que os diamantinos pudessem reafirmar a imagem de “Athenas do Norte”.

Em síntese, Martins (2012) descreve que o projeto formulado pela família Felício dos Santos direcionava-se para a industrialização local, defendendo o foco da preparação profissional dos trabalhadores tanto na mineração quanto na indústria. Já a família Mata Machado amparava um projeto agrarista, no qual a educação prática do trabalhador rural deveria ser o enfoque. O último projeto assemelhava-se ao anterior e foi proposto pela Mitra Diocesana de Diamantina, por intermédio do segundo bispo local, Dom Joaquim Silvério de Souza e demais membros do clero. Com o intuito moderadamente reformador, tinha o objetivo de disseminar práticas associativas e recristianizar instituições leigas por meio da interferência católica na sociedade e no Estado (FERNANDES, 2005, *apud* MARTINS, 2012).

O resultado das discussões buscando alternativas para a modernidade diamantina é apresentado por Marcos Lobato Martins (2012) nos seguintes termos:

Na medida em que fracassou a maioria das empresas industriais (fábricas de tecidos, lapidações) e de serviços (transportes e casas bancárias) que mobilizaram as energias dos Felício dos Santos e dos Mata Machado, e também que a vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural nos anos 1920-1950, o projeto vencedor foi o da “cidade católica”, nitidamente conservador (MARTINS, 2012, p. 45-46).

Neste contexto, percebe-se que a modernidade viria acompanhada da característica do conservadorismo, ou seja, a cidade deveria se desenvolver, mas o seu desenvolvimento seria controlado, circunscrito aos desígnios católicos. O projeto modernizador direcionava-se, também para conservar a importância econômica, política e cultural de Diamantina. A partir de suas influências políticas, uma das estratégias levadas a efeito foi a concentração de órgãos públicos estaduais e federais na cidade, a fim de que se tornasse referência regional como centro administrativo do nordeste mineiro. Dessa forma, poderia facilitar a circulação de recursos públicos, ao mesmo tempo em que contribuiria para ampliar as oportunidades de empregos e cargos públicos. Assim, poderia garantir e promover a sua modernização urbana e social (MARTINS, 2012).

Ao discorrer sobre a conjuntura acima, Marcos Lobato Martins (2012) reforça a relevância do “capital cultural”, sem o qual não seria possível à elite local estar à frente da administração dos organismos públicos instituídos na cidade. Portanto, havia a necessidade de ampliar a educação escolarizada, pois esta se destacava como uma das principais vertentes capazes de garantir a modernização. Para Martins (2012) o projeto educacional havia sido iniciado por Dom João ao fundar o Seminário Episcopal de Diamantina e o Colégio Nossa Senhora das Dores, instituições que atraíram jovens de diversas cidades mineiras e baianas até os anos 1960. A continuidade desse projeto foi garantida pelos demais educandários instalados ao longo do século XX, dentre eles: a Escola Normal Oficial de Diamantina, o Ginásio Diamantinense, a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina e, ainda, a Faculdade de Filosofia e Letras.

Martins (2012) afirma que todas essas iniciativas encaixavam-se em um mesmo movimento educacional o qual estava alicerçado em uma concepção de ensino que prezava pelo bacharelismo, pela educação ilustrada, aquela que visava garantir o acesso às carreiras da burocracia estatal ou preparar indivíduos para as profissões liberais, o que pode ser visto como um resquício da educação propagada ao longo do período imperial. Por decorrência do predomínio dessa concepção de ensino, escassas foram as iniciativas orientadas à educação técnica, revelando assim a “dificuldade das elites diamantinenses para perceber as mudanças

nos padrões científicos, tecnológicos e educacionais que caracterizaram o século XX” (MARTINS, 2012, p. 50).⁶⁹

Além da vertente educacional, vale destacar que um dos principais métodos da Igreja para alcançar seu projeto modernizador para a cidade foi utilizar-se dos meios de comunicação da época, a imprensa “era a principal ferramenta para se atingir o público letrado e levar a mensagem da igreja” (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 49). Por meio dos jornais poderiam atingir o maior número de pessoas, propagando ideologias e, ao mesmo tempo, repudiando as ideias maçônicas, protestantes e comunistas. Assim, acreditando no papel “formador, instrutivo e educativo” da imprensa, Dom Joaquim Silvério de Souza fundou a imprensa oficial da Mitra Diocesana, o jornal *Estrella Polar*, em 1903. Observa-se que, conforme indicado pelo jornalista José Teixeira Neves (*apud* SANTOS, 2015, p.173), o nome atribuído ao jornal denota seu objetivo de guiar, instruir, “nortear e indicar o caminho para os católicos”.

Dayse Lúcida Silva Santos (2015) aponta a imprensa como grande aliada da religião e, ao longo do século XX, identificou nos jornais que “o dever da imprensa na ótica do bispado de Diamantina estava circunscrito à disseminação dos valores cristãos católicos, ao combate a ideologias anticatólicas e ao processo de educação das massas populares” (SANTOS, 2015, p.174). Os jornais publicados entre as décadas de 1950 e 1970 corroboram com esta afirmação. Como exemplo da maneira explícita de disseminação dos valores cristãos católicos, do combate ao comunismo e também da intenção de educar as massas cita-se a edição de 07 de janeiro de 1962, na qual a imprensa compara a doutrina católica com a comunista e direciona como as mães de família devem se comportar em relação ao trabalho e à educação dos filhos:

DOUTRINAS CATÓLICA E COMUNISTA

Comunismo – A mulher está emancipada. Deve ir ao trabalho, à produção coletiva, à vida pública como os homens. O Estado encarregar-se-a da educação dos filhos.

Católica – As mães de família devem trabalhar em casa, ou na sua vizinhança dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso que deve a todo custo cessar o de obriga-las por causa da mesquinhez do salário paterno a ganhar a vida fora do lar descurando a educação dos filhos. (*Estrella Polar*, LX Ano, Nº1, 07 de janeiro de 1962, p. 01).

⁶⁹ Para Martins (2012), “o foco do projeto estava em desacordo com as novas necessidades da modernização tanto de Minas Gerais quanto do Brasil no pós-1930. Como mostrou Otávio Dulci (1999), já no fim dos anos 1920 as elites dirigentes mineiras haviam optado pela estratégia de concentrar os esforços de desenvolvimento na região central e na indústria de bens intermediários, siderurgia e metalurgia à frente. Com isso, o Norte de Minas ficou relegado à condição de fornecedor de mão de obra e matérias-primas baratas, rapidamente perdendo importância política.”.

Mais um exemplo de combate a ideologias anticatólicas é a edição do dia 30 de junho de 1968, do semanário Voz de Diamantina. Em uma de suas colunas, intitulada “De 1858 a 1968”, criticou simultaneamente as ideias de John Stuart Mill, Darwin e Carl Marx, nomeando-as de ideias “pagãs, ditatoriais e ingratas”:

DE 1858 A 1968

Três homens a partir de 1858 prepararam os horrores que hoje estamos presenciando. Foi em 1858 que John Stuart Mill escreveu o ‘Ensaio sobre a Liberdade’ contundindo liberdade com a ausência de responsabilidades sociais. Nesse mesmo ano Darwin publicou a ‘Origem das Espécies’ para desviar o homem dos seus eternos destinos e encaminha-lo para um passado animal. Ainda em 1858 Carlos Marx, fundador do comunismo, escreveu ‘Introdução à Crítica de Economia Política’ assentando o materialismo como fonte da vida e da cultura. A partir de 1858 até o nosso 1968 estas idéias estão convulsionando o mundo: (...). Estas idéias pagãs, ditatoriais e ingratas declarando que o homem é de origem animal, que a liberdade é e libertação da lei, que a religião é anti-humana estão indelevelmente e rimadas pelos males que causaram de 1858 ao nosso 1968: revoluções, paredes, guerras, perseguições religiosas, assassinios, invasões traições. Extração de ma "folha" de B. H. Pio Nascimento. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 35, 30 junho 1968, p.04).

A partir dos dois trechos acima, percebe-se que a utilização da imprensa visava garantir que a necessária modernização de Diamantina estivesse acompanhada dos preceitos católicos, aqueles sob os quais deveria se fundamentar o comportamento social e do Estado, bem como servir de âncora às concepções econômicas, políticas, culturais e ainda, educacionais.

Além da iniciativa relacionada à criação da imprensa oficial católica diamantinense, o projeto modernizador consubstanciou-se também, ao longo do bispado de Dom Joaquim Silvério de Souza, com a construção da Nova Catedral Metropolitana. No campo educacional, projetou a ampliação do Seminário Sagrado Coração de Jesus, contribuiu para a criação do Colégio Diocesano, além de construir uma casa destinada aos momentos de lazer, férias e convivência dos seminaristas, demonstrando assim a sua especial atenção à formação do clero local (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010).

Os bispos e arcebispos subsequentes também deram continuidade à ação romanizadora iniciada com Dom João. Dom Serafim Gomes Jardim (1934-1954) finalizou a obra de edificação da Nova Catedral Metropolitana e a ampliação do Seminário. Destaca-se que, de acordo com Santos (2015, p. 153), o projeto da nova igreja central tinha uma projeção regional, a fim de fortalecer a ação católica no norte de Minas Gerais e estimular a preferência da população pelo catolicismo.

O Arcebispo subsequente, Dom José Newton de Almeida Batista (1954-1960), também se destacou por suas proposições e ações no campo social e educacional, principalmente ao promover as semanas ruralistas⁷⁰ em Diamantina. As semanas eram promovidas em parceria com as secretarias de Agricultura, Saúde e Educação do Estado de Minas Gerais, bem como com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a Prefeitura de Diamantina e a Ação Católica Brasileira. Tinham como objetivo promover estudos e orientações para o homem do campo, assim como “debates técnico-agrícola, educação e saúde, organização social e doutrinação social da Igreja Católica” (OLIVEIRA, 2014, p.39). Os relatórios conclusivos produzidos ao término das discussões apontam um diagnóstico da região, bem como proposições para a superação das dificuldades constatadas. A seguir seguem as constatações relacionadas à saúde e educação:

“(…) visando ao bem-estar do homem rural e sua fixação no solo, aprovou as conclusões seguintes:

8.- A Semana verificou a gravidade da situação advinda para a região, pela falta de hospitais e de postos de saúde, os quais, ali onde, raríssimos, existem, não se mantêm por falta de médicos e de enfermeiros. Lança, pois, um duplo brado para que se possibilite e facilite como noutros países, a ida de médicos para o interior e se concretize a mensagem n. 448 do Governador Clóvis Salgado, ainda em discussão na Assembleia Estadual, que cria três Escolas de Enfermeiras, sendo uma delas em Diamantina (AEAD, CAIXA 78-A, 2ª SEMANA RURALISTA DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA EM 04 DE JULHO DE 1956, CONCLUSÕES, p.9).

“(…) visando ao bem-estar do homem rural e sua fixação no solo, aprovou as conclusões seguintes:

16.- Verifica-se que, no território da Arquidiocese, 50% das crianças, mesmo que queiram, não podem frequentar escola, por inexistente. Por outro lado a receita fraquíssima da maioria dos Municípios não pode arcar com o problema da construção de prédios e do pagamento adequado das professoras. Apela, assim, a Semana para a iniciativa particular, sobretudo dos fazendeiros e para que o Governo Federal e o Estadual criem verba específica para o desenvolvimento ou suplementação do ensino primário na zona rural (AEAD, CAIXA 78-A, 2ª SEMANA RURALISTA DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA EM 04 DE JULHO DE 1956, CONCLUSÕES, p.11-12).

O diagnóstico revela a precariedade da situação, demonstra que as deficiências no campo da saúde e da educação precisavam de atenção. A escassez de hospitais, postos de saúde, médicos e enfermeiros, bem como a ausência de escolas e a dificuldade para arcar com os salários dos profissionais da educação levaram os debatedores a concluir pela necessidade

⁷⁰ As semanas ruralistas foram idealizadas pelo Governo Federal, com o objetivo de “levar o maior número de informação e formação às populações rurais, na tentativa de diminuir os problemas graves relacionados às questões da terra”, além disso, (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 63).

de recorrer aos poderes públicos estadual e federal, assim como à iniciativa particular para que tais problemas pudessem ser superados. A partir dos resultados das discussões, uma das providências práticas no campo da saúde foi a instalação, em Diamantina, do projeto piloto do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), criado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para reunir os serviços nacionais de doenças endêmicas a fim de proporcionar mais eficiência no enfrentamento das endemias disseminadas pelas diversas regiões do país, assim,

A partir de Diamantina, seria comandada uma luta sem trégua, preventiva e curativa, contra as endemias do meio rural e que, tão impiedosamente, grassavam no território da Arquidiocese, das quais as principais que seriam alvo imediato eram a malária, doença de chagas, boubá, leishmaniose, esquistossomose, ancilostomose, brucelose e bócio endêmico. Assim, como primeira ação, o DNERu enviou um carregamento de BHC (inseticida na época) para Diamantina, destinado ao combate ao Barbeiro, inseto que propaga a doença de chagas, e que existia com abundância em quase toda a região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e São Francisco, situados na Arquidiocese de Diamantina (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 76).

Percebe-se que as discussões ampliaram-se a nível nacional, estimulando além de novos projetos, programas e ações, a criação de um órgão estatal que proporcionaria reflexos no contexto social, direcionados a beneficiar a população local, regional e nacional. Constatase ainda que esta providência tomada por Juscelino como Presidente da República é um dos indícios das tradicionais relações entre ele e a Igreja Católica. A imprensa local também é outra rica fonte por meio da qual se pode perceber a forte ligação entre o clero local e o diamantinense que havia se tornado Presidente da República.

Ao longo de seu período de influência política, a imagem de JK é enaltecida em várias edições e diversas de suas visitas à cidade mereceram uma matéria jornalística. A edição de 19 de dezembro de 1954, em sua primeira página descreve como Juscelino foi recebido em uma de suas visitas:

Dia 14, terça-feira, pelas 5 horas da tarde, Diamantina vibrou, delirantemente de intenso júbilo e entusiasmo, ao espocar de sucessivas salvas e fogos, parecendo que se arrasava toda a cidade, e dando assim a mais sobeja prova dos seus nobres sentimentos de carinho e civismo com a empolgante recepção e grandiosa manifestação, entre flores e aplausos, com que recebeu o seu eminente e querido filho, exmo. sr. dr. Jucelino Kubitschek de Oliveira (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, ANO LII, n. 38, 19 dezembro de 1954, p. 1).

Nos jornais encontram-se também manifestações de apoio político e exaltações do triunfo de JK ao eleger-se deputado federal (1934), prefeito de Belo Horizonte (1940-45), governador de Minas Gerais (1951-55) e ainda, presidente do Brasil (1956-61). Além disso,

vinculavam sua imagem ao político católico, “ao progresso de Minas, de Diamantina e a grandeza do futuro do Brasil” (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 1954, Ano LII, n. 38, 19 dezembro de 1954, p. 1). No ano seguinte, às vésperas das eleições para Presidência da República, foi transcrito um telegrama de quatorze padres a Juscelino demonstrando seu apoio incondicional ao candidato. Na coluna intitulada “Sacerdotes solidários com Juscelino”, destaca-se o seguinte trecho:

Sacerdotes admiradores do grande amigo do clero montanhês, com o mais alto propósito e elevado espírito sacerdotal, ausentes e acima de qualquer partidatismo, levamos ao ilustre conterrâneo dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do povo brasileiro à suprema magistratura do País, nossos mais efusivos cumprimentos. Ao gigante na ação, honrado e ilustre filho de nossa terra Minas Gerais, marcando glorioso governo de realizações, firmamos para felicidade da Pátria comum Brasil... (PÃO DE SANTO ANTÔNIO, ANO LII, n. 47, 27 fevereiro de 1955, p. 3).

O apoio mútuo entre JK e a Igreja Católica também foram destacados por Cláudia Elizabeth Baracho, ao abordar as concepções educacionais em Diamantina entre 1951 e 1961. Baracho (2016) menciona diversas atitudes do clero local que fundamentam sua afirmativa, dentre elas, a cessão de parte da Casa São José para o funcionamento do Grupo Escolar Júlia Kubitschek e, posteriormente, a doação do terreno no qual foi construída a referida instituição. Em contrapartida, Juscelino teria investido recursos públicos em reformas da Casa São José, conforme constatado pela autora ao analisar jornais da época.

Ao analisar a construção da hegemonia juscelinista em Diamantina, Martins (2017) afirma que entre 1930 e meados da década de 1960, Juscelino⁷¹ exerceu grande influência sobre os rumos da política local apesar de nunca ter sido candidato a cargos públicos no município. Para compreender este contexto, necessário destacar as características da cultura política local nas primeiras décadas do século XX. Martins (2017, p. 138), ao descrever a conjuntura política diamantinense, apresenta-o como “tradicionalista, conservadora, elitista, personalista e embasada em princípios religiosos”, na qual se mesclavam traços de uma cultura política paroquial e uma cultura política da sujeição.

Baseando-se nos estudos de Almond e Verba (1989), Martins (2017) menciona que a cultura política paroquial seria aquela na qual as ideias e crenças religiosas influenciariam a política. Já a cultura política da sujeição caracteriza-se pela ausência de

⁷¹ Martins (2017) relata que a ascensão política de Juscelino Kubitschek ocorreu em 1933, quando Benedito Valadares, interventor do Estado de Minas Gerais, o indicou para presidir a casa civil de seu governo. No ano seguinte, JK estaria na chapa de deputados do Partido Progressista (PP) para concorrer às eleições de 4 de outubro. JK foi eleito deputado federal, com a maior votação no estado.

contestação por parte dos cidadãos das imposições advindas do Poder Executivo. Em síntese, as duas seriam contrárias “ao pluralismo de opiniões, à participação ampliada e à legislação com direitos civis, [porém] afeitas aos personalismos, aos atos de força, aos casuísmos, ao mandonismo, aos conchavos dos poderosos” (MARTINS, 2017, p. 138).

Foi a esta conjuntura política arcaica, obsoleta e ultrapassada que Juscelino Kubitschek se adaptou para angariar adeptos de seus ideais políticos. A hegemonia juscelinista perdurou durante trinta e quatro anos, ao longo dos quais nas eleições municipais sempre havia vitória dos candidatos partidários de JK. No legislativo municipal também predominavam os indicados por Juscelino, ou seja, aqueles pertencentes ao partido do prefeito, do governador ou do presidente diamantinense, o Partido Social Democrata (PSD), ao qual era filiada a maioria das famílias envolvidas na política diamantinense. Já o partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN) não tinha vez na cidade, poucos eram os filiados (MARTINS, 2017).

O prestígio de JK para escolher prefeitos em Diamantina pode ser notado no trecho abaixo, no qual a imprensa aprova a indicação de Juscelino para que Mário Guerra Paixão assumira o Poder Executivo Municipal:

A "Voz de Diamantina" sempre aplaudiu, com simpatia e verdadeiro patriotismo, a idéia da escolha da feliz indicação do nome do distinto e digno diamantinense, dr. Mario Guerra Paixão á investidura de prefeito constitucional de nossa terra, louvou e aplaudiu a sua vitória (...). Diamantina, que é o berço de Juscelino, este, como tem provado, muito e muito preocupa-se com o seu engrandecimento e progresso e tudo tem feito para que não desapareça a vitalidade de seu nome tão querido. Com a vitória de dr. Mario Guerra Paixão, convence-nos, cada vez mais que, ao derredor de Juscelino Kubitschek, homem de grande valor e prestígio, está a flor da sinceridade diamantinense, creadora de afirmações vigorosas, que lhe vêm render mais esta significativa homenagem pela sua vitória a que tinha incontestável direito, aqui, principalmente (...) (VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, protetor da "Obra do Pão de S. Antônio", ano 52, n.47, 27 fevereiro 1955, p.01).

Observa-se o paradoxo sob o qual se construiu a hegemonia política juscelinista: ao mesmo tempo em que se demonstrava arraigado nas tradicionais práticas políticas de coronelismo, clientelismo e patrimonialismo, como foi o caso das ligações políticas diamantinenses, expandiam-se seus ideais reformadores, transformadores e progressistas para o desenvolvimento tanto de Diamantina, como do Brasil. Esse paradoxo tangenciava-se também ao projeto da modernidade conservadora balizado no contexto local. No período de liderança política de um diamantinense no governo de Minas Gerais e, posteriormente, na Presidência da República, a proximidade de JK com as lideranças políticas e religiosas locais

possibilitou investimentos e melhoramentos para a cidade. Sobre o período de Juscelino como Governador de Minas, Soter Couto (1954) descreve a vida política e os investimentos sociais em Diamantina:

Estamos no período áureo de nossa vida política. Tudo corre mansa e tranquilamente. As escolas suprimidas são restauradas, surgem novos grupos escolares, nosso campo de pouso aumentando recebe agora grande aeronaves, a linha telefônica já nos põe em contato com o mundo, o calçamento é renovado, constrói-se o Hotel de Turismo e novas estradas procuram novos rumos (COUTO, 1954, p. 118-119).

Percebe-se no trecho acima os melhoramentos urbanos, tais como estradas, calçamentos, linha telefônica, campo de pouso. No campo educacional cita-se a abertura de escolas suprimidas, sendo uma delas a Escola Normal Oficial de Diamantina, reaberta em 1951. Ao surgimento de novos grupos escolares, o autor se refere à criação do Grupo Escolar Júlia Kubitschek, a terceira instituição de ensino primário da cidade. Demonstrando sua propensão ao progresso, ao novo, ao dinâmico, diversas obras modernas foram concretizadas em Diamantina a partir de recursos estaduais, Baracho (2016) cita: ampliação do complexo da Praça de Esportes Diamantina Tênis Clube,⁷² o prédio do Hotel de Turismo (1951), o edifício do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek (1954) e o prédio da Faculdade de Odontologia (1955).

Todas essas obras foram arquitetadas e construídas no perímetro de tombamento delineado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. Anteriormente a essas obras, o centro histórico protegido contava apenas com construções alicerçadas na configuração urbana formada ao longo do século XVIII e consolidada no século XIX. Todavia, a partir de meados do século XX, assim como em outras cidades tombadas pelo IPHAN, na sociedade diamantinense predominava o impasse de se tornar patrimônio histórico e cultural e, ao mesmo tempo, desejar se desenvolver e se adequar às demandas da vida moderna. Atrelada à concepção de que o desenvolvimento estaria ligado a empreendimentos industriais, parecia que a ideia de preservar o centro colonial seria contrária ao progresso local. Ao discorrer sobre este aspecto, Baracho (2016, p. 90) afirma que, “para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tais projetos [as construções modernas da década de 1950] foram usados para mostrar à população que estar a favor da preservação não significava estar contra as ideias de ‘progresso’ e ‘modernidade’.”. Assim, mostrou-se à

⁷² Segundo Couto (1954, p.117), a Praça de Esportes foi inaugurada em 1942, no governo de Dr. Luiz Kubitschek de Figueiredo.

população que a cidade poderia progredir, mesmo que tivesse por obrigação preservar o seu centro histórico colonial.

A década de 1950 também foi propícia a investimentos, como novas construções na parte alta da cidade e no Bairro Rio Grande, por influência da Fábrica de Tecidos⁷³ e a instalação da Fábrica de Laticínios Mariza,⁷⁴ na Avenida da Saudade. Sobre a Fábrica de Tecidos, a edição de 09 de julho de 1972 remete-se à importância social e econômica local, mencionando sua criação no ano de 1954, sob a denominação de Antonina Duarte. Destaca ainda que a instalação da fábrica valorizou o bairro Rio Grande, além de atrair jovens de cidades vizinhas para trabalhar, o que significou um incremento na população local (Voz de Diamantina, ano 66, n. 36, 09 julho 1972, p.01).

No campo cultural, no início do ano de 1959, destaca-se a fundação da Associação Renovadora de Ciências e Artes de Diamantina (ARCÁDIA).⁷⁵ A iniciativa de se criar a instituição foi influenciada pelas conclusões e reivindicações levantadas a partir das semanas ruralistas promovidas pelo clero local. A sociedade diamantinense passou a perceber a necessidade de se buscar alternativas para o desenvolvimento local, pois ainda eram reduzidas as possibilidades após a crise do início do século XX. A associação iniciou-se a partir de um grupo de pessoas interessadas na discussão dos problemas sociais e culturais da cidade. Destacavam-se no grupo pessoas como Anatólio Alves de Assis, Lahyne Moreira da Silva, José de Araújo Flecha, José Andrade, João Antônio Meira e Giovanni de Miranda Pereira. Porém, coexistiam no grupo pessoas de ideologias políticas contrárias, o que dificultava o planejamento e a execução dos projetos que se acreditava ser possível direcionar o desenvolvimento local, entre eles: o turismo e a educação. Fernandes e Conceição (2005), ao discorrerem sobre os assuntos tratados no seio da ARCÁDIA, destacam:

Entendendo Diamantina como uma cidade potencialmente adequada à educação e turismo, defendiam a idéia de que era necessário o desenvolvimento de outras áreas do saber além da odontologia. Como a literatura e a música eram duas vertentes importantes da cidade, a idéia de fundação de uma Faculdade de Filosofia e Letras e da instalação do Conservatório de Música ganhou viço no seio da ARCÁDIA (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005, p.63).

⁷³ VOZ DE DIAMANTINA, ano 54, n.28, 26 fevereiro 1956, p.01.

⁷⁴ VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n.15, 26 janeiro 1958, p.01.

⁷⁵ Raríssimas vezes foi possível constatar informações nos jornais que pudessem contribuir para saber indícios da criação da Arcádia, por este motivo, as informações aqui constantes foram retiradas de entrevistas realizadas por Wander Conceição, em 2005, com pessoas envolvidas com os acontecimentos aqui relatados. As entrevistas foram gentilmente cedidas pelo entrevistador a esta pesquisadora.

No mesmo sentido, ao remeter à história da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, os Cadernos da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (Fafidia) destacam a presença de outra importante organização social na década de 1950, a Sociedade Educacional Diamantinense, que também pretendia fundar uma Faculdade de Filosofia e Letras (CADERNOS DA FAFIDIA, 1993, p. 03). Entretanto, a ausência de informações nos semanários locais impossibilitam constatações mais aprofundadas a respeito dessa instituição.

A partir das explanações expostas, foi possível constatar as particularidades que marcaram a conjuntura local, compreendendo e confirmando como “em Diamantina, o amor das tradições coexiste com o surto de progresso” (MACHADO FILHO, 1980, p. 280). No contexto estudado percebe-se que as influências católicas continuaram a impulsionar o desenvolvimento local, arquitetando um projeto conservador para a modernidade em Diamantina, em que a educação foi uma das vertentes de maior atenção, todos os bispos e arcebispos dedicaram-se, de alguma maneira, a este propósito. As elites também concordavam que era necessário retomar a tradicional posição de influência regional diamantinense que levou a cidade a Atenas do Norte, para isso planejou-se projetar Diamantina como centro administrativo do Vale do Jequitinhonha, concentrando ali diversos organismos estaduais e federais. Para consolidar-se administrativamente, seria necessário investir na educação escolarizada a fim de que as elites pudessem assumir os almejados cargos públicos disponíveis.

Para este panorama, contribuiu ainda Juscelino Kubitschek que, em um contexto marcado pela cultural política paroquial e da sujeição, estabeleceu um apoio mútuo com a Igreja Católica, ao mesmo tempo em que contribuiu para que diversos investimentos locais pudessem ser concretizados. A sociedade diamantinense, ou pelo menos parte dela, não esteve alheia à necessidade de se buscar alternativas para o desenvolvimento local, o que pode ser notado na criação de organizações da sociedade civil interessadas em discutir, planejar e executar projetos que pudessem contribuir para as necessárias transformações sociais locais. Uma das propostas foi discutida na Sociedade Educacional Diamantinense e gestou-se no âmbito da ARCÁDIA, a partir da projeção de Diamantina como cidade turística e educacional, este projeto foi o de se fundar uma Faculdade de Filosofia e Letras na cidade.

4.2 Diamantina: a “nova era de progresso”

Baseando-se no que relatam as edições dos jornais locais entre as décadas de 1960 e 1970, bem como os pesquisadores da história local, o objetivo deste item concentra-se em demonstrar a “nova era de progresso”. Este foi o termo utilizado por Aires da Mata Machado Filho, na Aula Inaugural da FAFI, para descrever o momento oportuno em que estava sendo instalada a Faculdade de Filosofia em Diamantina. Para compreender a “nova era de progresso”, apresenta-se o panorama político, cultural e socioeconômico diamantinense no intuito de interligar a história da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha às mudanças ocorridas no âmbito local.

Marcos Lobato Martins (2017), ao analisar as influências de Juscelino Kubitschek na política, defende que a década de 1960 é o início do processo de perda da hegemonia política juscelinista em Diamantina. Os periódicos locais demonstram este panorama. Se ao longo das décadas anteriores as matérias jornalísticas destacavam, sempre em primeira página, as visitas, feitos e acontecimentos relacionados a Juscelino, a partir de 1960 o diamantinense vai perdendo espaço nas colunas, reflexo, principalmente, da ascensão de adversários políticos e da afinidade do comando do clero local com as ideologias políticas conservadoras.

A crise política brasileira entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 desencadeou-se em meio aos paradoxos do nacional-desenvolvimentismo atrelado ao debate comunismo *versus* capitalismo do contexto internacional. O futuro político era objeto de discussão dos avessos ao comunismo, principalmente com a ascensão ao poder de João Goulart por consequência da renúncia de Jânio Quadros. Essas discussões foram calorosas também em Diamantina, propiciando um clima de polarizações. Diversos desses debates foram direcionados a conspirações contra o governo Goulart.⁷⁶ Martins (2017), ao discorrer sobre o tema, afirma que Olympio Mourão Filho, general de família tradicional diamantinense, foi um dos líderes dos debates locais e teve papel essencial na tomada de poder dos militares de 1964,⁷⁷ principalmente porque comandava as tropas da 4ª Região da Polícia Militar, sediadas em Juiz de Fora.

Além disso, Mourão vivenciou sua família perdendo o controle político de Diamantina, especialmente no período de ascensão de Benedito Valadares e Juscelino no governo estadual. Esse foi um dos motivos pelos quais o general demonstrava-se avesso à

⁷⁶ Martins (2017, p. 146) faz esta afirmação baseando-se nas observações da pesquisadora Heloísa Starling (1986).

⁷⁷ O livro “Memórias: a verdade de um revolucionário”, Olímpio Mourão Filho relata suas conspirações a favor dos militares e contra o governo de João Goulart (MARTINS, 2017).

predominância de JK no contexto político local. Além dessa rejeição, para os mais conservadores, algumas atitudes políticas de Juscelino poderiam ser consideradas comunistas. Martins (2017) cita o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a vinculação a Getúlio Vargas e a tolerância a greves e manifestações populares como fatores que justificariam a desconfiança dos mais conservadores com o político diamantinense.

Outra personagem que contribuiu para proliferar as manifestações contra o governo Goulart foi o então Governador do Estado José de Magalhães Pinto que esteve com frequência em Diamantina entre os anos de 1961 e 1963. No Poder Executivo Estadual de 1961 a 1966, o governador pertencia a União Democrática Nacional (UDN), partido oposto àquele que predominou em Diamantina no período de hegemonia política juscelinista – PSD. Além das visitas à cidade, os jornais anunciaram possíveis melhoramentos sociais advindos do governo estadual. A edição de 09 de junho de 1963 do jornal Estrela Polar relata que o governador havia autorizado a vinda de técnicos da CEMIG à cidade a fim de estudar a possibilidade de atender Diamantina e região. No mês seguinte relatou-se que “Magalhães Pinto está vivamente interessado em dotar o município de farta e melhor energia elétrica.” (Estrela Polar, LXII ANO, Nº27, 12 de julho de 1964, p.01).

À época de Magalhães Pinto no governo estadual, constata-se também notícias de melhorias para o contexto educacional diamantinense. O Estrela Polar, em edição de 09 de agosto de 1964, relata que o Governador havia recomendado ao Secretário Estadual de Educação a criação de um jardim de infância na cidade, afirmando ainda que “Diamantina já estava sentindo falta de um estabelecimento deste gênero”. No mesmo periódico, em 16 de janeiro de 1966, a coluna intitulada “Jardim-Ginásio-Curso Técnico” destaca a notícia de que o Governador do Estado havia remetido mensagem à Assembleia Legislativa para a criação do Jardim de Infância Belita Tameirão, do Ginásio Estadual Gabriel Mandacaru e ainda, de um curso técnico. Por fim, destaca-se que foi no governo de Magalhães Pinto autorizada a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ). O projeto de lei autorizativo foi proposto pelo próprio governador após o recebimento de moção advinda da 1ª Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha, realizada em Diamantina, em maio de 1965.

As vindas a Diamantina e este “olhar especial” de um governante ligado à UDN em uma cidade na qual predominavam até então partidários do PSD sugere a tentativa de angariar adeptos políticos locais, diante da importância da cidade nas articulações políticas do período. Para corroborar com este entendimento, menciona-se Marcos Lobato Martins ao

afirmar que as visitas do então governador à cidade revelam “a importância de Diamantina nas articulações políticas durante a crise que precedeu o golpe de 1964” (MARTINS, 2018, p.273).

Retomando a questão do desgaste político de Juscelino Kubitschek em sua cidade natal, faz-se necessário remeter a já mencionada afinidade do comando do clero local com as ideologias conservadoras que pairavam o debate político no início da década de 1960. Martins (2017), baseando-se na frequência com que apareciam matérias de combate ao comunismo a partir de 1959 no jornal Estrela Polar, afirma que, apesar de a Arquidiocese de Diamantina já se posicionar contrária às ideologias de esquerda, a nomeação de Dom Geraldo de Proença Sigaud⁷⁸ para Arcebispo de Diamantina contribuiu para uma ação conservadora mais recrudescida por parte da igreja católica. O pesquisador menciona ainda que, entre 1961 e 1964, observa-se um desaparecimento da figura de Juscelino dos periódicos. Além disso, no pleito eleitoral de 1960, comemorou-se na imprensa a derrota do marechal Henrique Lott, à época o escolhido de Juscelino para disputar as eleições. A matéria fez referência à ligação do derrotado com o imperialismo soviético e com as ideias comunistas. Em contrapartida, enalteceu a imagem de Jânio Quadros como o “presidente católico” eleito (MARTINS, 2017, 148).

Dom Sigaud assumiu o Arcebispado na cidade em 16 de abril de 1961, permanecendo até 1980. Pertencia à ala conservadora da Igreja e, posicionando-se contrário às ideias comunistas, “pôs o clero diamantinense a combater Jango e os esquerdistas, nas escolas e nas paróquias” (MARTINS, 2017, p. 147). Além disso, propagava suas ideias políticas em suas pregações para mobilizar os católicos a se posicionarem a favor da tomada do poder pelos militares. Martins (2017) cita como exemplo a realização da Marcha da Família pela Liberdade, na qual “Dom Sigaud e seus principais auxiliares discursaram contra o governo nas missas, levando a pregação golpista a toda a província eclesiástica que cobria vastas porções do norte e nordeste de Minas Gerais” (MARTINS, 2017, p. 147).

Sob essa influência, os jornais locais saudaram a tomada de poder de 31 de março de 1964, homenageando os “construtores da nova ordem”, entre eles o Governador Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, o general Olímpio Mourão Filho, o general Luiz Guedes e o coronel José Geraldo de Oliveira. A aliança entre a Igreja e os militares foi evidenciada também na edição de 26 de abril de 1964, quando publicado “A posse do novo

⁷⁸ Mais informações sobre a influência de Dom Geraldo de Proença Sigaud no Brasil e suas concepções morais e religiosas, ver SILVA JÚNIOR (2006).

Presidente da República foi saudada em Diamantina, com o repique festivo dos sinos de suas treze igrejas, pelas sirenes das Fábricas e buzinas dos veículos.” (Estrela Polar, LXII Ano, nº16, 26 de abril de 1964, p.03).

A partir desse panorama, percebe-se que a reaproximação entre a igreja católica e o Estado, mencionada por Dayse Lúcida Silva Santos (2015) ao analisar as fotografias produzidas por Chichico Alkmin para o período entre 1900 e 1940, pode ser notada também nas décadas de 1960 e 1970. Neste período, os representantes católicos se destacaram como importantes atores políticos junto à sociedade diamantinense e todo o território compreendido na Arquidiocese. Enfatiza-se ainda que a imprensa local continuou como um importante meio para a propagação de ideologias, pois esta era a principal fonte utilizada por bispos e padres para disseminar seus posicionamentos religiosos, mas também sociais, políticos, culturais e educacionais. Exemplo do exposto é a edição de 09 de julho de 1972 que, após relatar o sucesso da tradicional Festa do Divino daquele ano, elogiando o espírito religioso e a fama da cidade pela boa formação de seu povo, conclui:

Por isso é que as pessoas responsáveis e os pais de família, andam alarmados ante a perspectiva de nossa cidade ser invadida por certos maus costumes. A cidade mal iluminada está se tornando propícia aos abusos de certos casaisinhos sem compostura. Uma onda de imoralidade ameaça a cidade. Fosse vivo o nosso fundador, diria: ‘Diamantina, quem te viu, quem te vê’. Sinal dos tempos dirão os conformados; pouca vergonha, diremos nós (VOZ DE DIAMANTINA, ano 66, n. 36, 09 julho 1972, p. 01).

É possível perceber que o trecho acima tenta incutir no leitor a presença de certos maus costumes e como as pessoas ditas “responsáveis e pais de família” deveriam reagir frente a tais comportamentos. Além disso, explicita uma possível “onda de imoralidade” ameaçando a elogiada boa formação do povo, ditando qual seria o posicionamento dos conformados e dos inconformados com a situação.

O posicionamento ideológico anticomunista de Dom Sigaud refletiu também no campo educacional. Michelle Mattar Pereira de Oliveira (2014), ao discutir a orientação católica presente no Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus entre 1950 e 1964, relata a interferência do Arcebispo para o fim da administração dos padres Lazaristas da referida instituição. Em sua dissertação, a pesquisadora menciona que desde a inauguração, em 1867, lecionar e administrar o Seminário eram tarefas desempenhadas pela ordem religiosa dos lazaristas e estes demonstravam certa simpatia pelo movimento comunista que ocorria no Brasil à época. Todavia, tais afinidades foram consideradas por Dom Sigaud ameaçadoras,

ocasionando, em 1964, a expulsão dos lazaristas do Seminário sob a acusação de que ideias comunistas eram difundidas entre os alunos da instituição.

Outros assuntos locais polêmicos mereciam o posicionamento direto do Arcebispo, o qual era feito mediante publicações tanto no jornal Estrela Polar, quanto no Voz de Diamantina. Exemplo disso foi a coluna escrita por Dom Sigaud, na qual argumentou a favor da extinção da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos da cidade, no ano de 1974. Em edições anteriores do jornal a saída da Diretoria foi considerada pela imprensa um “prejuízo irremediável, uma verdadeira calamidade pública”, sob o argumento de que a medida significaria a retirada de empregos locais, a transferência de pessoas e outros prejuízos de ordem econômica e social (Voz de Diamantina, ano 69, n. 21, 17 março 1974, p. 01). Já o Arcebispo, ao fazer um “exame frio do assunto”, discorre:

Há muito eu desejo dizer através da imprensa uma palavra a respeito da extinção da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Diamantina. Ao ler certos discursos e artigos, tem-se às vezes a impressão de que a extinção de nossa Diretoria é um ato de hostilidade contra Diamantina, outras vezes, tem-se a impressão de que com a saída da Diretoria, Diamantina não vai ter sequer uma agência postal ou vai acabar de uma vez. Um exame frio do assunto, revela a seguinte realidade. No Brasil, somente São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso têm Diretoria Regionais. Minas tem 5 cinco, São Paulo 5, Rio Grande do Sul 2 e Mato Grosso 2. Em todos os outros estados existe apenas uma Diretoria Estadual: Pernambuco. Bahia, Pará, etc, só tem uma Diretoria para o Estado todo. Com o desenvolvimento da técnica, o uso de computadores, as micro ondas etc, tornou-se necessário remodelar e concentrar a organização dos Correios. Centraliza-se a administração e controle e descentraliza-se a execução. (...) Se a medida é nacional, e se ela impõe diante das possibilidades e condições atuais da técnica, seria infantil nós pleitearmos que se somente Diamantina continue com sua Diretoria Regional. Sejam os razoáveis! (...) (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 25, 14 abril 1974, p.01).

A influência de Dom Sigaud no campo econômico perpassava além dos comentários na imprensa local, o Arcebispo esteve firme no seu propósito de estimular o desenvolvimento de atividades que significariam para ele a transformação do “Vale da Miséria” no “Vale da Esperança”, assim deu continuidade ao projeto de modernização conservadora da Igreja Católica para Diamantina e região. Uma das iniciativas foi o estímulo ao cultivo e à industrialização da mamona. À época, Dom Sigaud, acompanhado do empresário Leandro Gomes da Costa, do prefeito municipal João Antunes de Oliveira e do Reitor da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha João Antônio Meira, visitaram proprietários de terras da região a fim de estimulá-los ao plantio da mamona (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010). Mais uma atividade agrícola estimulada pela igreja católica foi o plantio de maracujá, para a qual Dom Sigaud adquiriu, em 1969, uma chácara nas proximidades de Bandeirinha (Diamantina). Destaca-se que o empreendimento contou

com o apoio e a colaboração financeira do Prefeito Municipal, do Comandante da Polícia Militar e do Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) para a sua concretização, conforme relata Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010, p. 118).

Outra atividade econômica que se iniciou por estímulo de Dom Sigaud foi o plantio de eucalipto. O Arcebispo criou a Reflorestadora do Alto Jequitinhonha (REFLORALJE) que, a partir de recursos financiados pelo Banco Real e Banco do Brasil, possuía viveiro que poderia comportar até dois milhões de mudas. A aposta no sucesso socioeconômico do plantio de eucalipto era certa, pois deveria gerar emprego e renda e assim a região de “despovoada e sem perspectivas, tornar-se-ia próspera e preparada” (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010).

O reflorestamento seria, portanto, a redenção do Vale pois, para o Arcebispo esse empreendimento poderia atrair outras grandes iniciativas para a região, como exemplo cita-se o estudo da possibilidade de se instalar uma fábrica de celulose por um grupo de empresários paulistas, bem como uma siderurgia para aproveitar os recursos minerais da região. Algumas empresas tais como Acesita, Vale do Rio Doce e Santa Terezinha acabaram por se estabelecer no Vale naquela década, conforme comprova o trecho a seguir extraído da imprensa local:

E o Vale do Jequitinhonha começou a ser algo do interesse de muita gente. A Acesita já adquiriu cerca de 200 mil hectares na região de Itamarandiba e vai plantar 500 milhões de árvores. De início já deu trabalho a cerca de 100 pessoas. A Vale do Rio Doce adquiriu 200 mil hectares de vai plantar 1 milhão de árvores. A Santa Terezinha, 200 milhões de árvores. Há ainda outras companhias interessadas em adquirir terras. Pela estrada a fora podem ser notadas placas dos novos proprietários. O empreendimento vai dar trabalho talvez para cerca de 10 mil pessoas (...) (Voz de Diamantina, ano 69, n. 37, 07 julho 1974, p. 01).

Entretanto, o projeto de reflorestamento comportava algumas rejeições, principalmente porque demandava o desmatamento de grandes áreas, o que poderia alterar significativamente a vegetação local. Além disso, argumentava-se que o eucalipto era uma espécie estrangeira e por este motivo inapropriada ao cultivo no Brasil. Todavia, tais polêmicas não interferiram na concretização do propósito de Dom Sigaud em transformar o Jequitinhonha no Vale da Esperança.

Outra temática polêmica, mas agora no campo sociocultural, também mereceu a inferência de Dom Sigaud. Este foi o processo contraditório, arbitrário e violento que levou ao fechamento dos prostíbulos do Beco do Mota, no centro da cidade. Entre 1964 e 1968, houve intensa discussão dos defensores da transferência da zona boêmia para outra parte do

município. Em 1968, intensificaram-se as pressões contra o centro de prostituição diamantinense e, sob o argumento de que a Secretaria Estadual de Saúde havia detectado indícios de lepra no local, o delegado de polícia concedeu quinze dias aos moradores para desocuparem a região. Entretanto, transcorrido o prazo sem a retirada das pessoas, policiais cercaram o beco, impedindo a passagem a fim de forçar a desocupação.

Marcos Lobato Martins (2018, p. 208), ao discorrer sobre o episódio acima, transcreveu as palavras de um advogado diamantinense que caracterizou o fechamento da zona boêmia de “coisa absurda”, pois lá seria “o local mais reservado do mundo, muito pacífico e de muito respeito”. Relatou ainda que a população, mesmo discordando do episódio ficou atônita, “Para que eu iria contrariar aquelas autoridades todas de graça? Os proprietários das casas também ficaram com medo de reclamar...”. Em continuidade, afirma que foi por intenção das autoridades locais a expulsão das prostitutas, principalmente porque “eles queriam agradar ao Bispo D. Sigaud”. Portanto, constata-se mais um indício da influência católica nas alterações e interações sociais em Diamantina.

A contradição deste episódio pode ser notada também em uma das colunas semanais do Voz de Diamantina, produzidas pela Prefeitura Municipal e destinadas a divulgar as transformações e melhoramentos sociais. Publicada em 06 de dezembro de 1968, a coluna “Correio da Prefeitura”, traz “Solidão no Beco do Alecrim”:

Morreu o Beco do Mota. Mudaram-se os seus tradicionais moradores. E, assim, muito breve, haverá uma natural transformação na fisionomia urbana da cidade. (...) Quando por ali passamos, numa dessas tardes, com a sombra da noite já envolvendo a cidade sentimos que uma outra sombra de tristeza começava também a envolver a atual solidão da ex zona alegre da cidade. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, p. 01).

O trecho acima retrata o que o Beco do Mota representava: a zona alegre que, após a mudança de seus moradores, adjetivou-se em sombra, tristeza e morte. Entrementes, a retirada das casas de prostituição contribuiu para que o local se transformasse em atrativo, incrementando a atividade turística, pois, localizado no centro cultural da cidade, concentrou bares e restaurantes frequentados por moradores, turistas e estudantes. Além deste atrativo, as décadas de 1960 e 1970 foram propícias ao estímulo à atividade turística de maneira geral. A decadência das possibilidades industriais no setor têxtil e nas lapidações de diamante ao longo do século XX contribuíram para a confluência de esperanças no turismo. Além disso, a finalização do asfalto da rodovia que ligava Diamantina a Belo Horizonte era a expectativa

para que a atividade deslanchasse como “a nossa mais autêntica possibilidade industrial” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 20, 17 março 1968, p. 01).

A análise de diversas edições dos jornais locais permite perceber que a atividade turística passou a ser destaque no noticiário. Em diversas edições do ano de 1968, o Voz de Diamantina relata o aumento do número de pessoas que procuravam conhecer a cidade e que empresas de turismo de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro estariam interessadas em levar caravanas de visitantes. Além disso, o poder público se mostrava estimulado pelo desenvolvimento dessa atividade econômica, exemplo disso foi a reivindicação da Associação Comercial de Minas Gerais, no 3º Encontro Regional de Turismo, para a inclusão de Diamantina no Roteiro Turístico do Estado, sob a justificativa de buscar o “desenvolvimento, nos chapadões nordestinos, da moderna indústria do turismo” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 1, 06 outubro 1968, p. 04). Mais um exemplo foi o patrocínio, por parte da Prefeitura Municipal, da I Semana do Turismo, promovida pela União Diamantinense, momento em que estiveram presentes autoridades de outras cidades do interior mineiro e de estados do país.

Apesar da crença no desenvolvimento econômico local por intermédio da atividade turística, a cidade pecava na conservação de seus atrativos e ainda precisava melhorar a infraestrutura urbana para que pudesse impulsionar o turismo. Em visita a Diamantina, no ano de 1968, uma comissão técnica detectou alguns percalços estruturais que mereciam atenção especial. O primeiro deles foi o “estado de estagnação” no qual se encontrava o Museu do Diamante, principalmente por causa das poucas verbas e da burocracia para o seu funcionamento. Vale mencionar a descrição da comissão técnica: “Algumas peças estão empilhadas nos corredores, à espera de uma recuperação que nunca é possível.”. Em relação ao prédio do Teatro Santa Izabel, a comissão descreveu que “uma das mais belas e antigas casas de cultura de Minas Gerais serve hoje de cadeia pública”. Manter o prédio naquelas condições significava “um dos maiores absurdos”, por este motivo sugeriram a tomada de providência junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a desocupação e imediata restauração do monumento. O último apontamento relacionava-se ao Hotel de Turismo.⁷⁹ O prédio construído por Oscar Niemeyer há pouco mais de 10 anos, já estava em sua “terceira ou quarta vez” em reforma. Para a comissão haveria a necessidade de máxima urgência na

⁷⁹ À época este era o nome do que se conhece hoje como Hotel Tijuco, localizado à Rua Macau de Baixo, 211 – Centro.

conclusão dos reparos para que o hotel estivesse em condições de funcionamento o mais breve possível (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 9, 01 dezembro 1968, p.04).

As igrejas, consideradas os atrativos principais do centro histórico, também precisavam de reparação. A edição de 06 de dezembro de 1968 relata a depredação constante da Igreja do Rosário: “Ainda a semana passada tivemos ocasião de observar a grande quantidade de pedras e cacos de vidros que foram recolhidos no interior da Igreja pelo seu zelador. As suas vidraças já não têm um só vidro intacto.” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, p. 01). Houve relato também de furtos de relíquias religiosas, como foi o caso de “um livro de rica encadernação e uma pena de prata” pertencentes à Igreja do Carmo (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 13, 29 dezembro 1968, p.02).

O olhar voltado para a atividade turística não significou a ausência de outras atividades econômicas⁸⁰ no município. Conforme demonstrado no capítulo anterior, já na década de sessenta percebe-se que a estratégia de concentrar em território diamantinense organismos públicos estaduais e federais, a fim de tornar-se centro administrativo do nordeste mineiro e garantir sua modernização urbana e social, tornava-se uma realidade. Conforme demonstrado pelos relatórios da Codevale de 1967, os serviços públicos se destacavam como predominantes no município. Na cidade haviam se instalado: Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), Posto Agropecuário da Secretaria de Agricultura, Horto Florestal do Ministério da Agricultura, Estação de Enologia do Ministério da Agricultura, Fundação de Assistência do Garimpeiro (FAG) e Departamento Nacional de Endeminas Rurais (DNERu). Além desses, havia órgãos de arrecadação e agências bancárias, dentre eles citam-se: a Coletoria Federal, a Coletoria Estadual, a Delegacia Fiscal da Secretaria da Fazenda, o Banco Nacional de Minas Gerais, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Estadual, a Caixa Econômica Federal, o Banco Mercantil de Minas Gerais, o Banco da Lavoura de Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (CODEVALE, 1967).

Os jornais também clamavam por novas indústrias, uma delas para o “aproveitamento da cianita de Itamarandiba e Barão de Guaicuí” (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº29, 30 de julho de 1967, Flashes do Tijuco, p.01). Como exemplo de atividade econômica, cita-se a produção de diamante e ouro, conforme noticiou o Voz de Diamantina:

DIAMANTINA É AINDA TERRA DO DIAMANTE

⁸⁰ A abordagem mais significativa das atividades econômicas e da estrutura ocupacional local foram realizadas no item 3.3.

Diamantina ainda produz muito diamante e ouro, o ano passado a Mineração Te jucana, que trabalha com a sua draga em Lavrinha produziu: 39.039,11 quilates de diamante, sendo 35.103,96 quilates recuperadas na draga 3.935, 15 quilates recuperados em Capão Comprido, no valor de NCr\$ 3.587.117,22. A produção da Mineração Machado S.A. atingiu a 9.184,60 quilates. As vendas do diamante atingiram NCr\$ 5.320.395,64. O ouro obtido como sub produto atingiu 22.132,50 gramas no valor de 148.562,11. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 22, 29 março 1970, p.01).

É possível perceber que, ao quantificar a produção, ao utilizar do adjetivo “terra do diamante” e ao mencionar a produção de “muito diamante e ouro”, transparece a intenção de elevar a importância da atividade garimpeira no município, encobrindo a decadência da produção diamantífera. A instabilidade do garimpo, as alternativas para a dinâmica econômica local e ainda, o vislumbre da atividade industrial como a salvação para os problemas socioeconômicos locais foi sintetizada no trecho abaixo:

(...) Já se foi o tempo em que podia viver só de seus diamantes e de seu ouro. Precisa ter hoje a sua vida própria. Numa palavra: precisa de novas indústrias. Sem o que estará fadada a retroceder e ter pela frente um sério problema social (VOZ DE DIAMANTINA, ano 67, n. 15, 07 janeiro 1973, p. 01).

A despeito da aposta na vertente industrial, a realidade demonstrou que esta não seria a alternativa mais viável. Entre as indústrias ainda existentes na cidade, a Fábrica de Biribiri já não teria condições econômicas para desenvolver um trabalho eficiente e rentável, além disso, o empreendimento não conseguia acompanhar a concorrência das modernas fábricas instaladas nos grandes centros comerciais (VOZ DE DIAMANTINA, ano 67, n. 15, 07 janeiro 1973, p. 01). Nesta conjuntura, os destaques do turismo no noticiário revelam indícios de um planejamento turístico local, como a chance para a “autêntica possibilidade industrial” de Diamantina. Todavia, isso demandaria a busca por melhorias urbanas, tais como infraestrutura elétrica, hidráulica, telefônica, bem como investimentos em pavimentação e embelezamento da cidade. Em relação a esses melhoramentos, os jornais revelam que na década de 1970 houve mudanças na ciclagem que melhoraram bastante o fornecimento elétrico, levando “grandes benefícios para a cidade” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 34, 21 junho 1970, p. 01). Foi ampliada também a rede telefônica, mais de cento e oitenta aparelhos foram instalados em 1966 (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 13, 27 de março de 1966, p. 01).

Em relação à infraestrutura urbana, semanalmente, no Voz de Diamantina, havia a coluna “Correio da Prefeitura”, na qual eram relatadas as obras e melhoramentos realizados pelo poder público. Observa-se que ocorreram calçamentos, reparos e alargamentos em ruas

de diversos bairros da cidade, como exemplo: o calçamento da Rua da Saudade, o reparo da Praça da Catedral e o alargamento do Alto do Bom Jesus e da Rua da Fábrica. A rede de esgoto e canalização de alguns bairros também foram melhorados, como foi o caso do serviço de esgoto da Romana, do escoamento de águas pluviais da Rua do Burgalhau e da canalização do córrego do Rio Grande. Esta última considerada a mais importante obra de saneamento, sendo colocada como prioridade no plano de obras da prefeitura do ano de 1968 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 39, 28 julho 1968, p. 01).

O processo de planejamento e construção da Rodoviária, localizada no Largo Dom João, também foi mencionado em diversas edições. Mais um melhoramento foi a “grande avenida asfaltada” que partiria do Largo Dom João, passando pelo Bom Jesus e conectando a cidade à rodovia para Belo Horizonte (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº 29, 30 de julho de 1967, p. 01). Além dos melhoramentos, a cidade crescia. As colunas também noticiaram o surgimento de vários bairros entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, sendo dotados progressivamente de infraestrutura. Os jornais apresentam relatos de “construções novas” por toda parte, demonstrando o crescimento de maneira que “há muita rua desconhecida de muito diamantinense”. A coluna abaixo resume a “Diamantina renovada”:

Para os diamantinenses que há muitos anos não vêm sua cidade, se aqui vierem ficarão surpreendidos, não só com os melhoramentos introduzidos, novos prédios, calçamento, jardins, etc, como também com os novos bairros que vemos crescendo diariamente. Vejam: Vila Operária, Vila Sabiá, Buraco do Cachorro, Fintadouro, Bom Jesus e Casas Populares, Mórro do Querozene, Vila Boa Vista, Bairro Presidente, Quatro Vinténs e Vila Francisco Motta em conjunto parecem uma nova cidade, maior que muitas outras cidades nossas conhecidas. Bairro Chica da Silva-Bairro de Fátima, Vila Santo Antônio e novas praças e novas ruas, cheias de boas moradias com luz, esgoto, rádio, televisão, telefone generalizado, número exagerado de automóveis, caminhões, kombis, etc. que em determinados dias e horas até impedem o trânsito de pedestres. Casas bem conservadas, bem pintadas, oferecendo aos turistas atraente e agradável aspecto. — Que venham rever suas serras, seus campos, seus lindos panoramas e voltarão satisfeitos. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 46, 13 setembro 1970, p. 02).

Na leitura do trecho acima percebe-se que acompanhados dos melhoramentos e do crescimento da cidade, surgiram também novos problemas urbanos. Um deles foi o trânsito no centro da cidade, o “número exagerado de automóveis, caminhões, kombis” que impedia os transeuntes de circularem pelas ruas nos horários mais movimentados foi considerado pelos jornais como um “sério problema”. Não somente veículos e pedestres disputavam o espaço urbano, os animais também competiam para circular no centro da cidade. Outra edição relata: “mas apesar do progresso, continuam em liberdade os animais, que estragam os nossos

jardins e penetram até mesmo nos quintais alheios” (ESTRELA POLAR, LXI Ano, Nº30, 28 de julho de 1963, p.03).

Em edição de outubro daquele ano retoma o assunto dizendo “...os animais continuam perambulando pelas ruas centrais da cidade. Quanto cabrito anda por aí livremente...” (ESTRELA POLAR, LXI Ano, Nº41, 13 de outubro de 1963, p.01). A situação parecia insustentável até que em dezembro de 1967 foi sancionada a Lei Municipal nº 655, contendo disposições sobre o trânsito de animais. A legislação proibiu cavalos, muares, bois, vacas ou quaisquer animais de andarem soltos, sob pena de serem apreendidos e levados ao matadouro municipal. Permitiu-se que os animais transitassem somente com a condução de seus proprietários e permanecessem estacionados apenas o tempo suficiente para a entrega de mercadorias. Além disso, a lei trouxe punição na forma de multa aos que descumprissem as regras (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 15, 11 fevereiro 1968, p.03).

Além das modificações ocorridas na mobilidade urbana, outras ocorriam também na acessibilidade ao município. Em 1964, ao comemorar as “bodas de ouro” da chegada da estrada de ferro em Diamantina, uma das colunas do Estrela Polar lamenta a possibilidade de extinção da linha férrea: “E justamente agora quando comemoramos os 50 anos desta Ferrovia, que tantos benefícios trouxe para Diamantina e esta vasta região do nordeste mineiro, se fala na retirada de seus trilhos...” e nomeia a medida de “criminosa contra a nossa terra”, pois seria desastroso para a cidade e toda a região nordeste mineira (ESTRELA POLAR, LXII Ano, Nº17, 03 de maio de 1964, p.02).

Contudo, novas possibilidades surgiam para se chegar até Diamantina. Uma das expectativas discutidas nos jornais foi a construção de uma balsa, pelo Rio Jequitinhonha, que ligaria Diamantina a Bocaiúva. No final do ano de 1968 houve assinatura de contrato para a fabricação da balsa por intermédio do Secretário de Viação e verbas foram empenhadas na Secretaria da Fazenda para que o projeto pudesse se finalizar no ano seguinte (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, p.01). O empreendimento custou ao Estado NCr\$ 32.000,00, a área útil era de 40 metros quadrados e suportava até 30 toneladas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 23, 06 abril 1969, p.04).

Outra expectativa que rondou as colunas dos jornais ao longo da década de 1960 foi a pavimentação asfáltica da rodovia que interligava Diamantina a Belo Horizonte. Neste período, o trecho entre Curvelo e Diamantina contava com cinquenta quilômetros já asfaltados, clamando a imprensa pelo fim da paralisação das obras e reinício da pavimentação.

As justificativas para finalizar o asfaltamento eram tanto sociais quanto econômicas e retomavam o estigma de região negligenciada pelos poderes públicos. A edição de 16 de fevereiro de 1964 exemplifica este panorama:

Ora o asfalto! Sempre andamos malhando a mesma tecla. Sim, pois isto constitui um ponto vital para a vida econômica de nossa terra e de toda esta região. É preciso que ele venha. Do contrário Diamantina e toda esta vasta região do nordeste mineiro continuarão sempre esquecidos e abandonados (ESTRELA POLAR, LXII Ano, Nº6, 16 de fevereiro de 1964, p.01).

A frequência com que o assunto tomou as páginas dos jornais demonstra a esperança em torno da rodovia para a cidade e região. Este melhoramento refletiria também no contexto educacional local. Conforme se observa nos relatos de Fernandes e Conceição (2005), nos primeiros anos de funcionamento da Faculdade de Odontologia, alguns professores vinham semanalmente para Diamantina, enfrentando mais de oito horas de viagem em uma estrada com condições totalmente precárias. A alternativa era o transporte aéreo, mas nem sempre as condições climáticas e as características do próprio aeroporto permitiam pousos e decolagens. Portanto, a solução mais viável seria mesmo a finalização do asfaltamento da rodovia que interligava Diamantina à capital.

A importância da rodovia encontrou respaldo também no contexto estadual, o Estrela Polar menciona que o jornal Estado de Minas, de circulação em todo o estado, havia publicado editorial, em 14 de março de 1967, apoiando o asfaltamento e mencionando a sua importância para a vida econômica de Minas Gerais (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº12, 19 de março de 1967, p.01). A primeira previsão era de que as obras seriam concluídas no início de 1965,⁸¹ todavia diversas paralisações ocorreram fazendo com que a pavimentação se finalizasse apenas em agosto de 1968. Concretizada a obra, os jornais agradeceram mais este “privilegio” concedido em parceria entre o governo federal e o governo do estado, por intermédio do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). Neste processo, a rodovia foi caracterizada como uma das “maiores aspirações” da região, um dos “maiores benefícios já prestados a nossa terra nos últimos tempos” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 5, 03 novembro 1968, p.01).

Porém, este não seria o único melhoramento reivindicado ao governo estadual pela imprensa. No início da década de 1970, os jornais protestavam que a rodovia, asfaltada até Diamantina, deveria continuar ao longo do Vale do Jequitinhonha até atingir a cidade de

⁸¹ “Segundo ofício endereçado ao nosso Prefeito, pavimentação do Diamantina-Curvelo seria concluído no próximo ano.” (AEAD, Estrela Polar, LXII Ano, Nº47, Flashes do Tejuco, 29 de novembro de 1964, p.01).

Salto da Divisa. Um dos argumentos utilizados para essa reivindicação girava em torno da utilidade dessa via para a ligação entre a Capital Federal e o Nordeste brasileiro, pois este seria o trajeto mais curto entre os dois pontos (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 15, 08 fevereiro 1970, p. 01). Outros argumentos relacionados ao asfaltamento desse trecho foram relacionados aos benefícios que adviriam para o Vale do Jequitinhonha.

Mais um “velho sonho” concretizado em Diamantina por intermédio de parceria com o Governo do Estado esteve relacionado ao contexto cultural. O Conservatório Estadual de Música, criado pela Lei nº. 811, de 13 de dezembro de 1951, veio a se instalar no ano de 1970, momento em que foi assinado convênio entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Secretaria de Estado da Educação (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 25, 19 abril 1970, p.01). Para a instalação da escola de música, deveria ser recuperado, em parceria com a CARPE⁸² (Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado), o prédio da esquina da Rua Macau de Cima com o Beco dos Beréns. Nenhum ônus assumiria o Estado, ficando a cargo do Poder Executivo municipal as obrigações relativas a pagamento de professores e encargos de quaisquer outros servidores necessários ao funcionamento da instituição (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 43, 23 agosto 1970, p.01). A inauguração da escola ocorreu em 31 de outubro de 1970, momento em que provavelmente o prédio planejado para abrigá-la ainda não havia sido concluído, pois conforme noticiado no Voz de Diamantina, o educandário passaria a funcionar provisoriamente no prédio do Hospital de Crianças, em salas adaptadas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 5, 01 novembro 1970, p.01).

Conforme mencionado na subseção anterior, a ideia de se instalar um conservatório de música na cidade havia sido aventada anteriormente pela Associação Renovadora de Ciências e Artes de Diamantina (ARCÁDIA), ainda na década de 1950, juntamente com a intenção de se criar uma faculdade de filosofia e letras. Na década de 1960, poucas foram as edições de jornais que mencionaram a continuidade da ARCÁDIA no contexto cultural da cidade. A edição de 09 de junho de 1963 mencionou que a associação havia realizado um espetáculo teatral que teria deixado “saudades”. O outro aparecimento nos

⁸² Em 1958, inicialmente denominada de CARRPE, a Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado foi criada com a atribuição de reparar e restaurar os grupos escolares por meio de recursos do estado e do Fundo Nacional de Educação. Na década de 1960, a partir da necessidade de enfrentar o déficit de salas de aula em todo o estado, priorizou-se as soluções padronizadas e de rápida construção (SILVA, 2016, p. 55 e seguintes).

jornais indica sua pouca atuação: “a ARCADIA anda muito quieta. Quando vai nos brindar com mais um espetáculo de gala?” (ESTRELA POLAR, LXI Ano, Nº31, 04 de agosto de 1963, p.01). Portanto, percebe-se que, possivelmente, diante das divergências ideológicas e políticas do grupo que a compunha, a sociedade teve vida curta.

Ainda no campo cultural, convênios contribuíram para diversas iniciativas. Em parceria com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Receita Federal, o Executivo Municipal intencionou instalar um Museu Histórico Folclórico e Literário (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 25, 14 abril 1974, p. 01). Mais uma iniciativa no campo artístico foi a autorização legal para se criar a Fundação Cultural Artística de Diamantina. Em parceria com a Codevale, seria destinada a incentivar a arte em todos os seus setores e a preservar o acervo literário, folclórico e as técnicas populares em todo o Vale do Jequitinhonha, por intermédio da instalação de um museu. Por fim, no mesmo ano das iniciativas anteriores, se instalou a Biblioteca Pública Municipal, em parceria entre a Prefeitura e o Instituto Nacional do Livro, com a finalidade de divulgar livros e estimular a leitura e a pesquisa (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 35, 23 junho 1974, p.02).

Assim, a partir do exposto, é possível constatar que a “nova era de progresso”, sem se distanciar do projeto da modernidade conservadora direcionado pela Igreja Católica, veio acompanhada de relevantes transformações no campo cultural, social, econômico e político. Ressalta-se a reaproximação entre a esfera pública e a Igreja Católica, bem como a influência direta do então Arcebispo Metropolitano de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, na conjuntura política, econômica, social, cultural e também educacional. Destaca-se ainda que os melhoramentos urbanos vieram acompanhados da necessidade de se planejar a atividade turística como uma das melhores possibilidades de desenvolvimento local a partir da derrocada da exploração das pedras preciosas e do declínio das atividades industriais. A pavimentação completa da rodovia até a capital deu novo fôlego ao centro administrativo do Vale do Jequitinhonha.

O Conservatório de Música finalmente concretizou-se, assim como outros convênios foram firmados para estimular as práticas culturais locais. Apesar disso, as poucas informações divulgadas sobre a ARCÁDIA fornecem indícios de que a sociedade civil passou por um período de possível desmobilização ou transferência de seus projetos e anseios para outras esferas da vida pública. No campo político, o importante espaço de influência diamantinense continuou a receber a atenção do governo estadual, principalmente na pessoa do governador José de Magalhães Pinto. Entre os projetos concretizados pelo governador,

estava a autorização legal para se instalar em Diamantina a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Assim, foi neste momento oportuno de progresso – ainda permeado pelo amor às tradições – que foi instalada a Faculdade de Filosofia e Letras em Diamantina.

4.3 Diamantina: a cidade educacional

Considerando a relevância de se estudar uma instituição educativa levando-se em consideração a sua pluridimensionalidade, torna-se importante compreender a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha inserida no cenário específico de Diamantina como uma cidade educacional. Sob essa perspectiva, este subitem concentra-se em caracterizar o contexto educacional em Diamantina no período de instituição da FUVJ. Com base na imprensa local, bem como em pesquisas científicas direcionadas à educação em Diamantina, apresenta-se uma síntese do panorama educacional, bem como os investimentos públicos, as iniciativas católicas e as instituições educativas criadas na cidade no período republicano.

“Monopólio do estudo”, esta foi a expressão utilizada em uma das colunas do Voz de Diamantina para caracterizar a educação secundária na cidade e reivindicar uma escola profissional e agrícola. No ano de 1950, apesar do progresso socioeconômico, refletido na luz elétrica, na estrada de ferro, no rádio e nos demais aparatos da modernidade que chegaram a Diamantina ao longo da primeira metade do século XX, inexistia um estabelecimento de instrução secundária gratuita: havia sido suprimida, desde 1938, a Escola Normal Oficial de Diamantina. Este foi o reclamo na imprensa:

...vivem aqui moços de famílias distintas, mas de poucos recursos, tolhidos de cultivar as letras, ou de, ao menos, estudar as principais matérias para a vida prática, sem colocação alguma, de mãos abanando, e sem um ideal, sequer. Inteligências, entre esses moços sem recursos, não faltam, mas onde cultivá-las? No Ginásio, no Seminário ou no Colégio de N. S. das Dores, este para moças? Não; porque esses moços e essas moças, filhas de pais não abastados, não dispõem de recursos para a matrícula e elevadas mensalidades (VOZ DE DIAMANTINA, ano 42, n. 25, 02 julho 1950, p.01).

Em continuidade, retomando o histórico do contexto educacional local, o colonista argumenta que “outr’ora, possuíamos um externato e escola normal gratuitos, onde ricos e pobres, brancos e pretos, recebiam a instrução, sem os obstáculos de hoje”. Prossegue descrevendo que a decadência vivida à época não seria apenas intelectual, estaria também “nas letras, nas artes, nas indústrias, etc.”, até o próprio comércio estaria em franco declínio.

Esse contexto teria levado muitos dos jovens diamantinenses a buscar melhores oportunidades nos grandes centros, como Belo Horizonte e São Paulo. Assim, para que Diamantina pudesse “ressurgir”, o colunista conclama: “...para evitar a sua derrocada, trabalhemos contrerrâneos, para a sua escola profissional e agrícola, pois, só ela a salvará”.

Essa exposição demonstra um cenário educacional elitista, no qual somente teriam oportunidade de continuar seus estudos secundários aqueles que pudessem arcar com os altos custos da instrução fornecida por estabelecimentos particulares, todos eles administrados pela Igreja Católica local: Seminário Sagrado Coração de Jesus, Colégio Nossa Senhora das Dores e Ginásio Diamantinense.

O panorama educacional elitista citado pela imprensa em 1950, resguardadas as proporções, aproxima-se à situação exposta por Soter Couto (1954) quanto à relação da Coroa Portuguesa e a instrução restrita às elites no período colonial. Exemplifica-se com o trecho abaixo:

Os ditadores e tiranos sempre odiaram a instrução, água cristalina que lhes solapa os falsos pedestais, luz que aclara os crimes que a ignorância encobre. Era muito do agrado da coroa portuguesa ter seus colonos afastados dos conhecimentos das grandes conquistas sociais do velho continente. Ensinar e aprender era preparar as massas para julgar, estimulá-las para reivindicações, incitando-as a se rebelar contra o domínio. Descuidavam muito de propósito do desenvolvimento do ensino e proibiam a entrada de livros doutrinários no distrito diamantino (COUTO, 1954, p. 133).

Se os colonos deveriam permanecer afastados dos acontecimentos da metrópole e a instrução era sinal de estímulo às reivindicações, outra era a situação de parte da população existente no Distrito Diamantino, pois, mesmo com a proibição da entrada de livros doutrinários, Couto (1954) relata que, clandestinamente, os autodidatas tinham acesso a compêndios relacionados aos movimentos político-sociais mundiais. Para corroborar com essa afirmação, cita-se que, ao pesquisar os inventários da época, Júnia Ferreira Furtado (2008), menciona a presença de livros entre os objetos de posse dos *de cujus*.⁸³ Para a autora, este fato releva a existência de um elevado grau de instrução de parcela da elite local, pois os objetos inventariados pertenciam a homens brancos, sendo doze deles portugueses. Além disso, constatou-se que três eram padres e outros três eram funcionários da Real Extração.

Furtado (2008) menciona também a presença de duas bibliotecas que despertaram boas impressões para os padrões da época. Uma delas pertencente ao guarda-livros João

⁸³ *De cujus*, de acordo com o Dicionário Priberam, é uma locução latina que significa “de cujo” e é utilizada para substituir o nome de indivíduo falecido cujos bens encontram-se em inventário.

Antônio Maria Versiani, causou curiosidade à autora por conter três volumes da obra de Ariosto⁸⁴ e ainda um volume sobre a Revolução de Portugal em 1640. A segunda impressionava pela quantidade de obras, aproximadamente 140, que versavam sobre diversos assuntos e pertencia ao guarda-livros Manoel Pires de Figueiredo.

A situação da instrução reservada às elites no Distrito Diamantino não era diferente do restante da capitania de Minas Gerais. A primeira providência relacionada ao ensino público no território mineiro ocorreu em outubro de 1776. Por determinação do governador Antônio Carlos de Furtado Mendonça, foi criado o “subsídio literário”, uma taxa estabelecida sobre o gado de corte e o aguardente a fim de manter os primeiros professores primários e de gramática latina. Entretanto, o valor angariado por este imposto foi bastante escasso, sendo distribuído para as poucas escolas existentes à época (COUTO, 1954).

No território diamantinense, antes de haver escolas públicas, existiam os “mestres improvisados” e depois, os “profissionais particulares de ensino” que lecionavam as primeiras letras em suas próprias residências nos tempos de Arraial do Tijuco (COUTO, 1954). Porém, a aspiração por se instruir teria sido observada por Saint-Hilaire, ao visitar a região diamantina: “Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo vivo de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1978 *apud* FURTADO, 2008). Não obstante o desejo de se instruir, pelas circunstâncias da indisponibilidade de um ensino público, somente as pessoas com algum poder aquisitivo poderiam ter o luxo de se educar com um mestre ou profissional particular do ensino.

Em relação à educação pública, sem especificar a data, Couto (1954) menciona que os primeiros mestres do Tijuco teriam sido Antônio de Mendonça e o Padre Manoel da Costa Viana. Um levantamento realizado um ano antes da independência brasileira, incluindo escolas públicas e particulares, cita dois mestres que lecionavam no Tijuco, foram eles: Francisco Antônio de Castro e Estevão Roiz. O relatório indica que aquele estaria lecionando para cinquenta alunos ou mais e seria um homem branco e hábil. Já Estevão Roiz seria crioulo e ensinaria com regularidade entre vinte e cinco e trinta meninos. Outra constatação foi a existência de uma aula isolada de gramática, sob a regência do Padre Manoel Joaquim Gomes, com vinte e cinco alunos (COUTO, 1954).

Após a independência, no plano geral das escolas de primeiras letras e gramática latina na Província de Minas Gerais, o Tijuco foi um dos territórios que deveriam ser

⁸⁴ Ludovico Ariosto foi poeta italiano que viveu entre 1474 e 1533.

contemplados com a criação de uma escola (MOURÃO, 1959). Neste período de transição, Couto (1954) menciona também que se multiplicaram as iniciativas particulares e cursos de gramática latina. Existia ainda uma escola de latim, sob a responsabilidade de Vicente Figueiredo, fundada em 1842. Este mesmo professor foi, mais tarde, lecionar no primeiro estabelecimento de instrução secundária da cidade (VOZ DE DIAMANTINA, ano 70, n. 8, 17 novembro 1974, p. 03).

Fundado em 1852, por João Antônio dos Santos, o Ateneu São Vicente de Paula foi o primeiro estabelecimento de instrução secundária de Diamantina. O colégio começou a funcionar por intermédio de recursos particulares e tentou progressivamente subvenções e auxílios dos poderes públicos, assim como também ocorria com diversas instituições criadas em Minas Gerais naquele período (MOURÃO, 1959). Ao apresentar o educandário, Mourão (1959) afirma que este se destacou no cenário da época pelos diversos benefícios educacionais para o norte da Província e, ao qualifica-lo, menciona que o Ateneu evidenciava a tradição educacional da cidade:

É impressionante o prestígio de que gozava na época o estabelecimento e o seu notável corpo docente. A leitura dos documentos oficiais de cem anos atrás mostra-o claramente. O valor e a fama desse educandário são índices de uma geração valorosa; revelam a tradição de educação de Diamantina; realçam o elevado caráter dos seus habitantes (MOURÃO, 1959, p. 178).

Prestígio, valor, fama, tradição: tais características definiram a relevância do educandário para o norte mineiro. Entretanto, o Ateneu assistiu à população por curto período, já no ano de 1863 encerram-se as suas atividades devido a “sérias dificuldades” (COUTO, 1954, p. 135). Mesmo que sejam vagas as referências relativas a sua derrocada, percebe-se que pelo período de onze anos de funcionamento, a sua contribuição para o contexto educacional foi reconhecida tanto por Couto (1954), historiador diamantinense, quanto por Mourão (1959), estudioso da história da educação no território mineiro.

Mais uma instituição que existiu neste período, mas que poucas informações existem, foi o Externato de Diamantina. Mourão (1959) afirma que a primeira referência que se tem da instituição data de 1859, no qual consta a nomeação de um professor para a disciplina de Matemática Elementar. O autor ainda ressalta que por meio de documentação do ano de 1861, é possível afirmar que a instituição era mantida pelo Governo da Província. Entretanto, quando da criação do Seminário de Diamantina, a Lei Provincial nº. 1.215 determinou a suspensão das cadeiras do Externato que coincidissem com aquelas que seriam

lecionadas no novo educandário. A escola foi definitivamente extinta com o advento da República (MOURÃO, 1959).

Ainda no século XIX, após a organização do Bispado de Diamantina e, impulsionando o projeto ultramontano, houve iniciativas da igreja católica no campo educacional. O Seminário Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1864 por Dom João, foi idealizado à formação religiosa com o objetivo de “guiar o aluno para viver integralmente a fé cristã e afastar-se dos perigos da vida moderna” (OLIVEIRA, 2014, p. 16). Ao lado do Seminário do Caraça, em Catas Altas e do Seminário de Mariana, o Seminário Sagrado Coração de Jesus foi um dos principais centros formadores do Norte de Minas, afirma a pesquisadora Michelle Mattar Pereira de Oliveira (OLIVEIRA, 2014).

Na sequência, direcionado à educação feminina, foi criado o Colégio Nossa Senhora das Dores. Fundado em 1866, destinou-se inicialmente à formação das “futuras mães de família” (LOREDO, 2017, p. 64). Foi planejado para possuir um caráter caritativo, ofertando educação a meninas órfãs e pobres. Entretanto, para sustentar suas despesas de manutenção, passou a disponibilizar vagas também para alunas com possibilidades financeiras de arcar com os custos do internato ou externato. Seu público vinha de várias localidades do território brasileiro. Ao discorrer sobre a procedência das alunas, entre 1905 e 1925, Meirelle Aiane Almeida Loredo (2017) afirma que o livro de matrículas e o livro de registro de Orfanato demonstram que as alunas provinham de diversas cidades do norte, nordeste, noroeste e sudoeste mineiro. Além disso, havia discentes de outras regiões brasileiras, tais como: Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Percebe-se, portanto, a abrangência regional e até nacional do educandário.

A primeira instituição pública de ensino secundário que perdurou além do período imperial foi a Escola Normal de Diamantina. Fundada em 1879 e destinada à formação de professores, foi a terceira escola normal criada em Minas Gerais, antes dela existiam as localizadas em Ouro Preto e Campanha (MOURÃO, 1962). A Lei Mineira nº. 41, de 03 de agosto de 1892, regulamentou o ensino normal, dispondo que

A Escola Normal, sob a forma de externato misto, é um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária (art. 158, Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892 *apud* MOURÃO, 1962).

Conforme se percebe no trecho acima, a regulamentação das escolas normais esteve diretamente relacionada à atenção dada, no início do período republicano, à reforma da escola pública de instrução primária.⁸⁵ Tais instituições eram mantidas pelo Estado e o ensino ofertado era gratuito. A única exigência para inscrever-se era ter concluído o curso primário em alguma escola urbana. Entretanto, um exame poderia substituir tal exigência (MOURÃO, 1962). Nesse contexto, a Escola Normal de Diamantina funcionou, em sua primeira fase, por vinte e seis anos, recebendo alunos e alunas de diversas localidades do norte mineiro. A importância do educandário é relatada por Loredó (2017, p. 32) quando sustenta que a “Escola Normal Oficial do Estado para a cidade de Diamantina possuía uma grande relevância. Era ela até o ano de 1904 que possibilitava a formação do professorado de ambos os sexos para as escolas primárias na cidade e em toda a região”.

As iniciativas citadas até aqui expressam o ciclo das instituições escolares diamantinas do século XIX. Para sintetizar, utiliza-se abaixo da tabela elaborada por Loredó (2017), a partir de Fernandes (2005), na qual a pesquisadora resume os educandários criados na cidade ao longo daquele século.

Quadro 5 - Instituições escolares do século XIX

INSTITUIÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	CATÓLICA OU CIVIL
Escola Normal	1879	Civil
Externato Secundarista	-	Civil
Ateneu de São Vicente de Paula	1853	Católico
Seminário Episcopal	1863	Católico
Colégio Nossa Senhora das Dores	1867	Católico

Fonte: extraído de Loredó (2017, p. 20).

A partir da breve retomada histórica apresentada até aqui e da análise do quadro acima, constata-se que, refletindo a tradicional dinâmica cultural diamantina, os educandários instituídos na cidade ao longo do século XIX foram regionalmente relevantes. Outras pesquisas também validam a assertiva acima. Utilizando-se da expressão de Baracho (2016, p. 65), a cidade tornou-se “referência para as pessoas que tinham interesse pela escolarização desde o século XIX”. Ainda, corroborando com esse entendimento, Loredó (2017, p. 110) afirma que Diamantina “pode e deve ser vista como uma cidade educacional”.

⁸⁵ Apesar de existir uma instituição própria para a formação do magistério primário, não era requisito essencial a formação profissional em escolas normais para que alguém fosse escolhido professor, ou seja, poderiam ser promovidos para assumir a profissão pessoas não diplomadas em um curso normal. Portanto, a formação profissional no curso normal trazia como vantagem o direito de preferência para o provimento de qualquer cadeira do ensino primário, mas não a exclusividade (MOURÃO, 1962, p. 34).

Não obstante as pesquisas citadas acima demonstrarem e confirmarem o *status* de cidade educacional, torna-se importante refletir para quem o ensino esteve disponível naquele período. Assim, levando em consideração que o Externato Secundarista foi extinto com o advento da República, que a Escola Normal de Diamantina passou por sua primeira supressão entre 1904 e 1928, e ainda que os educandários católicos instituídos na cidade eram, em regra, pagos, é possível alinhar semelhanças entre o panorama educacional no início do período republicano com o “monopólio do estudo” que caracterizou o ensino em outros períodos diamantinenses. Corroborando com esse entendimento, cita-se a recordação de Heráclito Mourão de Miranda⁸⁶ em seu discurso de inauguração do Ginásio Gabriel Mandacarú:

Porque vindas de outras épocas, dos longes da década de vinte, as lembranças de uma Diamantina antiga me traz à alma ternas memórias de iatos e de gentes, que teimam em interferir com as luzes, as flôres, a alegria do agora. Será talvez como uma montagem fotográfica. (...) Ah, Diamantina da ingênua Capistrana, diversão quase única das moças e rapazes que enamoravam! De um só grupo escolar e da Escola Normal Américo Lopes, onde estudavam rapazes e as moças que não podiam ou não queriam ser internas no Colégio das Irmãs. Outras opções não havia a única perspectiva para ambos os sexos era o curso normal, que no Seminário, só entrava quem queria (ou falava que queria) ser padre. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 13, 27 dezembro 1970, p. 02).

A expressão “de um só grupo escolar” refere-se à primeira escola de ensino primário aos moldes republicanos, o Grupo Escolar de Diamantina.⁸⁷ Luan Manoel Thomé (2017), ao pesquisar o exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909), menciona que o primeiro grupo da cidade foi criado a partir da união de quatro escolas isoladas já existentes à época. Além disso, sua criação e instalação não foi um fato isolado em Minas Gerais, refletiu as novas concepções para a educação primária no Estado. Articuladas a partir da reforma João Pinheiro (1906) e amparadas por uma legislação estadual, as instituições criadas neste período eram “elementos chaves para a formação do cidadão republicano, regulava a vida social das crianças, todas em idade escolar deveriam frequentá-lo” (THOMÉ, 2017, p.29). Até 1946, ano de início das atividades do segundo educandário primário instalado na cidade, o Grupo Escolar de Diamantina manteve-se como a única⁸⁸ instituição pública de ensino primário diamantinense.

⁸⁶ Heráclito Mourão de Miranda era diamantinense e ao longo de sua trajetória política foi vereador e ainda ocupou os cargos de Secretário da Educação, Presidente da FEBEM e Procurador Geral do Estado.

⁸⁷ Criado pelo Decreto Estadual nº 2.091, de 20 de setembro de 1907

⁸⁸ De acordo com Thomé (2017), as escolas isoladas de Diamantina foram suprimidas em virtude da inauguração do Grupo Escolar da cidade, entretanto apenas a professora Guilhermina Candida Dayrell insistia em manter sua escola isolada.

Já em relação à Escola Normal Américo Lopes, citada por Heráclito, esta refere-se à iniciativa particular do Professor Leopoldo Miranda, no período em que permaneceu sem atividades a Escola Normal Oficial de Diamantina. A instituição foi fundada em 1913 e, no ano seguinte, por meio do Decreto nº. 4.183, o governo estadual a concedeu as regalias de escola normal regional oficial. O educandário funcionou com as contribuições módicas de seus alunos (SOUSA e ROCHA, 2017). Apenas em 1928, em meio às reformas educacionais desencadeadas em diversos estados do Brasil com foco no ensino primário e na formação docente, o Estado de Minas Gerais resolveu reoficializar o ensino normal na cidade, transformando a já existente Escola Normal Regional Américo Lopes em Escola Normal Oficial de Diamantina, possibilitando, assim, a ampliação do quadro de professores e o acesso à escolarização pública. A instituição “contribuiu para consolidar a cidade como centro de formação de normalistas da região” (SOUSA e ROCHA, 2017, p. 21). Percebe-se, portanto, que a importância da Escola Normal Regional transcende o território diamantinense, pois sua área de abrangência era regional. A instituição funcionou por longos dez anos até ser novamente suprimida pelo Decreto Estadual nº. 63,⁸⁹ de 15 de janeiro de 1938. A escola somente voltou a funcionar em 1951, por meio da autorização dada pela Lei nº. 820, sancionada pelo então Governador do Estado, Juscelino Kubitschek (SOUSA e ROCHA, 2017).

Mais uma iniciativa no âmbito educacional que contribuiu para a continuidade do projeto educacional católico local ocorreu na terceira década do século XX. O Colégio Diamantinense foi criado em 1933, pela Sociedade Anônima Ginásio Diamantinense. Neste grupo havia pessoas da sociedade civil, mas contou também com as promessas de “materialmente contribuir” do prefeito municipal e de membros da igreja católica. Após quatro anos de funcionamento, a Mitra Arquidiocesana adquiriu as ações da Sociedade Anônima e tornou-se a única proprietária da instituição (COUTO, 1954, p. 140).

A partir do exposto, constata-se que, considerando a contextualização da primeira metade do século XX no que se refere ao ensino escolar disponível na sede do município de Diamantina, o projeto educacional católico foi ao longo do tempo se consolidando com as duas instituições herdadas do período imperial – Colégio Nossa Senhora das Dores e Seminário Arquidiocesano – e ainda, se ampliando, com a criação do Colégio Diamantinense. Já o ensino ofertado pela única instituição pública de ensino secundário perpassou por interrupções que comprometeram a sua consolidação neste período, justificando, assim, a

⁸⁹ Outras cinco escolas normais e mais três ginásios em Minas Gerais foram suprimidos por este mesmo decreto.

expressão “monopólio do estudo”, utilizada pela imprensa local em julho de 1950. Assim, percebe-se que as possibilidades de ensino presentes na cidade educacional estavam, ainda, restritas àqueles que poderiam arcar com os seus custos.

Apesar da situação acima, relacionada aos estabelecimentos secundários no início da década de 1950, em relação ao ensino primário, constatou-se que os poderes públicos fizeram investimentos na educação local, dando continuidade nas décadas seguintes. A descrição de subvenções, contribuições, auxílios e créditos suplementares destinados às escolas públicas ou à construção/reforma de instalações escolares foram constatadas a partir da análise das leis orçamentárias do Executivo Municipal, publicadas em edições do Voz de Diamantina ao longo da década de 1950.

Um dos recursos destinados ao ensino relacionou-se às caixas escolares. A Prefeitura Municipal destinou parcela de sua receita para auxílios às caixas escolares de instituições primárias existentes tanto na sede quanto nos distritos. Exemplo disso foi a Lei nº. 239, de 51 de outubro de 1956. Ao orçar a receita e fixar as despesas para o exercício de 1957, destinou verbas para dezessete caixas escolares. Os valores giravam entre Cr\$ 1.750,00 e Cr\$ 2.400,00. A referida lei faz a citação nominal de todas as caixas escolares que deveriam receber o auxílio. Considerando que provavelmente a Prefeitura Municipal não beneficiaria apenas algumas escolas em detrimento de outras, é possível saber quais as escolas existiam no período.

Na sede do município existiam três grupos escolares: Mata Machado, Joaquim Felício e Júlia Kubitschek. Com exceção ao Grupo Escolar Márcia Kubitschek, localizado no distrito do Guinda e do Grupo Escolar Padre Afonso, localizado em Datas, a denominação dos demais coincidia com o nome do distrito no qual estava localizado. São eles os Grupos Escolares: Mendanha, Couto de Magalhães, Felisberto Caldeira, Felício dos Santos, Mercês Diamantina, Senador Mourão, Tijucal, São João da Chapada, Inhaí, Extração, Conselheiro Mata e Monjolos.⁹⁰ O total dos auxílios às caixas escolares daquele ano foi de Cr\$ 38.850,00 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n. 10, 09 dezembro 1956, p.02).

Outros recursos do orçamento municipal foram destinados ainda a obras para abrigar grupos escolares. A zona rural foi certamente a mais beneficiada com a criação de

⁹⁰ Pertenciam a Diamantina os territórios de: Couto de Magalhães, Felisberto Caldeira (atual São Gonçalo do Rio Preto), Felício dos Santos, Senador Modestino Gonçalves (ex-Mercês de Diamantina), Presidente Kubitschek (ex-Tijucal) e Monjolos. Esses municípios foram emancipados em 1962, pela Lei nº. 2.764 de 30 de dezembro daquele ano.

escolas, exemplo foi o crédito adicional suplementar para a construção do prédio escolar de Bandeirinha, no valor de Cr\$ 30.000,00 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n.41, 09 janeiro 1955, p. 04). Nas décadas seguintes obras foram concluídas, recuperadas ou ampliadas, como trouxe o levantamento do “Correio da Prefeitura” de 03 de maio de 1970: Escola Rural do Pinheiro, quase concluída; Escola Rural de Macacos, já inaugurada; Escola Noturna João Felício dos Santos, já inaugurada; Escola Noturna da Sopa, recuperada; Escolas Combinadas de Sopa, ampliadas; Escola Rural do Vau, em fase final (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 27, 03 maio 1970, p. 01). Outras edições da década de 1970 mencionam investimentos no Distrito de Itaipava: a Prefeitura noticiou a construção de um prédio, com dependência para cantina, que seria destinado à sede da Escola Rural já existente na localidade (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 29, 17 maio 1970, p. 01). No Distrito de Planalto de Minas, também existia uma escola municipal, com frequência de aproximadamente 50 alunos, na qual foram autorizados reparos, bem como melhorias no acesso à localidade que estava em condições precárias de conservação (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 1, 04 outubro 1970, p. 01). Em outubro de 1974, noticiou-se também a inauguração de mais duas escolas. Em convênio com a Codevale, a obra de Cr\$ 20.000,00, foi destinada ao Grupo Escolar Rural localizado em Baixadão. Outra obra de mesmo valor foi destinada à construção do Grupo Escolar de Extrema (VOZ DE DIAMANTINA, ano 70, n. 5, 27 outubro 1974, p. 01).

Verbas do Governo Estadual também foram destinadas às caixas escolares dos educandários diamantinenses. No ano de 1957 foram liberadas, para cada um dos grupos escolares existentes em Diamantina, a quantia de Cr\$ 10.000,00. As escolas contempladas foram: Grupo Escolar de Mendanha, Grupo Escolar de Couto Magalhães, Grupo Escolar de Felisberto Caldeira, Grupo Escolar de Mercês de Diamantina, Grupo Escolar de Senador Mourão, Escolas Reunidas Felício dos Santos, Grupo Escolar de Inhaí, Escolas Reunidas de São João da Chapada, Grupo Escolar de Guinda, Grupo Escolar de Datas, Grupo Escolar de Tijucal, Grupo Escolar de Extração, Grupo Escolar de Conselheiro Mata e Grupo Escolar de Monjolos, totalizando a quantia Cr\$ 140.000,00 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n.15, 26 janeiro 1958, p.03).

Nas décadas subsequentes, por intermédio do Plano de Aplicação de Recursos, o Governo do Estado destinou verbas no valor total de NCr\$ 653.904,00. À construção do prédio do Grupo Escolar Matta Machado foi destinado o valor de NCr\$ 418.000,00. Ao Conservatório Estadual de Música destinou-se o valor de NCr\$ 170.000,00. Também se destinou NCr\$ 10.000,00 ao Grupo Escolar de Planalto de Minas e às Escolas Combinadas de

Desembargador Otoni para reparos gerais. Neste momento foi mencionado ainda o valor de NCr\$ 45.904,00 para “Curso de Atualização e Treinamento em Serviços”, porém sem especificar quais serviços seriam e a qual público se destinaria o curso. Constatou-se que a imprensa atribui ao Secretário Estadual de Educação, Heráclito Mourão de Miranda, o mérito de destinar tais recursos ao ensino em Diamantina (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 48, 27 setembro 1970, p.04).

Também partiu do governo estadual a primeira iniciativa destinada à educação pré-primária. A escola Belita Tameirão⁹¹ foi o primeiro jardim de infância diamantinense. Pela imprensa local, constatou-se que a recomendação para se criar um estabelecimento desse gênero na cidade ocorreu em 1964, quando o Governador do Estado, José de Magalhães Pinto, orientou o Secretário de Estado da Educação para que se criasse um jardim de infância em Diamantina (ESTRELA POLAR, LXII Ano, Nº31, 09 de agosto de 1964, p. 01). Não obstante a recomendação do governador, a autorização legal ocorreu somente em 1966, pela Lei Estadual nº. 4.175, de 13 de maio do mesmo ano. Por fim, a inauguração e instalação do educandário ocorreu quatro anos depois e passaria a funcionar anexo ao Colégio Normal (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 12, 20 dezembro 1970, p. 01).

Na inauguração do primeiro jardim de infância local, esteve presente o Secretário Estadual de Educação, o diamantinense Heráclito Mourão de Miranda. Por diversas vezes os jornais noticiaram a presença do então Secretário em Diamantina. A inauguração de estabelecimentos de ensino contou com a presença e o discurso de Heráclito. Cita-se como exemplo as inaugurações: do Conservatório de Música, em 31 de outubro de 1970; e do Ginásio Gabriel Mandacarú, em 13 de dezembro de 1970. O diamantinense também foi convidado para proferir a aula inaugural da Faculdade de Filosofia do ano de 1970. A sua palestra destinou-se ao tema “Tradição e Desenvolvimento” e, de acordo com o noticiário, foi “uma página de muito lirismo, de recordações apaixonadas da sua Diamantina” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 20, 15 março 1970, p.01).

Outro momento importante do contexto educacional diamantinense do qual Heráclito fez parte foi a inauguração da IVª Delegacia de Ensino em Diamantina, em julho de 1970. Antes da instalação, Diamantina e região pertenciam à Circunscrição de Sete Lagoas, que seria a sede mais próxima até então. Em dezembro de 1968, surgiu a reivindicação local

⁹¹ O nome da instituição foi “justa e merecida homenagem aquela Professora que educou gerações de diamantinenses em sua escola particular da Romana, posteriormente na União Operária e mais tarde na Prefeitura Municipal.” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 12, 20 dezembro 1970, p. 01).

para incluir Diamantina entre as novas delegacias do ensino que seriam criadas pelo Estado nos próximos anos (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, p. 01).

Em seu discurso, divulgado na edição de 26 de julho de 1970, do Voz de Diamantina, Heráclito cita “o simples crescimento vegetativo, quanto mais o surto de notável desenvolvimento, refletem-se nas repartições públicas, cujo volume de serviço fazem aumentar acentuadamente”. Nessas palavras percebe-se que o Estado precisava lidar com uma situação adversa para uma estrutura até então centralizadora: o crescimento populacional, o que por consequência, desencadearia uma maior procura escolar, refletindo no acréscimo de demandas destinadas à estrutura administrativa do ensino que estava concentrada na própria Secretaria de Estado da Educação e nas poucas delegacias existentes no interior de Minas Gerais. Em vista disso, à época, a criação de novas delegacias de ensino no interior do Estado foi reflexo das dificuldades encontradas para execução e atendimento de todas as demandas relacionadas ao ensino.

Portanto, a estratégia adotada pelo governo estadual, em consonância com a reforma desencadeada também no plano federal (Lei nº. 4.024/61), foi adotar a descentralização administrativa, a fim de que assuntos do ensino fossem examinados e resolvidos na própria região (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 39, 26 julho 1970, p.02). A IVª Delegacia foi estruturada em quatro inspetorias seccionais para atender vinte e quatro municípios, perfazendo um total de 865 (oitocentos e sessenta e cinco) classes distribuídas em 139 (cento e trinta e nove) unidades escolares. Foi nomeada para Delegada Regional a senhora Terezinha Monteiro (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 39, 26 julho 1970, p.01).

Percebe-se ainda que a reforma do ensino, desencadeada inicialmente pela promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi objeto de discussão no Encontro de Educadores de Diamantina e cidades vizinhas, ocorrido entre em novembro de 1970. A Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Belo Horizonte promoveu debates na cidade com o intuito de levar as atualizações relacionadas às técnicas de ensino e à nova legislação. O Encontro teve a presença de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e contou com educadores das seguintes cidades do Vale: Serro, Gouveia, Itamarandiba, Rio Vermelho, Datas, Conceição do Mato Dentro e Carbonita (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 7, 15 novembro 1970, p.01). Constata-se que a promoção deste encontro na cidade revela o potencial da cidade para movimentar discussões educacionais na região, bem como para abrigar as principais

estruturas administrativas no âmbito educacional, como era o caso da Delegacia Regional de Ensino.

O cenário educacional diamantinense à época também foi propício à destinação de recursos provenientes do Governo Federal. Visando melhorar a infraestrutura de algumas cidades interioranas, a fim de que pudessem conter os fluxos migratórios destinados majoritariamente às capitais e regiões metropolitanas, o Governo Federal, por intermédio do Plano de Ação Concentrada (PAC), selecionou quinhentos municípios brasileiros para serem “polos de atração e de influência no interior”, diminuindo assim a demanda populacional direcionada às grandes cidades e, por consequência, os problemas decorrentes da superpopulação (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 42, 16 agosto 1970, p. 01). O objetivo inicial do programa era fazer um levantamento socioeconômico-educacional de cada um dos municípios selecionados com a finalidade de firmar convênios que pudessem oferecer infraestruturas direcionadas a diversas áreas, entre elas, a educacional. Diamantina estava entre os quinhentos municípios brasileiros, os quarenta e nove municípios mineiros e os cinco⁹² municípios do Vale do Jequitinhonha selecionados para receber parte da verba de 80 bilhões de cruzeiros destinados ao Plano (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 39, 26 julho 1970, p.01).

Percebe-se que, pelo relato das iniciativas governamentais supracitadas, o período em análise foi propício para investimentos em instalações destinadas às instituições escolares, entretanto, escassas foram as vezes em que se mencionaram investimentos relativos a professores, funcionários, livros e outros materiais necessários ao funcionamento desses educandários. Por este motivo, inviabilizam-se aferições relacionadas a abrangência de atendimento de cada um deles, bem como constatações relacionadas à qualidade do ensino ministrado.

Constatou-se também que, apesar da gama de investimentos públicos municipais, estaduais e federais, as instituições existentes ainda eram em menor quantidade do que a necessária. Esta situação pode ser comprovada pelo noticiário da década de 1960. Os jornais divulgavam o crescimento do número de crianças em idade escolar e a consequente insuficiência de grupos escolares para atender ao aumento da demanda. Além da quantidade insuficiente de escolas, a situação agravou-se desde a paralisação das atividades do Grupo

⁹² Os cinco municípios selecionados no Jequitinhonha foram: Diamantina, Almenara, Grão Mogol, Monte Azul e Salinas. As reportagens não citam as justificativas para a escolha de tais municípios, nem as motivações de se escolher somente esses em todo o Vale.

Júlia Kubitschek por decorrência da precariedade em que se encontrava o seu prédio (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 9, 27 de fevereiro de 1966, p.01).

A imprensa aponta ainda que em relação às escolas existentes, essas estariam superlotadas ao receber seus alunos no ano de 1968 (ESTRELA POLAR, LXVI Ano, Nº6, 18 de fevereiro de 1968, p.01). Mais um fator que contribuiu para agravar ainda mais a situação acima mencionada foi a paralisação realizada pelas professoras, no início do ano letivo, devido ao atraso no pagamento de seus salários que estavam pendentes desde agosto do ano anterior. Em meados de março a situação foi parcialmente solucionada com o reinício das atividades em todos os grupos escolares (ESTRELA POLAR, LXVI Ano, Nº10, 17 de março de 1968, p. 01).

Os dados oficiais do Levantamento Socioeconômico do Município de Diamantina, realizado pela Codevale e publicado em 1967, mensurou o quantitativo unidades escolares de ensino primário existentes à época. Entre as sete escolas localizadas na sede, a primeira a se estabelecer na cidade foi o Grupo Escolar de Diamantina, criado pelo Decreto Estadual nº. 2.091, de 20 de setembro de 1907 e instalado no dia 04 de novembro do mesmo ano. Em 1926, houve a alteração de sua nomenclatura, tornando-se o Grupo Escolar Matta Machado (BARACHO, 2016). Em relação ao Matta Machado na década de 1960, o levantamento da Codevale (1967) mencionou que o Grupo possuía “prédio próprio, construído de tijolos, cimento madeira e telhas de barro”. Tinha ainda biblioteca, gabinete dentário, área para recreio e funcionava em três turnos. Em relação ao local de funcionamento, o relatório indica que o prédio da instituição estava localizado na parte térrea do mesmo prédio onde funcionava também o Colégio Normal Oficial. A infraestrutura do prédio provavelmente não comportava as duas instituições, pois no início da década de 1970 o governo estadual esteve na cidade para analisar a possibilidade de se construir um prédio para onde deveria ser transferido o Grupo Escolar Matta Machado (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 41, 09 agosto 1970, p.01).

A partir dos jornais também foi possível constatar que, além do ensino primário, o Matta Machado era utilizado, no período noturno, para ministrar aulas relativas à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Voz de Diamantina, ano 42, n. 48, 17 dezembro 1950, p.02). O Matta Machado foi a única instituição dedicada ao ensino primário em Diamantina até a década de 1940, ano em que passou a funcionar o Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos. Criada pelo Decreto Estadual nº. 8.823, de 14 de outubro de 1928, a escola somente iniciou suas atividades em julho de 1946. Provisoriamente a escola se instalou no

mesmo prédio do Colégio Normal, transferindo-se para a sua sede própria no ano de sua inauguração oficial, ocorrida no ano de 1948 (BARACHO, 2016).

O levantamento da Codevale (1967) mencionou que, no ano de 1965, o Joaquim Felício funcionava em três turnos, possuindo biblioteca, área de recreio, caixa escolar e ainda 10 salas de aula. Porém a instituição não funcionou ininterruptamente na década de 1960. Os jornais indicaram que o prédio da escola se encontrava em estado precário de conservação. Tal situação culminou com a decisão de demolir o antigo prédio para em seu lugar construir um moderno grupo escolar que seria “um dos mais luxuosos do Estado”, teria dois andares e custaria mais de 100 milhões de cruzeiros novos (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº 3, 15 de janeiro de 1967, p.01). Pelos relatos da coluna Flashes do Tijuco, a obra foi financiada em convênio entre a CESE⁹³ (Comissão Estadual de Salário Escola) e a CARPE, executada com mão de obra do Executivo Municipal e perdurou entre 1965 e 1968. Em agosto de 1968 inaugurou-se o novo prédio com a presença do Secretário Estadual de Educação, José Maria de Alkmim (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 41, 11 agosto 1968, p.01).

Não foi apenas o Grupo Escolar Joaquim Felício que se encontrava em estado precário de conservação. Conforme anteriormente citado, o prédio do Grupo Escolar Júlia Kubitschek também estava em péssimas condições. Em fevereiro de 1966, o jornal Estrela Polar apurou que mais de 1.600 alunos dos grupos escolares deveriam ter aulas espalhados pela cidade, devido ao estado crítico de suas instalações (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 9, 27 de fevereiro de 1966, p.01).

O Grupo Escolar Júlia Kubitschek, terceira instituição destinada ao ensino primário em Diamantina, foi criada pelo Decreto Estadual nº. 3.591, de 13 de junho de 1951, e instalada em maio de 1952, período em que Juscelino Kubitschek era Governador do Estado de Minas Gerais. Cláudia Elizabeth Baracho (2016), ao estudar o grupo escolar, abordando especificamente a modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina entre 1951 e 1961, destaca que o período foi marcado pela crescente demanda por ensino primário e a necessidade da criação de mais um grupo escolar para ampará-la. O governador do estado não deixaria de atender este pedido de sua cidade natal, aproveitando a oportunidade para homenagear sua mãe nomeando o grupo de Júlia Kubitschek.

⁹³ Entre 1965 e 1967, a CESE foi a Comissão Estadual de Salário Escola, responsável por “implementar os preceitos de padronização arquitetônica e coordenação modular nos projetos. Em 1968 se fundiu com a CARRPE, o que resultou na alteração da nomenclatura para CARPE (SILVA, 2016).

A pesquisadora relata ainda a proximidade entre o governador Juscelino Kubitschek e a igreja católica que, em Diamantina, refletiu-se nas articulações com o clero local para o início e a continuidade das atividades no educandário. Primeiramente, o governador articulou que a instituição pudesse funcionar provisoriamente na Casa São José, um dos prédios pertencentes à Mitra Arquidiocesana na cidade. Posteriormente, a Igreja doou o terreno para que o prédio sede da escola pudesse ser construído. As contrapartidas do governador foram investimentos públicos destinados às reformas da Casa São José (BARACHO, 2016).

Mesmo sendo um prédio moderno, construído em meados do século XX, o levantamento da Codevale (1967) reafirma que a instituição estava em “péssimo estado de conservação” e não iria funcionar no ano de 1967, por falta de condições de utilização. É possível constatar que este período foi bastante crítico para o Grupo Júlia, as depredações e as ações de vândalos foram relatadas em diversas edições do Estrela Polar entre 1964 a 1966. O prédio esteve completamente abandonado, deixando diversas crianças prejudicadas, até que, no ano seguinte, a situação foi provisoriamente resolvida com a cessão de salas de aula no Colégio Nossa Senhora das Dores e Colégio Diamantinense (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº 9, 26 de fevereiro de 1967, p.01).

Os jornais relatam ainda que a destruição dos jardins e a quebra de vidraças ocorriam pela ausência de um muro que pudesse proteger sua estrutura dos malfeitores, por isso eram insistentemente reivindicadas providências do governo estadual para murar a instituição, evitando a entrada dos vândalos. Finalmente, em 1968, noticiou-se no Estrela Polar a destinação de 40 milhões de cruzeiros-novos para a recuperação do Grupo Júlia. Porém, havia descrença de que realmente a verba alcançaria sua destinação, a imprensa criticou: “A notícia é boa. Espera-se, entretanto, que se concretize, pois nossa terra bem poucos benefícios tem recebido dos poderes públicos nestes últimos anos. E quando eles chegam para nós, muitas vezes, são apenas uma notícia.” (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº 5, 04 de fevereiro de 1968, p.01). Apesar da incredulidade, as obras iniciaram-se seis meses após a notícia de liberação de verbas. Diante da relevância sócio educacional, a Prefeitura Municipal requereu ao então Secretário de Estado da Educação, José Maria de Alkmim, agilidade para a reconstrução da escola a fim de que a instituição fosse reaberta em fevereiro de 1969 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 44, 01 setembro 1968, p.01).

Se o Grupo Júlia Kubitschek passou por um momento de abandono, outra era a situação do Grupo Escolar Izabel Motta.⁹⁴ Em 1968, a Prefeitura Municipal patrocinou obras para ampliar o prédio da escola, construindo uma sala que seria destinada ao gabinete dentário do SESI para atender de maneira gratuita todas as crianças matriculadas no educandário (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 14, 04 fevereiro 1968, p. 04). Localizado no bairro das “Casas Populares” – atualmente o bairro Bom Jesus –, a escola Izabel Motta já possuía prédio próprio e funcionava em três turnos. Além disso, os jornais noticiaram uma campanha destinada a angariar livros para a biblioteca escolar com o objetivo de fundar um “Clube de Leitura” pelos alunos do quarto ano da escola (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 19, 08 março 1970, p.03).

No bairro Bela Vista também já funcionava uma unidade de ensino primário. As Escolas Reunidas Maria Augusta Caldeira Brant foram criadas em 23 de junho de 1949, por ato do Secretário de Estado da Educação, se instalando no mesmo ano. O Decreto Estadual nº. 8.291, de 06 de maio de 1965, alterou a denominação do educandário que passou a se denominar Grupo Escolar Maria Augusta Caldeira Brant. De acordo com o levantamento da Codevale (1967), a escola funcionava em dois turnos.

Outra instituição de ensino primário existente fora da área central da cidade era as Escolas Combinadas José Augusto Neves. Localizada no bairro Rio Grande, tinha prédio próprio e funcionava em três turnos. Em 1968, o educandário também passou por ampliação de seu prédio com a construção de mais duas salas de aula. Mais uma vez a Prefeitura Municipal forneceu a mão de obra para impulsionar a reforma (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 35, 30 junho 1968, p. 01). Por intermédio da Lei nº. 13.247, de 11 de dezembro de 1970, alterou-se a denominação de Escolas Combinadas para “Grupo Escolar José Augusto Neves”.

O bairro da Palha também já estava contemplado com uma instituição de ensino primário, as Escolas Combinadas do Bairro da Palha. Também possuía prédio próprio e funcionava em três turnos (CODEVALE, 1967). Em 1965, houve a alteração de sua denominação para “Escolas Combinadas Professora Gabriela Neves”, pelo Decreto Estadual nº. 8.285, de 06 de maio de 1965. Apesar de ausente a informação relativa ao ano de criação deste educandário, constata-se que possivelmente a escola foi instalada na própria década de 1960, pois os primeiros concluintes do curso diplomaram-se no final do ano de 1966

⁹⁴ Não foi possível constatar o ato normativo e o ano de criação do Grupo Izabel Motta.

(ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 49, 11 de dezembro de 1966, Escola da Palha, p. 03). Além da Gabriela Neves, também no bairro da Palha, foi noticiada a construção de uma Escola Noturna para alfabetizar garimpeiros. As obras se iniciariam com a estruturação de uma sala de aula e uma cantina. A sala de aula seria utilizada tanto para a nova Escola Noturna, quanto para ser ocupada pelo quarto ano da Escola Gabriela Neves que, naquele período, utilizava-se de prédio alugado para suas aulas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 5, 03 novembro 1968, p. 01).

A partir da análise dos jornais percebe-se a seletividade das notícias jornalísticas, pois parte significativa das notícias relacionava-se aos grupos escolares localizados nas regiões mais centrais da cidade. Foram eles: Grupo Matta Machado, Grupo Escolar Joaquim Felício dos Santos e Grupo Júlia Kubitschek. Já em relação às instituições localizadas nos bairros mais periféricos, essas foram por menos vezes mencionadas ou apresentadas nas edições dos jornais. Todavia, é possível inferir que as instituições de ensino primário público e gratuito começavam a se espalhar por parte dos bairros da cidade, demonstrando a ampliação do acesso à educação e, contribuindo para alterar o panorama até então predominante do “monopólio do estudo”.

Em relação ao ensino secundário, a edição de 07 de fevereiro de 1965 do Estrela Polar caracterizou seu contexto: “Verdadeira avalanche de candidatos procura nossos estabelecimentos de ensino secundário”. Neste ano, em todos os estabelecimentos do nível secundário era difícil conseguir uma vaga para se matricular, pois quase seis mil alunos estavam inscritos (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 11, 13 de março de 1966, p. 01). De acordo com o jornal, esse panorama demonstrava o “bom índice de desenvolvimento de Diamantina” e ainda, “o desejo da nossa mocidade de estudar” (ESTRELA POLAR, LXIII Ano, Nº 8, 21 de fevereiro de 1965, p. 01).

Dentre as instituições localizadas na sede e citadas nos jornais locais, estavam: Seminário Sagrado Coração de Jesus, Colégio Nossa Senhora das Dores, Colégio Normal Oficial, Colégio Diamantinense, Colégio Tiradentes, Ginásio Gabriel Mandacarú e Escola Polivalente. Além dessas, havia duas instituições educativas localizadas na zona rural: Grupo Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza e Ginásio Padre José de Carvalho.

Referência como centro de escolarização desde o século XIX, o Seminário conseguiu a equiparação com o Ginásio Nacional em 1905, passando a denominar-se Colégio Diocesano. Por alterações na legislação brasileira, em 1911, perdeu a equiparação, passando a destinar-se apenas ao preparo de alunos para exames de admissão aos cursos superiores. Em

1915, a partir de nova reforma do ensino, voltou a possuir a equiparação. Dez anos depois, com a reforma Rocha Vaz, passou a seguir apenas a sua destinação inicial de educar e formar sacerdotes, pois foi novamente revogada a sua equiparação (COUTO, 1954). Neste educandário percebe-se a ingerência de Dom Geraldo de Proença Sigaud, desde que assumiu a Arquidiocese de Diamantina, em 1960. O Arcebispo realizava o monitoramento da formação espiritual dos sacerdotes, uma das estratégias utilizadas era publicar, semanalmente, no jornal Estrela Polar lições de catequese para acompanhamento dos estudantes. A sua interferência chegou ao ponto de expulsar da administração do Seminário os padres lazaristas, por consequência da afinidade entre essa ordem religiosa e o movimento comunista. Após quase 100 anos à frente da instituição, em 1964 professores e administradores lazaristas retiraram-se do Seminário (OLIVEIRA, 2014).

O Colégio Normal Oficial, instituição estadual, gratuita, possuía prédio próprio e funcionava em regime de externato. Ofertava o ensino ginásial, composto por quatro séries e o ensino normal, composto por três séries (CODEVALE, 1967). Os jornais indicam a alta procura de alunos pela Escola Normal Oficial. Em edição de janeiro de 1965 do Estrela Polar, a diretora comunicou que não haveria inscrições para a primeira série do curso ginásial diurno, por falta de vagas (ESTRELA POLAR, LXIII Ano, Nº 5, 31 de janeiro de 1965, p. 01). Na década de 1970 continuavam a todo vapor as atividades do colégio. Com mais de 934 alunos distribuídos em apenas oito salas, a escola dividia seu prédio com o Grupo Escolar Matta Machado. Com a notícia de transferência da instituição de ensino primário, a Escola Normal poderia ocupar todo o prédio no qual funcionava, podendo assim atender melhor a crescente demanda por vagas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 41, 09 agosto 1970, p. 01).

Mesmo com a grande demanda e de permanecer por um longo período como a única instituição pública de ensino secundário, a edição de 13 de março de 1966 do Estrela Polar noticiou uma possível nova supressão, fato que deixaria mais de oitocentos alunos sem escolarização. Todavia, percebe-se que o assunto foi prontamente resolvido: “Cidade esteve alarmada com o possível fechamento do Colégio Normal Oficial. Parece tudo foi acertado e os oitocentos e tantos alunos do prestigioso Estabelecimento terão aulas normalmente.” (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 11, 13 de março de 1966, p. 01).

O ensino normal também era ministrado no Colégio Nossa Senhora das Dores, entidade particular e religiosa que funcionava em regime de internato e externato. Além do

ensino normal, a escola oferecia também o ensino ginasial (CODEVALE, 1967). Funcionando na cidade desde 1867, a instituição equiparou-se a Escola Normal Municipal pelo Decreto Estadual nº. 1.845, de 15 de setembro de 1905. Constata-se também que o educandário foi o primeiro destinado especificamente à educação feminina na cidade. A instituição era frequentada exclusivamente por meninas que vinham de diversas cidades da região. Couto (1954), afirma que este foi, durante muito tempo, o único estabelecimento para educar moças em toda a região norte mineira. Na década de 1960 a instituição estava em expansão. Conforme noticia a edição de 20 de março de 1966, havia sido iniciada a construção de novos pavilhões no colégio. Além disso, subvenções eram destinadas com frequência pela Prefeitura Municipal à escola, exemplo foi a contribuição concedida em dezembro de 1967 para as comemorações do centenário do colégio (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 20, 17 março 1968, p. 02).

Mais uma instituição educativa ainda sob a tutela e controle da Igreja Católica em Diamantina era o Colégio Diamantinense. Funcionava em regime de internato, semi-internato e externato. Ofertava ensino ginasial, científico e comercial. Este último, criado em 1945, funcionava anexo ao Colégio Diamantinense, com cursos noturnos e era oficialmente reconhecido pelo governo federal (COUTO, 1954). Ofertavam-se o Curso Básico Comercial e o Técnico de Contabilidade, entretanto, devido ao reduzido número de alunos, o colégio comercial passava por “grave crise econômica”, apresentando, em 1963, um déficit de quase dois milhões de cruzeiros (ESTRELA POLAR, LXII Ano, Nº4, 02 de fevereiro de 1964, pg.01). No ano de 1966, o levantamento da Codevale (1967) afirma que o ensino comercial não estava sendo ofertado.

Não obstante a situação financeira crítica do ensino comercial, o ginasial e o científico apresentavam relevante demanda, pois, na década de 1950 iniciou-se a construção de um novo prédio (BARACHO, 2016). A importância da instituição neste período foi ressaltada pela edição de 19 de setembro de 1954, do Voz de Diamantina:

A pesar dos pesares, Diamantina não conhece o desânimo, ela se renova, caminha e marcha para o progresso. Quem vê a frequência que vai tendo o nosso instituto, onde uma infinidade de jovens desta cidade e região norte mineira vem recebendo a instrução secundária. É de considerar por certo os ingentes sacrifícios com que lutaram os seus fundadores e os seus sucessores, para dotar a Diamantina de tão notável, tão importante melhoramento, indispensável à sua vida intelectual, social, moral e religiosa, desde os tempos passados. De há muito, já eram, realmente, as maiores aspirações do nosso povo, a criação desse importante instituto (...). O Colégio Diamantinense constitui hoje um triunfo para a tradicional e gloriosa terra dos diamantes. E é, por isso, com justa razão, que a "Voz de Diamantina" se orgulha com essa grande vitória da simpática causa dos invictos lutadores: “Deus, ciência,

cultura e progresso!” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n.25, 19 setembro 1954, p.03).

A influência religiosa no ensino deste educandário pode ser facilmente percebida no trecho acima. É notável o entrelace entre religião e ensino no brado final: “Deus, ciência, cultura e progresso!”. Ao longo da coluna, ressaltou-se também a importância intelectual, social, moral e religiosa do Colégio Diamantinense desde sua criação. Além disso, destaca a relevância regional da instituição ao mencionar a quantidade de jovens que estariam sendo beneficiados pela oferta do ensino secundário, frequentavam a escola tanto aqueles da própria cidade, como aqueles de toda a região norte mineira.

Os melhoramentos no colégio continuaram. Em coluna de novembro de 1965, o Estrela Polar noticiou: “Vários melhoramentos foram feitos no Colégio Diamantinense pelo dinamismo do Revmo. Pe. Gonçalves, inclusive uma boa quadra de esportes.” (ESTRELA POLAR, LXIII Ano, Nº 46, 21 de novembro de 1965, p. 01). No ano de 1968, o educandário mudou-se para o prédio iniciado na década anterior. Neste mesmo ano passou a funcionar um curso intensivo de preparação aos exames de admissão ao curso ginasial. O curso funcionava em regime de externato, destinado a meninos e meninas e também em regime de internato, de modo exclusivo para meninos (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 37, 14 julho 1968, p.01). O internato funcionou até 1970, quando teve as suas atividades encerradas (BARACHO, 2016).

Na década de 1970 passaram a funcionar cursos profissionalizantes e cursinho pré-vestibular no Diamantinense. O Voz de Diamantina, em dezembro de 1973, publicou a oferta de vagas para Técnico em Contabilidade e Laboratorista de Análises Clínicas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 03). Em 1974, foi divulgado que o colégio estaria estruturando um cursinho pré-vestibular⁹⁵ para o próximo ano (VOZ DE DIAMANTINA, ano 70, n. 10, 01 dezembro 1974, p. 01).

Ao contrário do caráter privado do Diamantinense, o Colégio Tiradentes foi construído pelo 3º Batalhão da Polícia Militar de Diamantina (CODEVALE, 1967). Fundado em 1963, pelo Coronel João José de Almeida, funcionava em regime de externato e oferecia o ginasial e o curso de admissão. Provisoriamente a instituição iniciou suas atividades no prédio do Grupo Júlia, no ano de 1964. Foram cerca de 90 alunos matriculados para cursar a primeira

⁹⁵ Este não foi o primeiro pré-vestibular da cidade. O Curso Primus foi o pioneiro no ramo de preparação para vestibulares. Iniciou em outubro de 1967 e encerrou suas atividades em dezembro de 1974 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 70, n. 14, 29 dezembro 1974, p.01).

série. O Curso de Admissão iniciou-se no ano seguinte com aproximadamente 100 alunos, quando também ocorreu a inauguração do prédio próprio, com galpão, cantina e outros melhoramentos. Dois anos depois, o número de alunos já ultrapassava quatro centenas e houve a necessidade de ampliar o colégio com a construção de mais salas de aula.

Na zona rural encontravam-se mais duas instituições educativas de ensino secundário, ambas localizadas no distrito de Conselheiro Mata. A Escola Normal Regional Joaquim Silvério de Souza funcionava apenas em regime de internato para meninas e oferecia o curso normal destinado à formação de professoras para atuar em escolas da zona rural. O levantamento da CODEVALE (1967) detalhou suas características: biblioteca com mais de mil volumes, equipamento para projeção cinematográfica, campo de experimentação agrícola, gabinete dentário, jornal e laboratório de ciências.

Criada pela Lei nº. 291, de 24 de novembro de 1948, a instituição, assim como outras criadas em Minas Gerais pelo dispositivo legal, conectou-se à conjuntura de modernização, urbanização e intenso fluxo das populações rurais direcionado às cidades. Ao analisar esse contexto de criação, Leonardo dos Santos Neves (2015) menciona que o curso integrou-se a um conjunto de políticas públicas destinadas a estimular o professor do meio rural como agente de transformação do seu meio, bem como na aspiração de modernização e capacitação técnica da escola rural a fim de estimular o desenvolvimento do campo e, por consequência, da economia mineira.

A casa destinada à instituição era, anteriormente à aquisição pelo Estado de Minas Gerais, pertencente à Mitra Arquidiocesana de Diamantina. As instalações foram construídas pela igreja católica para os momentos de lazer e convivência dos alunos do Seminário Sagrado Coração de Jesus, entretanto, a casa foi desativada e, posteriormente, vendida ao governo estadual para abrigar a escola normal rural (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010). Este educandário também perpassou por influências religiosas em seu período de funcionamento. Tal argumentação pode ser sustentada pela proximidade entre os bispos da Arquidiocese de Diamantina e o educandário: "...a começar por Dom José Newton que assumiu o governo da Arquidiocese, pouco tempo depois da instalação da escola, a qual não lhe trazia preocupações, pelo contrário, funcionava como uma grande aliada na execução de seus projetos pastorais" (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p. 166). Esta aliança pode ser percebida também desde o início do funcionamento da escola, quando Dom José Newton nomeou, para prestar assistência religiosa, um capelão com residência fixa no colégio. Posteriormente a Dom José Newton, Dom Sigaud continuou a política de

proximidade com o educandário, exemplo disso foi o envolvimento de ex-alunas em ações sociais tais como atividades de catequese e de ensino religioso nas escolas locais (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010). Por fim, o exemplo mais nítido das influências católicas é o próprio nome da instituição, Joaquim Silvério de Souza⁹⁶ foi o primeiro Arcebispo de Diamantina.

O educandário rural foi poucas vezes mencionado nos noticiários da época. Ao comemorar o décimo oitavo ano de existência da escola, o jornal Voz de Diamantina prestou suas homenagens, caracterizando-o como “modelar estabelecimento, orgulho de nosso município” e agradecendo os benefícios da instituição para a sociedade diamantinense:

A Escola Normal Regional ‘D. Joaquim’ localizada no distrito de Conselheiro Mata, modelar estabelecimento, orgulho de nosso município, estará completando dia 30, mais um ano de sua fundação. Inúmeras foram as turmas formadas, com alunas de vários pontos do Brasil e que hoje estão prestando incalculáveis benefícios nas cidades e principalmente no meio rural. Pela passagem da auspiciosa data, nossos cumprimentos (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 47, 22 setembro 1968, p.01).

Corroborando com o perfil apresentado nos jornais, as pesquisas de Neves (2015) indicam que o educandário contava com assistência pedagógica e financeira que proporcionava formação moderna e atual, além disso, tinha notoriedade na região. Contribuiu, assim, para o aprimoramento educacional de suas alunas, servindo de referência e atraindo alunas de diversos perfis, não somente aquelas interessadas na atuação de professora no meio rural.

Outra instituição rural também existente em Conselheiro Mata foi o Ginásio Padre José de Carvalho. Constituiu-se em um secundário agrícola que funcionava em regime de internato e externato privado. O levantamento da Codevale (1967) menciona que a escola possuía biblioteca, campo de experimentação agrícola e prédio próprio. Todavia, nada mencionou do local onde funcionava a referida instituição. Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010), afirmam que a escola foi criada doze anos após a Escola Normal Rural Joaquim Silvério de Souza. Portanto, estima-se que sua origem data da década de 1960. A partir desse ano, diversas leis estaduais concederam subvenções à escola que giraram entre Cr\$ 15.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00.⁹⁷ Raras vezes o educandário foi mencionado nos jornais

⁹⁶ Entre 1902 e 1905, foi Bispo Coadjutor de Dom João Antônio dos Santos. Após o falecimento de Dom João, assume o bispado até o ano de 1933.

⁹⁷ Dados encontrados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais indicam os seguintes valores de subvenções: Cr\$ 15.000,00 (1960), Cr\$ 50.000,00 (1961), Cr\$ 1.000.000 (1964), Cr\$200.000,00 (1967).

das décadas de 1960 e 1970. Uma delas, ao noticiar as formaturas do ano de 1968, menciona-se que dez alunos concluíram o curso (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 9, 01 dezembro 1968, p.02).

Não obstante, desde a década de 1950, haver reivindicações da imprensa relacionadas à premente necessidade de escolarização profissional, somente nas décadas seguintes foram concretizadas duas iniciativas públicas voltadas à profissionalização. Indícios da promessa de uma instituição nesses moldes foi divulgada na imprensa local como um compromisso assumido por Juscelino Kubitschek quando ainda ocupava o cargo de Presidente da República, no ano de 1958, conforme trecho a seguir:

Marcha para sua concretização a Escola Industrial, prometida pelo Sr. Presidente da República para Diamantina. Em seu discurso pronunciado em Belo Horizonte, por ocasião da inauguração da barragem da Pampulha, S. Excia, declarou o seguinte: 'Em convênio com a Cia. Siderúrgica Nacional, iniciar-se-á, em 1958, a construção da Escola Industrial de Congonhas de Campo, e outras Escolas Industriais serão instaladas em Acesita, Diamantina e S. Sebastião do Paraíso.' É disto que Diamantina precisa. Uma Escola que possa aproveitar tantos meninos que vivem pelas nossas ruas, desocupados e se perdendo. Batemos palmas, esperamos que ela seja em breve uma realidade e mais do que nunca Diamantina será reconhecida ao seu filho Presidente, pois na verdade este será um dos maiores benefícios que ela receberá dele (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n.15, 26 janeiro 1958, Escola Industrial, p.01).

A referida iniciativa profissionalizante foi projetada para ter caráter de escola industrial. Mesmo diante da necessidade de sua pronta instalação, o funcionamento da instituição se deu somente em meados da década de 1970, alinhada à reforma federal do ensino médio de 1º e 2º graus, instituída pela Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. A Escola Polivalente deveria associar a iniciação técnica à educação geral, a fim de orientar os alunos para uma futura escolha profissional. Para atingir tal objetivo, na escola deveria haver disciplinas optativas, tais como ensino de Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar. Conforme planejado pelo Governo Federal, entre 1968 e 1969, as primeiras trinta e quatro escolas polivalentes já haviam sido instaladas. Outras oitenta escolas seriam instaladas até o início do ano de 1974, e Diamantina receberia uma delas (VOZ DE DIAMANTINA, ano 67, n. 9, 26 novembro 1972, p. 02).

Mais uma iniciativa foi o Colégio Estadual Professor Gabriel Mandacarú. Criado pela Lei nº. 4.175, de 13 de maio de 1966, o ginásio, orientado para o trabalho, se destinaria a preparar seus alunos por meio de oficinas profissionalizantes, o que, de acordo com a imprensa, era uma demanda de toda a região (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 12, 20 dezembro 1970, p. 01). A escola deveria funcionar em convênio com a Universidade do

Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG). A construção da sede própria da escola foi iniciada pouco tempo após a instalação de suas atividades, por convênio entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e a CARPE. A verba total liberada pela CARPE teria sido na ordem de Cr\$ 624.000,00 e a cidade dava “mais um grandioso passo para o total desenvolvimento” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 41, 04 agosto 1974, p. 04). A instituição iniciou suas atividades no ano de 1971, meses antes, trecho do discurso do Secretário Estadual de Educação, Heráclito Mourão de Miranda, resume as transformações pelas quais passava a cidade educacional naquele período:

(...) Diamantina, em poucos anos, progrediu mais ao que em um século. Brotaram as escolas de níveis médio e superior, que passaram a prender, aqui os valores essenciais ao progresso da cidade. Os diamantinenses já não são mais emigrantes forçados, que deixaram sua terra em busca de oportunidades agora aqui mesmo encontráveis. (...) Hoje Diamantina é um centro cultural dos mais respeitados do Brasil. As escolas daqui, desde as de grau mais rudimentar, às universitárias são modelos de eficiência organizacional e científica (VOZ DE DIAMANTINA, ano 65, n. 13, 27 dezembro 1970, p. 02).

Heráclito registrou a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino que se materializava com a criação de instituições de ensino primário, médio e superior. Além disso, ao constatar que essas instituições seriam “modelos de eficiência organizacional e científica”, registra a possível referência dos educandários para o ensino à época. Ademais, ao mencionar o aumento das oportunidades locais e a referência da cidade como “centro cultural dos mais respeitados do Brasil”, afirma também o reflexo das transformações do contexto educacional no cenário social, econômico e cultural diamantinense.

Por fim, foi neste panorama de franca expansão das instituições destinadas ao ensino primário e secundário que o Voz de Diamantina mensurou cerca de 11.000 alunos matriculados nas escolas locais. A partir desse número foi sugerido ainda pelo jornal: “Diamantina vai se tornando uma Cidade Universitária” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 01). Assim, além de constituir-se em uma cidade educacional, percebe-se o anseio social em transformar Diamantina em uma cidade universitária. Duas instituições de ensino superior poderiam contribuir para este anseio: uma delas estadual e a outra, federal.

A Faculdade de Odontologia de Diamantina havia sido criada por meio da Lei Estadual nº. 900, de 30 de setembro de 1953, pelo então Governador Juscelino Kubitschek. No primeiro ano de funcionamento as aulas foram lecionadas no prédio do Grupo Escolar

Júlia Kubitschek que ainda estava em fase de conclusão. O governo de Minas adquiriu terreno em área nobre da cidade a fim de que a sede definitiva da Faculdade fosse construída. A primeira turma se formou em 1956, ano em que também foi inaugurado o prédio projetado para a instituição (ABREU, 2006). No período do mandato de Juscelino Kubitschek como Presidente da República, a Faculdade de Odontologia foi federalizada (Lei nº. 3846, de 17 de dezembro de 1960). Transformou-se em autarquia e passou a denominar-se Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD), por meio do Decreto nº. 70.686, de 07 de junho de 1972.

Em menos de duas décadas de funcionamento, já se divulgava a sua posição como “uma das melhores do Brasil” e se projetava a sua ampliação, conforme constatado pela imprensa local:

Faculdade Federal de Odontologia, sem favor nenhum, uma das melhores do Brasil será ampliada, pois o seu prédio já não comporta mais o seu grande crescimento. Fala-se na construção do Campus Universitário em terreno localizado entre Hospital da Saúde e Pão de Santo Antônio. E mais ainda na instalação de outras Faculdades em Diamantina, uma delas seria de Bioquímica. As verbas já foram reservadas para isto (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 01).

A expansão de suas instalações, tais como laboratórios, biblioteca, clínicas e oficinas, seria o primeiro passo para que se concretizasse a ideia de um Campus Universitário, no qual deveriam vir a funcionar faculdades interligadas ao campo da saúde (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 19, 03 março 1974, p. 04). Ainda nos anos 1970, diante do “excelente equipamento de sua Escola de Odontologia e mesmo o seu abalizado Corpo Docente”, a imprensa cogitaria a ideia de se instalar uma Escola de Medicina e projetou: “Diamantina tem tudo para ser realmente uma cidade universitária” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 48, 27 setembro 1970, p.01).

Apesar da ênfase dos jornais na projeção de Diamantina como cidade universitária, o anseio de se criar uma Universidade já havia sido objeto de discussão na 1ª Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha, realizada em maio de 1965. A partir dessa reunião, foi decidido redigir uma moção, direcionada ao Governador do Estado, solicitando a criação de uma Universidade para o Vale do Jequitinhonha. A moção mencionou que a reivindicação se justificaria visto que a instituição seria “do mais alto interesse regional em favor do Ensino e da Cultura” (ASSIS, 1988). O Diretório local da União Democrática Nacional sugeriu a denominação de Universidade do Vale do Jequitinhonha, sendo criada sob o sistema de fundação e “abrangeria ela, dessa forma, toda a zona que compreende do distrito

diamantinense de Val, até a cidade de Salto da Divisa, incorporando todos os institutos superiores por acaso existentes nessa área” (ASSIS, 1988). Considerando que Salto da Divisa é uma cidade do Vale do Jequitinhonha localizada na fronteira com o Estado da Bahia, percebe-se que o projeto deveria atender parte significativa da região, fazendo jus à nomenclatura sugerida.

Após o recebimento da reivindicação, o então Governador do Estado, José de Magalhães Pinto, remeteu ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Jorge Vargas, a Mensagem nº 801, publicada em 04 de outubro de 1965, contida no Ofício Nº 293/65 de mesma data, que dispôs sobre a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. O Projeto de Lei nº. 2.617/65 foi aprovado, convertendo-se na Lei Estadual nº. 4059, de 31 de dezembro de 1965, que autorizou a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ).

Em suma, a partir do exposto nesta subseção, considerando o levantamento dos investimentos estatais, das iniciativas católicas e das instituições criadas em Diamantina, percebe-se que a partir da década de 1960 altera-se o “monopólio do estudo” mencionado pela imprensa em 1950. As décadas de 1960 e 1970 foram propícias à ampliação do acesso à educação primária, secundária e superior. Assim, o ensino passa a estar disponível àquele público antes excluído das possibilidades proporcionadas pela cidade educacional. Em síntese, foi possível perceber que o projeto educacional católico permaneceu presente com o funcionamento do Colégio Nossa Senhora das Dores e do Seminário Episcopal, ao lado do ensino ginásial, científico e comercial ofertados pelo Colégio Diamantinense.

Para além das possibilidades privadas, no que tange às iniciativas do poder público, avolumaram-se as instituições primárias que deixaram de se concentrar apenas na região central para atender aos bairros mais periféricos, como Bom Jesus, Bela Vista, Rio Grande e Palha. Não somente a sede do município foi atendida, o poder público também investiu na zona rural com a construção, reforma e ampliação de unidades escolares. Em relação ao ensino secundário, após retomar o seu funcionamento em 1951, a Escola Normal passa a atender ao ensino ginásial e normal. Além disso, foram criadas outras instituições públicas, como o Colégio Tiradentes, o Ginásio Gabriel Mandacarú e a Escola Polivalente. A zona rural havia sido contemplada já na década de 1940, com o Grupo Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, destinado ao internato agrícola de mulheres instalado em

Conselheiro Mata. Na mesma localidade, anos mais tarde foi instalado o Ginásio Padre José de Carvalho, secundário agrícola destinado a meninos.

Portanto, foi neste cenário de ampliação das oportunidades na cidade educacional, bem como respondendo aos anseios sociais em torno do desejo de transformar Diamantina em “cidade universitária” que se justificou a ideia de se instalar uma instituição de ensino superior que pudesse se dedicar à formação de professores: a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFI), a primeira unidade da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

5. CAPÍTULO IV: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA

O quarto capítulo aborda especificamente a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Apresenta-se o projeto de Universidade com foco nas estratégias e iniciativas direcionadas a expandir a instituição. Na sequência, detalham-se as categorias de análise, abordando especificamente a instituição e seus meandros entre a autorização legal, em 1965 e o reconhecimento de seus cursos, em 1974. Por fim, destacam-se os sujeitos e instituições que se envolveram com a FUVJ e a FAFI, apresentando como contribuíram para o primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha.

5.1 O projeto de uma Universidade do Vale do Jequitinhonha...

A partir da análise dos periódicos locais e das fontes documentais encontradas no Memorial da FEVALE, foi possível perceber que a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina seria apenas a primeira iniciativa direcionada à concretização da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Nessa perspectiva, este tópico apresenta a trajetória institucional, entre a expectativa de sua autorização legal e o reconhecimento de seus cursos, com foco em abordar estratégias e iniciativas direcionadas para se executar o projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha. Destacam-se também a representação da imprensa local, ao divulgar as iniciativas direcionadas a expandir a instituição, bem como os registros de esperanças e oportunidades em torno desse projeto.

Importa levar em consideração que, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente à época, as universidades deveriam se constituir a partir da reunião de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, sob uma administração comum (art. 79, Lei nº. 4.024/61). Nesse aspecto, para que uma instituição de ensino superior pudesse denominar-se “Universidade”, deveria agregar pelo menos cinco faculdades, escolas ou institutos destinados a cursos de nível superior.

Conforme descrito no capítulo anterior, o ensino superior na cidade inaugurou-se com a Faculdade de Odontologia de Diamantina, criada pela lei estadual nº. 990, de 30 de setembro de 1953 e federalizada pela lei nº. 3.846, de 17 de dezembro de 1960. A partir dessa constatação e considerando que a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha ainda estava em sua fase embrionária, questionou-se se não houve iniciativas anteriores, ligadas à Faculdade de Odontologia, direcionadas a impulsionar a expansão institucional e, por

consequência, fomentar um projeto de universidade no Vale do Jequitinhonha. A resposta pode ser constatada nos estudos de Fernandes e Conceição (2005), quando relatam a antiga aspiração de alguns professores do Curso de Odontologia, sob a liderança do professor e doutor João Antônio Meira, por se criar um curso de graduação em Enfermagem. A justificativa para esta pretensão seria a carência de profissionais enfermeiros capacitados para exercer a profissão no Vale do Jequitinhonha, o que dificultava a melhoria dos serviços de saúde da região.

Todavia, nos momentos em que foi discutida a proposta no âmbito da Congregação da Faculdade, diversas eram as discordâncias a respeito, principalmente pelo receio de que o funcionamento de um novo curso pudesse interferir negativamente na qualidade da Odontologia, pois seria necessário compartilhar entre eles os escassos recursos financeiros federais. Além disso, acreditavam que não haveria instalações adequadas para a manutenção de dois cursos (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005). Encontrando os obstáculos descritos acima, João Antônio Meira, ao se tornar o Presidente da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, direcionou a concretização daquele projeto para esta instituição.

Constata-se, portanto, que foi a partir dos entraves relatados acima que a história da Faculdade de Odontologia de Diamantina se cruzou com a história da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, a proposta frustrada em uma instituição se tornaria a oportunidade de crescimento da outra. O curso de Enfermagem seria a primeira tentativa de se expandir a FUVJ, ampliando-se assim as possibilidades de se concretizar o projeto de Universidade.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a reivindicação de se criar uma Universidade em Diamantina foi formalizada na primeira convenção realizada pela União Democrática Nacional (UDN), partido político que buscava avançar sua zona de influência local. A partir dessa proposta, Ney Orlando Rocha, Assessor de João Magalhães Pinto, encaminhou solicitação ao Governador de Minas Gerais para que este pudesse direcionar mensagem à Assembleia Legislativa do Estado a fim de se instituir em Diamantina uma universidade, sob o sistema de fundação.

Após o recebimento da reivindicação, o Governador remeteu ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Jorge Vargas, a Mensagem nº. 801, publicada em 04 de outubro de 1965, contida no Ofício nº. 293/65 de mesma data, que dispôs sobre a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. No projeto de lei, o Poder Executivo

esclareceu que a referida entidade educacional era uma das tentativas estatais para solucionar os problemas da educação em Minas Gerais, sendo o projeto considerado um “amparo simultâneo ao ensino dos níveis primário, secundário e superior”. Além de se caracterizar como uma estratégia educacional, ao promover o ensino superior para outras cidades do interior de Minas Gerais, o Governo do Estado visava alcançar outros objetivos. Tal assertiva pode ser comprovada por meio do fragmento abaixo da Mensagem nº 801:

No que tange ao ensino superior, a localização de novos institutos nas várias zonas do interior, através da criação de Fundações especializadas, tem objetivado não só o aprimoramento cultural das populações, como ainda o adestramento profissional da juventude, com vistas à sua fixação nas próprias regiões de origem (MAGALHÃES PINTO, 1965).

Após a tramitação legislativa, o projeto de lei nº. 2.617/65 foi aprovado, convertendo-se na Lei Estadual nº 4.059, de 31 de dezembro de 1965, que autorizou a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ), com o objetivo primordial de criar e manter a Universidade de Diamantina. Considerando a necessidade de se nomear um representante do Estado de Minas Gerais para os atos constitutivos da Fundação, principalmente para acompanhar a constituição do patrimônio inicial da entidade, nos termos do art. 5º da Lei nº. 4.059/65, foi designado Ney Orlando Rocha. A nomeação dos membros para o Conselho Curador também era uma atribuição do Governador do Estado, conforme o art. 6º da mesma lei. Foram nomeados como membros efetivos desse conselho os senhores: Monsenhor Dr. Celso de Carvalho, Dr. João Brandão Costa e Dr. João Antônio Meira. Para membros suplentes foram nomeados: Dr. Giovanne de Miranda Pereira, Dr. Arquimedes Mota e Professor Joaquim Moreira da Silva. Conforme as exigências legais, a fim de que a instituição pudesse adquirir personalidade jurídica, a primeira providência tomada pelo Conselho Curador foi registrar seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Após a autorização legal ocorrida no ano anterior, houve a necessidade de regulamentação, o que ocorreu por meio do Decreto nº. 9.315, de 07 de janeiro de 1966, que trouxe em anexo o Estatuto da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Dentre outras proposições, o documento previu que a primeira unidade da Universidade seria a Faculdade de Filosofia e Letras, seguidas de outras unidades subsequentes: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Escola de Enfermagem e Escola Superior de Veterinária. Em seguida foi aprovado o Regulamento da Fundação, que ocorreu pelo Decreto nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966.

Ao se noticiar as unidades componentes da Universidade, a imprensa local mencionou que o Conselho Curador cogitava a possibilidade de funcionar, na Faculdade de Filosofia, os seguintes cursos: história, letras (latim, francês, português, espanhol, italiano, inglês e alemão), pedagogia, matemática e possivelmente um curso de jornalismo (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 4, 23 de janeiro de 1966, p. 01,04). Mesmo antes de se conseguir autorização para fazer funcionar tais cursos, noticiou-se a organização da Escola Superior de Enfermagem, como uma primeira estratégia dos médicos envolvidos na Fundação para se concretizar a Universidade do Vale do Jequitinhonha. A imprensa citou ainda que já havia recursos para isso, pois poderiam ser aproveitadas as aparelhagens da Santa Casa, do Hospital e da Faculdade de Odontologia (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 5, 30 de janeiro de 1966, p.01).

O ano de 1967 foi marcado pela expectativa de ser aprovado, no Conselho Estadual de Educação (CEE), o pedido de autorização para se instalar e funcionar a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. O requerimento, datado de 08 de setembro de 1966, foi remetido pelo Presidente da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, Dr. João Antunes Meira, com toda a documentação e detalhamento exigidos pela Resolução nº 24/65 do CEE/MG, que estabelecia as normas de organização dos processos de pedidos daquele gênero. A expectativa para o início do funcionamento ainda naquele ano foi noticiada na imprensa:

Tudo nos leva a crer que funcionará mesmo, este ano, a nossa Faculdade de Filosofia, da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Espera-se para o dia 17 deste a resposta definitiva sobre autorização de seu funcionamento. Sendo assim já no fim do mês e princípio do mês de março seriam realizados os vestibulares. E é pensamento da Reitoria marcar o início das aulas para o dia 15 de março. Numerosos candidatos estão aguardando a sua concretização (ESTRELA POLAR, LXV Ano, Nº 7, 12 de fevereiro de 1967, p. 01).

Porém, na concepção do CEE, a Faculdade ainda não havia preenchido todos os requisitos necessários à autorização. Assim, após despacho do Presidente do Conselho, em 18 de novembro de 1967, o processo foi remetido à Câmara do Ensino Superior para apreciação. Em síntese, o Parecer nº 10/67 pormenorizou a análise dos seguintes itens: atos constitutivos, edifício e instalações, biblioteca, real necessidade e condições culturais e socioeconômicas, capacidade financeira da entidade mantenedora, estatuto, regimento e corpo docente. Depois das considerações e análises, a conclusão do Conselho Estadual de Educação, publicado no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 03 de março de 1967, foi desfavorável à aprovação,

diante da necessidade de correções e complementações imprescindíveis para a apreciação final, principalmente aquelas relacionadas à composição de seu corpo docente.

A Fundação procedeu às alterações solicitadas pelo Conselho e novamente remeteu o processo para análise. Em março de 1968, por meio do Parecer nº. 26/68-CEE/MG, foi aprovado o pedido de autorização de funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia e História. A notícia da autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras foi caracterizada, pelos ex-alunos entrevistados, como um momento de alegria e euforia em Diamantina. Declararam também a expectativa e o entusiasmo da sociedade diamantinense frente a este acontecimento. Exemplifica-se este momento com os trechos abaixo:

...com alegria né, de repente, a gente professora, aparece uma faculdade de pedagogia onde a gente teria condições de crescer né?! Nossa! Foi uma beleza, muito bom, bom demais! (Entrevistada A)

Recebi a notícia com alegria porque era o que eu queria! Eu queria muito fazer um, um curso melhor, uma coisa assim, mas só que inclusive, eu tinha até parentes em Belo Horizonte, mas eu não tinha coragem de procurar, sabe, um lugar sozinha... (Entrevistada B)

Percebe-se que a animação das alunas girou em torno da vontade de adquirir mais conhecimento. Aquela seria também a oportunidade para se qualificarem sem a necessidade de se distanciar de casa. A imprensa local também trouxe o entusiasmo e as expectativas depositadas na Faculdade de Filosofia:

A nossa cidade, que já conta com uma Escola de Odontologia, vai ter agora a sua Faculdade Filosofia grande aspiração do povo diamantinense sempre ansioso de mais conhecimento. A aprovação da FAFI de Diamantina pelo Conselho Estadual de Educação vai provocar, dentro de pouco espaço de tempo, verdadeira revolução cultural dentro de nossa verdadeira linha de tradição, fica, assim constituída, como já se disse a primeira unidade da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Estamos, realmente, de parabéns (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 22, 31 março 1968, p.01).

Felicitando a conquista da autorização de funcionamento, o fragmento revela que significantes eram as projeções em relação à nova instituição. Mesmo já contando com uma instituição de ensino superior – a Faculdade de Odontologia –, creditava-se à FAFI a tarefa de provocar “revolução cultural”, pois estaria ela mais próxima à “verdade linha de tradição” de Diamantina, direcionada às humanidades, à cultura e à arte.

No mesmo ano da autorização, divulgou-se o 1º Concurso de Habilitação da Faculdade, que ocorreria nos dias 17 e 18 de abril de 1968, no Colégio Diamantinense. Após

o vestibular, ao elogiar o índice de aproveitamento do primeiro processo seletivo, a imprensa noticiou o total de 130 aprovados para os quatro cursos que funcionariam na FAFI, ao mesmo tempo em que se remeteu novamente à proposta da abertura da Escola de Enfermagem para o ano de 1969 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 62, n. 26, 28 abril 1968, p.04).

Em 04 de maio de 1968, realizou-se a Aula Inaugural da Faculdade, momento em que foi proferida palestra pelo Professor Aires da Mata Machado Filho, Diretor da Faculdade e pronunciado discurso pelo Dr. João Antônio Meira, Presidente da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Escola de Enfermagem, Faculdade de Direito e Curso de Mineralogia e Geologia foram as projeções de Aires da Mata Machado Filho para a nova Universidade quando da inauguração de seus primeiros cursos. Destaca-se ainda que, naquele ano, por diversas vezes a imprensa noticiou a Escola de Enfermagem como a próxima unidade que viria a se concretizar na Universidade do Vale do Jequitinhonha. As projeções não permaneceram apenas no discurso e desde os primeiros anos, seus gestores apresentaram propostas que deveriam concretizar a enfermagem.

A primeira proposta enviada ao Conselho Estadual de Educação direcionou-se ao Curso de Auxiliar de Enfermagem, também denominado de Ginásio Profissional de Enfermagem. Para justificar a real necessidade da propositura de um curso direcionado à área da saúde, os gestores da FUVJ anexaram declarações dos diretores clínicos dos hospitais da cidade – Santa Casa de Caridade e Hospital Nossa Senhora da Saúde –, nas quais se manifestaram a favor da iniciativa, constatando que consideravam imprescindível e urgente a necessidade de formação de enfermeiras para melhoria do padrão técnico dos serviços hospitalares fornecidos. Além disso, ressaltaram a deficiência de pessoal qualificado ao mencionar que nos sete hospitais de todo o Vale do Jequitinhonha, existiam apenas duas enfermeiras com diploma de nível superior. Anexou-se também ao pedido declaração da Codevale que, apoiando o projeto, além das informações acima mencionadas, fez constar que apesar de alguns profissionais buscarem por qualificação nos grandes centros, nem sempre havia a garantia de que, qualificados, retornariam aos hospitais da região.

Em relação ao edifício e às instalações a serem utilizadas pelo futuro curso, juntou-se ao pedido convênios firmados com os hospitais locais e com o Colégio Nossa Senhora das Dores, local onde deveriam ser ministradas as aulas teóricas da Escola de Enfermagem. Instruiu-se o processo, nesse aspecto, com fotografias dos estabelecimentos citados e memória descritiva das principais salas do Colégio. Em relação à biblioteca, pretendia-se disponibilizar aos alunos e professores a estrutura da Faculdade de Odontologia

de Diamantina, conforme acordado com os dirigentes da instituição. Além disso, o Presidente da Fundação comprometeu-se a adquirir livros para uma futura biblioteca própria, aplicando-se para isso o valor de NCr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos). Em relação à capacidade financeira, declarou-se no processo que seriam utilizados os recursos provenientes, majoritariamente, dos juros das apólices de dívida pública que haviam sido destinados à Fundação, nos termos da lei nº. 4.059/65. Outras fontes de receitas seriam: subvenções da Prefeitura Municipal, taxas de inscrição para o exame de admissão, taxas de matrículas e valores a títulos de anuidades. Anexou-se, ainda, a previsão orçamentária para o primeiro ano. Por fim, indicou-se a relação completa dos professores destinados a lecionar cada uma das disciplinas propostas para o curso. Para cada docente apresentou-se termo de compromisso, atestado de idoneidade moral e currículo *vitae*.

Apesar de obedecer todas as especificações necessárias à aprovação da proposta, o Conselho Estadual de Educação negou o pedido. Justificou-se a negativa visto que a competência das Escolas e Faculdades da FUVJ estaria restrita a ministrar cursos de graduação, especialização e pós-graduação, conforme previsto no art. 8º, inciso II, da lei nº. 4.059/65. Portanto, uma proposta de Escola de Auxiliar de Enfermagem, destinada à criação de cursos de nível médio não se encaixaria entre as atribuições especificadas em lei para a Fundação (FUVJ, 1970).

A partir da manifestação contrária do CEE-MG, a alternativa seria propor a alteração da legislação, o que foi apoiado e impulsionado pelo Deputado Jairo Magalhães. Por meio da proposição de lei nº. 5.715, pretendia-se introduzir novo dispositivo à Lei nº. 4.059/65, buscando adicionar aos objetivos da Universidade do Jequitinhonha o de ministrar cursos médios de enfermagem, o que possibilitaria, assim, a criação de um importante curso para a região.

Ao analisar a proposta, o Governador vetou o projeto, fundamentando-se no Parecer nº. 87/69-CEE/MG, no qual o Conselho já havia se pronunciado contrariamente à medida. A última alternativa foi a propositura de uma Escola Superior de Enfermagem, o que foi relatado como uma providência que já estava em andamento em maio de 1972 (FUVJ, 1972), entretanto nenhuma documentação foi encontrada nos arquivos da FEVALE que pudesse trazer outros detalhes da iniciativa. Quatro anos mais tarde, quando ressurgiu o assunto do curso de enfermagem em reunião, constou-se em ata: “a informação dada é de que o mesmo é da área da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina”(FEVALE, 1976).

Sugere-se que este trecho indica que os gestores da Fundação entenderam que haviam se esgotado as possibilidades para se criar um curso de enfermagem no âmbito da FUVJ, devendo os esforços serem novamente retomados a partir da Faculdade de Odontologia.

Ao mesmo tempo em que se direcionavam iniciativas à criação de um estabelecimento na área da saúde, adiantava-se uma parceria internacional para promover a instalação de instituto destinado a cursos de pós-graduação em Geologia e mapeamento da região. A partir de ofício datado de fevereiro de 1969 (FUVJ, 1969), constata-se que este assunto começou a ser discutido já naquele ano, quando a FUVJ remeteu à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais a proposta de criação de uma Escola de Geologia em Diamantina. Considerando que as instituições se encontravam em um período de transição legislativa, devido à recente aprovação da reforma universitária, a resposta da UFMG direcionou-se a mencionar que, após a implantação do Instituto de Geociências, seria possível a análise da proposta formulada pela Fundação.

Assim, a proposição aventada naquele ano somente se concretizaria a partir do acordo de cooperação técnica firmado entre os governos da República Federativa da Alemanha e do Brasil, em 03 de outubro de 1969, direcionado a fomentar o auxílio mútuo no campo do ensino prático e científico de geologia. Perdurando por quatro anos, o governo brasileiro comprometeu-se a arcar com despesas de viagem e alojamento de estudantes no exterior, proporcionando o intercâmbio científico com geólogos da Alemanha. Além disso, foram previstos mapeamentos de campo e pesquisas científicas nas quais estariam envolvidos geólogos brasileiros e alemães (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 22, 29 março 1970, p.01).

Em Diamantina, a cooperação técnica concretizou-se com a parceira firmada entre o Conselho Curador da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e o Professor Reinhard, da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, para a instalação e incorporação do Instituto Eschwege⁹⁸ à FUVJ, o que oficialmente ocorreu em 15 de setembro de 1970 (FUVJ, 1970). Ressalta-se que a parceira estava em conformidade com a Lei nº. 4.059/65, na qual se previa a possibilidade de a Universidade do Vale do Jequitinhonha incorporar institutos de ensino superior existentes na região mediante proposta fundamentada do Reitor e aprovada pelo Conselho Curador da Fundação.

⁹⁸ O nome do instituto relacionou-se à figura do Barão Eschwege, engenheiro de minas, um dos primeiros pesquisadores da Serra do Espinhaço e da geologia de Minas Gerais.

O Instituto Eschwege, instituição de caráter permanente, foi criado por iniciativa de geólogos da Universidade de Heidelberg para se dedicar ao ensino prático das geociências, em colaboração com pesquisadores brasileiros de várias instituições de ensino superior. Destinava-se a cursos de pós-graduação em geologia e mapeamento geológico da região (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 47, 20 setembro 1970, p.01). Incorporando-se à FUVJ, esta seria responsável também por sua administração. A documentação encontrada revela que as finanças do Instituto foram gerenciadas pelo Conselho Curador da Fundação, ao longo do período de vínculo entre as instituições. A respeito do orçamento destinado ao Instituto, registrou-se em ata de 1972, que a verba direcionada ao Eschwege totalizava 56 milhões de cruzeiros novos para aquele ano (FUVJ, 1972).

Outra possibilidade de se concretizar o projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha também foi consignada na ata da Assembleia Geral da Fundação do ano de 1972. Constata-se que havia pessoas interessadas em criar a Escola Superior de Ciências Contábeis e estavam planejando estabelecer as bases desse futuro estabelecimento. Registrou-se ainda que já havia alunos suficientes para a sua criação. Sugere-se que esta foi uma alternativa sem desdobramentos práticos, pois em nenhum outro momento mencionou-se estratégias ou iniciativas destinadas a propor este estabelecimento.

Redirecionando a atenção para a Faculdade de Filosofia e Letras, registrou-se também naquela ata que, em dezembro de 1971, já haviam sido entregues ao Conselho Estadual de Educação relatórios da instituição referentes aos anos de 1968, 1969 e 1970, peças fundamentais para a liberação do parecer do órgão estadual que, após apreciação, deveria ser remetido ao Conselho Federal de Educação para a conclusão do processo de reconhecimento. Este deu entrada no Departamento de Assuntos Universitários em outubro de 1972, constituindo o processo nº. 259.910/72 (FUVJ, 1973). A partir daí, foram designados membros para compor a Comissão Verificadora das condições da instituição para efeito de reconhecimento. A comissão compareceu ao estabelecimento e consignou favoravelmente ao pedido, estando o processo em condições de ser apreciado pelo Conselho Federal (FUVJ, 1973).

A primeira apreciação do requerimento se consolidou no Parecer nº. 1.778/73-CFE, a partir do qual se baixou o processo em diligência para o atendimento das seguintes recomendações: a) substituir os títulos de professores impugnados; b) ampliar a biblioteca da Faculdade; c) elevar o salário do magistério; d) modificar a denominação da entidade

mantenedora. Considerando que os três primeiros aspectos citados acima foram abordados em outros tópicos desta pesquisa, direciona-se à abordagem do último item, referente à alteração do nome da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Consoante as orientações dispostas na Resolução nº. 17, de 04 de maio de 1973, do Conselho Federal de Educação, não seriam analisadas as postulações de reconhecimento de entidades mantenedoras que apresentassem em sua nomenclatura algum dos seguintes termos: “universidade”, “universitária” ou “universitário”, se os estabelecimentos de ensino mantidos por ela não atendessem aos requisitos do art. 11, combinado com os artigos 5º e 7º, da Lei nº 5.540/1968. Para o CFE, a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, apresentando apenas a unidade destinada à Faculdade de Filosofia e Letras não atenderia aos critérios mencionados.

Também conhecida como Reforma Universitária, o diploma legal de 1968 priorizou a organização do ensino superior em universidades, sendo admitidos centros isolados de ensino apenas como exceção. Entretanto, até o início da década de 1970, a FUVJ ainda se caracterizava como uma instituição isolada de ensino superior, visto que não havia conseguido se estruturar para atender aos critérios da legislação. Assim, a fim de se atender às recomendações do CFE, foi proposto o projeto de lei estadual nº. 947, de 21 de novembro de 1973, para alterar a nomenclatura da Fundação. Após a tramitação legal, em 19 de dezembro de 1973, converteu-se na Lei Estadual nº 6.270, modificando a nomenclatura da entidade mantenedora de “Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha” para “Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE”.

Tomadas as providências necessárias, o Presidente da Fundação reencaminhou o processo de reconhecimento para apreciação do CFE. Depois da apreciação, foi elaborado o Parecer nº. 88/74-CFE, momento em que se registrou o cumprimento das diligências anteriormente solicitadas, todavia persistia a pendência relativa à aprovação de dois professores, cada um dos quais regendo duas disciplinas. O parecer subsequente requereu ainda alterações regimentais que foram prontamente cumpridas pela Fundação. Finalmente, após diversas modificações requeridas, o Parecer nº. 2.278-CFE, de 07 de agosto de 1974, foi favorável ao reconhecimento da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. Por meio do Decreto nº. 74.573, de 19 de setembro de 1974, o Governo Federal concedeu à instituição o reconhecimento.

Ressalta-se que o CFE estabeleceu os cursos, suas habilitações e o total de 180 vagas anuais, assim distribuídas: ao curso de Filosofia e História destinaram-se 30 vagas a

cada um; ao curso de Letras, com as possibilidades de: licenciatura plena, Português-Literatura, Português-Inglês e Português-Francês, foram destinadas 40 vagas; e, ao curso de Pedagogia, com as modalidades de licenciatura plena e habilitações em Administração Escolar, Inspeção Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau, destinaram-se mais 80 vagas.

A notícia do reconhecimento da Faculdade de Filosofia e Letras foi comemorada com a promoção de um encontro de alunos e ex-alunos, constando na programação missa em ação de graças, coquetel de confraternização e hora dançante no Clube Acayaca (VOZ DE DIAMANTINA, ano 70, n. 4, 20 outubro 1974, p.01).

5.2 Os meandros institucionais

A partir dos achados documentais disponíveis no acervo do Memorial da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha foi possível definir seis unidades de registros as quais correspondem as categorias de análise definidas nos traçados metodológicos. As fontes documentais foram lidas e analisadas no intuito de selecionar as ideias mais importantes e recorrentes e assim, registrar especialmente as particularidades que mais se destacaram para a pesquisadora ao longo das análises documentais, sendo, portanto, um recorte da realidade institucional.

5.2.1 Estrutura Organizacional

Por meio da análise do estatuto, do regulamento e outras documentações que fornecem subsídios de como a instituição se organizou no período entre a autorização e o reconhecimento, apresenta-se neste tópico a estrutura organizacional da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Ao desenvolver este tema não há o intuito de esgotar a abordagem das normas que organizavam a instituição, pretende-se apenas ampliar o entendimento de como funcionava a FUVJ e a FAFI, facilitando a compreensão das demais categorias trabalhadas ao longo deste capítulo.

Nos termos da autorização legal para se instituir a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, a entidade deveria se organizar a partir de dois documentos: o estatuto e o regulamento. O estatuto, aprovado por decreto do Poder Executivo, deveria regulamentar assuntos estruturantes da Fundação, tais como: patrimônio, rendimentos e órgãos de administração e deliberação. No regulamento seriam estabelecidas as normas relativas à organização da Universidade e as atribuições de cada uma de suas unidades de ensino e órgãos administrativos, tais como: reitoria, conselhos e outras instâncias internas. Para cumprir a determinação legal, a primeira tarefa foi elaborar o estatuto para que se pudesse dar continuidade aos trâmites necessários ao início de seu funcionamento.

Nos termos do Estatuto, aprovado por meio do Decreto nº. 9.315, de 07 de janeiro de 1966, a Universidade do Vale do Jequitinhonha deveria ser uma “unidade orgânica”, na qual se integrariam institutos centrais de ensino e pesquisa, bem como escolas e faculdades destinadas à formação profissional. Para criar, instalar e manter a Universidade, foi instituída

uma Fundação. Esta Fundação, sem fins lucrativos, constituiu-se em uma entidade administrativa e financeiramente autônoma a fim de que pudesse realizar os objetivos estabelecidos em lei para os quais foi destinada, sendo o principal deles: manter a Universidade do Vale do Jequitinhonha.

A Fundação organizava-se em órgãos administrativos e deliberativos, dentre eles: a Assembleia Geral, o Conselho Curador e o Conselho Fiscal. Os membros de tais instâncias deveriam exercer seus mandatos de maneira gratuita, pois se considerava tais atribuições *múnus público*.⁹⁹ A Assembleia Geral caracterizava-se como um órgão de deliberação, no qual se definiam assuntos relacionados às finanças institucionais: balancetes e relatórios financeiros, bem como a escolha de membros para o Conselho Fiscal. Seriam membros natos da Assembleia todos aqueles que houvessem feito doações de bens livres para se criar a Fundação. Outras possibilidades para se tornar membro deste órgão era se encaixar em alguma das seguintes possibilidades: doar patrimônio significativo à Fundação; se distinguir no meio local pelo saber notório ou pela relevância de seu comportamento profissional, moral ou social, ou ainda, ter revelado qualidades excepcionais ao longo de seus estudos em algum dos estabelecimentos mantidos pela Fundação.

Outro importante órgão deliberativo previsto em lei era o Conselho Curador da instituição. Em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4.024/61), o Conselho Curador tinha as funções de: aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do diretor que não estivessem previstos no regulamento (art. 86). Na FUVJ, este órgão era constituído por três membros efetivos e três suplentes, escolhidos livremente pelo Governador do Estado, entre pessoas de ilibada reputação e notório saber. O Estatuto estabeleceu ao Conselho atribuições que refletiam diretamente no cotidiano escolar, tais como: elaborar o regulamento da instituição; aprovar planos de trabalho e propostas orçamentárias e acompanhar suas execuções; aprovar o quadro e fixar a remuneração do pessoal docente, técnico e administrativo; decidir sobre a instalação de novos institutos ou cursos e a criação ou encampação de outros estabelecimentos; fixar as taxas de matrícula e anuidade a serem cobradas dos alunos da Universidade; e decidir sobre aceitação de doações e alienação de imóveis.

Conforme mencionado, ao Conselho Curador caberia a atribuição de elaborar o regulamento da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Este documento, aprovado pelo

⁹⁹ Define-se como um dever, uma obrigação imposta por lei a fim de se atender a algum interesse público em benefício da coletividade.

Decreto nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966, constituiu como objetivo fundamental da Universidade a instituição e desenvolvimento de um sistema de ensino, pesquisa e extensão, de nível superior, consoante com a política educacional e de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Poderiam ser criados e ministrados por suas unidades universitárias cursos nas seguintes categorias: graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento, especialização, livres e de extensão. A Universidade, com sede em Diamantina, deveria formar profissionais e especialistas de nível universitário, promovendo o desenvolvimento das ciências, letras e artes. Além de estabelecer seus objetivos, o regulamento detalhou a autonomia da instituição, assegurando a independência didática, administrativa, financeira e disciplinar da Universidade, em conformidade à legislação vigente e nos termos do estatuto institucional.

No que tange à administração, esta seria exercida pelo Conselho Universitário e pela Reitoria da Universidade. Ao Presidente da Fundação caberia exercer o cargo de Reitor. Ao Conselho Universitário foram atribuídas funções deliberativas e consultivas minuciosamente descritas no regulamento. Salienta-se que, até que fosse constituído o Conselho Universitário, suas atribuições seriam exercidas pelo Conselho Estadual de Educação, nos termos do Parecer nº. 10/67-CEE/MG.

Além dos órgãos acima descritos, deveriam compor a instituição as unidades universitárias, responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas quais haveria departamentos formados por um conjunto de cátedras. As unidades universitárias deveriam conter os seguintes órgãos de deliberação: Congregação, como órgão superior de direção; Conselho Departamental, responsável pelas matérias de administração, disciplina, ensino e pesquisa; e a Diretoria, incumbida de coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades.

Duas outras figuras importantes para a instituição eram o Conselho Fiscal e o Inspetor. Ao Conselho Fiscal delineavam-se atribuições relacionadas à esfera contábil da instituição, tais como: examinar livros contábeis, papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósitos; e ainda, apresentar à Assembleia Geral ordinária parecer sobre as atividades econômicas da Fundação, tendo como base o inventário, o balanço e as contas. Este órgão deveria ser composto por três membros efetivos e três membros suplentes, escolhidos anualmente pela Assembleia Geral, entre seus membros ou não. Ao Inspetor caberia a função de fiscalizar a instituição, resguardada a competência do Conselho Estadual de Educação para supervisionar o seu trabalho. Observa-se ainda que, à época, por não haver no quadro de funcionários do Estado inspetores admitidos especificamente para fiscalizar os

estabelecimentos de ensino superior, tal atribuição poderia ser exercida pelos ocupantes das funções de fiscais permanentes de ensino normal ou professores de ensino médio, portadores de diplomas de ensino superior; ou ainda pelos Delegados de Ensino, dentro da jurisdição de cada Delegacia.¹⁰⁰

O regulamento estabeleceu que a primeira unidade a se instalar deveria ser a Faculdade de Filosofia e Letras. Posteriormente, seriam criadas outras que passariam a compor a Universidade do Vale do Jequitinhonha. O regulamento previu expressamente as seguintes unidades: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Escola de Enfermagem e Escola Superior de Veterinária.

Aos membros da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras foi incumbida a responsabilidade de elaborar o Regimento Interno. Obedecendo aos preceitos da lei nº 4.059/65 e do estatuto da FUVJ, a Faculdade de Filosofia e Letras era dotada de autonomia didática e disciplinar e tinha como objetivos:

- a) funcionar, no conjunto das atividades universitárias, como centro de investigação e cultura;
- b) preparar trabalhadores intelectuais e pesquisadores para o exercício de atividades culturais de natureza científica, técnica e profissional;
- c) preparar candidatos ao magistério do ensino médio e do superior e concorrer para a formação de educadores e orientadores do ensino em geral;
- d) realizar pesquisas, especialmente as relacionadas com os problemas nacionais e regionais;
- e) contribuir para a formação de cultura superior norteada pelos princípios do Cristianismo.

O Regimento também especificou a organização interna da Faculdade e a composição e atribuições dos seguintes órgãos administrativos e deliberativos: Congregação, Conselho Departamental e Diretoria. A Faculdade deveria compor-se por unidades de ensino e pesquisa denominadas de departamentos. Os departamentos seriam formados pela reunião de cátedras, suas disciplinas integrantes, seus laboratórios e demais serviços auxiliares. A organização da FAFI deveria se estabelecer a partir dos seguintes departamentos: a) Filosofia; b) Letras; c) Pedagogia e d) História, cada qual com o curso correspondente. Trouxe também as disciplinas de cada um dos cursos, estabelecidas conforme os quadros abaixo:

¹⁰⁰ Resolução nº. 82/68, aprovada em 22 de março de 1968: dá nova redação ao art. 11 da Resolução nº. 70/67, de 24 de agosto de 1967.

Quadro 6 - Setação de disciplinas do curso de Filosofia

CURSO DE FILOSOFIA	
1ª série	Introduaão à Filosofia História da Filosofia Antiga Psicologia Geral Lógica Sociologia I
2ª série	Psicologia da Educação: infância e adolescência Sociologia II História da Filosofia Medieval Filosofia Geral – Problemas Metafísicos Teoria do Conhecimento
3ª série	Ética História da Filosofia Moderna Didática Psicologia da Educação: aprendizagem e motivação Filosofia Geral – Problemas Metafísicos
4ª série	História da Filosofia Contemporânea Filosofia Geral – Problemas Metafísicos Elementos de Administração Escolar Prática de Ensino Cultura Religiosa

Fonte: elaborada pela autora a partir do primeiro regimento interno da FAFI.

 Quadro 7 - Seriação de disciplinas do curso de Letras

CURSO DE LETRAS

1ª série

Língua Portuguesa I
 Literatura Portuguesa I
 Língua Francesa I
 Língua Inglesa I
 Língua Latina I
 Teoria da Literatura

2ª série

Língua Portuguesa II
 Literatura Portuguesa II
 Literatura Brasileira I
 Língua Francesa II
 Língua Inglesa II
 Língua Latina II

3ª série

Literatura Portuguesa III
 Literatura Brasileira II
 Literatura Francesa I
 Literatura Inglesa
 Psicologia Geral
 Didática

4ª série

Literatura Francesa II
 Literatura Anglo-Americana
 Linguística
 Elementos de Administração Escolar
 Prática de Ensino
 Cultura Religiosa

Fonte: elaborada pela autora a partir do primeiro regimento interno da FAFI.

Quadro 8 - Seriação de disciplinas do curso de Pedagogia

CURSO DE PEDAGOGIA	
1ª série	Estatística Geral Sociologia I (Geral) Psicologia Geral Biologia História da Educação
2ª série	Sociologia II (da Educação) Estatística Aplicada Psicologia da Educação – Infância e Adolescência Biologia História da Educação
3ª série	Psicologia da Educação – Aprendizagem, motivação. Elementos de Administração Escolar Filosofia da Educação Didática
4ª série	Psicologia da Educação – Psicologia Diferencial Elementos de Administração Escolar Prática de Ensino Cultura Brasileira Cultura Religiosa

Fonte: elaborada pela autora a partir do primeiro regimento interno da FAFI.

Quadro 9 - Seriação de disciplinas do curso de História

CURSO DE HISTÓRIA	
1ª série	Introdução ao Estudo da História História Antiga História Medieval História do Brasil I – Período Colonial História da América – Período Colonial
2ª série	História do Brasil I – Império História da América – Época Independente História Moderna História Econômica – Geral
3ª série	História do Brasil II – República História Contemporânea História Econômica (do Brasil) Psicologia Geral Didática
4ª série	História do Brasil II – Regional Sociologia I – Geral Elementos de Administração Escolar Prática de Ensino Cultura Religiosa

Fonte: elaborada pela autora a partir do primeiro regimento interno da FAFI.

A carga horária e o conteúdo ministrado em cada uma das disciplinas não foram especificados no documento, mas provavelmente constaram nos planos de ensino elaborados pelos docentes responsáveis por cada disciplina. Outra disposição ausente foi o limite de matrículas em cada disciplina/curso. Constata-se que Cultura Religiosa era disciplina comum a todos os cursos e, nos termos do regimento, era de matrícula facultativa, de acordo com a confissão religiosa do aluno. Além das normas descritas acima, o documento destinou capítulos específicos para: organização didática, pessoal, serviços, corpo discente, regime disciplinar e regime financeiro.

Ressalta-se que, depois de sancionada a Lei nº. 5.540/68 e o Decreto-lei nº. 464/69, a instituição foi instada a proceder às adaptações necessárias em seus normativos internos (CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR, 1969), a fim de obedecer às novas regulamentações. O prazo para as reformulações foi de noventa dias contados da vigência do Decreto-lei nº. 464/69, nos termos do art. 18 deste normativo. Não obstante a previsão legal, não foram encontrados documentos que relatem possíveis modificações ocorridas no estatuto

e no regulamento geral da Fundação, nem mesmo outros normativos que viabilizem analisar quais as adaptações realizadas em decorrência da nova legislação.

No que tange ao Regimento da Faculdade de Filosofia e Letras, formou-se uma comissão, composta por docentes, para propor as modificações pertinentes. A comissão contou com o apoio do professor Amaro Xisto, membro do Conselho Estadual de Educação, e, após as análises, concluiu que o documento deveria ser totalmente refeito por um profissional competente no assunto (FUVJ, 1970). Por este motivo, foi sugerido à Direção da Faculdade providenciar o encaminhamento a um especialista. Destaca-se que, providenciar as alterações necessárias no documento era uma das principais exigências para se conseguir o reconhecimento de seus cursos junto ao Conselho Federal de Educação. Apesar de não ter sido encontrada documentação que possibilite a análise das modificações procedidas no regimento, este assunto foi objeto de análise no Parecer nº. 2.025/74-CFE, no qual foi declarado que a peça ainda estava “bastante insatisfatória”, listando todos os artigos que deveriam ser alterados. Percebe-se, portanto, que proceder as alterações regimentais foi um processo moroso, iniciado em 1970, com a comissão citada acima e encerrado apenas em 1974, quando foram atendidas as exigências estabelecidas pelo CFE no parecer retro mencionado.

Neste momento, conhecendo a estrutura organizacional a partir da qual se estabeleceu a FUVJ e a FAFI, apresentam-se a seguir as demais categorias objeto de análise neste estudo, quais sejam: infraestrutura institucional; recursos e situação financeira institucional; perfil dos professores; perfil dos alunos e cotidiano escolar.

5.2.2 Infraestrutura Institucional

A pesquisa documental desenvolvida ao longo deste estudo possibilitou analisar três aspectos referentes à infraestrutura institucional: edifício, instalações e biblioteca. Conforme exposto a seguir, destaca-se que a situação financeira da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha foi um dos fatores que interferiu nos aspectos a serem estudados, o que demandou de seus gestores criatividade na busca de alternativas para contornar os obstáculos advindos da escassez de recursos financeiros.

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas para se colocar em funcionamento os cursos da recém-criada Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina foi a escolha do seu

local de instalação. Assim como aconteceu com diversas instituições educacionais diamantinenses, a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha buscava como alternativa iniciar suas atividades em alguma das instalações pertencentes a outras entidades locais. Inicialmente, o Conselho Curador cogitou três alternativas: o Colégio Diamantinense, a Faculdade de Odontologia ou o Grupo Escolar Mata Machado. Para a imprensa local, o Colégio Diamantinense poderia oferecer a melhor estrutura, pois tinha o maior número de salas e ainda, por funcionar apenas no período da manhã, o horário da tarde e da noite estariam disponíveis para as aulas da Faculdade (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 4, 23 de janeiro de 1966, p.1 e 4). A escolha final recaiu sobre o Colégio Diamantinense que pactuou em ceder provisoriamente suas instalações ao funcionamento da FAFI.

Apesar de haver um documento formal, datado de 27 de agosto de 1966, confirmando a cessão do prédio onde funcionava o curso científico do Colégio Diamantinense à Faculdade, esta documentação não seria suficiente para que a FAFI tivesse seu pedido de funcionamento autorizado. Nos termos da Resolução nº. 24/65 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, a instituição deveria apresentar provas que permitissem ao Conselho “reconhecer que o ensino ou cursos poderão funcionar em caráter permanente, sem perturbações criadas por situações jurídicas embaraçosas”. Portanto, necessário seria um documento que proporcionasse segurança jurídica à parceria estabelecida com o Colégio Diamantinense. Além das constatações supracitadas, o Parecer nº. 10/67-CEE,¹⁰¹ destacou a ausência de planta baixa do prédio e de fotografias de salas de aula e instalações que pudessem ilustrar o espaço que seria ocupado pela futura faculdade.

A fim de sanar as irregularidades apontadas pelo Conselho Estadual de Educação, foi firmado convênio¹⁰² entre a Mitra Arquidiocesana de Diamantina, proprietária do Colégio Diamantinense e a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, representada pelo Presidente do Conselho Curador, prevendo que as salas de aula, instalações, móveis e laboratórios do Colégio serviriam ao funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras até que esta pudesse dispor de prédio próprio. Em contrapartida, a Fundação disponibilizaria duas bolsas de estudos gratuitas em cada um de seus cursos para professores do Colégio que desejassem matricular-se na Faculdade. Além das bolsas de estudo, a Fundação deveria contribuir, anualmente, com um auxílio financeiro dentro de suas possibilidades orçamentárias. O convênio previu ainda que a Fundação deveria organizar seus horários de

¹⁰¹ Parecer nº 10/67 do Conselho Estadual de Educação, publicado no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 03 de março de 1967.

¹⁰² AEAD, Caixa 97, Convênio entre a Mitra e FUVJ, de 31 de março de 1967.

trabalho de modo que não prejudicasse o funcionamento normal diurno e noturno do Colégio. A Fundação deveria também se responsabilizar por quaisquer danos materiais causados ao Colégio na vigência do acordo, mesmo que ocasionado por seus alunos, professores ou funcionários.

O convênio foi levado ao conhecimento do CEE, juntamente com as fotografias solicitadas e a planta baixa do prédio do Colégio Diamantinense. Assim, a FUVJ pôde confirmar a existência de doze salas de aula e cinco salas destinadas a serviços auxiliares que estariam à disposição da Faculdade. Após os esclarecimentos necessários, a Câmara de Ensino Superior do CEE¹⁰³ constatou que as instalações seriam suficientes para a primeira fase de atividades da FAFI, permitindo, no que tange a esse aspecto, a análise favorável à autorização de funcionamento.

Apesar do caráter transitório da parceria estabelecida com a Mitra Arquidiocesana, ao longo de seus primeiros anos de funcionamento a Faculdade não teve condições de adquirir prédio próprio, o que fez com que as dependências do Colégio servissem, ao longo de todo o período em estudo, à Reitoria da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, à Diretoria e Secretaria da Faculdade e também à administração de suas aulas. Ressalta-se, todavia, que a parceria entre as duas instituições não foi permanentemente amistosa. Para confirmar essa percepção, cita-se que, ao reunirem-se para discutir diversos dos problemas que enfrentavam os estudantes, a ata de 24 de abril de 1972, do Diretório Acadêmico João XXIII, registrou a ausência de organização referente às salas utilizadas pela Faculdade: “existem salas, mas não há organização, cada dia a aula é em sala diferente”. Além disso, consignou a “falta de entendimento com o secretário do Colégio Diamantinense quanto ao horário de se fechar o portão de saída...”.

Outra constatação que revela certa hostilidade entre o gestor do Colégio e a Fundação ocorreu quando, reafirmando o compromisso assumido pela Faculdade de que suas atividades não prejudicariam o funcionamento normal do Colégio, o Diretor do Diamantinense, remeteu ofício ao Presidente da Fundação para informar que havia tomado conhecimento de que as plantas do Colégio seriam encaminhadas ao Ministério da Educação para fins do reconhecimento da FAFI, momento em que reivindicou que a providência deveria ter sido levada ao conhecimento da Mitra Arquidiocesana, conforme trecho abaixo:

¹⁰³ Parecer nº 26/68 do Conselho Estadual de Educação, publicado no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 09 de maio de 1968.

Tomei conhecimento das plantas que estão sendo feitas e que serão enviadas para o MEC. É natural que sendo o Colégio de propriedade da Mitra, S. Exa. seja ouvido a respeito para evitar qualquer aborrecimento futuro. É uma questão de prudência e de respeito (COLÉGIO DIAMANTINENSE, 1972).

Constata-se, porém, que tais impasses não interferiram no reconhecimento requerido ao Conselho Federal de Educação (CFE) no ano de 1973 e deferido no ano de 1974. Em seu derradeiro parecer, o CFE considerou que os prédios do Colégio onde funcionava a Faculdade seriam sólidos e comportavam perfeitamente os quatro cursos objeto de reconhecimento naquele momento. O parecer descreveu a existência de dezessete salas de aula com área superior a 50m² e ainda, a possibilidade de ampliação a partir de adaptações que poderiam ser feitas em outras instalações do colégio.

Entretanto, percebe-se que provavelmente a análise do CFE perpassou por toda a estrutura disponível no Colégio e não necessariamente apenas à parte disponível à Faculdade, pois documentos internos revelam que já no ano de 1973 planejava-se a adaptação dos salões de dormitórios do prédio onde funcionou o antigo Internato do Colégio para que as aulas da Faculdade ocorressem ali, segregando as atividades do Colégio e da Faculdade (FUVJ, 1973). A entrega definitiva das dependências utilizadas pela Faculdade foi solicitada em caráter de urgência em dezembro de 1974 (COLÉGIO DIAMANTINENSE, 1974), sob o pretexto da necessidade de se fazer limpeza e adaptações para salas-ambiente. Neste sentido, foram solicitados: o prédio onde funcionava a Secretaria e a Biblioteca, os cômodos onde funcionavam o Curso de História e o Diretório Acadêmico João XXIII e ainda as dependências do prédio novo do Colégio. O documento expôs ainda que, a partir do ano letivo de 1975, conforme entendimentos entre o Arcebispo Metropolitano, a Direção do Colégio e a Reitoria da Fundação, as instituições deveriam funcionar isoladamente. Todas as atividades foram transferidas definitivamente para o antigo Internato em março de 1975, que após reformado e adaptado, permitiu a instalação de salas de aulas e parte administrativa de “modo bastante funcional” (FEVALE, 1976).

Quanto aos equipamentos didáticos, a Faculdade conseguiu adquirir logo em seus primeiros anos de funcionamento retroprojetores, projetores de slides, epidiascópios, álbuns seriados, telas de projeção e mimeógrafos (CFE, 1974). Entretanto, em relação às carteiras e quadros-negros, utilizava-se daqueles pertencentes ao Colégio. Sobre esse aspecto, um dos entrevistados mencionou que no início utilizavam-se de carteiras duplas, aquelas em que se sentavam dois alunos juntos, posteriormente foram trocadas por carteiras únicas, individuais,

que também pertenciam ao colégio.

Em relação à disponibilidade de livros para alunos e professores, a Fundação também buscou parcerias que pudessem contornar a ausência de uma biblioteca própria. A estratégia inicial foi buscar junto a outras instituições da cidade autorização para que a Faculdade pudesse utilizar-se de seus acervos bibliográficos. A Biblioteca Antônio Torres, dispondo de cerca de mil e duzentas obras à época, foi colocada à disposição pelo seu Diretor. A Faculdade de Odontologia de Diamantina também colocou à disposição seu acervo de cerca de oitocentos livros à utilização dos alunos dos cursos de Filosofia, Letras, História e Pedagogia. Porém, ao analisar este aspecto, no Parecer nº. 10/67, o CEE considerou que apenas o acervo da Biblioteca Antônio Torres poderia atender à demanda do corpo docente e discente da Faculdade, visto que a biblioteca pertencente à Odontologia destinava-se especificamente para assuntos especializados àquela área do conhecimento, sendo inapropriada à utilização de estabelecimento de ensino com propósito diferente.

Ressalta-se que as entrevistas com os ex-discentes das primeiras turmas confirmaram a ausência de biblioteca própria e destacam a maneira encontrada pelos alunos para aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula:

(...) a gente emprestava livro sabe! Eu comprava, falar com você, eu comprava todos os livros que mandavam, que vinham. Eu chegava lá em casa e falava: ‘oh pai, eles estão com uns negócios lá de um livro mas acho que não vou mexer com isso não’, e pai: ‘o que? Oh minha filha como é que você vai estudar? Pode pegar, compra.’ Tem livro que eu tenho ali até hoje, outro dia eu tava (*sic*) olhando ali umas coisas sabe (...)

Percebe-se que alguns alunos optavam por adquirir os livros indicados pelos professores e depois disso emprestavam aos seus colegas de classe. Outra entrevistada confirmou que às vezes comprava um livro e outra colega comprava outro, depois uma emprestava à outra e iam se ajudando, dividindo o material adquirido. Outra opção lembrada por um dos entrevistados foi a utilização da biblioteca do próprio Colégio Diamantinense, a partir de indicações dos professores. Entretanto, ao comparar com os tempos atuais, um dos entrevistados mencionou: “não tinha internet né, aí tinha que correr atrás de livros”. O ex-aluno recordou também que alguns deles já possuíam parte das bibliografias estudadas, visto que eram professores de escolas de ensino médio e utilizavam-se daqueles mesmos livros para trabalhar com seus alunos, como era o caso do entrevistado: “Muitos de nós já tínhamos os livros, porque a gente dava aula, então a aquisição dos livros a gente já tinha, então o que se desenvolvia na aula aqui era mais ou menos o que a gente trabalhava, então a gente já tinha os

livros indicados.”.

A fim de diminuir as dificuldades encontradas pelos alunos e estruturar sua própria biblioteca, além das parcerias com as instituições supracitadas, a gestão da FUVJ buscou doações de livros para a Faculdade. Foram expedidos ofícios destinados ao Ministério da Educação e Cultura, à USIS¹⁰⁴ em Belo Horizonte, ao Centro Regional de Pesquisas e ao Instituto Nacional do Livro nos quais se explicava as dificuldades comuns aos estabelecimentos de ensino superior para organizar suas bibliotecas no início de suas atividades, bem como a situação financeira desfavorável pela qual passava a Fundação, a fim de justificar o requerimento de doações.

Algumas contribuições em dinheiro também se destinaram exclusivamente à aquisição de livros. A Mineradora Tejucana S.A. para ajudar a ampliar a biblioteca, disponibilizou, em novembro de 1973, Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Em ata de reunião datada de 23 de março de 1974, registrou-se ainda outra doação no valor de Cr\$ 6.816,00 (seis mil oitocentos e dezesseis cruzeiros) para a compra de livros. Apesar dos esforços de estruturação, uma das exigências do CFE para o reconhecimento da Faculdade, no Parecer nº. 1778/73, foi a ampliação do número de livros da biblioteca na área de história. No ano subsequente a instituição conseguiu demonstrar ao Conselho Federal de Educação que estava apta ao seu reconhecimento, pois comprovou possuir livros suficientes para atender ao seu corpo docente e discente. Além disso, informou ao Conselho que recebia com regularidade 302 periódicos nacionais e 84 periódicos internacionais. A partir dos dados fornecidos pelo Parecer nº. 2.025/74-CFE referente ao número de livros e a fim de relacioná-los ao número de matrículas, apresenta-se a tabela:

Tabela 3 - Livros X Alunos - 1974¹⁰⁵

Curso	Número de livros	Número de matrículas	Quantidade de livros por aluno (aprox.)
História	1.520	38	40
Pedagogia	1.722	181	9,5
Letras	4.973	93	53,4
Filosofia	6.591	0	-
Total	14.806	312	47,4

Fonte: elaborado pela autora, a partir do Parecer nº 2.025/74 do Conselho Federal de Educação. Processo nº 3.731/73 – CFE.

¹⁰⁴ Não foi possível identificar o que significava esta sigla.

¹⁰⁵ Relacionando-se as informações presentes no Parecer nº 1.778/73-CFE e no nº 2.025/74-CFE, ressalta-se que no número total de livros acoplaram-se os exemplares das seguintes bibliotecas: Colégio Nossa Senhora das Dores, Seminário Provincial, Faculdade de Odontologia e Biblioteca Antônio Torres.

Sem desconsiderar a intercomunicabilidade entre as áreas de cada um dos cursos ofertados pela FAFI, o que resultaria na provável utilização de livros das diversas áreas por alunos de todos os cursos, a partir dos dados apresentados ao Conselho e considerando a tabela acima, percebe-se que a quantidade de livros era desproporcional à quantidade de alunos matriculados em cada curso. Exemplo disso foi o Curso de Pedagogia que, não obstante apresentar o maior número de matriculados, possuía menos que um terço da proporção de livros destinados ao Curso de Filosofia que, naquele ano, não possuía nenhum aluno matriculado. O Curso de Letras, com 93 alunos, possuía um acervo de quase cinco mil livros, o que proporcionava o total de 53,4 livros disponíveis para cada aluno matriculado.

Não obstante a desproporcionalidade constatada acima, considerando que no primeiro ano de funcionamento – 1968 – a Faculdade sequer possuía biblioteca, o acervo de 14.806 obras para o ano de 1974 representou os frutos positivos das parcerias firmadas e ainda, a utilização adequada dos recursos financeiros destinados à criação e ampliação de sua biblioteca ao longo de seus primeiros anos de funcionamento.

5.2.3 Recursos e situação financeira institucional

A partir dos livros de atas da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, foi possível constatar que a situação financeira da FUVJ era assunto recorrente nas pautas de reuniões. Conforme exposto a seguir, observa-se que esse aspecto foi objeto de preocupação de gestores e professores. Com o intuito de demonstrar quais eram as principais fontes de recursos da Fundação e quais os seus gastos ordinários, apresentam-se os balancetes de receitas e despesas da instituição, bem como as subvenções, bolsas e doações recebidas.

Ao autorizar a criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, o governo estadual planejou o valor de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), representados por títulos da dívida pública, para constituir o patrimônio inicial da instituição. De acordo com o art. 4º da Lei nº. 4.059/1965, o aporte de recursos financeiros deveria vir de juros provenientes das apólices da dívida pública, assim como de bens, rendas e direitos advindos de contribuições, subvenções ou doações de particulares ou de instituições públicas.

O Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº. 9.315/1966, previu ainda

quais os rendimentos ordinários e extraordinários constituiriam as receitas institucionais:

CAPÍTULO III – DOS RENDIMENTOS

Art.8 – Constituirão rendimentos ordinários da Fundação:

- I – os **provenientes de seus títulos da dívida pública**;
- II – os fideicomissos em seu favor instituídos como fiduciária ou fideicomissária;
- III – usufruto a ela conferido;
- IV – as rendas a seu favor constituídas por terceiros;
- V – as rendas próprias dos imóveis que possua.

Art. 9 – São rendimentos extraordinários da Fundação:

- I – as contribuições feitas, a **título de taxa de matrícula e anuidade**, pelos que regularmente se inscreverem nos cursos mantidos pelos estabelecimentos pertencentes à Universidade;
- II – as subvenções do poder público;
- III – as demais doações feitas por entidades públicas e pessoas de direito privado;
- IV – os valores eventualmente recebidos;
- V – a remuneração proveniente de serviços prestados. (grifo meu)

Observa-se que entre os rendimentos habituais deveriam estar aqueles provenientes do rendimento de juros da dívida pública que haviam sido doados à Fundação pelo Estado. No que tange às contribuições realizadas pelos discentes a título de matrícula e anuidade, essas deveriam estar entre os rendimentos extraordinários da Fundação. Apesar das previsões legais, os balancetes demonstram que os rendimentos extraordinários, previstos no inciso I do art. 9º, tornaram-se a regra, enquanto os rendimentos ordinários tornaram-se a exceção.

A partir do seu patrimônio inicial de Cr\$ 500.000.000, os juros para 1967 foram calculados, pela imprensa local, em torno de 25 milhões (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 4, 23 de janeiro de 1966, p.04). Porém, naquela mesma coluna, a questão financeira foi apontada como um dos primeiros obstáculos enfrentados pela instituição para iniciar o seu funcionamento. Um dos motivos dessa circunstância seria a dificuldade de receber os recursos provenientes do Estado, conforme se noticiou “...a verba da Universidade do Vale do Jequitinhonha continua presa.” (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 29, 17 de julho de 1966, p. 01). Nessa conjuntura, a instituição não recebeu nenhum rendimento da dívida pública naquele ano.

O balancete de 1970 demonstra que foi neste ano a primeira vez em que se efetuou o pagamento dos juros das apólices. Os valores eram relativos ao período entre 01 de março de 1967 e 31 de agosto de 1967 e, conforme se observa na tabela a seguir, renderam consideravelmente menos do que o cogitado pela imprensa para o ano de 1967:

Tabela 4 - Balancete 1970

RUBRICA	VALOR
RECEITAS	
1 Banco Conta Movimento ¹⁰⁶	78.726,62
2 Juros de apólices estaduais	11.732,00
3 Rendas diversas (vestibular, matrículas e anuidade)	74.071,00
4 Bolsas	0,00
5 Subvenções	0,00
6 Doações	0,00
7 Total	164.529,62
DESPESAS	
1 Banco Conta Movimento	85.803,00
2 Pessoal (folha de pagamento)	56.814,20
3 Material (permanente e de consumo)	4.241,98
4 Despesas Diversas (INPS, passagens, estadias, etc)	17.670,44
5 Outras despesas	0,00
6 Total	164.529,62
OUTRAS RECEITAS	
1 Saldo do exercício 1969	3.323,52
2 Depósitos exercício 1970	85.803,00
3 Total	89.126,52
OUTRAS DESPESAS	
1 Cheques emitidos 1970	78.726,62
2 Total	78.726,62
SALDO PARA 1971	
1 Total	10.399,90

Fonte: elaborada pela autora a partir da ata da 3ª Reunião da Assembleia Geral da FUVJ, de 20 de abril de 1971.

O balancete acima demonstra que, em relação às despesas, os gastos mais significativos concentravam-se na folha de pagamento de professores e funcionários. Outros gastos representativos constavam na rubrica “Despesas Diversas”, na qual se incluíam despesas relativas à previdência social e ainda custos com deslocamentos de seu corpo docente, tais como passagens e hospedagens para aqueles que residiam em Belo Horizonte. No que tange às receitas institucionais, resumiram-se aos juros de apólices estaduais e às

¹⁰⁶ Para a correta compreensão dos dados, esclarece-se que os valores a título de “Banco Conta Movimento”, tanto nas Receitas quanto nas Despesas, referem-se a valores depositados em conta corrente disponíveis para transações rotineiras de seus gestores. Os valores encontrados a título de “Outras Receitas” e “Outras Despesas” também se referem às movimentações bancárias realizadas pela instituição.

rendas provenientes de taxas de vestibular, matrículas e anuidades. Destaca-se que os recursos advindos da rubrica “Receitas diversas”, na qual se encontravam os valores pagos pelos discentes à instituição, representaram naquele ano seis vezes mais do que as receitas provenientes dos juros das apólices da dívida pública, o que demonstra que o principal rendimento da Fundação originava-se daquela rubrica.

Corroborando com a percepção acima, apresenta-se a síntese das receitas recebidas pela Fundação entre 1970 e 1974. Percebe-se ainda que, se não fossem as rendas provenientes de tais rendimentos, a instituição possivelmente não conseguiria arcar com suas despesas regulares, tais como: folha de pagamento, material, diárias e passagens.

Tabela 5 - Receitas da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (1970-1974)

RUBRICA/ANO	1970	1971	1972	1973	1974
Banco Conta Movimento	78.726,62	125.651,46	155.973,21	199.300,45	285.407,90
Juros de apólices estaduais	11.732,00	0,00	11.732,00	0,00	0,00
Rendas diversas¹⁰⁷	74.071,00	148.204,00	156.894,00	219.495,00	267.137,82
Bolsas	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00	6.818,05	0,00
Total	164.529,62	280.855,46	324.599,21	425.613,50	552.545,72

Fonte: elaborada pela autora a partir dos balancetes financeiros entre 1970 e 1974.

Percebe-se que as “Rendas Diversas” estiveram em constante aumento de um ano para o outro, enquanto as rubricas referentes a “Juros de apólices estaduais”, “bolsas”, “subvenções” e “doações” não foram uma constante. Dos cinco balancetes, apenas dois apresentam valores a título de renda de juros da dívida pública. As bolsas e subvenções constaram apenas para o ano de 1971, enquanto as doações figuraram apenas no balancete de 1973. Ao se comparar todos os cinco anos, os valores somados dos juros, bolsas, subvenções ou doações, não representavam nem mesmo 20% dos valores correspondentes as taxas com vestibular, matrículas e anuidades.

Outro fator que merece destaque é o crescimento das “Rendas Diversas” de ano a ano, mesmo quando o número de matriculados não crescia na mesma proporção, sendo possível constatar que a cada ano tornava-se mais dispendioso estudar na FAFI. Conforme se percebe a partir da tabela abaixo, considerando que a maior parcela das “Receitas diversas”

¹⁰⁷ Taxas decorrentes de vestibular, matrículas e anuidade.

decorriam de taxas, matrículas e anuidades¹⁰⁸ pagas pelos próprios alunos, é possível comparar tais rendimentos com o número global de matrículas em cada um dos anos:

Tabela 6 - Média de custeio por aluno

ANO/ALUNO	1970	1971	1972	1973	1974	Total
Rendas diversas	74.071,00	148.204,00	156.894,00	219.495,00	267.137,82	865.801,82
Nº. de alunos	232	233	206	255	202	1128
Média (\$)	319,27	636,07	761,62	860,76	1322,46	767,55

Fonte: elaborada pela autora a partir dos balancetes financeiros e Livro de Matrículas.

A média calculada refere-se a “Rendas diversas” fracionada pelo número de discentes matriculados em cada ano. A partir dos dados apresentados, sugere-se que os valores pagos pelos alunos se elevaram ano a ano. Como exemplo, compara-se o ano de 1970 ao ano de 1971: o número de alunos permaneceu constante, enquanto a média dos valores pagos por cada aluno praticamente duplicou de um ano para o outro. Sugere-se como justificativa para este aumento a única alternativa encontrada por seus gestores a fim de cobrir as despesas institucionais, considerando a instabilidade com que eram recebidas as receitas provenientes de juros da dívida pública, doações, subvenções e bolsas.

Destaca-se que para os dois primeiros anos de funcionamento (1968 e 1969), não foram encontrados os balancetes anuais, apenas mencionou-se em ata que os documentos foram apreciados e aprovados pelo Conselho Fiscal (FUVJ, 1970). Sugere-se que provavelmente as circunstâncias econômicas não deveriam ser favoráveis à Fundação, pois, ao apresentar o estudo referente à conjuntura financeira da Faculdade, a ata de 24 de outubro de 1970 ultima: “para chegar a conclusão de que nas bases atuais, não será possível mantê-la em 1971” (FUVJ, 1970). Essa advertência demonstrou a preocupação de seus gestores com a situação econômica institucional.

O receio quanto às contas da Fundação também foram reveladas pelo Conselho Federal de Educação no momento do pedido de reconhecimento da FAFI e de seus cursos, em julho de 1974. A instituição anexou ao requerimento balanço realizado em 31 de dezembro de 1971, no qual constavam valores relativos a: ativo líquido, rendimento de apólices, gratificações, valores pagos aos professores por hora/aula e ainda, previsão orçamentária para

¹⁰⁸ No termos da legislação vigente, em relação às anuidades cobradas pelas escolas filiadas ao sistema estadual de ensino, essas eram definidas pelo Conselho Estadual de Educação (SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO, PRIMÁRIO E COMERCIAL DE MINAS GERAIS, 1969).

os anos de 1975 a 1977. Ao analisar a documentação, o CFE constatou que a receita da Fundação seria equivalente às suas despesas, fazendo o seguinte apontamento: “verifica-se que estão vivendo em regime de contenção” (CFE, 1974). Este não foi um fator que impediu o reconhecimento, entretanto, percebe-se que o Conselho estava atento também às circunstâncias econômicas institucionais, ou seja, este era um fator analisado para uma instituição de ensino superior obter o reconhecimento do governo federal.

As dificuldades para se receber os proventos dos poderes públicos foram relatadas com frequência nas reuniões da Assembleia Geral da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. A partir da reunião realizada em 26 de março de 1970, registrou-se em ata que a Prefeitura Municipal de Diamantina ainda não havia pago o valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), referente a auxílio dotado no Orçamento de 1969. Apesar de pactuado, a abstenção da prefeitura em contribuir com subvenções perdurou pelos anos seguintes, conforme consignou o Presidente da Fundação em maio de 1972:

O Sr. Presidente, continuando sua composição, declarou ter sido 1969 o último ano em que a Fundação recebeu subvenção da Prefeitura – mas que, apesar das dificuldades – pois também desde 1968 não recebe juros das apólices do Estado – a Fundação Universidade Vale do Jequitinhonha cada vez mais se firma e a Secretaria Geral da Fundação mantém todos os documentos à disposição dos Senhores membros do Conselho Fiscal (FAFIDIA, 1972).

O trecho acima transparece que, mesmo diante das dificuldades de apoio financeiro, os gestores mostravam-se otimistas quanto à solidez da FUVJ. Nesse sentido, várias foram as estratégias colocadas em prática para angariar recursos. A primeira alternativa foi encaminhar ofícios a prefeituras municipais a fim de solicitar a manutenção de bolsas de estudos na instituição. A documentação revela que houve respostas negativas do Poder Executivo de Montes Claros e Sete Lagoas. O prefeito de Montes Claros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 1968) declarou que havia outras prioridades que demandavam os recursos da prefeitura, ao passo que Sete Lagoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, 1968) foi mais direta, respondendo que não tinha interesse em manter, naquele momento, bolsas de estudos na instituição. Considerando que em tais cidades também havia fundações educacionais semelhantes à FUVJ, sugere-se que os prefeitos priorizariam as instituições instaladas em suas localidades e não aquela localizada em Diamantina. É possível constatar ainda que os balancetes analisados não mencionam bolsas ou subvenções advindas de outras prefeituras municipais, portanto, provavelmente esta foi uma iniciativa sem resultados práticos.

Cientes da abrangência regional da FAFI, outras estratégias direcionaram-se às cidades do Vale. Uma das sugestões apresentadas em ata foi remeter ofícios-circulares aos prefeitos de municípios do Vale do Jequitinhonha propondo a concessão de auxílios, o que possibilitaria ampliar o número de alunos matriculados e, por consequência, resultaria em receitas adicionais à instituição (FAFI, 1968). Em outro momento, discutiu-se ainda a possibilidade de representantes da Fundação visitarem pessoalmente os gestores municipais, levando um documento para explicar a situação e solicitar que os prefeitos se responsabilizassem por manter bolsas de estudos. Apesar de as sugestões terem sido apoiadas e aprovadas, nenhum documento comprova se as tentativas foram colocadas em prática (FUVJ, 1970).

Outra tentativa para angariar recursos foi buscar a manutenção de bolsas de estudo por parte da iniciativa privada local (FUVJ, 1970). Cogitou-se a ideia de contactar a Companhia Tejucana e a Fábrica de Tecidos Antonina Duarte, para que pudessem manter pelo menos uma bolsa. Os balancetes do período em análise não descrevem contribuições das referidas empresas a título de bolsas, mas foi possível constar que a Mineradora Tejucana contribuiu, no ano de 1973, com o valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) destinados à ampliação da biblioteca da Faculdade (MINERADORA TEJUCANA, 1973).

Internamente, a fim de ampliar as receitas, no ano de 1970 (FAFI, 1970) foram criadas taxas de trancamento de matrículas e transferência, estipulando-se a importância de “metade da anuidade” para tais requerimentos. Para certidões e atestados, fixou-se o valor de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros). No ano seguinte estabeleceu-se também a cobrança de avaliações realizadas no regime de “2ª época”, que seriam os exames a título de recuperação das notas inferiores ao mínimo exigido para aprovação (FAFI, 1971).

Apesar das dificuldades em receber proventos financeiros, percebe-se que não houve a ausência total de subvenções e auxílios, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 7 - Balancete 1971

RUBRICA		VALOR
RECEITAS		
1	Banco Conta Movimento	125.651,46
2	Juros de apólices estaduais	0,00
3	Rendas diversas (vestibular, matrículas e anuidade)	148.204,00
4	Bolsas	
4.1	Bolsas do MEC	2.000,00
4.2	Bolsas "Conde Pereira Carneiro"	3.000,00
5	Subvenções	
5.1	Subvenção Prefeitura Municipal	2.000,00
6	Doações	0,00
7	Total	280.855,46
DESPESAS		
1	Banco Conta Movimento	155.204,00
2	Pessoal (folha de pagamento)	97.548,72
3	Material (permanente e de consumo)	2.628,23
4	Despesas Diversas (INPS, passagens, estadias, etc)	25.474,49
5	Outras despesas	0,00
6	Total	280.855,44
OUTRAS RECEITAS		
1	Saldo do exercício 1970	10.199,90
2	Depósitos exercício 1971	155.204,00
3	Total	165.403,90
OUTRAS DESPESAS		
1	Cheques emitidos 1971	125.651,46
2	Total	125.651,46
SALDO PARA 1972		
1	Total	39.752,44

Fonte: elaborada pela autora a partir da ata da 4ª Reunião da Assembleia Geral da FUVJ, de 16 de maio de 1972.

Observa-se que as bolsas do ano de 1971 provieram do Ministério da Educação, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e de uma doação particular, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros). Naquele ano a Prefeitura Municipal também contribuiu com a subvenção de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Ao analisar essas rubricas, percebe-se que pouco significaram frente aos valores recebidos a título de taxas de vestibulares, matrículas e anuidades que, somente no ano de 1971, somaram-se o total de Cr\$ 148.204,00 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e quatro cruzeiros), valor vinte e uma vezes maior do que a soma dos valores recebidos a título de doações e subvenções.

Além dos proventos recebidos pela instituição a título de bolsas e que constavam nos balancetes, para cumprir a legislação em vigor¹⁰⁹ a própria Fundação disponibilizava a

¹⁰⁹ Nos termos da Constituição de 1946, art. 168, inciso II: “o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”. Nos termos da Lei nº. 4024/61: “Art. 83. O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos

certos alunos a gratuidade do ensino. A partir dos dados obtidos para os anos de 1971 e 1974, consolidou-se a tabela abaixo:

Tabela 8 - Porcentagem de bolsistas por ano

ANO/BOLSAS	1971	1972	1973	1974	Total
Total de alunos	233	206	255	202	896
Nº. de bolsistas	25	24	18	10	77
Média	11%	12%	7%	5%	9%

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Atas da FUVJ e Livro de Matrículas da FAFI.

Destaca-se que entre o total de bolsas estão inclusas as parciais e totais, isto é, em alguns casos os alunos estavam isentos de quaisquer taxas e valores referentes a matrículas e anuidades, em outros casos os alunos eram parcialmente dispensados dos pagamentos. É possível perceber que anualmente, em média, 9% dos matriculados beneficiavam-se com bolsas, sendo que nos anos de 1971 e 1972 este número foi pouco maior que a média. No que tange ao quantitativo absoluto de bolsistas, observa-se que o número tendeu a decair ano após ano, chegando a representar apenas 5% em 1974.

Salienta-se ainda que outras bolsas foram concedidas também em virtude do convênio¹¹⁰ firmado entre a Fundação e o Colégio Diamantinense que, em contrapartida à cessão do espaço físico para o funcionamento da Faculdade, previa a disposição de duas matrículas em cada um de seus cursos para docentes do Colégio que desejassem se matricular. Portanto, havia alunos que, independentemente da falta ou insuficiência de recursos, estudavam gratuitamente na FAFI.

Além da tarefa de equilibrar os orçamentos em uma conjuntura de escassez de recursos financeiros, os gestores da instituição também precisaram lidar com as constantes reivindicações do corpo docente em prol de melhorias em seus vencimentos. As justificativas apresentadas pelo Presidente para a inviabilidade de atender às postulações docentes baseavam-se na falta de condições financeiras da instituição. Somente a partir do ano de 1973 foi possível regularizar a situação, conforme se observa no trecho da ata abaixo:

A partir do corrente ano os professores passariam a receber integralmente os seus vencimentos, inclusive o 13º salário, o que não vinha sendo feito dada a impossibilidade e a falta de condições financeiras da Fundação. Continua dizendo que tal medida só agora se tornou possível graças ao aumento do número de alunos,

isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos.”.

¹¹⁰ CONVÊNIO ENTRE A FUVJ E O COLÉGIO DIAMANTINENSE – em 31 de março de 1967.

como também, ao pagamento do mês de dezembro por parte dos alunos. (FAFIDIA, 1973).

O fragmento acima transparece a necessária relação entre o aumento do número de alunos e a melhoria das condições financeiras institucionais que permitiria então cumprir com as obrigações empregatícias junto aos docentes, tais como o recebimento integral da remuneração, o que não havia ocorrido nos anos anteriores. Porém, merecem destaque também outras demandas dos professores ao longo dos anos iniciais,¹¹¹ foram elas: pagamento integral dos meses correspondentes às férias, aumento do preço da aula dada e ajuda de custo para deslocamento além das diárias e passagens recebidas. Os docentes mencionavam ainda a necessidade de a instituição cobrir as propostas mais vantajosas que recebiam em cidades vizinhas e em Belo Horizonte.

5.2.4 Perfil dos professores

Considerando a documentação coletada no Memorial da FEVALE e no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, bem como informações extraídas das entrevistas realizadas com ex-alunos, neste tópico delineiam-se as principais características observadas para o perfil dos professores da instituição.

Conseguir um corpo docente que atendesse às exigências normativas do Conselho Estadual e Federal de Educação foi a maior das dificuldades encontradas para se obter a autorização e o posterior reconhecimento da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. O primeiro impasse relacionou-se à proveniência dos docentes escolhidos pelos gestores da FUVJ para compor o quadro de professores. Uma das exigências da Resolução nº. 24/65-CEE/MG era a comprovação de que o corpo docente “...reside na localidade ou em localidade de fácil acesso a ela de modo que cada professor tenha possibilidade de se responsabilizar pelas aulas de sua disciplina e tempo para conviver com os alunos;”.

Dentre os vinte docentes inicialmente indicados para compor o quadro de professores, doze deles residiam em Belo Horizonte, fator que foi considerado pelo CEE-MG como o principal empecilho para se conceder a autorização de funcionamento dos cursos pertencentes à Faculdade. Na análise desenvolvida no Parecer nº. 10/67-CEE/MG, não obstante o Conselho destacar que entre os docentes indicados havia “alguns dos mestres mais

¹¹¹ Informações extraídas da 5ª, 7ª e 8ª reuniões da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, em 21 de março de 1970, 24 de outubro de 1970 e 26 de junho de 1971, respectivamente.

ilustres de Minas Gerais, homens de saber e cultura que honrariam – como honram as instituições a que já pertencem – qualquer escola”, eles não poderiam ser aceitos. Para a recusa foram apresentadas as seguintes justificativas: a distância entre Diamantina e Belo Horizonte; o tempo gasto com a viagem pelos meios mais acessíveis de transporte; a baixa ou irregular oferta de meios mais rápidos de transporte; e ainda, o exercício de outras atividades por parte de alguns docentes em Belo Horizonte.

É possível observar que os professores da FAFI, caso aprovados pelo CEE/MG, vivenciariam os mesmos percalços encontrados pelos primeiros professores da Faculdade de Odontologia na década de 1950, pois a pavimentação asfáltica da rodovia interligando Diamantina à capital ainda não havia sido concluída, o que por consequência, dificultava o acesso e demandava mais tempo de deslocamento à capital. Além disso, vários deles já tinham outras atribuições profissionais que inviabilizariam compatibilizar seus horários com as atividades a serem desempenhadas na faculdade em Diamantina, quais sejam, lecionar as disciplinas e ainda ter tempo para conviver com os alunos, conforme exigido pelo normativo do Conselho. Portanto, foram esses argumentos que impossibilitaram a aceitação de doze dos docentes indicados, causando o indeferimento do pedido de autorização para funcionar.

Nesse aspecto, vale retomar os percentuais de docentes residentes em Belo Horizonte, nos termos do Parecer nº. 10/67-CEE/MG, a fim de se comparar com os anos subsequentes de funcionamento da faculdade. O referido parecer aponta que dos 20 professores indicados, 12 residiriam em Belo Horizonte, número que representaria o percentual de 60% do total do corpo docente. Após as devidas modificações solicitadas pelo Conselho, o corpo docente da FAFI foi aprovado pelo Parecer nº. 26/68-CEE/MG com 21 docentes, sendo que apenas 6 residiam em Belo Horizonte, representando aproximadamente 30% do total de professores. Observa-se que a diminuição foi bastante significativa se comparada com o percentual de 60% apresentado no parecer anterior. Conforme se verifica na tabela a seguir, a tendência de reduzir a quantidade de docentes que residiam na capital continuou se comparada aos dados dos anos posteriores:

Tabela 9 - Comparativo percentual docentes X residência

Residência/Ano	1967	1968	1972	1973	1974	1975	1976
Diamantina	08 (40%)	15 (72%)	20 (72%)	12 (60%)	27 (75%)	21 (68%)	21 (70%)
Belo Horizonte	12 (60%)	06 (28%)	08 (28%)	08 (40%)	09 (25%)	10 (32%)	09 (30%)
Total	20	21	28	20	36	31	30

Fonte: elaborada pela autora a partir da ata da VI reunião da Assembleia Geral da FEVALE, de 28 de maio de

A partir da análise dos dados, visualiza-se que o quantitativo de docentes residentes em Belo Horizonte representou entre 25 e 40% do total dos professores que lecionaram na FAFI em seus primeiros anos de funcionamento. Apesar de não simbolizar uma quantidade significativa, percebe-se que a instituição dependia, entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$, de profissionais vindos da capital, o que sugere certa instabilidade na permanência desses docentes na instituição, principalmente quando encontravam uma oportunidade de emprego mais vantajosa no seu local de residência. Esse fator foi objeto de lembrança de uma das ex-alunas entrevistadas, conforme trecho a seguir:

Agora, onde que eles davam aula em Belo Horizonte, eu não sei te dizer, não me lembro. Alguns trabalhavam mais até aqui né (...) Tanto que te falei do caso quando o professor encontrava lá uma proposta melhor, deixava a aula daqui de uma hora pra outra e a gente ficava na mão.

A ex-aluna, pertencente à primeira turma de formandos do Curso de Pedagogia, também teve a experiência de ter sido professora e diretora da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, por este motivo, percebe-se propriedade na observação da entrevistada. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento do quantitativo dos docentes que residiam em Diamantina foi o fato de que ex-alunos vieram a assumir postos de professores da faculdade. Não foi somente a ex-aluna citada que veio a assumir a docência na FAFI. Outro entrevistado também foi professor na instituição e descreveu esse período: “Normalmente (...) Eles vinham de Belo Horizonte e com o passar do tempo eles não voltaram mais e a gente foi assumindo as aulas. (...) É, então, um processo de sequência.”.

A documentação analisada também confirma o processo de sequência mencionado pelo entrevistado. Foram encontrados contratos de trabalho nos quais constam a contratação de duas ex-alunas que concluíram seus cursos em 1971 e assumiram como professoras da instituição em dezembro de 1973. Além disso, ao analisar uma das listagens de professores referente ao ano de 1974, observa-se que oito ex-alunos já constavam no quadro de docentes da FAFI.

Além de assumirem cargos no ensino superior, parte dos ex-alunos atuava concomitantemente em escolas da rede pública local. Um dos entrevistados recordou que assumiu as aulas na Faculdade em 1974, mas continuou lecionando na Escola Leopoldo Miranda e no Colégio Diamantinense. Outra ex-aluna relatou a sua rotina de trabalho que consistia em trabalhar em um dos grupos da cidade e ainda revezar entre as aulas do Curso de

Pedagogia e a Diretoria da Faculdade:

Então, principalmente o período todo de aula eu estava lá né, ficava lá, e ia a tarde pra ver a parte de secretaria, eu ia sim, porque eu trabalhava no grupo ainda, então eu revezava, o dia que eu ia ao grupo de manhã eu ia lá a tarde. Agora o dia que eu tinha que ir a tarde no grupo, eu ia a noite na faculdade, mas eu ia toda noite...

Sugere-se ainda que o aumento do número de docentes lecionando na instituição pode ter sido ocasionado por consequência do processo de contratação de seus ex-alunos, pois ao se formar as primeiras turmas, foram ampliando-se os profissionais residentes em Diamantina e região que teriam a habilitação necessária para lecionar no ensino superior. Todavia, encontrar professores com formação adequada nem sempre foi uma tarefa fácil para os gestores da Fundação. Por este motivo, principalmente nos dois anos iniciais de funcionamento, a estratégia foi solicitar funcionários do serviço público estadual que já possuíam a habilitação necessária, a fim de que pudessem lecionar na Faculdade. Essa estratégia tinha respaldo no Estatuto da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, que previa em seu artigo 38 que mediante fundamentação do Conselho Curador, poderiam ser colocados à disposição da Faculdade funcionários de outras instituições públicas. A expressão “colocar a disposição” significava que a remuneração do servidor continuaria a ser paga pelo Estado enquanto esse estivesse atuando na Faculdade, o que representava a ausência de quaisquer ônus para a Fundação.

Assim, diversas solicitações foram realizadas para preencher o quadro de docentes. A justificativa para fundamentar o pedido girava em torno da escassez de recursos financeiros necessários para manter a totalidade da equipe de funcionários. As solicitações foram remetidas ao Secretário Estadual de Educação e ao Governador do Estado e direcionavam-se a pedir a colaboração de professores que atuavam tanto em Diamantina, com na capital. Os documentos comprovam que os servidores cedidos vieram das seguintes instituições: Escola Normal Oficial (Diamantina), Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo (Belo Horizonte) e da Escola Estadual “Professora Isabel Mota” (Diamantina). A cessão dos docentes era por prazo determinado, findo o qual os servidores retornavam às suas instituições de origem.

Outra característica que marcou o perfil dos professores que lecionaram nos primeiros anos de funcionamento da instituição foi o pertencimento à Igreja Católica. O primeiro documento que revela traços deste aspecto é o Parecer nº. 26/68-CEE/MG que, ao autorizar o funcionamento dos cursos da Faculdade, trouxe a listagem dos professores

indicados, bem como detalhou quais disciplinas assumiriam. O quadro a seguir resume as informações:

Quadro 10- Perfil Professores/Ano 1968

	NOME	CADEIRA(S)	PERTENCENTE À IGREJA CATÓLICA
1	Pe. João Carlos Horta Duarte	Cultura Religiosa	Sim
2	Dirceu Antônio dos Reis	Biologia	Não
3	José Altimiras	Língua Latina	Não
4	Walmy Lessa Couto	História Antiga e Medieval e História Moderna e Contemporânea	Não
5	Aires da Mata Machado Filho	Linguística e Língua Portuguesa	Não
6	Geraldo de Almeida Rocha	História Econômica e Estatística	Não
7	Luiz Marilac Fernandes	História do Brasil	Não
8	Dom Geraldo de Proença Sigaud	História da Educação e Filosofia da Educação	Sim
9	Helena Lopes	Didática e Prática de Ensino	Não
10	Maria Antonieta Bianchi	Administração Escolar e Elementos de Administração Escolar	Não
11	Marluce Monteiro Horta	Teoria da Literatura e Literatura Brasileira	Não
12	Irmã Cecília Teixeira Guimarães	Língua Francesa e Literatura Francesa	Sim
13	Norma Lúcia Horta Neves	Cultura Brasileira	Não
14	Maria Neick da Piedade Lopes	Introdução ao Estudo da História e História da América	Não
15	Joaquim Celso de Andrade	Cultura Brasileira	Não
16	Pe. Alexandre Bugallo Alvares	Filosofia Geral	Sim
17	Pe. Ruben Silveira Mattos	Sociologia	Sim
18	Cônego José Marques das Aleluias	Psicologia e Psicologia da Educação	Sim
19	Geraldo Fernandes Guabiroba	Lógica e Ética	Sim
20	Pe. Paulo Calovini	Língua e Literatura Inglesa e Literatura Anglo-Americana	Sim
21	Pe. Paulo Vicente de Oliveira	História da Filosofia	Sim

Fonte: elaborado pela autora a partir do Parecer nº. 26/68-CEE/MG.

A partir do quadro acima, percebe-se que nove entre os vinte e um docentes indicados ao Conselho pertenciam à Igreja Católica: um deles era o Arcebispo Metropolitano, Dom Geraldo de Proença Sigaud, outro era o Cônego José Marques das Aleluias, seis eram padres e uma era irmã. Portanto, aproximadamente 42% dos professores que estavam na

instituição no seu primeiro ano de funcionamento eram membros do clero local, revelando a proximidade entre a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e a Igreja Católica. A tabela a seguir refere-se ao número de professores nos anos de 1968, 1972 e 1974 e o percentual de membros da Igreja:

Tabela 10 - Professores pertencentes à Igreja Católica

ANO	1968	1972	1974
Pertencentes à Igreja	09 (42%)	08 (30%)	06 (18%)
Não pertencentes à Igreja	11 (58%)	18 (70%)	27 (82%)
Total	21	26	33

Fonte: elaborada pela autora a partir do Parecer nº. 26/68/CEE/MG e Parecer nº 2025/74/CFE.

Ao observar os números relativos e as proporções daqueles pertencentes e não pertencentes à Igreja Católica, percebe-se que a quantidade de padres lecionando na instituição tendeu a diminuir, conforme se observa na tabela. Se em 1968 representavam 42% dos professores, seis anos depois somavam apenas 18% do quadro pessoal docente. Constatase ainda que a contribuição dos padres não se restringia à Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, vários deles atuavam concomitantemente, ou já haviam atuado, em outras instituições educativas da cidade, da região e do país. O quadro a seguir apresenta a listagem dos padres professores da Faculdade e as demais instituições onde atuavam ou haviam atuado.

Quadro 11 - Perfil professores padres – ano 1968

NOME	OUTRAS INSTITUIÇÕES EM QUE ATUOU
Pe. João Carlos Horta Duarte	-
Dom Geraldo de Proença Sigaud	Seminário do Espírito Santos (São Paulo); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras <i>Sedes Sapientiae</i> da Universidade Católica de São Paulo e Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho/PR.
Irmã Cecília Teixeira Guimarães	-
Pe. Alexandre Bugallo Alvares	Seminário de Diamantina.
Pe. Ruben Silveira Mattos	Seminário de Diamantina; Colégio Normal Nossa Senhora da Conceição (Serro); Ginásio Ministro Edmundo Lins (Serro).
Cônego José Marques das Aleluias	Seminário de Diamantina; Colégio Normal Nossa Senhora das Dores; Ginásio Rural Pe. José de Carvalho; Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza; Ginásio Tiradentes; Colégio Diamantinense.
Pe. Geraldo Fernandes Guabiroba	Colégio Diamantinense; Escola Técnica de Comércio Diamantinense; Seminário de Diamantina; Colégio Oficial de Guanhães; Colégio Ibituruna (Governador Valadares); Ginásio São João Batista (Pirapora); Escola Técnica de Pirapora; Escola Normal de Pirapora; Colégio Padre Curvelo; Escola Normal Oficial de Curvelo.
Pe. Paulo Calovini	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina; Seminário Maior do Espírito Santo (São Paulo); Colégio Academia de Juiz de Fora; Colégio Arnaldo (Belo Horizonte); Seminário de Diamantina.
Pe. Paulo Vicente de Oliveira	Colégio Diamantinense; Seminário de Diamantina; Ginásio São João Batista (Pirapora); Escola Técnica de Comércio de Pirapora; Colégio Normal de Pirapora; Colégio Normal Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento (Pirapora); Colégio Othon Bezerra de Melo (Curvelo);

Fonte: elaborado pela autora a partir do Parecer nº. 26/68-CEE/MG.

Além de demonstrar um perfil docente de vasta experiência no campo do ensino, os dados confirmam que a maioria interligava-se a outros educandários. O principal deles era o Seminário de Diamantina, no qual grande parte lecionava, até mesmo antes de assumirem

suas funções como professores da FAFI. Outras instituições privadas católicas também contavam com a colaboração dos padres, em Diamantina citam-se: Colégio Normal Nossa Senhora das Dores, Ginásio Rural Pe. José de Carvalho e o Colégio Diamantinense. Crucial observar ainda que os padres atuavam em instituições públicas tanto diamantinenses, como de outras cidades da região. Cita-se como exemplo: Colégio Tiradentes, Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza, Escola Normal Oficial de Diamantina, Escola Normal de Pirapora, Colégio Oficial de Guanhães e Escola Normal Oficial de Curvelo.

5.2.5 Perfil dos alunos

A partir das entrevistas realizadas com os ex-alunos, bem como dos dados disponíveis no Livro de Matrículas (1968-1974) e no Livro de Registro de Diplomas da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, delineiam-se aspectos referentes ao perfil dos alunos. Foi possível analisar o quantitativo de ingressos e egressos de cada curso, a proveniência dos discentes, as motivações que os levaram à procurar a instituição, sexo, faixa etária, classe social¹¹² e cursos mais procurados.

Em seu primeiro vestibular concorreram cerca de 138 (cento e trinta e oito) candidatos para os quatro cursos da instituição: Filosofia, História, Letras e Pedagogia. O ano de 1968, início do funcionamento, foi marcado pela Aula Inaugural proferida pelo Professor Aires da Mata Machado Filho. Ao afirmar que a melhor base para um estabelecimento de ensino deveria ser a quantidade e a qualidade do corpo discente selecionado, Aires menciona o êxito inicial que havia alcançado a FAFI: estavam inscritas pessoas provenientes de “Gouveia, Serro, Datas, Itamarandiba, além dos candidatos da cidade”. O professor destacou ainda diamantinenses importantes que haviam se matriculado, mencionando “o vigário da Paróquia, Pe. José Duque; o presidente da Câmara, sr. Leandro Costa; a inspetora de ensino, Teresinha Monteiro; a diretora de Jardim da Infância, profa. Iolanda Jorge”, além de advogados, bibliotecários e professoras primárias. Aquele momento foi descrito por Aires como de “repercussão extraordinária” e que em muito havia excedido à sua expectativa inicial (ESTADO DE MINAS, 24 de abril de 1968).

Ao analisar as profissões dos diamantinenses citados por Aires, é possível inferir a

¹¹² Pesquisas em dicionários de sociologia permitiram constatar que o conceito de “classe social” é controverso. Diversos autores apresentam concepções diferentes para defini-lo. Neste estudo, designa-se classe social como um “conjunto de indivíduos que manifestam características e comportamentos idênticos ou comparáveis” (UFSC, Repositório Institucional).

existência de dois perfis diversos de alunos. Parcela daqueles interessados em se matricular na instituição buscava um ensino desinteressado, sem a intenção de necessariamente se prepararem para uma profissão, como poderia ser o caso do vigário da Paróquia, do presidente da Câmara e de advogados e bibliotecários. Já nos casos daqueles que estavam diretamente ligados a instituições educativas locais, percebe-se que poderiam estar em busca de qualificação profissional ou aprimoramento dos conhecimentos já adquiridos, tais como a inspetora de ensino, a diretora de Jardim de Infância e as professoras primárias.

Corroborando com a conclusão acima um dos trechos da entrevista de uma das ex-alunas:

E assim, a primeira turma tinha muita gente que já tinha outros cursos, pessoas mais maduras. Eu mesma já tinha formado no magistério. Tinham pessoas com outros cursos e muitas pessoas também fizeram para poder, quem era da área de educação, ter mais facilidade de melhorar, de subir de ter uma classificação melhor. Porque o próprio Estado, de acordo com o seu grau de escolaridade e de formação, (...) você poderia ter um salário melhor, então muita gente também procurou para esse fim. E outros, por prazer também né, já tinham vida ganha. Eu mesmo tenho uma prima, hoje ela está com quase 94 anos, ela estudou por prazer, ela fez Letras e ela gosta muito de português, lê muito. (...) Então assim, eu fiz para poder complementar meu estudo dentro da área de educação.

Percebe-se, a partir do trecho acima, a intenção da entrevistada de aprimorar, complementar seus estudos na sua área de atuação, o que também foi relatado pelos outros ex-alunos entrevistados nesta pesquisa. Todos eles já haviam concluído o curso normal e buscavam o ensino superior a fim de conseguir melhores oportunidades no campo educacional. Além disso, destaca-se que a formação de nível superior para professores do magistério secundário e normal era uma exigência legal desde o Decreto-lei nº. 1.190, de 04 de abril de 1939, legislação que dispôs sobre a organização da Faculdade Nacional de Filosofia e serviria como modelo às demais instituições.

Todavia, a busca pelo aprimoramento profissional não foi a regra no contexto social em que estava inserida a instituição, muitos não tinham sequer uma formação. Tais constatações podem ser inferidas a partir da justificativa apresentada ao Conselho Federal de Educação no momento em que foi requerido o reconhecimento¹¹³ da Faculdade, no ano de 1973. Foi mencionada como uma das motivações para a criação da FAFI, a existência, entre os 48.150 (quarenta e oito mil, cento e cinquenta) estabelecimentos de ensino da região, de aproximadamente 50% de pessoal docente de 1º e 2º graus sem qualquer qualificação profissional. Além disso, apontou-se que não havia orientadores pedagógicos educacionais,

¹¹³ Parecer nº 2025/74 do Conselho Federal de Educação, de 02 de julho de 1974. Processo nº 3731/73 – CFE.

nem administradores habilitados. Foi esta realidade que levou o CFE a reconhecer que a instituição seria realmente necessária ao cenário educacional local e regional. A partir dos dados apresentados sugere-se que havia uma demanda na região por qualificação profissional docente, fator que pode ter atraído para a FAFI professores em busca de um diploma de nível superior.

Além de atender à região do Vale do Jequitinhonha, conforme as cidades citadas por Aires, o Livro de Matrículas revela que a instituição atraía, desde seu início, pessoas provenientes de diversas cidades e regiões do país. No Vale do Jequitinhonha, podem ser citadas as seguintes cidades: Araçuaí, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Monjolos, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Serro, Senador Modestino Gonçalves e Turmalina. Para além do Vale, matricularam-se na instituição alunos originários de outras cidades mineiras, tais como: Abaeté, Belo Horizonte, Buenópolis, Corinto, Congonhas do Norte, Conceição do Mato Dentro, Divinolândia, Divinópolis, Inimutaba, Juiz de Fora, Manga, Manhuaçu, Montes Claros, Patrocínio, Pirapora, Sabinópolis, São João Del Rey, Santana do Pirapama, Santo Antônio do Itambé, Sete Lagoas, Várzea da Palma e Virgolândia. Ainda que de pouca expressividade, pessoas provenientes de outras cidades do Brasil também se matricularam, destacam-se os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins. A tabela abaixo sintetiza a origem, por curso, dos alunos matriculados entre 1968 a 1974:

Tabela 11- Alunos matriculados por proveniência (1968-1974)

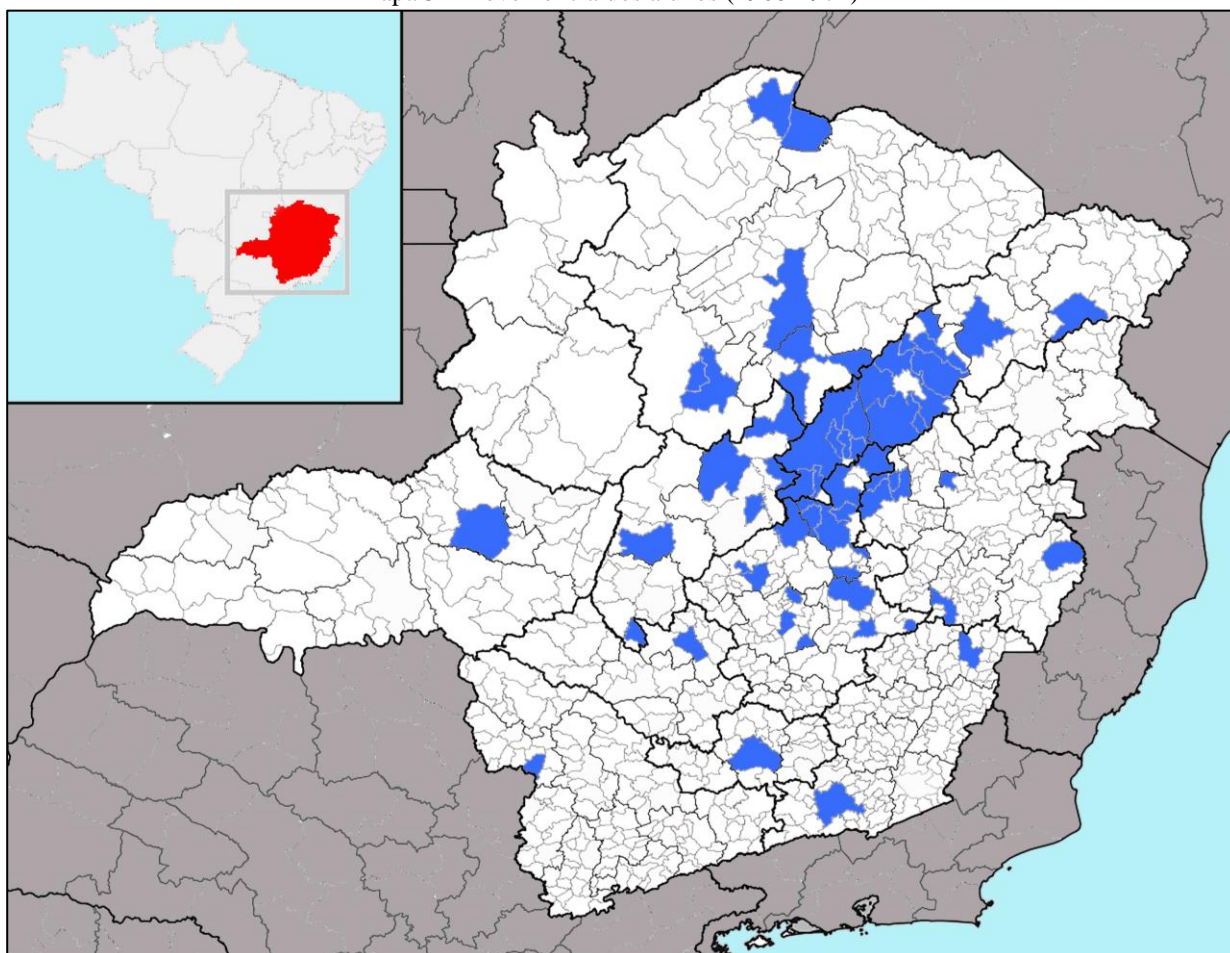
LOCALIDADE	FILOSOFIA	HISTÓRIA	LETRAS	PEDAGOGIA	TOTAL
Diamantina	8	39	64	140	251
Outras cidades do Vale do Jequitinhonha	11	21	40	64	136
Outras cidades mineiras	7	19	44	41	111
Outras cidades brasileiras	1	0	0	2	3
Sem dados	0	0	3	24	27
Total	27	79	151	271	528

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Matrículas (1968-1974)

Em relação ao total de alunos matriculados e suas origens, os dados permitem inferir que a cidade sede se destacou com aproximadamente 47% dos alunos interessados na instituição, enquanto as pessoas provenientes de outras cidades do Vale representaram 25%

dos matriculados, índice pouco maior do que os 21% de origem de outras cidades mineiras. Consta-se ainda que ao se comparar o quantitativo de matriculados em cada um dos cursos *versus* a proveniência dos alunos, a quantidade de matrículas nos cursos de Filosofia, História e Letras se equipara em relação ao Vale e outras cidades mineiras, revelando que a instituição além de sua abrangência regional – Vale do Jequitinhonha, atraiu interessados de outras cidades mineiras, permitindo-se afirmar o seu potencial, além de regional, estadual. O mapa abaixo permite visualizar a realidade acima constatada.

Mapa 3 - Proveniência dos alunos (1968-1974)



Fonte: mapa geográfico extraído de www.wikipedia.org. As adaptações realizadas no mapa foram extraídas de informações contidas no Livro de Matrículas da FUVJ (1968-1974).

A fim de confirmar a constatação do interesse de pessoas de várias localidades mineiras nos cursos disponíveis na FAFI, apresenta-se a tabela a seguir referente à proveniência dos egressos da instituição:

Tabela 12 - Alunos egressos na FAFI por proveniência (1971-1974)

LOCALIDADE/CURSOS ¹¹⁴	FILOSOFIA	HISTÓRIA	LETRAS	PEDAGOGIA	TOTAL
Diamantina	4	25	24	62	115
Outras cidades do Vale do Jequitinhonha	1	8	14	19	42
Outras cidades mineiras	2	8	17	6	33
Outras cidades brasileiras	1	0	0	2	3
Sem dados	0	0	3	1	4
Total	8	41	58	90	197

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Registro de Diplomas (1971-1974)

Deste modo, ao levar em consideração o total de formandos e a origem dos alunos, os dados revelam que a instituição contribuiu para a formação de nível superior de 197 pessoas nos seus anos iniciais.¹¹⁵ Dentre elas, 58% eram provenientes de Diamantina, confirmando a importância a nível local da instituição. Percebe-se ainda que 21% dos egressos eram provenientes de outras cidades do Vale do Jequitinhonha, enquanto 17% eram originários de outras cidades mineiras. Nesse aspecto, confirma-se também o que a tabela anterior demonstra: o Curso de Letras era o que mais atraía interessados de outras cidades mineiras, enquanto que para o Curso de Pedagogia predominou o interesse de alunos provenientes de Diamantina e outras cidades do Vale do Jequitinhonha.

É possível constatar também que o Curso de Pedagogia destacou-se com o maior índice de matriculados ao longo do recorte temporal desta pesquisa, conforme comprova a tabela abaixo, na qual se consolida números de alunos por curso e por ano:

Tabela 13 - Matriculados por curso e por ano

Curso/Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Total
Filosofia	22	0	0	0	5	0	0	27
História	31	11	4	7	15	7	4	79
Letras	43	13	31	18	13	30	3	151
Pedagogia	42	18	29	48	46	65	23	271
Total	138	42	64	73	79	102	30	528

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Matrículas (1968-1974)

A tendência de maior demanda pelo Curso de Pedagogia se comprova ao ser levada em consideração a diferença entre os matriculados neste curso com os demais,

¹¹⁴ Os dados consideram apenas os alunos que se matricularam entre 1968 e 1971, ou seja, aqueles que poderiam se formar até o ano de 1974, visto que os cursos tinham a duração de 4 anos.

¹¹⁵ O primeiro ano de funcionamento foi 1968 e a primeira turma se formou em 1971.

principalmente os cursos de Filosofia e História. Do total de 528 matriculados, 51% direcionavam-se para a Pedagogia, enquanto os números de alunos interessados pelos cursos de Filosofia, História e Letras foram decaindo se comparado com o ano inicial (1968). Entretanto, um aspecto comum a todos os cursos, foi a instabilidade da demanda, ou seja, houve uma variação considerável entre o número de matriculados em cada um dos cursos ao longo do período.

A baixa procura pelos cursos justificava-se, segundo o Conselho Federal de Educação (CFE, 1974), pela ausência do reconhecimento pelo Governo Federal, o que afastaria os possíveis candidatos, fazendo com que procurassem outros centros educacionais já devidamente reconhecidos. Outro fator que pode ser sugerido para explicar a baixa demanda é o custo financeiro decorrente de matrícula, materiais, livros e outras taxas exigidas pela instituição. A dificuldade dos alunos em cumprir suas obrigações financeiras junto à Faculdade era algo recorrente, conforme comprovam as diversas documentações que mencionam pedidos de bolsas e auxílios direcionados ao Conselho Curador da instituição. Demonstra-se abaixo uma delas:

Atenciosos cumprimentos

A abaixo assinada, impossibilitada de custear os seus próprios estudos, pelos justos e reais motivos infra-discriminados; e confiada na alta compreensão, profundo senso de justiça e espírito humanitário de V. Excia., vem, respeitosamente e com todo o empenho, requerer desta sábia Reitoria, uma Bolsa de Estudos para a Faculdade de Pedagogia.

Orfã de pai, o qual não deixou nenhum recurso ou renda para a manutenção da família composta de mãe e dez filhos, sendo que os dois mais velhos já estão casados e mal ganham para a subsistência de suas famílias, ficando os oito irmãos restantes, solteiros e alguns menores, sob a responsabilidade da requerente; embora cinco deles trabalhem, os seus salários são muito modestos para poderem dar uma maior ajuda na manutenção da família; e há ainda o custeio dos estudos dos irmãos menores. Um irmão que é aluno da Faculdade de Odontologia desta Universidade, estuda à própria custa com enormes sacrifícios, pois o seu salário é de comerciário, trabalhando em horário variado. Acresce que a mãe da solicitante não goza de boa saúde, estando constantemente em uso de remédios.

Professora de Primeiro Grau, percebendo o vencimento líquido de Cr. 290,00 (duzentos e noventa cruzeiros), a requerente não tem as mínimas condições financeiras, como se vê pelas razões acima expostas, para custear os seus estudos na Faculdade.

Aguardando pois, confiante, a bondosa e compreensiva acolhida por parte de V. Excia. para o justo e encarecido apelo, nestes termos, pede deferimento.

Diamantina, 07 de março de 1972.

D. C. A.

Professora Primária.

O elevado custo financeiro de se manter matriculado na FAFI também foi relatado por duas entrevistadas. As ex-alunas foram questionadas qual a classe social das pessoas que

frequentavam a faculdade. Uma delas mencionou que “eram pessoas que tinham condição, porque era caro”. A outra recordou que “...era assim no estilo da gente mesmo sabe? Era assim mesmo, porque era uma escola particular, não é isso?”.

O caráter de “escola particular” provavelmente foi mencionado pela entrevista visto que era necessário dispendir recursos financeiros para pagar mensalidades e outras taxas escolares, situação que sugeriria certo caráter privado ao estabelecimento. Todavia, vale ressaltar que à época o ensino superior oficial era, em regra pago, como eram os casos da Faculdade de Odontologia, da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha e outras fundações educacionais criadas em colaboração com o poder público em Minas Gerais naquele período. Observa-se ainda que, nos termos da legislação vigente à época, o ensino oficial seria gratuito apenas àqueles que pudessem comprovar falta ou insuficiência de recursos, como era o caso daqueles que solicitavam bolsas e auxílios à FUVJ.

Vale mencionar também outras características do perfil discente obtidas a partir da análise do Livro de Matrículas, são elas: sexo e faixa etária dos matriculados. Em relação ao sexo, a tabela abaixo demonstra que nos cursos de Filosofia e História, homens e mulheres se equiparavam em número de matriculados, enquanto houve predominância expressiva de pessoas do sexo feminino nos cursos de Letras e Pedagogia. Letras, com apenas 37% e Pedagogia com somente 3% de alunos do sexo masculino. Considerando a expressividade histórica das matrículas nos cursos de Letras e Pedagogia, a predominância de mulheres reflete no total global de matriculados da instituição, observa-se que da totalidade de alunos atendidos, 77% eram do sexo feminino, enquanto apenas 23% corresponderam ao sexo masculino.

Tabela 14 - Matriculados por sexo

SEXO/CURSO	FILOSOFIA	HISTÓRIA	LETRAS	PEDAGOGIA	TOTAL
Feminino	11	37	96	264	408
Masculino	16	42	55	7	120
Total	27	79	151	271	528

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Matrículas da FAFI (1968-1974)

Considerando que a instituição direcionou-se prioritariamente à formação docente com os cursos de licenciatura em Filosofia, História, Letras e Pedagogia, percebe-se o interesse mais significativo de mulheres nas profissões direcionadas ao magistério, o que provavelmente refletiu em uma quantidade maior de docentes mulheres atuando nas instituições de ensino médio e primário de Diamantina e região.

No que tange à faixa etária, foi possível definir dois grupos de alunos.¹¹⁶ O primeiro deles, com até 40 anos,¹¹⁷ seriam aqueles que provavelmente estariam em busca da primeira graduação em nível superior ou de aprimoramento profissional. No segundo grupo estariam aqueles acima de 40 anos que buscariam a formação mais desinteressada. A tabela abaixo consolidada o perfil dos alunos conforme a faixa etária definida:

Tabela 15 - Matriculados por faixa etária

IDADE/CURSOS	FILOSOFIA	HISTÓRIA	LETRAS	PEDAGOGIA	TOTAL
Até 40 anos	23 (85%)	67 (85%)	140(93%)	230 (95%)	460
Acima de 40 anos	4 (15%)	11 (15%)	5 (7%)	12 (5%)	32
Sem dados	0	1	6	29	36
Total	27	79	151	271	528

Fonte: elaborada pela autora a partir do Livro de Matrículas (1968-1974)

É possível perceber que, desconsiderando o quantitativo de alunos para os quais o Livro de Matrículas não trouxe os dados relativos à data de nascimento, nos quatro cursos predominaram alunos com idade até 40 anos. A partir dos percentuais apresentados, bem como considerando que o total global de estudantes até 40 anos representou 93% dos matriculados, constata-se, portanto, que o interesse dos alunos direcionou-se predominantemente à qualificação profissional. Corroborando com a compreensão acima, destaca-se que os ex-alunos, ao serem questionados sobre a importância da instituição em suas vidas, afirmaram que o curso superior contribuiu para aprimorar seus conhecimentos de professor, bem como regularizar a situação de docente do ensino médio que legalmente requeria a formação de nível superior.

Por fim, ressalta-se que a opção por um dos cursos da instituição não foi necessariamente uma escolha pessoal dos alunos, as alternativas para aqueles que queriam a qualificação profissional de nível superior e podiam arcar com os custos financeiros desse investimento tinham, em Diamantina e em todo o território circunscrito pelo Vale do Jequitinhonha, apenas duas opções: a Faculdade de Odontologia ou a Faculdade de Filosofia e Letras com a oferta de seus quatro cursos nas áreas de humanidades. Para exemplificar o interesse por outros cursos, cita-se o trecho de entrevista abaixo:

¹¹⁶ Tais grupos foram definidos a partir da idade dos entrevistados. Todos eles tinham até quarenta anos e estavam em busca de sua primeira graduação em nível superior ou de aprimoramento profissional.

¹¹⁷ Ressalta-se que, nos padrões atuais, esta pode ser considerada uma idade avançada para se buscar a primeira graduação, entretanto, levando-se em consideração o tempo e o local nos quais se desenvolveu esta análise, a pesquisadora entendeu que até esta idade as pessoas ainda poderiam estar em busca da primeira graduação ou pelo aprimoramento profissional.

(...) porque escolheu, é porque não tinha jeito (...), porque o sonho mesmo era uma faculdade, uma Belas Artes que eu tinha, nossa era meu sonho! (...) Mas era só sonhar mesmo, só sonhar. Teve um vizinho meu que quando ele foi para o Rio de Janeiro para estudar, Nossa Senhora, que alegria! Acho que eu senti uma alegria, aquela alegria que ele estava sentindo, eu também estava sentindo, sabe?

Além das escassas opções de cursos para aqueles que se interessavam no nível superior, outros empecilhos de ordem pessoal foram evidenciados nas entrevistas, tais como: casamento, receio de se deslocar para estudar em outra cidade e ainda, as dificuldades infraestruturais de deslocamentos a partir de Diamantina. Assim, percebe-se também a existência de um outro público: aquele que, por ausência de outras oportunidades ou motivos pessoais, preferiu optar por uma das possibilidades existentes na FAFI.

5.2.6 Cotidiano escolar

Utilizando-se dos registros presentes nas atas de reuniões da Faculdade de Filosofia e Letras, do Diretório Acadêmico João XXIII e da Assembleia Geral da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, bem como das entrevistas realizadas com quatro ex-alunos da primeira turma da instituição, abordam-se os seguintes aspectos relacionados ao cotidiano escolar: as características do relacionamento entre discentes e docentes, a representação estudantil, interferências da democracia excludente, as dificuldades dos discentes em cumprir suas obrigações financeiras junto à Faculdade e ainda, a influência católica que pairava o cotidiano escolar.

Todos os entrevistados lembraram os tempos de faculdade como um período de união, entrosamento e boa convivência. Apesar de vários deles exercerem alguma profissão ao longo do dia e as aulas serem realizadas no período noturno, restando pouco tempo para o convívio social na faculdade, aquele tempo foi marcado pelo companheirismo entre os alunos. Uma das entrevistadas, antes mesmo de iniciarem-se as perguntas relatou: “Era muito bom, foi um tempo muito bom, sabe?! Turma muito unida, sabe?! Muito unida mesmo. (...) A turma era muito educada, eu tenho muita saudade. (...) Sinto que era uma verdadeira família viu, te falar a verdade”.

O entrosamento entre eles revelou-se também pelos relatos de trabalhos realizados em grupo, as reuniões de estudos, o empréstimo de livros e apostilas e ainda o auxílio em disciplinas nas quais um tinha mais facilidade do que os outros, conforme relatado por uma das ex-alunas:

Estudávamos juntos, ajudava o outro que trabalhava fora, uma verdadeira família. Então na hora de estudar para prova a gente reunia e estudava. Vamos em tal lugar, ficava estudando ali, e o que tinha mais facilidade com um assunto passava para o outro. Principalmente para os colegas que trabalhavam e não podiam ir, sabe?

Outro entrevistado relatou também que, como a maioria dos alunos das primeiras turmas já atuavam em outras instituições da cidade, ou seja, já tinham uma carreira profissional que demandava responsabilidades adicionais com a formação superior e ainda intensa rotina de trabalho e estudo, poucas eram as ausências em sala de aula: “(...) e o pessoal não faltava de aula não, a sala estava constantemente cheia. (...) A intensidade de trabalho e estudo era muito grande, muito grande”.

No que tange à relação entre os alunos e professores, essa também remeteu aos alunos boas lembranças. A cooperação dos docentes para com os alunos foi demonstrada por uma das entrevistadas quando relatou que os docentes se disponibilizavam para trazer de Belo Horizonte livros e apostilas que não estavam disponíveis em Diamantina. O bom relacionamento demonstrava-se também em sala de aula com a liberdade de comunicação. Uma delas caracterizou os professores: “eram muito brincalhões, muito amigos.”. Além disso, uma delas relatou que com frequência saíam juntos para os barzinhos da cidade grupos de alunos e professores, principalmente os que vinham de Belo Horizonte, o que proporcionou um bom entrosamento entre eles.

Apesar das recordações positivas, atas do Diretório Acadêmico João XXIII registram reivindicações dos alunos quanto aos professores, principalmente em relação à ausência em aulas previamente agendadas. Exemplifica-se com o trecho a seguir:

(...) diz que o problema vem de longe e poderá ir longe demais se não encontrar barreiras, continuando, diz de certos professores não veem o problema de certos alunos quanto aos horários. Há professores que exigem a presença do aluno, mas não se apresentam em hora marcada. (...) falta de professor à aula, permanência do mesmo na sala depois de esgotado o horário dele prejudicando a aula seguinte, falta de relacionamento da Diretoria com os alunos, ver o problema de alunos que viajam para vir à aula, gastando tempo e dinheiro, pois às vezes não tem aula e eles não são avisados anteriormente, etc. (Diretório Acadêmico João XXIII, 1972).

A partir do fragmento acima percebe-se que a representação estudantil afligia-se com situações que se relacionavam diretamente aos docentes da instituição, o que demonstra que a convivência entre alunos e professores não se mostrou permanentemente pacífica e serena. Foi possível notar também que a representação dos estudantes era realizada por meio de Diretório Acadêmico. Desde a primeira turma os alunos se organizaram para impulsionar o

movimento estudantil. Pelas recordações de um dos entrevistados que participou da primeira composição do D.A., “...o estudante participava de uma forma mais tranquila, mais, talvez, assim, mais intelectual entendeu?”. Apesar da ausência do livro de atas do Diretório anterior ao ano de 1972¹¹⁸ que pudesse fornecer subsídios de como foi a atuação da primeira gestão do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, no ano de 1972, a gestão do Diretório registrou que em anos anteriores os representantes estudantis não desempenhavam sua função de reivindicar melhorias na instituição em benefícios dos alunos e, ao comparar com aquela gestão, discorreu: “cabe ao DA tomar as iniciativas precisas, pois isto nunca foi feito em anos anteriores, porque o DA realmente nunca existiu, digo, nunca funcionou. O DA existia apenas em função das carteiras de estudantes, blusões, pastas da FAFID, etc.”.

O órgão de representação estudantil era uma das exigências previstas na Lei nº. 4.464, de 09 de novembro de 1964, modificada pelo Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967. Tais legislações que foram utilizadas pelo Conselho Estadual de Educação para exigir da FUVJ a revisão de seu estatuto antes que houvesse a autorização definitiva para funcionamento. Nos termos da legislação vigente, era obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, sob pena de suspensão pelo período de 30 dias.

No final do primeiro ano de funcionamento dois discentes do Diretório já participavam de reuniões da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. Foi possível constatar também quais os assuntos interessavam ao diretório quando se observou a organização de sua diretoria, eleita em 1970, que dedicou secretarias especializadas aos assuntos relacionados à Assistência e Beneficência, Cultura e Arte, Relações Públicas e Esportes. As iniciativas, divulgadas na imprensa, em prol desses assuntos comprovam os interesses dos alunos. No primeiro ano de funcionamento surgiu o “O Corujão”, o jornal que seria organizado pelos alunos da instituição (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 12, 22 dezembro 1968, p.01). No que tange aos assuntos relacionados à cultura e arte, foi instalado o Centro de Estudos e Letras que se destinou à apresentação de poesias e conferências destinadas a discutir temas como “O Modernismo no Brasil” e “A música Popular Brasileira”. Outro evento promovido pelos alunos foi o “1º Festival do Guaraná Antártica”, ocorrido em agosto de 1972 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 66, n. 42, 20 agosto 1972, p.01-02).

¹¹⁸ Conforme relatado no Termo de Abertura do Livro de Atas da Gestão 1971/1972, o livro de atas anterior a 1972 havia sido destruído no incêndio da Casa São Paulo.

Em relação ao regime de democracia excludente sob o qual atravessava o país, nenhum dos entrevistados discorreu especificamente sobre este tema, apesar de terem sido estimulados a falar a respeito. Quando perguntados se o regime militar havia influenciado ou interferido no cotidiano escolar, todos se manifestaram negativamente. Um deles mencionou que alguns militares cursavam História, mas a convivência sempre havia sido pacífica e harmoniosa entre eles. Indiretamente, ao remeter-se à organização do primeiro Diretório Acadêmico, um dos entrevistados citou que:

...o primeiro diretório, porque era obrigatório, apesar de que a gente estava vivendo um período de força militar né, vou dizer assim, ah você é contra? Não, não sou contra porque eu nunca fui pressionado, eu sempre andei na linha, trabalhava para dar aula e dava aula e pronto, não me envolvia em mais nada, então nunca fui atacado não.

A expressão “força militar” citada pelo entrevistado e a revelação de que andava “na linha”, cumprindo suas obrigações profissionais e não se envolvendo em nada, sugere certo distanciamento com as questões políticas. Em contrapartida, a partir dessa fala, entende-se que poderia ser pressionado ou atacado pelo regime aqueles que adotassem um perfil diverso daquele adotado pelo ex-aluno. As documentações encontradas na Faculdade não direcionam a constatações referentes a interferências militares no cotidiano escolar, entretanto, comprovam que a instituição era alvo de propagandas do Governo Federal em prol de transmitir “ao povo mensagem de esperança nos destinos do país através da consolidação dos ideais da Revolução de março”(FAFI, 1969).

Exemplificando, cita-se que no ano de 1969, ao se comemorar mais um ano de governo militar, foi enviada correspondência do Tenente Coronel do Batalhão da Polícia Militar em Diamantina ao Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, na qual havia em anexo folhetos e cartazes enaltecendo a Revolução para distribuição e difusão entre professores e alunos da Faculdade. Além disso, o documento repassava instruções de como deveriam ocorrer as comemorações. Outro exemplo foi o Ofício do Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, mencionando 31 de março como data cívica, incorporada ao calendário oficial do país e indicando como deveria ser comemorado o nono aniversário da revolução. Vale mencionar um dos trechos do documento:

Em todas as manifestações comemorativas, a tônica deve ser a das realizações dos Governos Federal, Estadual e Municipal no campo da Educação, principalmente no que se refere ao crescimento do ensino superior, pela multiplicação dos cursos, matrículas, etc. (...) Solicitamos, nessa oportunidade, que, até o dia 30 de abril,

sejam remetidos a esta Comissão no Palácio dos Despachos, o relatório e documentário fotográfico das comemorações, como colaboração para a nossa avaliação final dessa patriótica campanha (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1973).

Percebe-se que além de obedecer às orientações repassadas pelo governo, a instituição tinha a obrigação de comprovar, por meio de relatório e material fotográfico, que havia procedido conforme requerido pelo regime. Além dessas orientações, nota-se o controle dos militares nas instituições de ensino também pela vigência do Decreto-lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Na documentação encontrada, não foi possível constatar nenhuma aplicabilidade prática desse normativo na instituição diamantinense.

As dificuldades dos alunos em cumprir suas obrigações financeiras junto à Faculdade também foi um dos tópicos que marcou o cotidiano escolar. A Resolução nº. 176/73 do Conselho Estadual de Educação era explícita ao estabelecer a litude de impedir alunos em débito com as instituições de ensino de participarem de trabalhos escolares, incluindo provas e exames, desde que houvesse prévia comunicação da irregularidade ao aluno. Assim, amparado naquele normativo, o Regimento da Faculdade previa que “nenhum aluno será admitido em prova ou exames finais se não estiver em dia com as taxas escolares, salvo motivo de força maior, justificado pelo diretor.” (FUVJ, 1973). Tais alertas eram afixados na Faculdade a fim de advertir os alunos da importância de manterem suas mensalidades em dia.

Porém, com frequência, os alunos direcionavam cartas à instituição solicitando a participação em provas mesmo sem o pagamento de seus débitos junto à Faculdade, cita-se como exemplo a correspondência abaixo, na qual o aluno solicita e justifica seu pedido:

(...) Tenho já, 15 anos de magistério público nos colégios estaduais de Água Boa e S; Sebastião do Maranhão e para melhor me aprimorar no magistério, resolvi cursar a Faculdade de Filosofia. Sendo casado e tendo encargos financeiros inerentes à minha estada nesta cidade, e não conseguindo nenhuma fonte de renda aqui, contraí um débito para com a faculdade. Julgando uma perda enorme, um ano de estudos e principalmente de serviços, para um pai de família, venho mui respeitosamente, propor-lhes o que se segue: I) Caso esse humano Conselho se digne conceder-me, eu faria 03 (três) provas e somente faria as duas restantes na segunda chamada, mediante o pagamento integral de minha dívida. II) Em último caso, esse justo Conselho, compreendendo meu problema e a responsabilidade para com minha família, permitisse que eu realizasse todas as provas em segunda chamada. Certo de seu alto espírito de humanidade e sua boa vontade em auxiliar aos que necessitam,

externo mais uma vez meus cumprimentos e aguardo uma solução a altura desse justo Conselho (ALUNO FAFIDIA,¹¹⁹ 1973).

É possível constatar que as demandas de parcelamento e negociações de dívidas não eram circunscritas a alguns alunos, o próprio Diretório Acadêmico envolvia-se na causa. Exemplo disso foi a solicitação, ao Conselho Curador da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, para que todos os alunos pudessem parcelar, em duas prestações, a 10ª mensalidade do ano de 1973, a primeira seria paga com a mensalidade de março de 1974 e a segunda seria paga junto à mensalidade de abril de 1974. Uma das justificativas apresentadas pelo Diretório foi de que os alunos encontravam-se “carentes de condições para o devido pagamento” (DIRETÓRIO ACADÊMICO JOÃO XXIII, 1973).

O último aspecto a ser analisado refere-se à influência católica no cotidiano escolar. A primeira constatação refere-se à presença da disciplina Cultura Religiosa nos currículos dos cursos ministrados pela instituição em seus primeiros anos de funcionamento. Em um dos momentos em que o assunto foi discutido em reunião, registrou-se que o Presidente da Fundação havia solicitado a Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo Metropolitano, a indicação de um professor que poderia contribuir lecionando a referida disciplina.

A proximidade entre a Igreja Católica e a FUVJ também foi consignada em ata quando mencionou-se “...a Faculdade de Filosofia se tem mantido dentro dos princípios da religião católica, não obstante, se encontrar em seu meio elementos pertencentes a diversas correntes de pensamento.” (FUVJ, 1971). Por fim, destaca-se que, conforme constatado no tópico “perfil dos professores”, parte significativa dos docentes que lecionavam nos cursos eram padres, sem mencionar o Arcebispo Metropolitano, Dom Geraldo de Proença Sigaud, responsável pelas disciplinas História da Educação e Filosofia da Educação, o que sugere a possível influência católica também no conteúdo transmitido aos alunos.

5.3 Sujeitos e instituições envolvidas

A partir das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, foi possível notar um somatório de fatores que culminaram no processo de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e de sua primeira unidade, a Faculdade de Filosofia e Letras. As

¹¹⁹ Obedecendo aos preceitos éticos de pesquisa, optou-se por não identificar o autor da correspondência.

diversas fases deste processo puderam contar com o apoio de instituições e sujeitos que incentivaram o projeto. Sob tal perspectiva, sem a intenção de esgotar a temática, nesta subseção apresentam-se as principais instituições e sujeitos envolvidos com a FUVJ e a FAFI, delineando quais foram as suas contribuições para o primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha.

As principais contribuições foram divididas entre as de natureza político-sociais, financeiras e organizacionais. Compreendem-se as contribuições político-sociais como aquelas advindas da sociedade diamantinense e dos políticos envolvidos. As contribuições financeiras seriam aquelas advindas de instituições e sujeitos que auxiliaram economicamente a Fundação. Por fim, as contribuições organizacionais seriam aquelas advindas de sujeitos que estiveram direta ou indiretamente ligados à estrutura organizacional da instituição.

Destaca-se que a imprensa local esteve engajada no propósito de impulsionar a participação no projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha, sendo uma das instituições que contribuíram positivamente para a trajetória inicial da FUVJ. As intimações para que os diamantinenses participassem ativamente da nova instituição ocorreram por diversas vezes nos jornais. Uma das edições do Estrela Polar divulgou como seriam os trabalhos para se estruturar a Fundação, advertindo da importância da participação social. Da publicação destaca-se o fragmento a seguir:

A criação da Universidade do Vale do Jequitinhonha, com sede em Diamantina, veio pois, de encontro a um dos mais velhos anseios da nossa terra. Ela atenderá a ânsia de saber, expressão incontida das novas gerações, que desejam formar-se não para satisfação de vaidades ou para ostentar títulos de doutor, mas sim para serem úteis, para integrar-se no progresso de um país jovem, que reclama especialistas, homens de ciência e de cultura. Não vai ser fácil a sua instalação e sobretudo vai exigir muito sua manutenção. Mas, coisa alguma se consegue sem luta, sacrifícios e muita abnegação. O que não pode haver nesta hora é o indifrentismo e o comodismo dos diamantinenses, acostumados em outras eras, a receber tudo, prontinho. Todos somos chamados ao trabalho, temos que nos interessar pela concretização da Universidade. E que este benefício não se perca pela nossa própria negligência. Já andávamos tão desacostumados a receber favores dos poderes públicos, que este veio nos surpreender, deixando-nos boquiabertos. Agora que o temos, vamos agarrá-lo a unhas e dentes (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 5, 30 de janeiro de 1966, p. 01).

A imprensa clama aos diamantinenses a participação. Naquele momento, após a autorização legal, seria necessário que todos contribuíssem para que a instituição pudesse se concretizar e se manter, por isso intimam a sociedade a se abster de uma possível indiferença e comodismo que teria marcado outros momentos da história. Uma das maneiras a partir da qual membros da sociedade diamantinense poderiam participar e contribuir com a Fundação

era por meio da Assembleia Geral. As convocações para este órgão deliberativo eram realizadas tanto na imprensa, quanto a partir de correspondências enviadas diretamente às pessoas que poderiam constituir-las, nos termos do art. 14 e 15 do Estatuto da FUVJ. As reuniões deveriam ser realizadas, ordinariamente, uma vez por ano, com o objetivo principal de se discutir assuntos de ordem financeira, que interessavam tanto à sociedade diamantinense, quanto a professores e gestores.

A publicação do edital para convocar a primeira reunião da Assembleia Geral ocorreu em janeiro de 1966, oportunidade em que a imprensa local: discorreu sobre a trajetória desde a reivindicação levada ao Governador do Estado; publicou o decreto regulamentador; expôs as razões do Governador para a instituição da FUVJ e finalizou, enfatizando a importância neste acontecimento para a cidade, nas seguintes palavras: “Diamantina não pode perder esta grande oportunidade que lhe foi oferecida e tem que reafirmar em atos, a sua tradição de cultura. A Universidade do Vale do Jequitinhonha precisa ser realidade.” (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 4, 23 de janeiro de 1966). Mais uma vez percebe-se o estímulo da imprensa para a participação social.

Conforme se fez constar nas atas, ao longo de seus primeiros anos, todas as convocações para a Assembleia foram divulgadas por intermédio dos jornais Estrela Polar e Voz de Diamantina, bem como no órgão da imprensa oficial, o Minas Gerais. Além disso, os secretários remetiam convites pessoais a cidadãos que possivelmente se interessariam pela participação. Apesar de não ter sido um hábito registrar em ata quais as pessoas convidadas e quais compareceram a cada uma das reuniões, a partir dos comentários percebe-se que havia certa desproporção entre o número de pessoas convidadas e presentes. Ademais, raros eram os casos em que as pessoas convidadas justificavam as suas ausências. Exemplo disso foi a segunda reunião da Assembleia, ocorrida em 26 de março de 1970, na qual consignou-se em ata que foram convidadas “cerca de 133 pessoas gradadas da cidade, sendo lido, pelo secretário, os nomes das pessoas convidadas. Que a maioria deles ficou ciente, sendo que apenas de José Maria Couto, de Irmã Aparecida e de D. Luiza Motta recebeu-se justificativas de suas faltas” (FUVJ, 1970). Outro registro que revela a insatisfação com o número de presentes encontra-se na ata da terceira reunião, realizada em 20 de abril de 1971, na qual consta em sua abertura:

A Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha recebe, além das contribuições dos alunos, subvenções municipais e juros de apólices estaduais, e, por isso, gerindo o dinheiro da comunidade, e ainda através do governo, compete a essa mesma comunidade fiscalizar a sua aplicação. Entretanto, apesar de convidados pessoalmente, não obstante os editais publicados nos jornais da cidade, o

comparecimento foi pequeno: espera-se maior interesse por parte da sociedade (FUVJ, 1971).

Constata-se que o Presidente explicou os motivos pelos quais membros da comunidade deveriam se fazer presentes e expressa o seu desejo de que mais pessoas comparecessem às reuniões. No ano seguinte também se registrou em ata o “problema de presença em reuniões” (FUVJ, 1972), explicando-se que além do edital divulgado na imprensa, pessoas gradadas da cidade haviam sido procuradas pessoalmente, mas mesmo assim o número de presentes foi aquém do esperado. Os quantitativos foram registrados: das 114 (cento e quarenta e quatro) pessoas convidadas, apenas 18 (dezoito) compareceram.

O baixo comparecimento era um fator de preocupação para o Presidente e por isso, fez registrar o seguinte apelo:

Ainda com a palavra pede o Senhor Presidente que cada um dos presentes proceda-se interessado pela vida de nossa faculdade de filosofia: é preciso que em Diamantina se faça chegar ao conhecimento de todos, o que representa de benefícios um estabelecimento como este, que em outras cidades, talvez de menor tradição e cultura que a nossa, as faculdades de filosofia estão em franco progresso; não é possível que Diamantina, tradicionalmente amiga da cultura, deixe desaparecer o que com tanto custo se conseguiu (FUVJ, 1971).

Certo da importância da Faculdade de Filosofia para a cidade e do que ela poderia representar no contexto de tradição e cultura diamantinense, o Presidente transpareceu certa preocupação com uma possível decadência dos interesses direcionados à instituição. Salienta-se que o ano de 1971 foi um período de instabilidade financeira institucional, por este motivo interessava aos seus gestores atrair pessoas que pudessem se inteirar de tais assuntos na busca de alternativas para superar aquele cenário.

A partir dos registros apresentados, percebe-se que, no ponto de vista de seus gestores, o envolvimento da sociedade diamantinense não aconteceu de maneira satisfatória. Observa-se ainda que parcela da sociedade diamantinense não aproveitou da oportunidade mais direta para participar do projeto de universidade que seria o comparecimento às reuniões da Assembleia Geral, momento em que poderiam fiscalizar e contribuir para a gestão daquela que seria a futura Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Outro momento em que a participação social também foi estimulada refere-se ao período¹²⁰ entre o registro formal da intenção de se criar em Diamantina uma Faculdade de

¹²⁰ Diante da impossibilidade de acesso às fontes originais, as informações a respeito deste período tiveram como fonte o artigo de jornal intitulado “Uma dura verdade que precisa ser dita. Histórico da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha – Faculdade de Filosofia”, publicado em 1988, por Anatólio Alves de Assis, no Jornal Correio Diamantinense, Nº 53, 54 e 55.

Filosofia, o que ocorreu na 1ª Convenção da União Democrática Nacional, e a promulgação da lei nº. 4.059/65, que concedeu a autorização para a FUVJ se instituir. Este foi um período em que Anatólio Alves de Assis se destacou por seu estímulo social e político ao projeto.

Natural de Caetanópolis, Anatólio foi admitido na Polícia Militar de Minas Gerais em 1937. No âmbito educacional, fez o Curso de Professores de Educação Física, no Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais (1941) e Curso de Professores e Técnicos de Natação, no Minas Tênis Clube (1941-1942). Em Diamantina foi vereador, entusiasta do esporte e participava ativamente da vida política, social, histórica e cultural da cidade.¹²¹ Atuou também em instituições diamantinas, exercendo as seguintes funções: professor de Educação Física do Colégio Diamantinense (1943 e 1951-1952); professor de Educação Física e Técnico de Natação do Diamantina Tênis Clube (1944-1962); professor de História Geral do Colégio Tiradentes da Polícia Militar (1963-1967); professor de História Geral do Colégio Diamantinense (1968-1970).¹²²

A primeira contribuição de Anatólio para o projeto de universidade ocorreu na própria Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha, momento em que o vereador propôs ao plenário aprovar uma moção solicitando ao Governador do Estado se criar a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, destinada a manter uma Faculdade de Filosofia, o que, de acordo com Anatólio, seria um ideal sonhado por grande número de diamantinos. Neste intervalo entre a moção de apoio dirigida ao Governador do Estado e a autorização legal, Ney Orlando Rocha, Assessor do Governador, relatou a Anatólio que obstruções político-partidárias estariam atrasando o processo legislativo destinado a promulgar a autorização para se instituir a Fundação.

Por este motivo, a solução seria estimular um movimento junto a autoridades e comunidade local que pudesse alcançar deputados mineiros e assim, viabilizar o projeto de lei já em tramitação no legislativo estadual. Anatólio, no intuito de buscar o apoio social, convidou à discussão cidadãos e autoridades interessados naquela pauta. Conforme consta em ata, a sessão foi denominada de “Pró-Fundação da Faculdade de Filosofia de Diamantina” e foram convidadas 53 (cinquenta e três) pessoas, registrando-se o comparecimento de 22 (vinte e duas). A partir dessa iniciativa, foi fundado o movimento “União para o Progresso de Diamantina”. Sem caráter político-partidário, o movimento destinava-se a buscar apoio ao

¹²¹ Mais informações sobre a obra de Anatólio em Diamantina, ver Fernandes e Conceição, 2007.

¹²² As informações curriculares foram retiradas de arquivos pessoais de Anatólio, gentilmente cedidos por sua filha Ayrde da Luz S. Alves de Assis.

projeto da universidade. A estratégia principal foi encaminhar correspondências a pessoas e autoridades locais e estaduais que poderiam contribuir para a aprovação final do projeto de lei. O ofício continha os seguintes dizeres:

Temos o honroso prazer de comunicar a V. Exa., a instalação nesta cidade do movimento “União Para o Progresso de Diamantina”, cujo objetivo precípua é a fundação de uma Faculdade de Filosofia em nossa terra, que, como sabemos, está em posição de desigualdade com outras comunas irmãs, do nosso Estado, que já possuem tal melhoramento, conseguindo através de movimentos semelhantes.

O nosso movimento não tem distinção de caráter político, partidário ou religioso e congrega em seu seio figuras das mais eminentes de nossa sociedade; todas irmanadas no duro labor de dar à nossa cidade de “um lugar ao sol”.

Solicitamos, na oportunidade, de V. Exa., a remessa de dois telegramas: um ao Sr. Governador do Estado e, outro, ao Sr. Deputado Presidente da Assembleia Legislativa, solicitando-lhes a gestões para a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que cria a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Antecipando a V. Exa. os melhores agradecimentos, valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe os protestos do mais distinto apreço.

Anatólio Alves de Assis, pela Comissão Coordenadora.

Registrou-se que o documento foi encaminhado para as seguintes instituições locais: Associação Comercial, Clube Acaiaca, Associação dos Servidores Cíveis de Diamantina, Clube de Futebol Tijuco, Jotaerre Futebol Clube, Oásis Esporte Clube, Sociedade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Rotary Clube e União Operária Beneficente. Constata-se que, no âmbito local, a estratégia de se constituir um grupo sem caráter político, partidário ou religioso contribuiu para que o movimento pudesse agregar pessoas que mesmo apresentando posicionamentos políticos divergentes, estavam imbuídas no propósito de colaborar para que o projeto de universidade se tornasse realidade em Diamantina. Cita-se como exemplo pessoas que não pertenciam ao partido União Democrática Nacional, entretanto compareceram à reunião e buscaram apoiar o propósito de Anatólio, foram elas: João Antônio Meira, Antônio Fabrino Baião, Célio Hugo Alves Pereira, Antônio Diniz Filho, Leandro Gomes da Costa, Geraldo Edson Nascimento – então prefeito municipal, Sylvio Felício dos Santos, Bernardo Lopes Vieira Leite.

Outra figura do âmbito político-partidário oposto à UDN que se envolveu com o projeto de universidade foi Murilo Badaró. Como intermediador das relações entre o Vale do Jequitinhonha e o Governo estadual, Murilo Badaró¹²³ foi outra personagem que contribuiu politicamente com o projeto. Natural de Minas Novas, Badaró pertencia a família ligada à política municipal e mineira. Graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela UFMG e foi

¹²³ As informações curriculares de Murilo Badaró foram retiradas do Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991. Volume II. Elaborado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1994).

eleito deputado estadual no ano de 1958 pelo Partido Social Democrático (PSD). No governo de Israel Pinheiro (1966-1971), assumiu a Secretaria de Governo de Minas Gerais, momento em que a imprensa local registrou sua promessa de apoio: “Badaró prometeu envidar esforços ajudando Diamantina a fim de que Universidade do Vale do Jequitinhonha possa funcionar normalmente no próximo ano.” (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 12, 20 de março de 1966, p. 01). Percebe-se também, através dos jornais, que Badaró contribuiu para intermediar as relações entre o Governador e a gestão da FUVJ, conforme pode ser constatado no caso da liberação das apólices estaduais doadas pelo Estado:

Conforme radiograma do Dr. Murilo Badaró para o Dr. João Antônio Meira, Vice-Reitor da Universidade do Vale do Jequitinhonha, o Sr. Governador do Estado liberou as apólices da Dívida Pública no valor de quinhentos milhões para constituir patrimônio da nossa Universidade do Vale do Jequitinhonha (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 31, 21 de julho de 1966, p. 01).

Badaró se elegeu deputado federal por Minas Gerais, assumindo o mandato em 1967. Em seu segundo mandato para deputado federal se comprometeu a prestar apoio político junto ao Conselho Federal de Educação no momento do reconhecimento da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (BADARÓ, 1972). Além disso, foi autor do projeto de lei que criou a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale).

A Codevale foi parceira da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha tanto do ponto de vista político-social, quanto financeiro. As contribuições da Codevale foram reconhecidas pelo Presidente da Fundação em discurso realizado no dia da primeira Aula Inaugural, em 04 de maio de 1968:

Da Codevale, através de nosso conterrâneo Divaldo Jardim e do ex-Diretor, Fidelcino Viana, recebemos todo apoio e estímulo. Atualmente, por uma feliz coincidência, é o Diretor Superintendente da Codevale o Professor Vicente Guabiroba. Conhecedor seguro dos problemas do Vale do Jequitinhonha, o professor imediatamente se interessou pela Universidade. Sem a colaboração que ele nos deu, não teria sido possível o funcionamento desta Faculdade ainda este ano (MEIRA, 1968).

Apoio e estímulo foram as palavras que resumiriam as contribuições da Codevale para a Universidade do Vale do Jequitinhonha, dentre elas pode ser citado o empenho de Divaldo Jardim, então Diretor da Codevale, junto ao governo estadual para a rápida aprovação do processo de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia (CODEVALE, 1968). Além disso, a fim de estimular o empenho dos discentes junto à Faculdade, a Codevale

estabeleceu uma política de entrega de “medalha do mérito” aos melhores alunos da instituição a cada ano. Noticiava-se na imprensa as solenidades de entrega e os alunos contemplados (VOZ DE DIAMANTINA, ano 64, n. 20, 15 março 1970, p.01). A Codevale tinha a intenção de que essa prática se tornasse uma tradição, entretanto a partir de 1971 não foram encontrados mais registros desses acontecimentos.

Entre as contribuições da Codevale também estão os auxílios financeiros prestados em prol do projeto. Conforme divulgado na imprensa, a instituição já poderia contar com subvenção da Codevale no ano de 1967: “A Codevale vai prestigiar a Universidade do Vale do Jequitinhonha, com ajuda financeira. Assim já no próximo ano a Faculdade de Filosofia já poderá contar com esta ajuda” (ESTRELA POLAR, LXIV Ano, Nº 48, 04 de dezembro de 1966, p.02). Não obstante o compromisso da Codevale em colaborar financeiramente com a Fundação, a coleta documental demonstrou que a escassez de recursos era uma realidade da Comissão naquele período. Provavelmente por este motivo, os recursos prometidos à Universidade foram parcelados ao longo do primeiro ano de funcionamento, conforme comprova trecho do documento abaixo no qual o Diretor da Codevale esclareceu:

Cientifiquei o caro amigo, já tempos, que a CODEVALE desde a gestão passada, se comprometeu em colaborar com a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e apoiar o notável empreendimento, não só na sua criação, como também ajudando no que lhe for possível na sua implantação.

Conforme você bem sabe, vimos lutando com uma terrível falta de recursos e adotando uma política do não paternalismo. A atual Diretoria, houve por bem destinar uma subvenção de NCr\$ 5.000,00 destinada a compra de móveis, conforme ata da reunião da Diretoria datada de 10/7/68. (...)

Já tendo você recebido NCr\$ 2.000,00, estamos esquematizando com o Diretor Financeiro o pagamento de NCr\$ 2.000,00 agora e NCr\$ 1.000,00 até o dia 20 de setembro.

Cordialmente, Divaldo Melo Jardim. (CODEVALE, 1968).

Foi possível perceber também que a Codevale foi uma instituição à qual os gestores da Fundação recorriam quando seria necessário dispor de quantidade maior de recursos do que o habitual, como foi o caso de uma possível reforma do prédio e instalações que deveriam ser realizadas na Praça de Esportes para abrigar futuras entidades da FUVJ, conforme foi relatado na ata da 4ª Reunião da Assembleia Geral da Fundação, ocorrida em 16 de maio de 1972.

Outra entidade que se destacou por sua interligação e apoio à FUVJ foi a Igreja Católica. As suas contribuições podem ser percebidas tanto sob o aspecto financeiro, quanto organizacional. O primeiro indício da proximidade entre as instituições foi a indicação do Padre Celso de Carvalho para compor e presidir o Conselho Curador da Fundação. Escolhido

pelo Governador do Estado, Celso de Carvalho deveria tornar-se membro efetivo daquele conselho, entretanto desde o início não aceitou o convite, tendo assumido a presidência o Dr. João Antônio Meira.¹²⁴

Outros cargos administrativos foram ocupados por membros da Igreja Católica ao longo do período estudado. O primeiro Conselho Fiscal, eleito por votação realizada em assembleia geral da FUVJ no ano de 1966, contava com dois integrantes da Igreja, eram eles o Cônego Walter Almeida e o Padre João Brandão Costa. Depois deles, o Padre Geraldo Fernandes Guabiroba também compôs o Conselho Fiscal, a partir de março de 1970, como suplente para um mandato de um ano (FUVJ, 1970). Além daquele cargo administrativo, Geraldo Fernandes Guabiroba ocupou o cargo de Vice-diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, após renúncia do Padre Paulo Vicente de Oliveira, em setembro de 1968 (FUVJ, 1968). Assumiu ainda o cargo de Diretor da FAFI, quando da abdicação de Aires da Mata Machado Filho, em 05 de dezembro de 1971.

Natural de Itamarandiba, Geraldo Fernandes Guabiroba¹²⁵ cursou Filosofia e Teologia no Seminário de Diamantina e atuou como professor e gestor em diversas instituições educativas da cidade e região entre final da década de 1930 e a década de 1970. Na função de professor atuou nas seguintes disciplinas e respectivas instituições: matemática, física, química, literatura brasileira, literatura portuguesa e latim no Colégio Diamantinense; matemática no Colégio Oficial de Guanhães; matemática, física e biologia da Escola Técnica de Comércio Diamantinense. Exerceu ainda o cargo de diretor do Colégio Oficial de Guanhães, do Colégio Diamantinense e da Escola Técnica de Comércio Diamantinense. Integrando a listagem de professores da instituição desde 1968 até 1974, era um de seus docentes mais experientes e assumiu as cadeiras de Lógica e Ética na FAFI.

Outros padres também puderam contribuir com suas vastas experiências no campo educacional. Em relação às experiências de cada um deles, remete-se ao quadro 11, analisado na categoria “Perfil dos Professores”. Para constar as disciplinas para as quais cada um dos integrantes da Igreja contribuiu, elaborou-se o quadro a seguir:

¹²⁴ Informações retiradas de entrevista disponibilizada gentilmente pelo pesquisador Walder Conceição e realizadas por ele em 11 de junho de 2005 com Giovanni de Miranda Pereira.

¹²⁵ Informações curriculares retiradas do Parecer nº. 26/68-CEE/MG.

Quadro 12 - Professores padres e disciplinas

	NOME	CADEIRA(S)
1	Pe. João Carlos Horta Duarte	Cultura Religiosa
2	Dom Geraldo de Proença Sigaud	História da Educação e Filosofia da Educação
3	Irmã Cecília Teixeira Guimarães	Língua Francesa e Literatura Francesa
4	Pe. Alexandre Bugallo Alvares	Filosofia Geral
5	Pe. Rubem da Silveira Matos	Sociologia
6	Cônego José Marques das Aleluias	Psicologia e Psicologia da Educação
7	Pe. Geraldo Fernandes Guabiroba	Lógica e Ética
8	Pe. Paulo Calovini	Língua e Literatura Inglesa e Literatura Anglo-Americana
9	Pe. Paulo Vicente de Oliveira	História da Filosofia e Introdução à Filosofia
10	Pe. Marcos Lúcio Frota Carneiro	Sociologia Geral
11	Pe. Celso de Carvalho	Filosofia Geral e Teoria do Conhecimento

Fonte: elaborado pela autora a partir do Parecer nº. 26/68/CEE/MG e do Parecer nº 2025/74/CFE.

Percebe-se o envolvimento dos professores padres com as mais diversas áreas do conhecimento, tais como: história, filosofia, literatura, psicologia, sociologia e ainda línguas francesa e inglesa. Importante ressaltar também a trajetória e a experiência no campo educacional de Dom Geraldo de Proença Sigaud. O currículo¹²⁶ do Arcebispo releva que cursou Filosofia no Seminário Instituto São Miguel de Antônio Carlos (1926-1928); cursou Teologia e Direito Canônico na Universidade Gregoriana de Roma (1928-1932) e doutorou-se em Teologia. No Seminário do Espírito Santo, em Santo Amaro-SP, foi professor de Teologia Dogmática e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae* da Universidade Católica de São Paulo, foi professor de Filosofia da Educação e História da Educação (SIGAUD, sem data). Dom Sigaud foi ordenado sacerdote em 12 de março de 1932, em seguida lecionou na Holanda e fundou em Portugal a Casa da Congregação. Assumiu a Diocese de Jacarezinho-PR entre 1947 e 1961, onde fundou o Seminário Diocesano, criou dezoito colégios e foi diretor e professor da Faculdade de Filosofia de Jacarezinho (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010).

A proximidade do Arcebispo, e por consequência, da Igreja Católica, com os diversos assuntos relacionados à Fundação pode ser notada na sua presença em momentos importantes para a FUVJ. Cita-se como exemplo a sua participação nas tradicionais aulas

¹²⁶ Informações curriculares retiradas do Parecer nº. 26/68-CEE/MG.

inaugurais ocorridas no início de cada ano letivo da instituição, bem como sua presença na reunião extraordinária que tratou da incorporação do Instituto Eschwege à Fundação, ocorrida em 15 de setembro de 1970.

Especificamente na FAFI, suas contribuições não se restringiram a lecionar as disciplinas de História da Educação e Filosofia da Educação. Arcebispo Metropolitano de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud também apoiou o início do funcionamento da primeira unidade da instituição. A análise dos documentos coletados revelam entre as colaborações de Dom Sigaud: a cessão da estrutura física do Colégio Diamantinense; a concessão de bolsas de estudos àqueles que exerciam contribuições para a Igreja Católica na cidade – seja lecionando no Colégio Diamantinense, seja trabalhando na Arquidiocese –; e também o pagamento de anuidades/semestralidades diretamente a diversos alunos. Tais contribuições podem ser percebidas sob o aspecto tanto financeiro, devido à economia de recursos que proporcionou à FUVJ, quanto organizacional, diante de sua importância para estruturar a instituição.

As colaborações do Arcebispo à Fundação e à Faculdade de Filosofia foram relembradas em diversos momentos, como foi o caso da primeira Aula Inaugural da FAFI. O trecho abaixo, presente no discurso do Presidente da Fundação, João Antônio Meira, resume as principais contribuições do Arcebispo:

O nosso Arcebispo, D. Sigaud, foi dos primeiros a auxiliar-nos. Consentiu que os senhores padres do Seminário integrassem o corpo docente, sem o que não seria possível a Faculdade de Filosofia de Diamantina. Cedeu à Universidade o prédio do Ginásio Diamantinense, graças ao espírito desinteressado dos Reitores Pe. José Gonçalves e Cônego José Marques das Aleluias. Finalmente, o próprio Arcebispo concordou em participar do corpo docente (MEIRA, 1968).

Ressalta-se que, nos termos da Resolução nº. 24/65 CEE-MG, prédio e instalações adequados era um dos requisitos essenciais para que o Conselho Estadual de Educação pudesse deferir o pedido de autorização de funcionamento da Faculdade. Além disso, compor um corpo docente com professores experientes e qualificados foi possível a partir da possibilidade de oito padres professores do Seminário assumirem a tarefa de lecionar na Faculdade. A partir dessas constatações, justifica-se a gratidão de João Antônio Meira ao Arcebispo que pode ser exemplificada no fragmento da ata de reunião realizada em maio de 1972:

(...) Salientou o Dr. João A. Meira o auxílio inestimável do Colégio Diamantinense à

Faculdade de Filosofia e Letras pois, por sua generosidade funciona a mesma no estabelecimento citado e apresentou os agradecimentos da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha ao Sr. Arcebispo de Diamantina: D. Geraldo de Proença Sigaud e à direção do Colégio Diamantinense (FUVJ, 1972).

João Antônio Meira¹²⁷ graduou-se em Medicina na Universidade de Minas Gerais, em 1952. Em Diamantina exerceu cargos administrativos em instituições ligadas à área da saúde e educação. Foi Diretor Clínico do Hospital Nossa Senhora da Saúde (1956-1957), Vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Diamantina (1960-1964) e Presidente do Conselho Curador da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (1966-1978).

Além da experiência administrativa, também lecionou em instituições educacionais da cidade. Foi professor de química no Colégio Diamantinense (1953-1958), professor substituto de biologia educacional na Escola Normal Oficial de Diamantina (1958-1959) e professor de histologia e microbiologia da Faculdade de Odontologia de Diamantina (1955-1959). Apesar de não compor o quadro de pessoal docente da FAFI, o seu nome foi proposto ao Conselho Estadual de Educação para lecionar anatomia e fisiologia na pretensa Faculdade de Enfermagem.

Nos termos do Estatuto da FUVJ, assumindo o cargo de Presidente do Conselho Curador, também seria o Reitor da Universidade do Vale do Jequitinhonha. A dedicação de João Antônio Meira para com a instituição foi registrada em Assembleia Geral da FUVJ, ocorrida em 1971, na qual se disponibilizou aos presentes toda a documentação relativa aos quatro primeiros anos de funcionamento da Fundação, consignando um voto de louvor e reconhecendo o trabalho em prol da coletividade desempenhado pelo Presidente naqueles anos (FUVJ, 1971). As suas contribuições à Fundação também foram reconhecidas pela Câmara Municipal de Diamantina quando, por aprovação unânime, registrou-se em ata um voto de louvor pelo seu devotamento na efetivação da Faculdade de Filosofia na cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 1967).

A partir dos documentos, foi possível reconhecer a sua dedicação à Universidade quando da análise dos balancetes de receitas e despesas e relatórios contábeis, nos quais se notou o cuidado, a organização e a rigidez com que ocorriam os registros e as comprovações. Além disso, esteve atento à importância da participação social necessária para a continuidade dos trabalhos da FUVJ, sempre estimulando as pessoas a participarem por meio dos insistentes e numerosos convites enviados aos diamantinenses que poderiam vir a contribuir

¹²⁷ Informações curriculares retiradas da cópia da documentação encaminhada ao CEE/MG propondo o Curso de Auxiliar de Enfermagem.

com a instituição.

Percebe-se que as contribuições de João Antônio Meira se deram sob o aspecto organizacional e contou com a colaboração dos secretários da instituição, conforme também reconhecido por ele ao proferir seu discurso na primeira Aula Inaugural da FAFI, no qual citou entre seus agradecimentos: “(...) Desde os que nos ajudaram na confecção material do processo aos que colaboraram na organização de documentos caprichosamente elaborados”. Assim, torna-se necessário registrar o auxílio da equipe administrativa na redação de atas e relatórios, todos eles detalhados e organizados. Registra-se ainda, o zelo na organização das documentações necessárias para que a instituição estivesse apta a conseguir a autorização de funcionamento e, posteriormente, o reconhecimento de seus cursos. Entre os que contribuíram nessas atividades, podem ser citados: Damião de Almeida Ramos, Elena Dumont Fecha, Carlos Reis e Elza Monteiro Souto.

Ainda no âmbito administrativo da FUVJ, relacionam-se também os nomes aqueles que estiveram à frente dos principais conselhos da instituição, auxiliando João Antônio Meira na gestão institucional. Fizeram parte do primeiro Conselho Curador (1966-1970), além de seu presidente, Celso de Carvalho (titular), João Brandão Costa (titular), Giovanni de Miranda Pereira (suplente), Arquimedes Mota (suplente) e Joaquim Moreira da Silva (suplente). Para o mandato de 1971 a 1974, foram reconduzidos João Antônio Meira, João Brandão Costa, Arquimedes Mota e Joaquim Moreira da Silva, nomeou-se Giovanni de Miranda Pereira como titular e o Geraldo Fernandes Guabiroba como suplente.

Em relação ao Conselho Fiscal, este era eleito pela Assembleia Geral da Fundação para um mandato de um ano. A documentação encontrada possibilitou elaborar o seguinte quadro:

Quadro 13 - Membros do Conselho fiscal (1966-1974)		
ANO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
1966	Cônego Walter Almeida, Walmir Lessa Couto e Rodolfo Lautner Júnior.	João Brandão Costa, Antônio Fabrino Baião e Anatólio Alves de Assis
1971	Cônego Walter Almeida, Walmir Lessa Couto e Rodolfo Lautner Júnior.	Geraldo Coelho de Moura, Antônio Diniz Filho e José Roni de Macedo Pimenta.
1972	Leandro Gomes da Costa, Rodolfo Lautner Júnior e Geraldo Moacyr Coelho.	Orlandin José Orlandi, Ruy Almeida e Joaquim Generoso.
1973	Leandro Gomes da Costa, Daniel Nascimento e Saulo Barbosa.	José Roni de Macedo Pimenta, Bernardo Lopes e Jadir Paula Rocha.

Fonte: elaborado pela autora a partir do Livro de Atas da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

As informações acima permitem perceber que parcela da sociedade diamantinense esteve envolvida com a Universidade a partir da sua representação constante no Conselho Fiscal e através de membros que representavam empresários, professores, funcionários públicos, diamantários e militares. Como exemplo citam-se: Walmir Lessa Couto e Rodolfo Lautner Júnior, professores; Leandro Gomes da Costa, Geraldo Moacyr Coelho, José Roni de Macedo Pimenta e Bernardo Lopes¹²⁸ empresários locais; Daniel Nascimento, Geraldo Coelho de Moura e Orlandin José Orlandi, diamantários; Antônio Fabrino Baião, Antônio Diniz Filho, Hely Almeida e Joaquim Generoso, funcionários públicos; e Jadir Paula Rocha, oficial militar.

Outra diamantinense que se envolveu com a instituição foi Helena Lopes. Helena formou-se professora no Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1943. Após adquirir experiência profissional na Escola Noturna da União Operária Beneficente e nos grupos escolares Mata Machado e Joaquim Felício, mudou-se para Belo Horizonte, onde cursou Administração Escolar no Instituto de Educação de Minas Gerais (1949-1950). Ao retornar para Diamantina, inicialmente atuou como Orientadora Pedagógica no Grupo Escolar Joaquim Felício e como professora de Prática de Ensino e Didática no Colégio Nossa Senhora das Dores. Com a criação do Grupo Escolar Júlia Kubitschek, foi designada a primeira diretora, deixando as duas atribuições anteriores. A influência de Helena Lopes no contexto educacional diamantinense da década de 1950 foi descrita por Baracho (2016):

Percebe-se a importância da diretora Helena Lopes na cidade quando se reúnem nas instalações do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek diretoras, auxiliares e professoras dos outros dois grupos escolares diamantinenses para discutirem as novas orientações da Secretaria de Estado de Educação. (...) Helena Lopes orientava sobre teorias e procedimentos adotados pelo Estado. Ela era considerada, pelos governos estadual e municipal, uma profissional capacitada para transmitir instruções e orientações aos professores municipais e estaduais (BARACHO, 2016, p.108-109).

Além de suas contribuições no ensino primário, Helena Lopes atuou na Escola Normal Oficial de Diamantina como professora de Prática de Ensino, quando de sua reabertura na década de 1950. Também foi diretora deste mesmo estabelecimento. Após as experiências profissionais acima mencionadas, Helena continuou seus estudos. Participou de curso de aperfeiçoamento em Belo Horizonte e depois nos Estados Unidos da América, possibilitados por meio do Programa de Assistência Brasileiro-Americano do Ensino

¹²⁸ Trabalhava no comércio de seus irmãos e era ainda juiz de paz.

Elementar (PABAE),¹²⁹ vinculado a convênio firmado entre os governos americano, brasileiro e mineiro. Em 1960, ao retornar para o Brasil, Helena foi convidada a permanecer no PABAE e aceitou. A partir daí, instalando-se definitivamente em Belo Horizonte, teve a oportunidade de graduar-se em Pedagogia na UNI-BH e, posteriormente, vincular-se profissionalmente ao Ministério da Educação (MEC).¹³⁰

Helena Lopes, mesmo morando em Belo Horizonte, acompanhou o processo embrionário da Faculdade de Filosofia e Letras, devido a sua proximidade com João Antônio Meira e Aires da Mata Machado Filho. Pôde contribuir para esse processo por meio de seus contatos no campo da educação em Belo Horizonte e em Brasília. A frequência com que Helena ia a Brasília possibilitava a ela resolver pendências relativas ao reconhecimento da FAFI junto ao Conselho Federal de Educação. O auxílio de Helena pode ser comprovado no fragmento abaixo retirado da ata da 3ª Assembleia Geral da FUVJ:

Agradece, (...) emocionado, o Senhor Presidente e pede licença ao Senhor Bernardo Lopes para retribuir os votos que lhe desejou, na pessoa de sua filha, a Professora Helena Lopes, que, sem medir sacrifícios, vem colaborando com a Faculdade que, e esta altura, já lhe deve muito do que tem conseguido (FUVJ, 1971).

Este trecho refere-se a fala de João Antônio Meira, na qual ele reconheceu e agradeceu as colaborações de Helena Lopes para a instituição. Além das contribuições acima citadas, apesar de não ter sido possível precisar o período, Helena exerceu o cargo de Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Letras (FUVJ, 1972). A partir de todas as suas experiências profissionais, também contribuiu para compor o quadro docente da instituição, configurando como professora das disciplinas de Didática e Prática de Ensino.

Por fim, ressalta-se a figura de Aires da Mata Machado Filho como idealizador, diretor e professor da FAFI. Natural de Diamantina, Aires diplomou-se em Humanidades e Música pelo Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro e posteriormente titulou-se Doutor em Filologia Românica pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Contribuiu para a fundação de duas importantes instituições mineiras: a Faculdade de Filosofia, em 1939, na qual também foi professor de Filologia Românica (1939-1964) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, na qual lecionou Língua Portuguesa (1940-1963). Também foi professor do Curso de Formação de Professores, no Instituto de

¹²⁹ Esse programa promoveu a investigação e a produção de novas e modernas técnicas de ensino e desenvolveu um processo de divulgação dessas técnicas junto ao professorado mineiro (BARACHO, 2016, p. 109).

¹³⁰ As informações biográficas foram retiradas de entrevista disponibilizada gentilmente pelo pesquisador Walder Conceição e realizadas por ele em 31 de maio de 2005 com Helena Lopes.

Educação de Minas Gerais, entre 1947 e 1948. Aposentou-se em 1979, como docente da Faculdade de Letras da UFMG.

Além da carreira acadêmica, Aires da Mata Machado Filho ocupou importantes cargos administrativos no Governo do Estado de Minas Gerais, entre eles, destacam-se: Chefe do Serviço de Orientação Técnica de Ensino de Língua Portuguesa da Secretaria Estadual de Educação (1948-1951), Oficial de Gabinete do Secretário do Interior, Mário Casasanta (1963), Assessor Técnico do Secretário da Educação, Heráclito Mourão de Miranda (1970-1971), Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura e Secretário-Geral da Comissão Mineira de Folclore.

Reconhecendo as colaborações de Aires da Mata Machado Filho, João Antônio Meira, em seu discurso de inauguração da FAFI, referiu-se a ele como “um diamantinense ilustre que foi um verdadeiro cirineu desta jornada de trabalhos” (MEIRA, 1968). O Presidente da Fundação recordou-se que Aires vivenciou todas as dificuldades e era aquele que estimulava a todos nos momentos de desânimo e decepção. Ao longo das pesquisas, foi possível perceber que as colaborações de Aires para a Faculdade iniciaram-se ainda nos primeiros contatos a fim de que fosse autorizado o funcionamento da instituição. Por sua experiência junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Aires era uma pessoa próxima de alguns dos membros do Conselho Estadual de Educação, o que facilitava a interlocução entre as instituições.

Aires foi eleito o primeiro Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, permanecendo no cargo até dezembro de 1971, quando pediu exoneração por motivos particulares (MACHADO FILHO, 1971). Certamente diante de suas experiências pessoais e profissionais, ele foi o professor escolhido para proferir a primeira Aula Inaugural da FAFI. Naquele momento destacou seu ponto de vista sobre Universidade e suas expectativas em relação à recém-criada instituição:

Os vinte e cinco anos de experiência no magistério superior, em duas Faculdades simultaneamente não de valer-me ao menos para fugir à repetição de erros cometidos na faina de aprender fazendo, envidarei esforços para que os alunos trabalhem mais do que eu. Universidade não é lugar de ensinar, senão de ajudar o estudante a perfazer a formação, por si mesmo (...) (MACHADO FILHO, 1968).

Foi a partir dessa concepção e de suas vivências em outras instituições de ensino que Aires também configurou como docente da Faculdade de Filosofia e Letras, constituindo o quadro de professores entre 1968 e 1974 e contribuindo para as disciplinas de Língua Portuguesa e Linguística.

A partir do exposto neste capítulo, nota-se que as projeções para a expansão institucional não permaneceram apenas no discurso de seus dirigentes, diversas foram as tentativas destinadas à concretização da Universidade. As iniciativas de seus gestores, bem como o envolvimento de sujeitos e instituições locais demonstram que havia a expectativa de que a instituição, inicialmente destinada a cursos para formação de professores, se transformasse efetivamente na primeira Universidade do Vale do Jequitinhonha. A imprensa local também foi uma entusiasta, diversas foram as vezes em que os jornais instigaram a participação da sociedade diamantinense neste projeto que seria, segundo a imprensa, o mais próximo da verdadeira tradição da cidade, vinculada às humanidades, à cultura e à arte. A sociedade diamantinense também se fez representar na instituição, principalmente nos conselhos institucionais por meio de empresários locais, professores, funcionários públicos, diamantários e militares. A partir dessas constatações foi possível perceber o anseio social pela concretização deste projeto.

A análise dos meandros institucionais permitiu visualizar que a realidade dos primeiros anos da Faculdade de Filosofia e Letras foi permeada por dificuldades financeiras e organizacionais. Ao longo do período a instituição se sustentou financeiramente por meio das contribuições de seus alunos a título de taxas, matrículas e anuidades, enquanto os rendimentos provenientes dos juros da dívida pública estadual tiveram ínfima representatividade nas receitas arrecadadas. No que tange às despesas institucionais, concentravam-se principalmente na folha de pagamento de professores e funcionários, além das passagens e diárias daqueles não residentes em Diamantina. A necessidade de equilibrar as finanças era assunto recorrente nas pautas de reuniões, o que evidenciou a preocupação de seus gestores neste aspecto e os levariam a buscar parcerias e apoio de outras instituições e sujeitos locais a fim de viabilizar o projeto institucional. O convênio firmado com a Mitra Arquidiocesana permitiu a utilização do edifício do Colégio Diamantinense para desenvolver as atividades da FUVJ e da FAFI. Outras parcerias estiveram direcionadas a viabilizar acesso aos seus docentes e discentes a acervos bibliográficos, bem como a doações de livros ou verbas para consolidação de sua própria biblioteca.

Observou-se também que a composição do quadro docente foi o principal obstáculo ao deferimento do primeiro pedido de autorização de funcionamento. Este quadro se alterou significativamente entre 1968 e 1974, possibilitando à instituição ampliar seu número de professores. Inicialmente predominavam professores residentes em Belo

Horizonte, porém no transcorrer do período observou-se que gradualmente ex-alunos da própria instituição foram sendo contratados para lecionar, o que contribuiu para diminuir os docentes provenientes da capital. Outra característica do corpo docente que marcou o período foi o pertencimento à Igreja Católica. A presença dos padres professores, que também atuavam em outras instituições educativas diamantinenses e de outras cidades da região, contribuiu decisivamente tanto para viabilizar a autorização, como para o reconhecimento dos cursos da FAFI.

Por fim, neste contexto de adversidades, destacaram-se as contribuições da Igreja Católica, sem as quais provavelmente não haveria a possibilidade de estruturar fisicamente a instituição, nem compor o quadro de professores adequado à autorização e ao reconhecimento institucional. Foi possível observar, ainda, que as diversas fases deste processo puderam contar com o apoio de instituições e sujeitos que incentivaram o projeto, dentre eles: Anatólio Alves de Assis, Murilo Badaró, Codevale, Geraldo Fernandes Guabiroba, João Antônio Meira, Helena Lopes e Aires da Mata Machado Filho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou investigar o processo histórico de criação da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) sob o ponto de vista da sua relação com a comunidade local e com a legislação educacional para o ensino superior. A FUVJ foi entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina e representou o início do ensino superior direcionado à formação docente no Vale do Jequitinhonha. O recorte temporal inicia-se em dezembro de 1965, quando por intermédio da Lei Estadual nº. 4.059, a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha foi autorizada a se instituir e finaliza-se em setembro de 1974, com o Decreto Federal nº. 74.573, que concedeu o reconhecimento à faculdade e seus cursos.

Ao analisar historicamente o processo educacional brasileiro, foi possível perceber que entre 1808 e 1930 inexistiu uma política nacional para a educação, as iniciativas em torno do ensino foram pontuais e isoladas. O ensino superior, foco desta investigação, não fugiu à regra, fazendo com que esse nível de ensino conservasse características herdadas do período Imperial, quais sejam: tendência desoficializante, ou seja, o estado transferiu gradativamente à iniciativa privada as suas obrigações para com o ensino superior; direcionado à formação profissional, com a predominância de cursos tais como medicina, engenharia e direito; organizado de maneira isolada, isto é, cursos superiores dispersos, sem a organização em faculdades ou universidades; e ainda, um ensino superior destinado à educação da elite. Destaca-se ainda que, em 1920, apesar de ter sido criada a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade do país por iniciativa do Governo Federal, o ensino superior brasileiro permaneceu com as mesmas características do período anterior à República.

O primeiro marco legal na busca de organizar o ensino superior no país foi o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído a partir da Reforma Francisco Campos, iniciada em 1931. Essa legislação foi uma tentativa de superar as características herdadas do Império. O Estatuto determinou a preferência pela estrutura universitária e ainda as exigências legais que deveriam ser obrigatoriamente atendidas para se constituir uma instituição universitária. Assim, para ser denominada de Universidade, a instituição deveria congrega em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. Em relação às Faculdades de Educação, Ciências e Letras, elas foram

projetadas para proporcionar formação básica preliminar à profissional e ainda, para qualificação docente de nível superior.

O segundo marco importante relacionado à legislação foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961. A LDB excluiu a preferência pela estrutura universitária como havia determinado a legislação anterior e estabeleceu que o ensino poderia ser ofertado em estabelecidos agrupados ou não em universidades. A formação de professores para o ensino médio deveria, em regra, ser feita no âmbito das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Assim, foi sob a égide da primeira LDB autorizada a se instituir a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, em 1965, destinada à formação docente de nível superior.

Observou-se ainda que a exclusão da preferência pela estrutura universitária, bem como a crescente demanda por ensino superior e o baixo investimento necessário à criação das faculdades de filosofia, ciências e letras foram fatores que possibilitaram a proliferação de cursos acadêmicos no interior do país, principalmente por iniciativa do setor privado. Essa expansão, perceptível sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, gerou um descompasso entre a oferta, direcionada à formação acadêmica, e a crescente demanda, orientada aos cursos profissionalizantes e impulsionada pelo processo de desenvolvimento pelo qual passava a sociedade brasileira em direção à organização urbano-industrial.

Esse descompasso gerou um excedente de jovens que não conseguiam acesso ao ensino superior mesmo possuindo notas suficientes para aprovação nos exames vestibulares, desencadeando insatisfações e, por consequência, pressões sociais em busca de reformas na estrutura universitária. Nesta conjuntura, surgiram diversas legislações direcionadas a controlar a crise. O ápice das modificações foi a Lei nº. 5.540, de 21 de novembro de 1968, mais conhecida como Reforma Universitária. Por meio da legislação, o governo federal objetivou adotar medidas para racionalizar a universidade, possibilitando o ingresso de mais pessoas no ensino superior, e ao mesmo tempo, conter manifestações estudantis. Este panorama evidencia a fragilidade das proposições políticas no campo do ensino superior brasileiro, o que também contribuiu para desencadear a proliferação de cursos superiores isolados, impulsionados prioritariamente pela iniciativa privada.

Ao analisar especificamente o ensino superior em Minas Gerais no período republicano, foi possível observar que, por consequência da divisão de competências entre os entes federados – União e Estados-membros – a produção legislativa para este nível de ensino concentrou-se como atribuição do Poder Legislativo Federal. Em relação às instituições

criadas até o final da década de 1950, constatou-se a predominância do ensino livre à iniciativa privada, visto que várias instituições foram criadas por propulsão de particulares. Todavia, para a continuidade desses projetos as subvenções do governo estadual foram primordiais. A partir da localização geográfica de cada uma das instituições criadas, detectou-se que se concentraram principalmente nas regiões economicamente mais desenvolvidas do Estado – Região Metropolitana, Zona da Mata e Sul de Minas – enquanto permaneceram totalmente à margem desse processo as populações mineiras do Norte, Noroeste, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, regiões nas quais não foi possível detectar nenhuma iniciativa direcionada ao ensino superior até final da década de 1950. No Vale do Jequitinhonha, a única instituição criada foi a Faculdade de Odontologia, em 1953, por iniciativa do governo estadual. Portanto, percebe-se que em Minas Gerais o ensino superior desenvolveu-se de maneira desigual, desequilibrada e até excludente.

A partir da década de 1960 notou-se o início da modificação desse cenário, o processo de desenvolvimento urbano-industrial fez impulsionar a demanda por ensino superior também em Minas Gerais. Por intermédio da Assembleia Legislativa, foram propostos 43 projetos de lei para instituir faculdades e fundações destinadas ao ensino superior mineiro, apenas uma delas na capital, as demais se destinavam a cidades do interior. Ao debruçar sobre essas proposições percebeu-se um processo de interiorização do ensino superior no estado, desencadeado, principalmente, pelas autorizações legais do Poder Legislativo Estadual. Constatou-se, portanto, que o primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha não se configurou como uma ação isolada, estando conectado a uma política pública de interiorização do ensino superior promovida em Minas Gerais naquele período.

Ao estudar os projetos de lei citados acima, optou-se por dividi-los em quatro grupos de acordo com a prioridade inicial de cada um deles. Notou-se que a maior parte das instituições se concentrou no quarto grupo: foram vinte e uma instituições que tiveram como prioridade inicial apenas unidades destinadas à formação de professores. Encaixou-se neste grupo a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Portanto, se considerarmos as iniciativas do governo estadual naquele período, observa-se em Minas Gerais um processo semelhante àquele ocorrido em nível nacional, pois houve o predomínio da expansão de cursos acadêmicos, representados pelas Faculdades de Filosofia, em detrimento dos profissionalizantes.

Esta pesquisa também levou em consideração a importância de se compreender a FUVJ inserida no contexto regional, por isso foi necessário estudá-la inserida no Vale do Jequitinhonha, daquele determinado período histórico. Nesse aspecto, constatou-se que apesar da construção de um discurso de homogeneidade do território representando atualmente como o Vale do Jequitinhonha, ao longo do processo histórico de ocupação da bacia predominou a pluralidade de realidades políticas, econômicas, culturais, sociais e, por consequência, também de realidades educacionais de cada um dos espaços geográficos que compõem o território.

Apesar dessa constatação histórica, a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), em 1964, contribuiu para propagar e fortalecer o discurso de coesão e homogeneização regional, como se todo o território do Vale fosse permeado pelas mesmas características. Naquela década, esse discurso contribuiu para enfatizar estigmas como o da pobreza, miséria e subdesenvolvimento deste espaço geográfico. Todavia, destaca-se que, ao analisar os próprios relatórios da CODEVALE, produzidos na década de 1960, foi possível observar que naquele período Diamantina já apresentava algumas especificidades em relação a outras cidades da região. Essas especificidades contribuíram para possibilitar a concretização de mais este projeto educacional, a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

A respeito do contexto local, ao analisar a cidade de Diamantina no período republicano, verificou-se que a construção da modernidade diamantinense, principalmente a partir da década de 1930, veio acompanhada da característica do conservadorismo, representada pelos projetos e ações da Igreja Católica e das elites locais. Nesse cenário, destaca-se ainda que, na primeira metade do século XX foram criadas associações para discutir problemas sociais e culturais da cidade, dentre elas, a Associação Renovadora de Ciências e Artes de Diamantina (ARCÁDIA) e a Sociedade Educacional Diamantinense. No âmbito dessas duas organizações foi possível visualizar as primeiras discussões sobre a pretensão de se criar uma faculdade de Filosofia e Letras na cidade.

Especificamente sobre o período de criação da FUVJ em Diamantina, observou-se que, sem se distanciar do projeto da modernidade conservadora direcionado pela Igreja Católica, houve relevantes transformações no campo cultural, social, econômico e político. Uma figura de destaque neste período foi Dom Geraldo de Proença Sigaud. Nomeado Arcebispo de Diamantina em 1961, pertencia à ala mais conservadora da Igreja e, posicionando-se contrário às ideias comunistas, contribuiu para uma ação conservadora mais

recrudescida por parte da Igreja Católica em Diamantina, o que veio a refletir nas influências do Arcebispo na conjuntura política, econômica, social, cultural e, também educacional. No campo econômico despontaram novas alternativas para o desenvolvimento, tais como o turismo e a atração de organismos públicos. No campo social, houve melhoramentos urbanos e o surgimento de novos bairros. No campo cultural, concretizou-se o projeto do Conservatório de Música, assim como foram firmados outros convênios para estimular as práticas culturais locais.

Finalmente, no campo político, foi o início do processo de perda da hegemonia juscelinista e do Partido Social Democrático na cidade. Em contrapartida, José de Magalhães Pinto, governador do Estado de Minas Gerais (1961-1966), aproximou-se de Diamantina e adeptos da União Democrática Nacional ganharam espaço nas discussões políticas locais. Essa aproximação do governo estadual possibilitou a realização da 1ª Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha. Entre outros assuntos, naquela reunião foi levantada a ideia de redigir uma moção, direcionada ao Governador do Estado, solicitando a criação de uma Universidade em Diamantina. A partir do recebimento dessa moção, Magalhães Pinto enviou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o projeto de lei nº. 2.617/65 que, após as tramitações legais, foi aprovado, autorizando a se instituir a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Assim, foi neste momento oportuno de progresso – ainda permeado pelo “amor às tradições” – que foi instituída a FUVJ e instalada a sua primeira unidade, a Faculdade de Filosofia e Letras.

Ao caracterizar exclusivamente o contexto educacional em Diamantina no período republicano, quatro aspectos principais puderam ser notados. O primeiro deles diz respeito ao projeto educacional católico que permaneceu atuando na cidade, principalmente representado pelas seguintes instituições: o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Seminário Episcopal, herdadas do período imperial, e ainda o Colégio Diamantinense, criado na década de 1930. Para além das possibilidades privadas, ao longo do período republicano avolumaram-se as instituições primárias sob a administração do poder público. Notou-se que tais educandários deixaram de se concentrar apenas na região central para atender a bairros mais periféricos – Bom Jesus, Bela Vista, Rio Grande e Palha –, bem como a zona rural do município. Em relação ao ensino secundário, surgiram outras instituições públicas – Colégio Tiradentes, o Ginásio Gabriel Mandacarú, a Escola Polivalente – e seguiu em funcionamento a Escola Normal que, após a reabertura em 1951, passou a atender ao ensino ginasial e normal. A zona

rural também já tinha suas instituições secundárias: o Grupo Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza e o Ginásio Padre José de Carvalho, ambos instalados em Conselheiro Mata.

No que tange ao ensino superior, destaca-se que em meados da década de 1960, a cidade já contava com duas instituições: a Faculdade de Odontologia (1953) e a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (1965). A partir de tais constatações, foi possível notar a ampliação das oportunidades na cidade educacional nos três níveis: ensino primário, secundário e superior. Além disso, considerando as diversas instituições públicas criadas no período republicano, percebeu-se que a educação passou a estar disponível àquele público antes excluído das possibilidades proporcionadas pela cidade educacional.

Foi neste panorama de ampliação das oportunidades educacionais diamantinenses que a imprensa local mensurou cerca de 11.000 alunos matriculados nas escolas locais, sugerindo que Diamantina estava se tornando uma “Cidade Universitária” (VOZ DE DIAMANTINA, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 01). Assim, para além de se constituir uma cidade educacional, foi possível notar o anseio em transformar Diamantina em uma cidade universitária. Uma das instituições de ensino superior que poderia contribuir para este objetivo seria a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

O estudo pormenorizado da instituição evidenciou o anseio social em torno da concretização do projeto de universidade. As proposituras de novos cursos demonstraram que seus gestores tinham a expectativa de que a instituição, inicialmente destinada a cursos para formação de professores, se transformasse efetivamente na primeira Universidade do Vale do Jequitinhonha. Além disso, os jornais instigaram a participação da sociedade diamantinense neste projeto que seria, segundo a imprensa, o mais próximo da verdadeira tradição da cidade, vinculada às humanidades, à cultura e à arte. Ademais, ao analisar a composição dos conselhos Fiscal e Curador notou-se a representação da sociedade diamantinense, principalmente de empresários locais, professores, funcionários públicos, diamantários e militares.

Em relação aos sujeitos envolvidos neste projeto, notou-se que vários deles atuavam ou haviam atuado em outras instituições educacionais, tais como Anatólio Alves de Assis, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Geraldo Fernandes Guabiroba, João Antônio Meira, Helena Lopes e Aires da Mata Machado Filho. Além disso, em alguns casos os vínculos dos sujeitos envolvidos se estendiam a outras esferas da vida pública, facilitando a interlocução institucional. Citam-se como exemplo os contatos de Aires da Mata Machado Filho com

membros do Conselho Estadual de Educação; o vínculo de João Antônio Meira com a Faculdade de Odontologia; a ligação entre Anatólio Alves de Assis e Ney Orlando Rocha – à época assessor do Governador de Minas Gerais; e ainda, as articulações de Helena Lopes junto ao Ministério da Educação. Percebe-se, portanto, um *modus operandi*, isto é, uma maneira de se articular social e politicamente a instituição, no qual se encaixaram pessoas chave, em instituições chave e com os vínculos necessários à superação das dificuldades encontradas em seus primeiros anos de funcionamento.

Neste cenário, também teve destaque a proximidade entre a Igreja Católica e a FUVJ. Representada pelo Arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud, a Igreja prestou suas colaborações à instituição principalmente no que diz respeito à cessão do espaço físico do Colégio Diamantinense, à concessão de bolsas de estudos na instituição, ao pagamento de anuidades/semestralidades a alunos, e ainda, à presença dos padres professores para lecionar na instituição. Foram evidenciadas também as influências católicas no cotidiano escolar, em especial com a existência da disciplina Cultura Religiosa em todas as estruturas curriculares analisadas, bem como a presença de membros da Igreja tanto como docentes, quanto como gestores institucionais.

Outro aspecto que marcou a vida institucional foi o fluxo financeiro. Este assunto era recorrente nas pautas de reuniões, nas quais foram propostas diversas alternativas para superar as dificuldades de recursos. Apesar da previsão legal de que à instituição seriam destinados rendimentos provenientes dos títulos da dívida pública estadual, este recurso pouco representou no montante das receitas arrecadas. Por este motivo, a instituição sustentou-se basicamente por meio das contribuições de seus alunos a título de taxas, matrículas e anuidades, sendo constantes e recorrentes as reivindicações dos professores relacionadas a pagamento regular de salário, férias, diárias e passagens. Neste cenário, foram primordiais as parcerias e o apoio de outras instituições e sujeitos no âmbito local, regional e estadual.

Esta pesquisa demonstrou ainda a importância regional da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Constatou-se que existia uma demanda da região direcionada à formação docente de nível superior, visto que aproximadamente 50% do pessoal docente de primeiro e segundo graus não tinham qualquer qualificação profissional. Este foi um dos fatores que justificou o pedido de reconhecimento ao Conselho Federal de Educação, pois a Faculdade de Filosofia seria uma possibilidade a fim de se alterar o precário cenário educacional da região.

Foi notável também que a instituição atendeu com prioridade pessoas provenientes do Vale do Jequitinhonha. Somando a representatividade de alunos da própria cidade de Diamantina – 47% dos matriculados – e das outras cidades do Vale do Jequitinhonha – 25% dos matriculados – observou-se o total de 72% dos discentes provenientes da região, o que corrobora para reafirmar que a instituição foi um marco histórico para a educação regional, proporcionando acesso ao ensino superior de educadores que atuavam nos demais níveis de ensino, porém não possuíam a habilitação necessária.

Todavia, importante mencionar que houve uma variação considerável tanto no número de ingressos, quanto de matriculados em cada um dos cursos ao longo do período estudo, o que caracteriza a instabilidade na demanda e ainda a possível evasão de discentes. Observando-se que constantemente os discentes tinham dificuldade em cumprir as obrigações financeiras junto à Fundação, conforme demonstram os recorrentes pedidos de bolsas e parcelamentos de anuidades, sugere-se que as variações observadas podem ser explicadas diante dos custos financeiros relativos à matrícula, anuidades, livros, materiais e demais taxas exigidas pela instituição.

Na Universidade do Vale do Jequitinhonha, a Faculdade de Filosofia e Letras perdurou como a sua única unidade ao longo do recorte temporal desta pesquisa. Todavia, o planejamento de se expandir foi previsto no regulamento da instituição, no qual se estabeleceu como futuras unidades: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica, a Escola de Enfermagem e a Escola Superior de Veterinária. Ao longo da existência da instituição, somente a Faculdade de Direito se concretizaria, no ano de 2002.

Para além da previsão legal, foi possível perceber também que seus gestores estiveram imbuídos do propósito de expandir a instituição, ampliando-se assim as possibilidades de se concretizar o projeto de Universidade. Esse aspecto ficou claro quando foram encontrados documentos que puderam evidenciar as diversas tentativas de criação de cursos e institutos, tais como o Curso de Auxiliar de Enfermagem, a Escola Superior de Enfermagem, a Escola Superior de Ciências Contábeis e ainda, a incorporação do Instituto Eschwege à Fundação.

Entretanto, somente a última iniciativa citada no parágrafo anterior se concretizou e por isso, até o início da década de 1970, a Fundação ainda se caracterizava como uma instituição isolada de ensino superior, pois não havia conseguido se estruturar para atender aos critérios da legislação. Assim, a partir de recomendações do Conselho Federal de Educação, foi proposto o projeto de lei estadual nº. 947/73, para alterar a nomenclatura da

entidade. Após a tramitação legal, em 19 de dezembro de 1973, converteu-se na Lei Estadual nº. 6.270, que modificou a entidade mantenedora de “Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha” para “Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE”.

Na década seguinte, ao ser criada a Universidade do Estado de Minas Gerais, a FEVALE, assim como as demais fundações educacionais existentes em Minas Gerais tiveram a possibilidade de escolher entre serem absorvidas pela recém-criada instituição ou extinguir o vínculo existente entre elas e o poder público estadual. Aquelas fundações que escolheram por serem absorvidas, como foi o caso da FEVALE, se tornaram polos regionais da UEMG. O processo de absorção, iniciado com os atos das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1989, culminou, no ano de 2013, com a estadualização das fundações, ocorrida por meio da Lei Estadual nº. 20.807, quando as atividades de ensino, pesquisa e extensão das fundações educacionais de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba e Passos foram incorporadas à Universidade do Estado de Minas Gerais.

Ao conhecer parte do acervo existente na instituição, percebeu-se a necessidade de conectar a história da FEVALE com a história de outras instituições existentes na cidade que demandariam o estudo de outros acervos, podendo contribuir para se compreender mais sobre a cidade educacional e como as instituições educativas estiveram intimamente interligadas e colaborando uma com a outra. Neste sentido, pesquisas futuras podem indagar/investigar: a relação entre a Faculdade de Odontologia e a FEVALE como as duas instituições de ensino superior existentes no Vale do Jequitinhonha; o planejamento da Faculdade de Ciências Jurídicas no contexto da cidade educacional; e ainda, os desdobramentos da parceria entre o Instituto Eschwege e a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Além disso, pairam indagações sobre a instituição que podem ser objeto de futuros estudos, tais como: a FEVALE fez parte do projeto educacional católico, isto é, até que ponto foram as influências católicas na instituição? As demais fundações educacionais criadas em Minas Gerais na década de 1960 tiveram trajetória semelhante à FUVJ? Como a instituição sobreviveu financeiramente até a incorporação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão à Universidade do Estado de Minas Gerais, perduraram as mesmas dificuldades?

Por fim, observa-se que as motivações para a criação da FUVJ estiveram relacionadas tanto ao contexto de interiorização do ensino superior promovido pelo poder público estadual, quanto ao anseio social em transformar a cidade educacional, em cidade

universitária. Sem a pretensão de esgotar as temáticas abordadas, foram apresentadas as conclusões obtidas a partir das diversas fontes de pesquisa utilizadas, em especial aquelas encontradas no Memorial da FEVALE. Entretanto, as investigações nesse espaço demandaram, muitas vezes, a separação dos documentos em ordem cronológica e/ou lógica a fim de facilitar a identificação de assuntos e elucidação dos fatos. Percebeu-se que os arquivos nem sempre estavam devidamente organizados.

Assim, considerando a experiência com os espaços de memória citados, bem como a natureza profissional do Mestrado em Educação no qual esta pesquisa se insere, os estudos aqui desenvolvidos colaboram para apresentar como proposta de produto, a ser desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri e a Universidade do Estado de Minas Gerais, a reestruturação/reorganização do Memorial da FEVALE, a fim de que este possa ser além de um espaço de conservação da memória institucional e se transforme em um ambiente que possibilite refletir sobre a instituição, que possa demonstrar a sua importância histórica e esteja disponível a visitas, estimulando e promovendo conhecimento e investigações científicas.

7. FONTES E REFERÊNCIAS

7.1 Fontes documentais

1.1 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD)

a) Jornais

A Estrela Polar, LX Ano, nº 1, 07 de janeiro de 1962, p. 01.

A Estrela Polar, LXI Ano, nº 30, 28 de julho de 1963, p.03.

A Estrela Polar, LXI Ano, nº 31, 04 de agosto de 1963, p.01.

A Estrela Polar, LXI Ano, nº 41, 13 de outubro de 1963, p.01.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 4, 02 de fevereiro de 1964, p.01.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 6, 16 de fevereiro de 1964, p.01.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 16, 26 de abril de 1964, p.03.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 17, 03 de maio de 1964, p.02.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 27, 12 de julho de 1964, p.01.

A Estrela Polar, LXII Ano, nº 31, 09 de agosto de 1964, p. 01.

A Estrela Polar, LXIII Ano, nº 5, 31 de janeiro de 1965, p. 01.

A Estrela Polar, LXIII Ano, nº 8, 21 de fevereiro de 1965, p. 01.

A Estrela Polar, LXIII Ano, nº 46, 21 de novembro de 1965, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 4, 23 de janeiro de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 4, 23 de janeiro de 1966, p. 04.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 5, 30 de janeiro de 1966, p.01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 9, 27 de fevereiro de 1966, p.01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 11, 13 de março de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 12, 20 de março de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 13, 27 de março de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 29, 17 de julho de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 31, 21 de julho de 1966, p. 01.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 48, 04 de dezembro de 1966, p.02.

A Estrela Polar, LXIV Ano, nº 49, 11 de dezembro de 1966, p. 03.

A Estrela Polar, LXV Ano, nº 3, 15 de janeiro de 1967, p.01.

Estrela Polar, LXV Ano, nº 7, 12 de fevereiro de 1967, p. 01.

A Estrela Polar, LXV Ano, nº 9, 26 de fevereiro de 1967, p.01.

A Estrela Polar, LXV Ano, nº12, 19 de março de 1967, p.01.

A Estrela Polar, LXV Ano, nº 29, 30 de julho de 1967, p. 01.

A Estrela Polar, LXV Ano, nº 5, 04 de fevereiro de 1968, p.01.

A Estrela Polar, LXVI Ano, nº 6, 18 de fevereiro de 1968, p.01.

A Estrela Polar, LXVI Ano, nº 10, 17 de março de 1968, p. 01.

b) Documentos:

CAIXA 78-A, 2ª Semana Ruralista da Arquidiocese de Diamantina, de 04 de julho de 1956.

CAIXA 97, Convênio entre a Mitra e FUVJ, de 31 de março de 1967.

1.2 Arquivo da Associação do Pão de Santo Antônio – AAPSTA

Pão de Santo Antônio, anno V, nº. 12, 09 de agosto de 1910, p.02.

Voz de Diamantina, ano 42, n. 25, 02 julho 1950, p.01.

Voz de Diamantina, ano 42, n. 48, 17 dezembro 1950, p.02.

Voz de Diamantina, ano 52, n.25, 19 setembro 1954, p.03.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 38, 19 dezembro de 1954, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 41, 09 janeiro 1955, p. 04.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 47, 27 fevereiro 1955, p.01.

Pão de Santo Antônio, ano 52, n. 47, 27 fevereiro de 1955, p. 03.

Voz de Diamantina, ano 54, n.28, 26 fevereiro 1956, p.01.

Voz de Diamantina, ano 51, n. 10, 09 dezembro 1956, p.02.

Voz de Diamantina, ano 52, n.15, 26 janeiro 1958, p.01.

Voz de Diamantina, ano 52, n.15, 26 janeiro 1958, p.03.

Voz de Diamantina, ano 55, n. 21, 05 de março de 1961, p.01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 22, 31 março 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 14, 04 fevereiro 1968, p. 04.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 15, 11 fevereiro 1968, p.03.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 20, 17 março 1968, p. 02.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 26, 28 abril 1968, p.04.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 35, 30 junho 1968, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 37, 14 julho 1968, p.01.

Voz de Diamantina, no 62, n. 39, 28 julho 1968, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 41, 11 agosto 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 44, 01 setembro 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 62, n. 47, 22 setembro 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 1, 06 outubro 1968, p. 04.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 5, 03 novembro 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 9, 01 dezembro 1968, p.04.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 12, 22 dezembro 1968, p.01.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 13, 29 dezembro 1968, p.02.

Voz de Diamantina, ano 63, n. 23, 06 abril 1969, p.04.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 15, 08 fevereiro 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 19, 08 março 1970, p.03.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 20, 15 março 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 22, 29 março 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 25, 19 abril 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 27, 03 maio 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 29, 17 maio 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 34, 21 junho 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 39, 26 julho 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 39, 26 julho 1970, p.02.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 41, 09 agosto 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 42, 16 agosto 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 43, 23 agosto 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 46, 13 setembro 1970, p. 02.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 48, 27 setembro 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 47, 20 setembro 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 64, n. 48, 27 setembro 1970, p.04.

Voz de Diamantina, ano 65, n. 1, 04 outubro 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 65, n. 5, 01 novembro 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 65, n. 7, 15 novembro 1970, p.01.

Voz de Diamantina, ano 65, n. 12, 20 dezembro 1970, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 65, n. 13, 27 dezembro 1970, p. 02.

Voz de Diamantina, ano 66, n. 36, 09 julho 1972, p.01.

Voz de Diamantina, ano 66, n. 42, 20 agosto 1972, p.01.

Voz de Diamantina, ano 66, n. 42, 20 agosto 1972, p.02.

Voz de Diamantina, ano 67, n. 9, 26 novembro 1972, p. 02.

Voz de Diamantina, ano 67, n. 15, 07 janeiro 1973, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 10, 02 dezembro 1973, p. 03.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 19, 03 março 1974, p. 04.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 21, 17 março 1974, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 25, 14 abril 1974, p.01.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 35, 23 junho 1974, p.02.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 37, 07 julho 1974, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 69, n. 41, 04 agosto 1974, p. 04.

Voz de Diamantina, ano 70, n. 4, 20 outubro 1974, p.01.

Voz de Diamantina, ano 70, n. 5, 27 outubro 1974, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 70, n. 8, 17 novembro 1974, p. 03.

Voz de Diamantina, ano 70, n. 10, 01 dezembro 1974, p. 01.

Voz de Diamantina, ano 70, n. 14, 29 dezembro 1974, p.01.

1.3 Memorial da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha

a) Jornais

Caixa 002, Envelope 026, Estado de Minas, 24 de abril de 1968.

Caixa 002, Envelope 028, Estado de Minas, 21 de junho de 1969.

Caixa 002, Envelope 039, MINAS GERAIS, 30 de abril de 1969.

Caixa 002, Envelope 040, Diário do Legislativo, Ano LXXVII, nº. 75.

Caixa 002, Envelope 043, O Diário, 01 de maio de 1969, p.06.

b) Documentos

AGENCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1968. In: Memorial FEVALE, Caixa 2.

AIRES DA MATA MACHADO FILHO. Ofício sem número, de 05 de dezembro de 1971. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR. Ofício Circular 01/69, de 18 de março de 1969. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, Ofício 12/67, de 18 de janeiro de 1967. In: Memorial FEVALE, Documentos soltos, sem Caixa.

CODEVALE. Ofício sem número, de 30 de agosto de 1968. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Ofício 201/67, de 30 de março de 1967. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

COLÉGIO DIAMANTINENSE. Ofício sem número, de 16 de dezembro de 1971. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

COLÉGIO DIAMANTINENSE. Ofício do Colégio Diamantinense de 13 de julho de 1972 ao Presidente da Fundação. In: Memorial FEVALE, Caixa 03.

COLÉGIO DIAMANTINENSE. Ofício sem número, de 13 de novembro de 1972. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

COLÉGIO DIAMANTINENSE. Ofício sem número, de 17 de dezembro de 1974. In: Memorial FEVALE, Caixa Dom Geraldo de Proença Sigaud.

DELEGACIA REGIONAL DO MEC. Ofício-circular nº 6 da Delegacia Regional do MEC para MG e Goiás, em 07 de março de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 03.

DIRETÓRIO ACADÊMICO. Ofício de alunos solicitando parcelamento da anuidade, em 28 de novembro de 1973. In: Memorial FEVALE. Caixa 01.

DIRETÓRIO ACADÊMICO. Ofício de alunos solicitando parcelamento da anuidade, em 05 de abril de 1974. In: Memorial FEVALE. Caixa 03.

FAFIDIA. Aviso aos alunos sobre atraso na concessão de bolsas, em 25 de junho de 1970. In: Memorial FEVALE, Caixa 06.

FAFIDIA. Calendário 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 08.

FAFIDIA. Comunicado da secretaria em 13 de novembro de 1969. In: Memorial FEVALE, Caixa 9.

FAFIDIA. Ofício nº 12/70, de 27 de junho de 1970. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

FAFIDIA. Ofício nº 16/69, de 20 de março de 1969. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

FAFIDIA. Ofício nº 23/68, de 15 de abril de 1968. In: Memorial FEVALE, Caixa 2.

FAFIDIA. Ofício nº 30/71, de 26 de maio de 1971. In: Memorial FEVALE, Caixa 2.

FAFIDIA. Ofício nº 52/72, de 17 de agosto de 1972. In: Memorial FEVALE, Caixa 2.

FAFIDIA. Ofício sem número, de 05 de setembro de 1968 para o Ministério da Educação e Cultura. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FAFIDIA. Ofício sem número, de 28 de setembro de 1968 para a USIS. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FAFIDIA. Ofício sem número, de 28 de setembro de 1968 para o Centro Regional de Pesquisas. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FAFIDIA. Listagem de professores, de 23 de setembro de 1972. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FAFIDIA. Livro de Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras Diamantina. 1968. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

FAFIDIA. Livro de Atas do Diretório Acadêmico João XXIII. In: Memorial FEVALE.

FAFIDIA. Relatório da comissão designada para adaptar o Regimento à atual legislação do ensino superior, de 02 de maio de 1970. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

FEVALE. Balancete Demonstrativo e recibos de pagamento datados de 31 de agosto de 1974. In: Memorial FEVALE, Caixa 07.

FEVALE. Ofício em resposta aos alunos em 11 de maio de 1974. In: Memorial FEVALE, Caixa 03.

FEVALE. Ofício sem número, de 04 de maio de 1968 ao Secretário de Estado da Educação. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FEVALE. Ofício 13/72 FUVJ, de 08 de maio de 1972. In: Memorial FEVALE, Caixa 02.

FEVALE. Ofício 20/73, de 26 de maio de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FEVALE. Portaria nº. 10/68, de 26 de setembro de 1968. In: Memorial FEVALE, Caixa sem número.

FEVALE. Livro de Atas da Assembleia Geral da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. In: Memorial FEVALE.

FEVALE. Relatório das atividades de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 12.

FEVALE-FAFIDIA. Livro de Matrículas. In: Memorial FEVALE.

FEVALE-FAFIDIA. Livro de Registro de Diplomas (1971-1974). In: Memorial FEVALE.

FEVALE-FAFIDIA. Relação de bolsas concedidas ao longo das décadas de 1960 a 1980. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

FEVALE-FAFIDIA. Relação de bolsas concedidas ao longo das décadas de 1960 a 1980. de junho de 1970. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

FEVALE-FAFIDIA. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 12.

FEVALE-FAFIDIA. Resposta à correspondência do Prefeito Sylvio Felício dos Santos de 17 de outubro de 1970. In: Memorial FEVALE, Caixa 02.

GABINETE MILITAR – MG. Ofício do Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Referência nº 12.752 – Palácio, em 20 de novembro de 1971. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

MINERADORA TEJUCANA S.A. Ofício sem número, de 18 de novembro de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

MURILO BADARÓ. Telegrama ao Presidente da FUVJ, em 02 de dezembro de 1972. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. Ofício 87/68, de 12 de setembro de 1968. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Ofício nº 620/68, de 24 de setembro de 1968. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS. Ofício sem número, de 26 de setembro de 1968. In: Memorial FEVALE, sem Caixa.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Ofício 827, de 26 de agosto de 1968. In: Memorial FEVALE, Documentos soltos, sem Caixa.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS. OF.GECREP/157/73, de 10 de dezembro de 1973. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ofício nº. 134/69, de 24 de fevereiro de 1969. In: Memorial FEVALE, Caixa 01.

1.4 Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Baptista, José Silvério; Martins, José Roberto. **Levantamento sócio-econômico do município de Itamarandiba**. Belo Horizonte: [s.n.], 1967. 40 p.: il. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=75689>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Ribas, Wagner Iran. **Levantamento sócio-econômico do município de Diamantina**. Belo Horizonte: [s.n.], 1967. 35 p.: il. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=75687>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

1.5 Biblioteca Deputado Camilo Prates da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

a) Documentos

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha : o espaço físico e a realidade infra-estrutural**. Belo Horizonte: CODEVALE, [19--]. 2 v.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha: os setores básicos de atividade humana**. Belo Horizonte: CODEVALE, [19--]. 2 v.

b) Projetos de lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 43, de 19 de fevereiro de 1963**. Cria a Fundação Universidade de Itajubá e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 268, de 01 de junho de 1963**. Cria a Fundação Universidade Aliança e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 326, de 26 de junho de 1963**. Cria a Fundação Universidade de Poços de Caldas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 313, de 08 de setembro de 1967**. Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Viçosa e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 552, de 22 de abril de 1968.** Cria a Fundação Universitária de Patos de Minas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 584, de 30 de outubro de 1963.** Cria a Fundação Universitária da Mantiqueira e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 785, de 26 de agosto de 1968.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Leopoldina e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 915, de 30 de outubro de 1968.** Cria a Fundação Universidade Vale do Manhuaçu e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 967, de 11 de novembro de 1968.** Instituição da Fundação Educacional de João Monlevade e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.032, de 11 de março de 1969.** Cria a Fundação Universidade de Mucuri e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.346, de 31 de março de 1965.** Cria a Fundação Universitária de Oliveira e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.365, de 02 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Raul Soares e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.368, de 02 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Cataguases e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.369, de 02 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Campo Belo e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.377, de 05 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Manhumirim e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.378, de 01 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Leopoldina e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.379, de 05 de abril de 1965.** Autoriza a criação da Faculdade de Filosofia e Letras, em Dolores do Indaiá e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.380, de 05 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curvelo e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.386, de 06 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Visconde do Rio Branco e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.388, de 06 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Ubá e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.389, de 06 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Sete Lagoas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.391, de 06 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Três Corações e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.398, de 07 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos Dumont e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.403, de 08 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Machado e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.405, de 08 de abril de 1965.** Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Coronel Fabriciano e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.407, de 08 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.411, de 07 de abril de 1965.** Cria a Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.425, de 09 de abril de 1965.** Cria a Fundação Universitária de Alfenas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 1.464, de 29 de abril de 1965.** Cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.016, de 26 de setembro de 1961.** Cria a Universidade do Nordeste Mineiro e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.025, de 02 de outubro de 1961.** Cria a Universidade do Nordeste Mineiro e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.227, de 14 de dezembro de 1961.** Cria a Fundação Universidade do Sul de Minas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.318, de 04 de maio de 1961.** Cria a Fundação Universidade do Vale do Rio Doce e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.425, de 24 de setembro de 1965.** Cria a Fundação Universidade de Itaúna e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.491, de 23 de julho de 1962.** Cria a Fundação Universidade de Uberaba e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.497, de 23 de julho de 1962.** Cria a Fundação Universidade do Oeste de Minas e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.500, de 23 de julho de 1962.** Cria a Fundação Universidade de Caratinga e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2575, de 26 de agosto de 1962.** Cria a Fundação Universidade do Triângulo Mineiro e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 2.617, de 04 de outubro de 1965.** Cria a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 3.205, de 29 de outubro de 1965.** Cria a Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Bom Despacho e da Fundação da Faculdade de Filosofia e Letras de Lavras e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 3.469, de 09 de dezembro de 1965.** Cria a Fundação Universidade de Campanha e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 3.475, de 19 de outubro de 1962.** Cria a Fundação Universidade do Triângulo Mineiro e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 3.481, de 23 de dezembro de 1965.** Cria a Fundação Universitária de Tiradentes e dá outras providências.

1.6 Acervo da Casa de Juscelino Kubitschek

ASSIS, Anatólio Alves de. **Uma dura verdade que precisa ser dita. / Histórico da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha – Faculdade de Filosofia.** Diamantina: Jornal Correio Diamantinense – Órgão da Casa de Juscelino e da Fraternidade dos Filhos e Amigos de Diamantina. Nº 53, 54 e 55 – fevereiro, março e abril de 1988. pp.4-5.

1.7 Acervo pessoal João Antônio Meira

MEIRA, João Antônio. **Razões da Faculdade de Filosofia em Diamantina.** CODEVALE, 1969. Discurso proferido na 1ª Aula Inaugural, realizada em 04 de maio de 1968.

1.8 Acervo pessoal Anatólio Alves de Assis

Currículo vitae de Anatólio Alves de Assis.

1.9 Biblioteca Antônio Torres - BAT

A Diamantina. Anno I. nº. 49. 16 de julho de 1910. p.02.

A Diamantina. Anno I. nº. 50. 23 de julho de 1910. p.01.

A Diamantina. Anno I. nº. 50. 23 de julho de 1910. p.02.

A Idea Nova. Anno V. nº. 225. 31 de julho de 1910. p.01.

A Idea Nova. Anno V. nº. 226. 07 de agosto de 1910. p.01.

1.10 Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais

Resolução nº. 24/65-CEE/MG, aprovada em 19 de abril de 1965. Baixa normas que regulamentam a organização dos processos de pedidos de autorização para funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior e dá outras providências.

Parecer nº 10/67-CEE/MG, aprovado em 17 de fevereiro de 1967 e publicado no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 03 de março de 1967. Aprecia pedido autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, com sede em Diamantina, MG.

Parecer nº 26/68-CEE/MG, aprovado em 22 de março de 1968, publicado no Minas Gerais, Diário do Executivo, em 09 de maio de 1968. Aprecia pedido de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia e Letras da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, com sede em Diamantina, MG.

1.11 Conselho Federal de Educação

PROCESSO nº 3.731/73 – CFE. **Parecer nº. 1.778/73-CFE** – CESu (1º grupo), aprovado em 02 de outubro de 1973. Reconhecimento da Faculdade com os cursos: Pedagogia, Letras e História.

PROCESSO nº 3.731/73 – CFE. **Parecer nº. 88/74-CFE** – CESu (1º grupo), aprovado em 22 de janeiro de 1974. Reconhecimento da Faculdade com os cursos: Pedagogia, Letras e História.

PROCESSO nº 3.731/73 – CFE. **Parecer nº. 2.025-CFE** – CESu (2º grupo), aprovado em julho de 1974. Reconhecimento dos cursos de Pedagogia, de Letras e de História da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina.

PROCESSO nº 3.731/73 – CFE. **Parecer nº. 2.278-CFE** – CESu (2º grupo), aprovado em 07 de agosto de 1974. Reconhecimento da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – MG com os cursos de Filosofia, Letras, História e Pedagogia (Cumprimento de diligência do Parecer nº. 2.025).

RESOLUÇÃO nº. 17 – CFE, de 04 de maio de 1973. Diário Oficial, Brasília, 01 de junho de 1973. Seção 1, pt. 1, p. 5312.

7.2 Legislações

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911**. Aprova a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930**. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-republicacao-82984-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em

institutos isolados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968.** Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Decreto nº. 68.908, de 13 de julho de 1971.** Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68908-13-julho-1971-411394-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. **Decreto nº. 74.573, de 19 de setembro de 1974.** Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, mantida pela Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, com sede na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

_____. **Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966.** Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.** Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº. 1.190, de 04 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº. 63.341, de 01 de outubro de 1968.** Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967.** Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968.** Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68908-13-julho-1971-411394-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.** Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68908-13-julho-1971-411394-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº 574, de 08 de maio de 1969.** Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68908-13-julho-1971-411394-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei nº. 872, de 15 de setembro de 1969.** Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0872.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. **Lei nº 452, de 05 de julho de 1937.** Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-veto-74823-pl.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Lei nº. 4.464, de 09 de novembro de 1964.** Dispõe sobre Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. **Lei nº 5.540, de 21 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Constituição (1891). **Constituição Política do Estado de Minas Gerais**: publicada em 25 de junho de 1891 no O Estado de Minas. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1891&comp=&ano=1891&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Constituição (1935). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: publicada em 31 de julho de 1935 no Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1935&comp=&ano=1935&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Constituição (1945). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: publicada em 30 de outubro de 1945 no Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1945&comp=&ano=1945&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Constituição (1947). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: publicada em 15 de julho de 1947 no Minas Gerais Diário da Assembleia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1947&comp=&ano=1947>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Constituição (1967). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: publicada em 13 de maio de 1967 no Minas Gerais Diário da Assembleia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1967&comp=&ano=1967>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. **Decreto nº. 9.315, de 07 de janeiro de 1966**. Institui a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, com sede na cidade de Diamantina.

_____. **Decreto nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966**. Aprova o Regulamento da Universidade do Vale do Jequitinhonha.

_____. **Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965**. Autoriza a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

_____. **Lei Estadual nº. 6.270, de 19 de dezembro de 1973**. Altera a denominação inicial de Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha para Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE.

_____. **Lei Estadual nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966**. Aprova o Regulamento da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, na abertura de sua sessão ordinária de 1962, pelo Governador José de Magalhães Pinto**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1962. 275 p.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem nº 801, apresentada à Assembleia Legislativa para a proposição do Projeto de Lei nº 2617**. Belo Horizonte, 1965.

7.3 Bibliografia

ABREU, Ilva Ruas de. **A influência das lideranças políticas no processo de criação das instituições federais de ensino superior em Minas Gerais**. 2006. 191f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALCÂNTARA, Carolina Paulino; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Diamantina e o estigma do sertão: o olhar das elites diamantinenses sobre a cidade e o sertão norte mineiro durante a primeira república**. In: Revista territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.11, n.1, jan.-jul., 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006. 3.ed.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1998.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Ensino e desenvolvimento em Minas Gerais**. Assunção: BDMG, Monografia apresentada pelo BDMG na mesa redonda sobre Educação e Desenvolvimento, realizada em Assunção, Paraguai e patrocinada pelo BID, 1965. 76 p.

BARACHO, Cláudia Elizabeth. **Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Um ensaio de sistematização do direito educacional. **Revista de Informação Legislativa**. V. 33, n. 131, p. 31-57, jul./set. 1996. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176476>>. Acesso em: 03 de fev. de 2018.

BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves de. O ensino superior na Constituição do Estado de Minas Gerais. **Revista Educação em Foco**. Ano 12 – n. 13 – julho 2009 – p.53-76.

BUFFA, Ester. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: **História e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX**. Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2005. p.53-67.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p.1061-1079, out./nov. 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014005000011>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

CADERNOS DA FAFIDIA. Ano II – Nº 2. Junho/julho. 1993. **Diamantina**: Centro de Extensão e Pesquisa da FAFIDIA, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique. Modernizar e civilizar: reformas educacionais em Minas Gerais no final do século XIX e princípio do XX (1982-1928). In: **Anais XXVII Simpósio Nacional de História 2013**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364488931_ARQUIVO_ANPUH.pdf>. Acesso em 23 jun. 2018.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. A Administração Escolar no Período do Governo Militar (1964-1984). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p. 147-171.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em 01 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Carta Circular nº. 003/2011 CONEP/CNS, de 21 de março de 2011**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/carta_circular%20_003_2011.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

COUTO, Soter. **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte, 1954.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3.ed. (revista). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 3.ed. (revista). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Alberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, Vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____, CARLOS ROBERTO JAMIL. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo, 2003.

FARIA, Maria Auxiliadora de; DULCI, Otávio Soares. **Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1995.

FÁVERO, Osmar. A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67: contrapontos. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. **Caminhos do desenvolvimento: síntese histórica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 1953-2005**. Diamantina - MG: UFVJM, 2005.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da. **La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata, 1751-1895-1997**. 2ª ed. rev. e ampl. Diamantina: UFVJM, 2007.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª edição. – Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo; FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da. **A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte: FUMARC, 2010. 184 p.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

GALLINDO, Jussara; ANDREOTTI, Azilde L.; A Administração Escolar no Nacional Desenvolvimentismo (1946-1964). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do Diretor ao Gestor**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p. 125-145.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 28, n. 14, p.172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
GOODWIN JUNIOR, James. **As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG, 1880-1914**. 2007. 352f. Tese (Doutorado em História).

Universidade de São Paulo, SP.

HADDAD, Maria de Lourdes Amaral. **Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: sementes do espírito universitário**. Editora: sem informação. 2015.

HORTA, José Silvério Baía. A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

LOREDO, Meirelle Aiane Almeida. **O Colégio Nossa Senhora das Dores e o Projeto Educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905-1925**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A.. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco: Cidade de Diamantina**. 3º ed. Editora Itatiaia; São Paulo. 1980.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. O primeiro bispo. In: MINAS GERAIS, Coordenadoria de Cultura. **Sesquicentenário de elevação do Tijuco a Vila Diamantina (1831-1981)**. Belo Horizonte, Coordenadoria de Cultura / I. Oficial, 1983.

MARTINS, Júnia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940). **Revista Educação**. Belo Horizonte, n. 17, p. 11-19, 1993.

MARTINS, Marcos Lobato. **Em companhia de Diamantina: estudos de história local**. 2018.

MARTINS, Marcos Lobato. Quem é rei nunca perde a majestade? JK na política de Diamantina no período 1934-1970. In: **MNEME – Revista de Humanidades**. Caicó, v. 18, n. 41, p. 130-162, jul./dez.2017. Dossiê História Política: novas propostas, velhos desafios.

MARTINS, Marcos Lobato. Memorialistas e ensino de História Local na Diamantina do século XX. **Revista Histórica & Patrimônio**. Universidade Federal de Alfenas, v.1, n.1, p.39-64. 2012. Disponível em: < https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_v1n1_ChP/8>. Acesso em 07 out. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU – nº 5 – Série 2 – 1994**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83299/86330>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2.ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**.

Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MIRANDA, Alexandre Borges. **A criação da Universidade do Estado de Minas Gerais pela IV Assembleia Constituinte Mineira de 1988/89**. 1998. 559 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais**: período republicano 1889-1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v., il. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: **História e memórias da educação no Brasil** - Vol. III - Século XX. Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2005. p.296-323.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1959.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1962.

NEVES, Leonardo dos Santos. “**Sentido novo da vida rural**”: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963). 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS Revista Científica**. São Paulo, v. 7, n.2, p.351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71570207>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Eliana de; ENS, Romilda Teodora; ANDRADE, Daniela B. S. Freire; MUSSIS, Carlo Ralph de. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol.4, núm.9, maio-agosto, 2003, pp. 1-17.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia/MG, v.1, n.1, p. 73-76, jan./dez. 2002.

OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira de. **Seminário Sagrado Coração de Jesus**: os padres lazaristas e a formação religiosa em Diamantina - MG, 1950-1964. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil**: tempos e espaços. Rio de

Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50 p.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro Setor na educação superior brasileira**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2013.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A formação de professores e a responsabilidade das universidades. **Estudos Avançados** 15 (42), 2001. p.317-332.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. **Efemérides – do Arraial do Tejuco a Diamantina**. Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2007. 296p. il.

PESSOA, Marcela de Oliveira. **Entre o discurso e a ação: o exemplo das políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**. 2012. Disponível em: < <https://iiiseminarioppgsufscar>>. Acesso em 18 nov. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo, 1991.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. **Processo tardio de colonização do Médio e Baixo Jequitinhonha**. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (organizadores). Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 268 p.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Cidades de vidro: a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina: 1900 a 1940**. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9FQDH>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; PALES, Raíssa Cota. Estratégias de desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões de planejamento. **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v.9, n.14, pp. 163-185, jan.-jun. 2014.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

SAVIANI, Demerval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro. v. 6, n. 2, p. 213-232, out. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n2/02.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. 2012. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Ieda Maria; CRUZ, Rodrigo Martins; LEAL, Luciana Angélica Silva (Orgs.). **Manual de normalização**: dissertações, monografias e teses. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJM, 2015.

SILVA, Geraldo Ângelo de Almeida e. **Arquitetura escolar em Minas Gerais** [manuscrito]: A experiência da CARPE. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. **Catolicismo, poder e tradição**: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961). 2006. 94 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93451>>. Acesso em 30 maio 2019.

SOARES, Layane Campos; VIEIRA, Flávio César Freitas. **Histórias de instituições educativas, Diamantina/MG**: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951). Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro da História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá: Mato Grosso, 2013.

SOUSA, Gabriela Marques de; ROCHA, Juliano Guerra. A trajetória da Escola Normal Oficial de Diamantina no contexto das políticas de formação de professores em Minas Gerais: 1928 a 1938. In: **Campos de saberes da história da educação no Brasil**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017. p.13-25.

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.5, n2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://norte.asminasgerais.com.br/arquivos/album/353/arq_2446.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SUCUPIRA, Newton. Da faculdade de filosofia à faculdade de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 51, n.114, p. 261-276, abr./jun. 1969.

TEIXEIRA, Anísio. Plano nacional de educação. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. **Documenta**. Rio de Janeiro, n.8, out. 1962. p.24-31. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano1.html>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

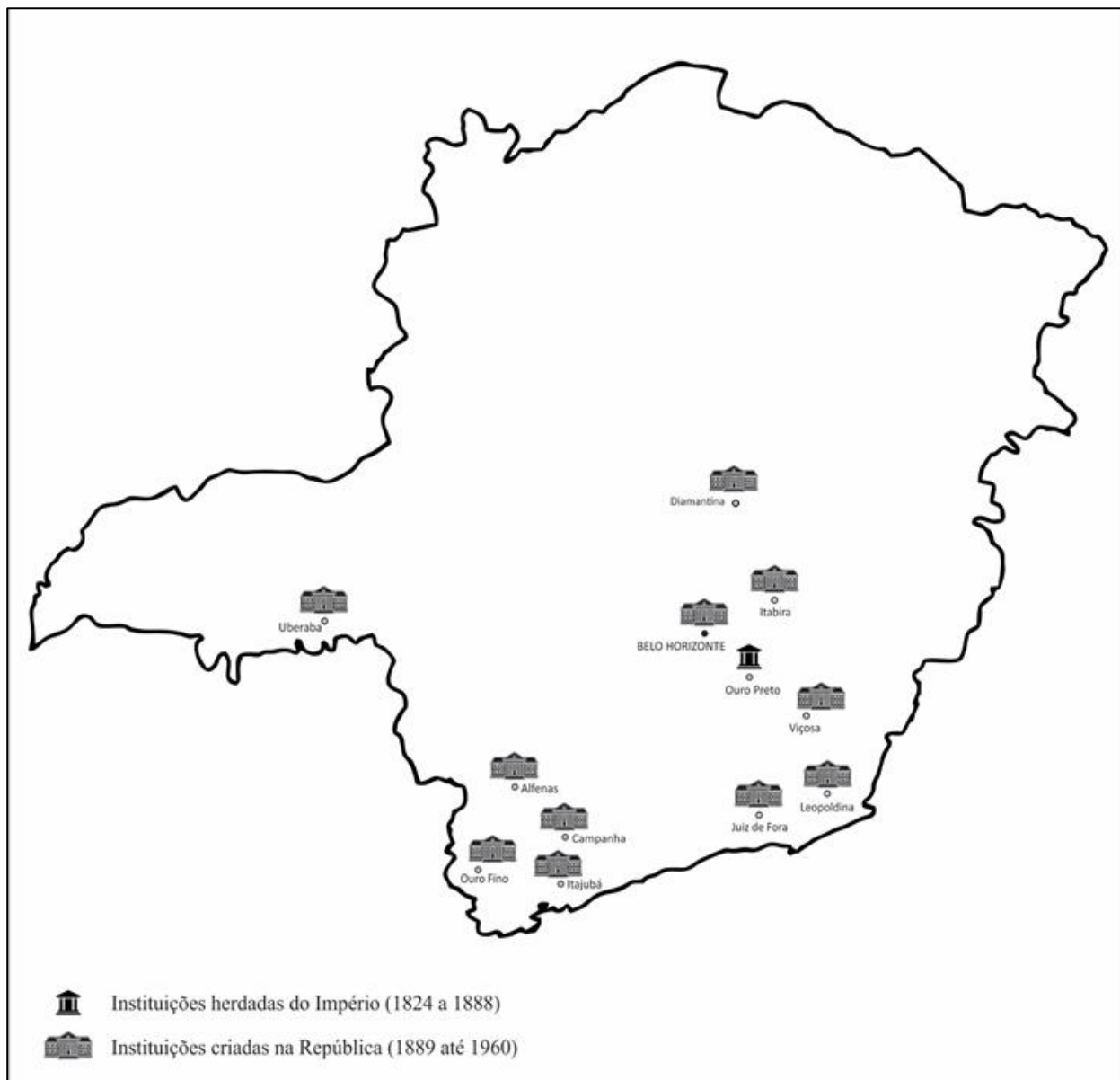
THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professores no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 88, n. 219, p.291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/749/725>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

XAVIER, Libânia Nacif. Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José G. (org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: Edusf, 2003. pp. 487-504.

8. ANEXOS

ANEXO 1 – Mapa 4 - Localização geográfica das instituições de ensino superior em Minas Gerais (1824-1960) - especificação das cidades



Fonte: elaboração própria

ANEXO 2 – Mapa 5 - A interiorização do ensino superior em Minas Gerais na década de 1960 – especificação das cidades



Fonte: elaboração própria

ANEXO 3 – Roteiro da Entrevista

A – Escolha da Faculdade

- Como recebeu a notícia da criação da Fundação Universidade de Diamantina?
- Por que escolheu a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina?
- Quais as outras opções de Faculdades próximas existentes no período?
- Qual foi a importância da instituição e da formação na sua vida?

B – Local/Estrutura/Organização

- Onde funcionava a Faculdade? As condições da estrutura para a realização dos cursos eram adequadas?
- Havia muitas turmas?

C – As Alunas e os alunos

- Quem eram? De onde vinham?
- Condições sociais.

D – Cotidiano Escolar

- Qual era o turno das aulas: manhã, tarde, noite?
- Quantos cursos eram? Havia disciplinas comuns a todos os cursos?
- Havia Diretório Acadêmico? Era atuante? Como funcionava?
- Como eram as relações: Professor-aluno, Aluno-aluno?

E – Biblioteca

- Havia biblioteca?
- Como era o acesso a referências e textos estudados no curso?
- Você tinha acesso e/ou condições de comprar os livros referentes ao curso?

F – Sociabilidade

- Espaços de Sociabilidade dentro da faculdade: onde se encontravam os grupos?
- Eventos e festas escolares: haviam?
- O que se lia, ouvia e conversavam? Os livros, a música, o cinema, o teatro, a política, os concursos diversos, os namoros, o esporte, dentre outros.

G – Vida Profissional

- Antes de se formar atuou em alguma escola como professor (a)? E depois de formado (a), quais as escolas trabalhou?
- Em quais disciplinas atuou?
- Qual foi a trajetória profissional após a formatura?

ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri



Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: **“FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA: DA AUTORIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO (1965-1974)”**, em virtude de você ter sido aluno (a) da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina - FAFIDIA, coordenada pela Professora Sashanicol Rocha Havenith como projeto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora ou com a UFVJM.

O objetivo dessa pesquisa é: investigar o processo histórico de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) sob a perspectiva das políticas públicas para o ensino superior e do contexto educacional de Diamantina entre 1965 e 1974. Você foi selecionado (a) por ser ex-aluno da instituição. Caso você decida aceitar o convite, você terá todos os esclarecimentos necessários a respeito de sua participação, da importância da pesquisa e, com o seu consentimento, participará de uma entrevista com roteiro a ser previamente apresentado. Ressalta-se que você não é obrigado a responder quaisquer perguntas, ficando a vontade para deixar de respondê-las ou acrescentar quaisquer comentários ou observações. O tempo previsto para esse procedimento será de aproximadamente 40 minutos.

Os riscos relacionados com sua participação são possíveis desconfortos, cansaço e/ou constrangimento, e serão minimizados pelos procedimentos listados a seguir. Há a possibilidade de a entrevista ser interrompida a qualquer momento. Além disso, todas as respostas são facultativas, podendo o entrevistado se negar a responder qualquer um dos questionamentos. Além disso, será preservado o anonimato, já que serão tomados todos os cuidados para manter em sigilo as informações fornecidas e a privacidade do participante por

meio da realização da entrevista de forma individualizada e no local que melhor convier ao entrevistado. Todas as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação são: colaborar para a compreensão da importância histórica do primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha. Poderão colaborar ainda para a reflexão do processo de desenvolvimento do ensino superior na cidade de Diamantina e suas possíveis contribuições para o contexto educacional na atualidade. Por fim, outra contribuição é entender de que maneira a sociedade diamantinense dedicou-se a esse projeto.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Não há remuneração com sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas. Não está previsto indenização por sua participação, sua participação é voluntária, não sendo previstos gastos financeiros por parte do entrevistado. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

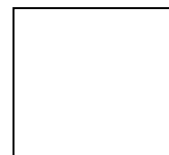
Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenadora do Projeto: Sashanicol Rocha Havenith
Endereço: Rua José Aguilar de Paula, 67 – Santo Inácio / Diamantina-MG
Telefone: (38) 9-8813-8878

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.



Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____



Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba –
Diamantina/MG CEP39100000
Tel.: (38)3532-1240 –
Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior
Secretária: Ana Flávia de Abreu
Email: cep.secretaria@ufvjm.edu.br e/ou cep@ufvjm.edu.br.

ANEXO 5 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	
---	---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE JEQUITINHONHA: DA AUTORIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO (1965-1974)

Pesquisador: SASHANICOL ROCHA HAVENITH

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 84581518.2.0000.5108

Instituição Proponente: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.616.584

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto da pesquisadora Sashanicol Rocha que insere-se no campo de estudo da História das Instituições Educativas e tem como objetivo investigar o processo histórico de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha, localizada em Diamantina-MG, entre os anos de 1965 e 1974, sob a perspectiva das políticas públicas nacionais e mineiras para o ensino superior e do contexto educacional de Diamantina.

Objetivo da Pesquisa:

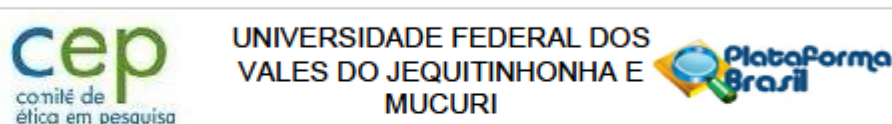
Objetivo Primário:

Investigar o processo histórico de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ) sob a perspectiva das políticas públicas para o ensino superior e do contexto educacional de Diamantina entre 1965 e 1974.

Objetivo Secundário:

- 1- Analisar a legislação educacional para o ensino superior no Brasil e em Minas Gerais no período republicano;
- 2- Caracterizar o contexto educacional em Diamantina no período de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha;
- 3- Identificar as principais instituições e sujeitos envolvidos, bem como suas contribuições para o processo de instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha.

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000			
Bairro: Alto da Jacuba		CEP: 39.100-000	
UF: MG	Município: DIAMANTINA		
Telefone: (38)3532-1240	Fax: (38)3532-1200	E-mail: cep@ufvjm.edu.br	



Continuação do Formulário CEP 0001

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que diz respeito aos possíveis riscos relacionados à participação, há a possibilidade de a entrevista perdurar além do tempo previsto, o que poderia causar desconforto e cansaço no participante. Este risco será minimizado com a possibilidade de o entrevistado interromper/suspender ou se retirar a qualquer momento, a seu critério. Outra possibilidade de risco é o constrangimento ao responder alguma pergunta, o que será minimizado com o esclarecimento ao entrevistado de que todas as suas respostas são facultativas, podendo ele se negar a responder qualquer um dos questionamentos. Além disso, a pesquisadora será flexível, evitando assuntos possivelmente desgastantes ao entrevistado. Em relação ao possível risco de identificação do participante, esclareça-se que para preservar o anonimato serão tomados todos os cuidados para resguardar o sigilo das informações e a privacidade do participante com a realização da entrevista de forma individualizada e no local, horário e modo que melhor convier ao entrevistado.

Benefícios:

Em relação aos benefícios da participação dos sujeitos da pesquisa, esses podem ser considerados indiretos, pois os participantes não colaboram para a compreensão da importância histórica do primeiro projeto de Universidade do Vale do Jequitinhonha. Poderão colaborar ainda para a reflexão do processo de desenvolvimento do ensino superior na cidade de Diamantina.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sob o aspecto epistemológico, pretende-se realizar uma abordagem qualitativa. A pesquisa utiliza-se, principalmente, de fontes biográficas e documentais. Além disso, a técnica de entrevista será utilizada como fonte complementar de informações, no intuito de entrecruzar dados e retratar de maneira mais fidedigna o contexto educacional de Diamantina nas décadas de 1960 e 1970. Para compreender o objeto de estudo será adotado o método dialético. Conforme preconiza Gil (2002, p. 32), a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Assim, para a análise dos dados será necessário adotar uma linha metodológica que "descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural" (NOGUEIRA e DUFFA, 2005, p. 358). Para isso, os documentos estudados e as entrevistas realizadas serão estudados a partir da análise de conteúdo, com a finalidade de superar incertezas e **enriquecer a leitura ao realizar o reconhecimento das unidades de sentidos presentes nos textos** (BADIN, 2011, p. 35). Por meio de um conjunto de técnicas complementares à análise de conteúdo

Endereço: Rodovia MGT 357 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 35.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

Página 17 de 25



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Formulário CEP 03/2011

contribuirá para explicar e sistematizar o conteúdo das mensagens coletadas, bem como o significado desse conteúdo. Utilizando-se para as deduções lógicas e justificadas, o estabelecendo como referência a origem **e o contexto da mensagem produzida (OLIVEIRA et al, 2003). A partir dos ensinamentos de Bardin (2011), a** análise de conteúdo compõe-se na descrição, inferência e interpretação. A descrição consiste em tratar a mensagem de maneira a crucidar suas características. A inferência, como processo intermédio, visa realizar deduções lógicas para descobrir as causas e antecedentes da mensagem, bem como suas consequências ou efeitos que possivelmente provocará. E, a interpretação, etapa final, visa atribuir significados às mensagens a partir da caracterização e dedução elaboradas nas fases anteriores (BARDIN, 2011, p.45). Para analisar os dados desta pesquisa, a primeira fase consistirá em organizar e sistematizar toda a documentação que será submetida à análise, isto é, após a coleta documental e a transcrição das entrevistas, será necessário em um primeiro momento reunir o material e proceder a leitura para familiarizar com as temáticas abordadas. Tal etapa consiste em um "trabalho gradual de apropriação do texto, estabelecendo idas e vindas entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que se comecem a emergir os contornos de suas primeiras unidades de sentido" (OLIVEIRA et. al., 2003, p.5-6). Tais unidades de sentido servirão para orientar a pesquisadora, controlando a subjetividade em busca de **resultados de pesquisa mais precisos, objetivos e sistematizados. A segunda fase consubstancia-se na** definição das unidades do registro cujas análises de conteúdo pretendida nesta pesquisa, estará fundamentada nos objetivos delimitados e nos conhecimentos técnicos adquiridos pela pesquisadora ao longo dos estudos preliminares e respeito das categorias temáticas indispensáveis à compreensão do objeto de pesquisa, bem como das perspectivas da história oral. Destaca-se que, por se tratar de uma abordagem qualitativa, o estudo estará em constante ação e presença ou ausência de determinadas características do conteúdo para fins de categorização e análise (BARDIN, 2011). A terceira etapa será definir categorias de análises, isto é, reunir unidades de registros por meio de critérios determinados a partir da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação teórica" (OLIVEIRA, 2003, p.6), para então proceder a interpretação.

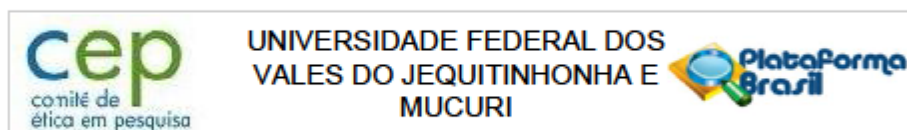
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A carta da Instituição Co-patrocinadora foi apresentada conforme Resolução 466/12.

Recomendações:

- Segundo a Carta Circular nº. 003/2011/CCNEP/ONS, de 21/03/11, há obrigatoriedade de rubricar em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador, que deverá também após sua assinatura na última página do referido termo.

Endereço: Rodovia MG-357 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
UF: MG Município: DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer 06031801

- Relatório final deve ser apresentado ao CEP ao término do estudo em 30/10/2018. Considera-se como antídota a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprova...

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	FS_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1085056.pdf	01/04/2018 16:25:45		Aceito
Outros	Daclaracao_Co_participe.pdf	01/04/2018 16:25:11	SASHANICOL ROCHA HAVENITH	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.pdf	06/03/2018 22:35:54	SASHANICOL ROCHA HAVENITH	Aceito
Outros	Anexo_Roteiro_Entrevistas.pdf	06/03/2018 17:47:59	SASHANICOL ROCHA HAVENITH	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_TCLE.pdf	06/03/2018 17:46:59	SASHANICOL ROCHA HAVENITH	Aceito
Folha de Rosto	06031801.PDF	06/03/2018 17:45:19	SASHANICOL ROCHA HAVENITH	Aceito

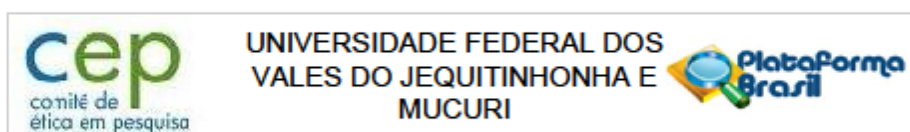
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia MG-357 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer 2017.0391

DIAMANTINA, 24 de Abril de 2018

Assinado por:
Disney Oliver Sivieri Junior
(Coordenador)

Endereço: Rodovia MG-357 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br